

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DESENVOLVIMENTO E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL –
Uma análise da segunda experiência desenvolvimentista a partir da tensão
colonialidade/decolonialidade

BRUNO FERREIRA FREIRE ANDRADE LIRA

JOÃO PESSOA – PB

2020

BRUNO FERREIRA FREIRE ANDRADE LIRA

DESENVOLVIMENTO E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL –
Uma análise da segunda experiência desenvolvimentista a partir da tensão
colonialidade/decolonialidade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a conclusão de Doutorado em Sociologia. Linha de Pesquisa: Trabalho, Políticas sociais e Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Rogério de Souza Medeiros

JOÃO PESSOA – PB

2020

**Catálogo na publicação Seção de
Catálogo e Classificação**

L768d LIRA, Bruno Ferreira Freire Andrade.

Desenvolvimento e classes sociais no Brasil: uma análise da segunda experiência desenvolvimentista a partir da tensão colonialidade/decolonialidade / Bruno Ferreira Freire Andrade Lira. - João Pessoa, 2020.
194 f. : il.

Orientação: Rogerio de Souza Medeiros.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. classes sociais. 2. colonialidade/decolonialidade.
3. desenvolvimento. 4. pensamento social latino-americano e caribenho. 5. interseccionalidade.
6. sociologia econômica francesa. I. Medeiros, Rogerio de Souza. II. Título.

UFPB/BC

FOLHA DE AVALIAÇÃO

A tese intitulada **Desenvolvimento e classes sociais no Brasil – uma análise da segunda experiência desenvolvimentista a partir da tensão colonialidade/decolonialidade**, de autoria de Bruno Ferreira Freire Andrade Lira, sob orientação do Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros, apresentada em sessão pública ao Programa Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia, foi aprovada em 07/07/2020, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:


DR. ROGERIO DE SOUZA MEDEIROS

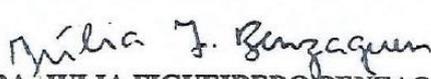
Doutorado em Sociologia pela Boston University (E.U.A.)

Orientador (PPGS/UFPB)


DRA. SIMONE MAGALHÃES BRITO

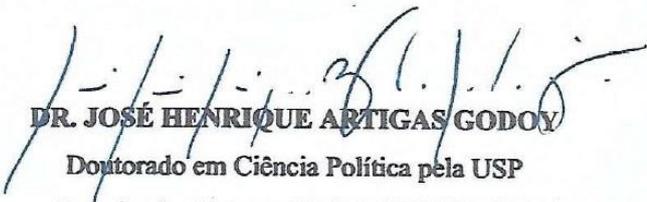
Doutorado em Sociologia pela Lancaster University (R.U.)

Examinadora Interna 01 (PPGS/UFPB)


DRA. JULIA FIGUEIREDO BENZAQUEN

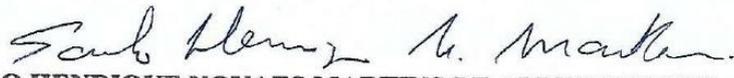
Doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra

Examinadora Externa 01 (DECISO/UFRPE)


DR. JOSÉ HENRIQUE ARTIGAS GODOY

Doutorado em Ciência Política pela USP

Examinador Externo 02 (PPGCPRI/UFPB)


DR. PAULO HENRIQUE NOVAES MARTINS DE ALBUQUERQUE

Doutorado em Sociologia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (FRANÇA)

Examinador Externo 03 (PPGS/UFPE)

Dedico este trabalho ao meu pai, minha mãe, minha irmã – Romero, Sheila e Carol – e a Julliane, que sempre me apoiaram ao longo dessa trajetória de formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A construção de uma pesquisa é um trabalho altamente artesanal, pois é preciso se dedicar e lidar com as adversidades que nos cerca. Aqui registro que a elaboração dessa tese ocorreu em um momento de mudança profunda no mundo. Fomos tomados de assalto pela propagação acelerada da COVID-19 desencadeando uma pandemia sem precedentes. O tom catastrófico assumido por mim não é um exagero, visto o crescente número de óbitos no globo e no Brasil. Diante disso vemos uma resignificação em curso da vida em sociedade que não sabemos que frutos/consequências serão gerados. A certeza até o momento é que a fetichização e mercadorização da vida cotidiana apenas tem alargado as desigualdades sociais e promovido diferentes formas de opressão.

A realização de defender uma Tese em Sociologia, em um momento de profunda crise e fortes ataques ao sujeitos coletivos, possibilita-me então um sentimento de alegria e preocupação. O primeiro porque completo um ciclo de formação acadêmica que já vem ocorrendo há dez anos – da graduação ao doutorado. O segundo porque a responsabilidade em lutar pela legitimação e valorização dessa ciência social que escolhi apenas tem aumentado. Quero então reservar esse espaço para agradecer aqueles/as que estiveram ao meu lado durante este longo ciclo.

Inicio fazendo um agradecimento especial ao meu pai, minha mãe e minha irmã – Romero, Sheila e Carol – que estão comigo desde sempre, acompanhando uma trajetória de erros e acertos. O caráter, a perseverança e a hombridade são reflexos de pais que sempre acreditaram na educação como ferramenta de transformação de vidas.

Dedico também a minha família, em especial a minha avó Nininha, que sempre está de braços abertos para me receber em qualquer momento. Aqui fica a eterna saudade de minha outra avó, Maria Teresinha, que partiu durante esse meu percurso.

Faço menção especial a Julliane que esteve comigo por longos doze anos e sempre me apoiou e se dedicou a nossa relação. Com ela conheci o mundo e as experiências vividas me fizeram ser a pessoa que sou hoje. Sempre terá um lugar especial em meu coração.

Aos/às amigos/amigas que estão presentes desde o colegial, em especial: Marcela, que sempre está disposta a oferecer um abraço, um carinho; Barbara, com seus conselhos e dizeres prontos para lhe confortar; Priscilla, uma amiga disponível a qualquer momento. Em particular, a estas mencionadas representando tantos outros/as, são quinze anos de convivência e

cumplicidade participando de forma ativa na vida de cada. Não há palavras suficientes que dimensione a importância destas amigas.

Aos amigos da confraria, em especial Teo, Raphael e Paulo, que compartilhamos aventuras, bebidas e festas. Encontrá-los faz o dia ser um pouco mais alegre e animado. As nossas histórias se multiplicam e espero que não paremos de criar outras.

Aos amigos da graduação e do mestrado, em especial Filipe, Jonas, Joaquim, Rosano e Renato, companheiros de luta e partilhadores de uma visão de mundo possível. Minha admiração e respeito por cada um destes.

Aos amigos/as do doutorado, Claudiovan, Ricardo, Barbara e Victor, com quem dividi momentos únicos e tornaram essa experiência extenuante menos amarga e mais prazerosa.

Aos ex-colegas de trabalho da UFRN, em especial Cesar, Cimone e Gilmar, que me acolheram da melhor forma. Ali comecei a trilhar a docência que tanto me completa hoje.

Aos colegas do curso de Economia de Iguatu, em especial Aline, Altamira, Cicero, Dani, Evânio, Marília, que me aproximaram ainda mais desse campo. Pessoas incríveis com quem compartilho diariamente vitórias e dissabores.

Aos/às amigos/as do curso de Direito de Iguatu, Clara, Manu, Roberta e Sebastião, com estes criei um vínculo único de afeto, admiração e respeito. Espero que a distância não nos afaste e que possamos continuar construindo nossos laços.

A minha amiga Marília que vem dividindo comigo os anseios e desafios da docência em ciências sociais. A conexão estreita que criamos é uma parceria para muitos anos. Estendo a menção a sua companheira, Manu, que se tornou uma grande amiga e com quem compartilho gostos e alegrias.

Não poderia deixar de agradecer aos meus mestres. Primeiro aquele que tem me orientado no doutorado, Prof. Rogério, pela sintonia de ideias e pela sempre disposição. Espero que nossa parceria permaneça e agradeço o apoio fundamental nesse processo.

Em segundo, aos meus orientadores de mestrado e graduação, Prof. Paulo Henrique e Prof. Ricardo Santiago, respectivamente. Aos ensinamentos, a sabedoria e a vivência destas duas pessoas. Permanecem em meus escritos e na conformação do meu pensamento.

Faço menção também à banca que aceitou o convite para participar, as profas Simone Brito e Julia Benzaquen, e os profs. José H. Artigas e Paulo Henrique Martins. Agradeço desde agora as valiosas contribuições, os ensinamentos que posso extrair deles é essencial para dar continuidade a minha formação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao PPGS/UFPB assim como a própria UFPB pelo suporte e apoio nessa longa jornada de 4 anos. Aqui incluo também a CAPES a qual fomentou esta pesquisa e tem um papel fundamental na formação científica brasileira.

Deixo também uma singela lembrança ao centenário de Celso Furtado e Florestan Fernandes, completados nesse ano de 2020. Estes grandes mestres, verdadeiros clássicos do nosso pensamento social, estão presentes nestas paginas assim como ao longo da minha trajetória.

*“A burguesia fede
A burguesia quer ficar rica
Enquanto houver burguesia
Não vai haver poesia”
(Cazuza)*

RESUMO:

O debate sobre desenvolvimento tem se distanciado das reflexões sociológicas e vem sendo monopolizado pelo saber econômico. O economicismo, baseado no imperialismo ortodoxo advindo do avanço da retórica neoliberal e da financeirização do cotidiano desde a década de 1980, esvazia a ideia de desenvolvimento reduzindo-o a um modelo de crescimento econômico que marginaliza outras dimensões da vida social. Diante dessa inquietação, propomos ressignificar a concepção de desenvolvimento a partir do pensamento decolonial e da sociologia econômica francesa. Enquanto o primeiro identifica uma forte tensão entre colonialidade/decolonialidade que remete às disputas dentro do sistema-mundo capitalista/moderno/colonial entre formas de dominação/resistência; o segundo trata de refletir como desenvolvimento deve ser compreendido na totalidade das múltiplas dimensões – seja econômica, política, social, histórica – compreendendo a dinâmica destas de forma processual e relacional. Estabelecido essa ressignificação do desenvolvimento é que propomos analisar **a relação entre possíveis transformações nas estruturas da classe social e a segunda experiência desenvolvimentista brasileira, durante os anos de 2006/14, pautadas na tensão colonialidade/decolonialidade.** Para isso, a primeira parte desta pesquisa trata de desconstruir a ideia hegemônica de desenvolvimento situada na perspectiva economicista da calculabilidade, da previsibilidade e da racionalidade. A partir da crítica da sociologia econômica francesa – através de Bourdieu, Steiner, Boltanski e Lebaron – propomos esmiuçar criticamente a dominação financeira e os alicerces desta: *mercado, sujeito glocal e saber econômico*. Em seguida, buscamos refletir o desenvolvimento dentro da América Latina e Caribe ao longo do pensamento social latino-americano e caribenho desde o desenvolvimentismo dos cepalinos, sendo estes criticados pelos dependentistas, até o pensamento decolonial e a construção da tensão colonialidade/decolonialidade. Neste último verifico a presença de uma matriz de poder colonial exercida pelo sistema-mundo capitalista/moderno/colonial que promove formas de colonialidade do poder, do saber e do ser. As formas de (r)existência se dão através do giro decolonial, movimento de ruptura com a colonialidade, gerando a decolonialidade pautado na desmercadorização, emancipação social e pluralidade dialógica. Reconhecidos os marcos teóricos, procuramos construir uma metodologia baseada em marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade de caráter ambivalente, mediador e interpretativo. Ao referir estes sob o desenvolvimento escolho os três alicerces da dominação financeira – *mercado, sujeito glocal e saber econômico* – e propomos identificar a ambivalência destes no tensionamento entre colonialidade/decolonialidade. Através dessas ferramentas metodológicas, refletimos o universo desta pesquisa que é a segunda experiência desenvolvimentista brasileira e suas políticas sociais economicamente orientadas – salário mínimo, concessão de crédito e programa bolsa família – situadas durante o segundo governo Lula (2007-2010) e o primeiro da Dilma (2011-2014). Posteriormente, com uso também dos marcadores, verificamos se houve de fato possíveis transformações da estrutura de classes sociais no Brasil a partir da relação desta com o modelo desenvolvimentista recente. Ao final, embasado no tensionamento colonialidade/decolonialidade, debatemos sobre os limites das mudanças empreendidas pelo recente desenvolvimentismo brasileiro. Aqui ao não confrontar outros elementos que colonizam o nosso cotidiano – como raça e gênero - e o par privilégio/opressão, não se conseguiu promover rupturas decoloniais para modificar o entrecruzamento de múltiplas formas de dominação e de classificação social demonstradas pelo diálogo entre pensamento decolonial e interseccionalidade.

PALAVRAS-CHAVES: Classes sociais; colonialidade/decolonialidade; desenvolvimento; interseccionalidade; pensamento social latino-americano e caribenho; sociologia econômica francesa.

ABSTRACT:

The debate on development has distanced itself from sociological reflections and has been monopolized by economic knowledge. Economicism, based on orthodox imperialism spurned by the advancement of neoliberal rhetoric and the financialization of everyday life since the 1980s, empties the idea of development by reducing it to a model of economic growth that marginalizes other dimensions of social life. In the face of this restlessness, we propose to resignify the conception of development from decolonial thought and French economic sociology. While the former identifies a strong tension between coloniality/decoloniality that refers to disputes within the capitalist/modern/colonial world-system between forms of domination/resistance; the second is to reflect how development should be understood in all the multiple dimensions – whether economic, political, social, historical – understanding their dynamics in a procedural and relational way. Once this resignification of development is established, we propose to analyze the relationship between possible transformations in the structures of the social class and the second Brazilian developmental experience, during the years 2006/14, based on coloniality/decoloniality tension. For this, the first part of this research is to deconstruct the hegemonic idea of development situated in the economic perspective of calculability, predictability and rationality. From the critique of French economic sociology – through Bourdieu, Steiner, Boltanski and Lebaron – we propose to critically scrutinize the financial domination and the foundations of this: market, glocal subject and economic knowledge. Next, we seek to reflect the development within Latin America and the Caribbean throughout Latin American and Caribbean social thought from the developmentalism of the cepalinos, which are criticized by dependentists, to decolonial thinking and the construction of coloniality/decoloniality tension. In the latter I see the presence of a matrix of colonial power exercised by the capitalist/modern/colonial world-system that promotes forms of coloniality of power, knowledge and being. The forms of (r)existence take place through the decolonial gyros, a movement of rupture with coloniality, generating decoloniality based on demarketization, social emancipation and dialogical plurality. Once the theoretical frameworks are recognized, we seek to build a methodology based on social markers of coloniality/decoloniality tension of ambivalent, mediating and interpretative character. By mentioning these under development I choose the three foundations of financial domination – market, glocal subject and economic knowledge – and we propose to identify their ambivalence in the tension between coloniality/decoloniality. Through these methodological tools, we reflect the universe of this research that is the second Brazilian developmental experience and its economically oriented social policies – minimum wage, credit grant and family grant program – located during the second Lula administration (2007-2010) and the first of Dilma (2011-2014). Later, with the use of markers, we verified if there were in fact possible transformations of the structure of social classes in Brazil from its relationship with the recent developmental model. In the end, based on the tension coloniality/decoloniality, we debated about the limits of the changes undertaken by the recent Brazilian developmentalism. Here, by not confronting other elements that colonize our daily lives – such as race and gender – and the pair of privilege/oppression, it was not possible to promote colonial ruptures to modify the intersection of multiple forms of domination and social classification demonstrated by the dialogue between decolonial thinking and intersectionality.

KEYWORDS: Social classes; coloniality/decoloniality; development; intersectionality; Latin American and Caribbean social thinking; French economic sociology.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1 – Distribuição percentual da população segundo cor/raça - Brasil, 1998 a 2015	162
GRÁFICO 2 – Distribuição percentual da população segundo sexo e cor/raça - Brasil, 2015	162
GRÁFICO 3 – Distribuição Percentual da População Feminina branca, segundo Situação de Pobreza Definida com Base no Programa Brasil sem Miséria, 2001-2015	163
GRÁFICO 4 – Distribuição Percentual da População Feminina Negra, segundo Situação de Pobreza Definida com Base no Programa Brasil sem Miséria, 2001-2015	164
GRÁFICO 5 – Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres brancas, segundo faixa de renda familiar <i>per capita</i> , no brasil de 2001-2015	165
GRÁFICO 6 - Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres negras, segundo faixa de renda familiar <i>per capita</i> , no brasil de 2001-2015	166
QUADRO 1 – A resignificação dos alicerces da dominação financeira pela crítica da sociologia econômica francesa	54
QUADRO 2 – A tensão colonialidade/decolonialidade	77
QUADRO 3 – Os marcadores sociais da tensão entre colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento	85
QUADRO 4 – A associação entre a resignificação da sociologia econômica francesa e os marcadores sociais da tensão entre colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento	85-86
QUADRO 5 – Velho e Novo Desenvolvimentismo	88
QUADRO 6 – O desenvolvimentismo na tensão colonialidade/decolonialidade	139
TABELA 1 – Pirâmide Socioeconômica	122

ABREVIACÕES:

BID – Banco Interamericano de desenvolvimento

Banco Mundial

FED - Federal Reserve

FMI - Fundo Monetário Internacional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

OMC - Organização Mundial do Comercio

ONU - Organizações das Nações Unidas

PSEOs – Políticas Sociais Economicamente orientadas

PIB – Produto Interno Bruto

PBF - Programa Bolsa Família

PAC - Programa de Aceleração de Crescimento

SM - Salário Mínimo

TICs – Tecnologias de informação e comunicação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – O DESENVOLVIMENTO EM DESCONSTRUÇÃO	15
1. O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITALISMO	33
1.1. A crise fordista e o processo de globalização recente	33
<i>1.1.1. As redes digitais: das TICs ao ciberespaço</i>	35
<i>1.1.2. A economia global</i>	36
<i>1.1.3. O Estado-nação</i>	38
<i>1.1.4. Os processos de formação do sujeito glocal</i>	39
1.2. O discurso neoliberal e a hegemonia financeira na globalização	40
1.3. A (nova) sociologia econômica	43
<i>1.3.1. A importância do pensamento bourdieusiano na sociologia econômica Francesa</i>	45
<i>1.3.2. Mercado, Sujeito e Saber econômico no pensamento pós-bourdieusiano na sociologia econômica francesa</i>	50
1.4. Desenvolvimento como um fenômeno multifacetado da realidade social: uma reflexão a partir crítica da sociologia econômica francesa	55
2. A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E AMÉRICA LATINA E CARIBE: do desenvolvimentismo à tensão colonialidade/decolonialidade	58
2.1. Cepalinos: a construção do desenvolvimentismo	60
2.2. Dependentistas: a crítica ao desenvolvimentismo	63
<i>2.2.1. Os teóricos reformistas da dependência</i>	65
<i>2.2.2. Os teóricos da revolução do dependentismo</i>	66
2.3. O pensamento decolonial: a tensão colonialidade/decolonialidade	68
2.4. A relação entre periferia, dependência e colonialidade	78
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	81
3.1. A metodologia decolonial: a análise pelos marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade	81
3.2. O desenvolvimentismo brasileiro recente	86
3.3. O estudo sobre classes sociais no Brasil	91
3.4. Operacionalização da análise	97

4. O RETORNO DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL	99
4.1. De Lula a Dilma: as ambivalências dentro da segunda experiência desenvolvimentista brasileira	99
4.2. Políticas sociais economicamente orientadas	107
4.3. O desenvolvimentismo e as PSEOs no tensionamento colonialidade/decolonialidade	115
5. A ESTRUTURA DE CLASSES SOCIAIS NO BRASIL RECENTE	120
5.1. Brasil: um país de classe média?	120
5.2. A nova classe trabalhadora: batalhadora, precariada e de consumo tardio	124
5.3. As classes sociais no tensionamento colonialidade/decolonialidade	134
5.4. Formação e fratura do Lulismo	139
6. A MEDIANIZAÇÃO PRECARIZADA: OUTROS ELEMENTOS	142
6.1. A interseccionalidade: a complexificação da medianização precarizada	143
6.2. As relações raciais no Brasil	146
6.3. As relações de gênero no Brasil	153
6.4. O feminismo amefricano e ameríndio no Brasil	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177

INTRODUÇÃO – O DESENVOLVIMENTO EM DESCONSTRUÇÃO

1.1. O desenvolvimento em desconstrução

A presente tese é fruto de uma longa reflexão gestada ainda na graduação, com a monografia “Uma análise do discurso hegemônico neoliberal à brasileira”¹ (LIRA, 2013), e continuada no mestrado, com a dissertação “O (novo) desenvolvimentismo brasileiro”² (LIRA, 2015). A escolha do debate sobre desenvolvimento é necessária visto o distanciamento desse campo de estudo no pensamento sociológico, porém ainda presente no cotidiano e no saber comum, tão atuantes na vida social.

A significação do termo desenvolvimento, seja ontem e hoje, permanece dominada pelo capitalismo e as suas faces. Wallerstein (2007) já identifica tal simbiose ao apontar a expansão do sistema-mundo capitalista sob a égide de diferentes países hegemônicos. Dussel (2000) observa como o “descobrimento” do outro continente – a América – é fundamental para estabelecer a Europa como modelo de modernização. Mignolo (2007), ao estabelecer o par modernidade-colonialidade, verifica como este foi fundamental para o progresso socioeconômico de poucas sociedades em detrimento de tantas outras. Associa-se, portanto, padrões de evolução, de crescimento econômico e formas de progresso à perspectiva do desenvolvimento, modelando as estruturas sociais em hierárquicas, excludentes e opressoras (GROSFOGUEL, 2010).

Nesse sentido, o que propomos ao longo desse trabalho é desconstruir a ideia de desenvolvimento associada somente aos anseios capitalistas de crescimento econômico ilimitado, voltando-se para experiências que explorem formas de solidariedade e de emancipação social (SANTOS, 2007). Para isso, é necessário ressignificar desenvolvimento a partir do pensamento diverso do decolonial (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007) e da sociologia econômica francesa (BOURDIEU, 1979; 2005; 2006).

A **decolonialidade**, fundada na diversidade epistemológica latino-americana e caribenha, ganha contornos no fim da década de 1980 como uma resposta aos avanços do neoliberalismo na região. O pensamento decolonial traz ao centro do seu debate o desenvolvimento, termo esse desidratado pela ortodoxia econômica liberal que o reduz apenas a crescimento econômico (ESCOBAR, 2011; 2012). Aqui, os/as autores/as refletem como o

¹ Sob a orientação do Professor Doutor Ricardo de Lyra Santiago.

² Sob a orientação do Professor Doutor Paulo Henrique Martins, sendo bolsista CAPES.

desenvolver das últimas décadas tem se limitado, especialmente na América Latina e Caribe, à exploração de produtos primários³, à manutenção da concentração de riqueza/renda, da desigualdade e das formas de vulnerabilidade social.

O desenvolvimento para ser ressignificado pelo pensamento decolonial precisa que seja desconstruído a colonialidade do poder e a matriz de poder colonial (QUIJANO, 2000). Em outras palavras, é necessário enfrentar as formas de exploração/opressão/violência demandadas pelo capital financeiro que sustentam o sistema-mundo capitalista, este promotor de uma partilha territorial e econômica emergido a partir do imperialismo capitalista (FERNANDES, 2009).

Todavia, antes de empreender uma crítica decolonial, buscamos localizar o desenvolvimento associado com o capitalismo financeiro através da sociologia econômica francesa. O intuito é desmitificar o reducionismo economicista e apontar que os fenômenos econômicos são objetos passíveis da análise sociológica. Aqui tratamos de identificar por quais elementos se edificam uma concepção estritamente econômica do desenvolvimento, de matriz ortodoxa, pautada no neoliberalismo e na dominação financeira. Pensadores como Bourdieu (2005), Steiner (2006), Lebaron (2018), Boltanski e Chiapello (2009) vão nos ajudar a refletir como este fenômeno é multifacetado e está imerso na ordem social.

O desenvolvimento é a expressão de como diferentes dimensões – políticas, econômicas, sociais, morais, culturais – relacionam-se entre si exercendo influência sobre determinado fato social. No caso desta tese é verificar como aspectos políticos, históricos e sociais são influentes na construção da ideia de desenvolver. Bourdieu vai criticar como a ortodoxia economicista trata os fenômenos econômicos de forma abstrata e como elemento separado da ordem social.

O desenvolvimento, então, pelo viés ortodoxo é um modelo de crescimento econômico promotor de geração de riquezas e rendas. Em contrapartida, ao trazer a sociologia econômica, especialmente a francesa, reflito desenvolvimento como um modelo promotor de mudanças sociais regido por uma dinâmica processual e relacional com as dimensões políticas, históricas e sociais. Como exemplo, a elevação da renda individual/familiar, por exemplo, não gera apenas um aumento no consumo ou na demanda e oferta, possibilita também o acesso a bens de consumo duráveis, a serviços sociais e culturais privados (POCHMANN, 2014; SCALON;

³ Processo identificado como reprimarização (GUDYNAS, 2010).

SALATA, 2012) induzindo a uma qualificação do bem-estar social, mesmo estando este sob a égide do capitalismo financeiro.

A complexidade dentro da perspectiva do desenvolvimento é extensa, sendo necessário um debate profundo de como pensar modelos de desenvolvimento que promovam a qualificação da vida em todos os âmbitos, possibilitando formas de emancipação social. O direito à vida, ao ser comercializado, apenas tem gerado pobreza e desigualdades que conformam o sistema-mundo capitalista.

1.2. A tensão colonialidade/decolonialidade

A forte associação do desenvolvimento com o capitalismo permite-nos afirmar que o ideal de modernidade se situa presente na constituição de um imaginário hegemônico de progresso e crescimento econômico. Diante disso, torna-se necessário buscar outras formas de saberes que não estejam vinculadas acriticamente ao conhecimento moderno ocidental, visto seu universalismo e monologismo (SANTOS, 2008). O reconhecimento de modernidades múltiplas ou alternativas (TAVORALO, 2008) permite nos direcionar para uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007) que reconhece e valoriza outras vivências e formas de pensamento. Nesse sentido, é que buscamos pautar esta pesquisa na tensão colonialidade/decolonialidade, reconhecendo-a como unidade analítica que permite capturar criticamente as relações de dominação e classificação social dentro do sistema-mundo capitalista/moderno, em especial a condição subalterna da América Latina e Caribe.

Os diversos saberes latino-americano e caribenho, situados à margem do pensamento moderno ocidental, trazem consigo reflexões e vivências plurais essenciais para a compreensão da vida social cotidiana. Na década de 1990, um grupo de pesquisadores⁴ latino-americanos e caribenhos, radicados como docentes nos EUA, passaram a se reunir e promover encontros, atividades e publicações acadêmico-políticas em torno desses diferentes conhecimentos propondo uma forte e consistente crítica teórico-prática ao sistema mundo capitalista/moderno/eurocêntrico/colonial/patriarcal (CASTRO-GOMEZ; GROSGOQUEL, 2007). Inaugurava-se aqui um **programa de investigação reconhecido como grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)** (ESCOBAR, 2003), que posteriormente, a partir dos anos

⁴ Anibal Quijano, Enrique Dussel, Catherine Walsh, Emmanuel Wallerstein, Edgardo Lander, Nelson Torres-Maldonado, Santiago Castro-Gomez, Arturo Escobar, Ramon Grosfoguel, Walter Mignolo (BALLESTRIN, 2013).

2000, passaria a ser considerado também uma **rede de investigação** dada a diversidade de pesquisadores/as espalhadas pelo mais diferentes locais. O conceito de Santos (2007; 2008) referente a uma sociologia das ausências, ou seja, legitimar e reconhecer saberes invisibilizados e/ou ausentes do imaginário hegemônico, comporta-se de forma adequada à perspectiva que vem sendo fundamentada pelo M/C.

O M/C identifica que a modernidade e o capitalismo, enquanto referenciais eurocêntricos, são faces de um único processo que apenas se completa com o reconhecimento da sua face obscura, a colonialidade (MIGNOLO, 2017), esta como determinante para a imposição de classificações sociais e formas de dominação. O desenvolvimento, em decorrência da sua associação tanto ao moderno quanto ao capitalismo só foi possível pelo processo de colonização das periferias pela Europa, com destaque para a América Latina e Caribe. Os/as autores/as do M/C enfatizam que mesmo após o processo de independência da maior parte dos países latino-americanos e caribenhos persistiram legados coloniais (QUIJANO, 2000), ou seja, formas de exploração/opressão/violência que se mantêm como mecanismos produtores e reprodutores de divisões e hierarquizações sociais (GROSFUGUEL, 2010).

Quijano vai afirmar que enquanto o **colonialismo** é um processo circunscrito a um dado período histórico, a manutenção de situações coloniais, centrada no par sujeitos superiores/inferiores, é uma legado histórico de poder que se insere nas mais diversas dimensões, seja política, econômica, social, cultural, moral, denominada de **colonialidade**. O imperialismo estadunidense tão presente na América Latina e Caribe, especialmente a partir do século XX, não precisou/precisa da presença da figura da colônia para impor suas vontades e interesses. A diferença entre “colonialismo” e “colonialidade”, é para enfatizar que os processos de independência não encerraram a experiência de “colonizados” das antigas colônias. Em vez disso, o que ocorreu foi a manutenção de um legado colonial que se inscreveu nas próprias estruturas das sociedades colonizadas. É uma condição do poder tal qual ele se configura historicamente nessas sociedades. E como tal, ela opera através de mecanismos específicos, capazes de estruturar relações hierarquizadas tanto a um nível geopolítico (de dominação entre povos e nações), quanto a um nível interpessoal, na conformação de subjetividades e comportamentos. Segundo Quijano (2010), há três eixos de poder articulados que promovem a classificação social e formas de dominação – trabalho (classe), raça e gênero, sendo estes alguns dos mecanismos geradores de hierarquizações, nas relações entre pessoas, grupos, regiões, povos e nações. A **colonialidade do poder** (QUIJANO, 2000), então, é uma estrutura que

continua a colonizar dentro do sistema mundo capitalista/moderno gerando relações de dominação e classificação social através de uma **matriz de poder colonial** exercida nas formas de exploração/opressão/violência.

A partir dessa matriz podemos identificar o estabelecimento do **par privilégio/opressão** que é fomentado pela condição de desenvolvimento atrelada à classificação dentro da divisão geopolítica internacional que prioriza o capital e o crescimento econômico de poucos, promovendo a concentração da renda, de riqueza e de poder. **Não somente isso, como a colonialidade se faz presente nos Estados-nação internamente**, denominado por Casanova (2009) de **colonialismo interno**. A homogeneização promovida pela ideia de nacionalidade invisibilizou e subalternizou diferentes grupos sociais em vista da manutenção das formas de classificação social, resultantes da colonialidade do poder. Na América Latina e Caribe, isso é evidenciado na permanência de oligarquias e elites, formadas ainda no período colonial, que mantém uma ordem social extremamente desigual (FERNANDES, 2009).

O M/C então aponta para a necessidade de resgatar/construir pensamentos decoloniais advindos das experiências e dos saberes “ilegítimos” latino-americanos e caribenhos. A decolonialidade, de matriz diversa e plural, é o caminho inverso dessa colonialidade, pautada em situações de emancipação social e do bem-comum tanto dos sujeitos como das coletividades (GROSFOGUEL, 2010). Para isso é preciso promover o **giro decolonial** (CASTRO-GOMEZ; GROSFOGUEL, 2007) que é um movimento de ruptura com a colonialidade e com as relações de dominação e classificação social. O rompimento aqui é decorrente da rememoração/construção dos diferentes saberes prático-teóricos, sejam aqueles produzidos no ambiente acadêmico, nas vivências cotidianas, em movimentos sociais e nas ações coletivas, e/ou no diálogo entre esses. O giro decolonial se propõe a promover, de forma associada, a resistência e a existência – (r)existência – ante as formas de exploração/opressão/violência impostas pelo sistema mundo moderno/capitalista.

Estabelecido o M/C e a construção do seu pensamento crítico latino-americano e caribenho, propomos que para promover uma análise desconstrutiva sobre o desenvolvimento é preciso situar este na constante tensão entre colonialidade/decolonialidade. Visto que a ortodoxia econômica se revela como pertencente ao imaginário da colonialidade, pois centra-se numa matriz de poder colonial advinda do sistema-mundo capitalista/moderno/colonial. Aqui, a dominação financeira da vida cotidiana promove formas constantes de exploração/opressão/violência que relega o direito à vida e ao bem-estar social a um mero apêndice do livre-mercado, mantenedor de divisões sociais hierárquicas e subalternizadas. Na

face oposta está a decolonialidade, movimentos, saberes e experiências que se propõem a criticar e romper com as formas coloniais da vida social.

A tensão colonialidade/decolonialidade caracteriza-se, por um lado, de situações coloniais – como a dicotomia centro/periferia, a pobreza, a racialização e o patriarcalismo - que se mantêm mesmo após o fim da colonização gerando uma colonialidade sentida tanto pelo poder, como pelo saber e pelo ser (MALDONADO-TORRES, 2008; MARTINS, 2012). Por outro, a decolonialidade se caracteriza como um movimento de desconstrução, rompimento e utopias – esta representada pela emancipação, desmercadorização e pluralidade dialógica⁵.

Os dois polos do tensionamento, circunscritos na vida social cotidiana, são necessários para a desconstrução da associação do desenvolvimento com o capitalismo. Mas através de que ferramentas é possível analisar essa tensão? Para isso, trago os três alicerces da dominação financeira – *mercado, sujeito glocal e saber econômico*⁶ – reposicionando-os como **marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade** (MARTINS; BENZAQUEN, 2017) referentes ao desenvolvimento.

Os marcadores da tensão entre colonialidade/decolonialidade, caracterizados por sua ambivalência interpretativa, possibilitam analisar os eixos centrais dessa pesquisa: a relação entre o modelo de desenvolvimento brasileiro – a segunda experiência desenvolvimentista –, as políticas sociais economicamente orientadas e possíveis transformações na estrutura de classes sociais, durante os anos petistas, verificando os tensionamentos existentes nessa concepção de desenvolvimento. Através destes abre-se a possibilidade de novas chaves analíticas acerca de um período de consideráveis mudanças sociais, políticas e econômicas, elementos necessários para refletir o desenvolvimento como um fenômeno multifacetado.

1.3. A dominação financeira no capitalismo periférico e dependente

Apresentado o pensamento decolonial é necessário compreendermos, de maneira breve, como o capitalismo contemporâneo tem se configurado nas últimas décadas. Para isso é necessário resgatar o termo imperialismo, cuja teoria marxista clássica advém de Lenin (2008). Entendendo este como o estágio avançado do capitalismo, iniciado ao fim do século XIX, o sistema capitalista deixa seu aspecto concorrencial para aquele monopolista que, por sua vez, fundamenta-se na composição de vários ramos em uma única empresa, com destaque para as

⁵ Esses temas serão tratados no capítulo 2.

⁶ Esses temas serão tratados no capítulo 1.

indústrias bélicas. A formação de grandes monopólios tinha/tem como objeto a dominação dos mercados – seja o interno, para posteriormente, o externo. Aprofunda-se o capitalismo tanto para dentro como expande-se para fora, baseado em uma relação assimétrica de dominação e dependência.

Segundo Lenin (2008, p. 20), o imperialismo possui cinco aspectos fundamentais:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Em uma atualização recente do imperialismo, Harvey (2011a) identifica três estágios: i) a clássica, que perdurou no período das duas guerras mundiais, tendo como expressão máxima a corrida armamentista e sua decadência a partir da crise da bolsa de Nova York; ii) a de acumulação fordista, baseada na regulamentação do mercado pelo Estado e na formação de sistemas de proteção social, sendo os anos dourados de maior expansão e sua crise do preço do petróleo; iii) e a de acumulação flexível, a partir dos anos de 1970 até os dias atuais, organizada em torno da financeirização da vida social e a flexibilização das relações trabalhistas e econômicas, expressada na globalização neoliberal. Situamo-nos nesta terceira etapa, cuja dominação financeira se estabelece na colonialidade sobre o cotidiano.

Como os aspectos fundamentais do imperialismo, apresentados por Lenin caracteriza essa dominação financeira? Os monopólios agora se expandem ainda mais, formando verdadeiros conglomerados e/ou holdings, que concentram diferentes marcas e empresas (subsidiárias). O capital financeiro aprofunda-se, sendo organizado por uma elite transnacional, mas também estando presente no cotidiano e na aprendizagem da educação financeira. A exportação de capitais torna-se mais móvel e flexível, articulando tanto o capital produtivo como fictício, especialmente com os avanços tecnológicos. A formação de grandes cinturões econômicos que influenciam em tomadas de decisões locais. E a permanência do partilhamento do mundo, seja pela militarização, mas especialmente pelo consumo buscando uma universalização dos elementos socioculturais.

Os anos de 1970/80, os preceitos ortodoxos tornaram-se hegemônicos, esvaziando o debate sobre desenvolvimento pelo discurso do crescimento econômico e trazendo modelos baseados no neoliberalismo. Aqui, a globalização econômica promoveu a formação de uma economia mundial financeirizada, desregulamentando a economia do Estado e concentrando a riqueza e a renda (CATTANI, 2005; 2007; 2010; 2019). O *mainstream* econômico neoliberal julga que as forças de mercado são suficientes para combater as formas de desigualdades, principalmente focalizando na capacidade individual de cada sujeito (FRIEDMAN, 1985). O mérito e a competitividade, nesse modelo, possibilitariam a conquista do bem-estar social sem depender do Estado (HAYEK, 2017).

A **dominação financeira** (GRUN, 2004), portanto, estabelece-se sobre a promessa do crescimento econômico para todos. É nessa definição esvaziada de desenvolvimento que tratamos de trazer a sociologia econômica francesa, especialmente a construída inicialmente por Bourdieu e aprofundada por Boltanski e Chiapello (2009), Steiner (2006) e Lebaron (2012). Os francófonos, ao identificarem uma crescente hegemonia do ortodoxismo econômico como forma de análise cotidiana e visão de mundo, passam a questionar o excessivo abstracionismo assim como o isolamento da dimensão econômica da ordem social. Os fenômenos econômicos podem e devem ser estudados pela sociologia, a partir de suas ferramentas teórico-metodológicas, contribuindo para um diálogo horizontal e plural.

Nesse intuito, que resgatamos a sociologia econômica, buscando essa contribuição crítica para ampliar os horizontes de desconstrução da ideia de desenvolvimento associada ao capitalismo, não estando restrita aos saberes latino-americanos e caribenhos. A consolidação dos elementos capitalistas ao ocorrerem primeiro nos ditos países centrais, são estes que sofrem outras formas de exploração/opressão/violência propagadas pelo colonialismo interno. Se nas “periferias do mundo” as relações de dominação são exercidas externamente e internamente, nos países que “comandam” o capitalismo a classificação social ocorre internamente invisibilizando e silenciando sujeitos coletivos a partir dos eixos classe/raça/gênero. Identificar o desenvolvimento como um fenômeno multifacetado, aqui, possibilita caminhar na desconstrução de uma percepção monolítica da realidade, em que suas mais variadas dimensões são por vezes preteridas pela análise econômica, e, assim, observar como as relações de dominação se articulam com a matriz de poder capitalista.

O diálogo horizontal entre saberes do Norte – sociologia econômica francesa – e do Sul – saberes latino-americanos e caribenhos – é a possibilidade de se construir uma crítica social ainda mais robusta. Nisso, tratamos de reposicionar a partir da tensão

colonialidade/decolonialidade os alicerces da dominação financeira – *mercado, sujeito glocal e saber econômico*. A colonialidade e o ortodoxismo tratam de reconfigurar estes como: i) o mercado sendo central à vida social, porém é analisado como um campo autônomo – o bem-estar, o progresso, a liberdade individual são conquistadas, recompensadas e merecidas através do esforço dentro desse campo; ii) o sujeito racionalizado agora é enredado por teias e fluxos, pela financeirização do cotidiano e pela necessidade do retorno financeiro em curtos e médios prazos; iii) o economicismo torna-se o saber hegemônico, é necessário compreender a matemática financeira, racionalizando as vivências.

Estabelecidos o imperialismo e sua fase mais recente, a dominação financeira, é importante pontuar que a formação do capitalismo latino-americano e caribenho, incluindo o brasileiro, é singular dentro do desenvolvimento do sistema capitalista. A região encontra-se, desde a formação desse sistema econômico mundial, em uma posição periférica e dependente – seja na situação colonial até o imperialismo do capital monopolista e financeiro (FURTADO, 2007; 2008).

Enquanto a representatividade do centro do sistema capitalista limita-se ao domínio do **G8**⁷, a periferia se detém em diferentes camadas de nível de desenvolvimento e numa capacidade reduzida de influenciar as tomadas de decisão na geopolítica internacional. O Brasil se coloca aqui, sendo parte importante entre estes da periferia, um destacado sujeito na definição da política regional. Contudo, o capitalismo aqui é dependente de um desenvolvimento estabelecido nos centros financeiros e nas marcas imperialistas. O dependentismo configura um capitalismo, cujo desenvolvimento não é autônomo e nem autossustentado (MARINI, 2008).

1.4. Modelos de desenvolvimento e o heterodoxismo

Estabelecidos o pensamento diverso decolonial e a crítica da sociologia econômica francesa que permite localizar a associação entre desenvolvimento e dominação financeira, tratemos da materialização das ideias de desenvolvimento. Essa circunscreve-se na construção de modelos/projetos que proponham progressos, avanços e/ou mudanças nas diferentes esferas políticas, econômicas, sociais e morais. Contudo, a perspectiva multifacetada tratou de ser reduzida, em muitos momentos, para um fenômeno limitado ao discurso do crescimento econômico, cuja análise estaria desconsiderando-o como um elemento multidimensional da

⁷ Grupo das oito principais economias do mundo.

realidade. Essa visão distante da realidade social não se coloca como um consenso dentro do próprio saber econômico, distinguindo dois campos antagônicos do debate: i) de um lado aqueles vinculados à ortodoxia econômica, dando centralidade à calculabilidade e à matemática, com a economia como um campo dissociado da política, do social; ii) do outro, aqueles estabelecidos na heterodoxia econômica, com uma visão historicista e estruturalista, associando a economia à vida social (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Aqui localizamos como a perspectiva heterodoxa da economia traz uma outra visão do desenvolvimento, ainda que associada ao capitalismo. O fenômeno multifacetado e a busca em alinhar crescimento econômico e inclusão social encontra-se no centro da sua proposta de modelo. Os preceitos heterodoxos estiveram atuantes, especialmente no pós-segunda Guerra Mundial, seja no Keynesianismo e na proposta de regulamentação da economia, em que o Estado intervinha nas irregularidades do mercado (HARVEY, 2011a); ou no modelo de Estado de bem-estar social, em que além de intervir na economia, propunha sistemas de proteção social garantindo o acesso igualitário a direitos sociais (ESPING-ANDERSEN, 1991). Ainda é possível citar, o nacional-desenvolvimentismo na América Latina, em que o Estado seria um promotor do desenvolvimento, principalmente, investindo na industrialização nacional e fortalecendo um mercado interno autônomo em relação aos países centrais (RODRIGUEZ, 2009).⁸

Os modelos heterodoxos tendem a trazer uma ideia de desenvolvimento aproximada deste como um fenômeno multifacetado, considerando outros elementos que não apenas a utopia do crescimento econômico ilimitado, distanciando-se da ortodoxia. Seria esse o caminho para desconstruir a ideia de desenvolvimento esvaziado pelo discurso do crescimento econômico? Para responder torna-se necessário trazer o debate referente às políticas sociais, parte nuclear desse modelo de desenvolvimento (KERSTENETZKY, 2014b). Nesse sentido, a política social não deve ser compreendida apenas como ferramenta necessária para solucionar problemas gerados pelo sistema capitalista e o seu economicismo (KERSTENETZKY, 2014a). A premissa está nas múltiplas possibilidades que o social pode proporcionar a uma ideia de bem comum para a coletividade. Ou seja, políticas voltadas para a construção e fortalecimento nas áreas da educação, saúde, seguridade social, transporte e saneamento.

Tal perspectiva tem origem na adoção do Keynesianismo estadunidense, que possibilitou a recuperação econômica e social através da intervenção do Estado nas políticas

⁸ Aqui teríamos a primeira experiência desenvolvimentista no Brasil, característica das décadas de 1950 e 1960.

econômicas assim como programas sociais para reinserir a população no mercado de trabalho (HARVEY, 2011a). Posteriormente, temos a construção, durante o pós-segunda guerra, dos Estados de bem-estar social em diversos países Europeus, que tratou de amplificar a premissa das políticas sociais. Baseadas na materialização dos direitos sociais, introduziu-se a experiência de políticas sociais universalistas (KERSTENETZKY, 2014a), a qual referia-se em garantir, através do ativismo estatal, o acesso à saúde, educação e assistência social a toda a população, sem distinções. Os resultados dessas experiências confirmaram-se décadas depois, em que se verificava o desenvolvimento pleno tanto dos indivíduos como do coletivo, compartilhando o bem comum.

A partir dos anos 1980, em especial nos principais centros europeus, em virtude da prática do receituário neoliberal e da lógica economicista, os sistemas de bem-estar social encontraram-se em situações de desinvestimento, ou seja, corte nos gastos sociais e delegação dos serviços sociais ao privado (HARVEY, 2011a), cuja lógica baseia-se quanto maior poder aquisitivo, melhor o serviço oferecido. Aqui, verifica-se uma crescente mercantilização dos direitos sociais (KERSTENETZKY, 2010), que deixam de exercer um papel de bem comum para a coletividade e passa a funcionar como elemento a ser consumido por cada indivíduo, dependendo do seu poder de compra. Situação essa, não tão distante quanto a realidade dos países latino-americanos e caribenhos, que se torna mais agravada em virtude da profunda desigualdade, pauperização e vulnerabilidades sociais da região.

Como exemplo temos o Brasil, que em sua Constituição está garantido os direitos sociais como saúde, educação, trabalho e previdência social a todos sem distinções, além de um sistema de proteção social: a política de assistência social, o sistema público de saúde (SUS) e a previdência social – políticas de cunho universalistas. Entretanto, a vinda do neoliberalismo nos anos 90, implicou no corte dos gastos sociais, produzindo o sucateamento dos serviços de bem-estar social. O processo de mercantilização das políticas sociais, agravou ainda mais a realidade desigual e excludente, restringindo as mesmas ao desenho, exclusivo, de políticas focalizadas e compensatórias (SOARES, 2001). Nesse caso, programas de combate à fome, por exemplo, reduzia-se a distribuição de cestas básicas em regiões paupérrimas.

É diante dessa longa disputa, entre o ortodoxismo e o heterodoxismo econômico, que o termo desenvolvimento é significado de tempos em tempos. A tese, a partir de um arcabouço sociológico Sul-Norte, busca trazer outras ferramentas para ressignificar o termo desenvolvimento, sem desconsiderar a contribuição analítica da economia heterodoxa. **Se podemos afirmar que o ortodoxismo reproduz os elementos de dominação da**

colonialidade, em que posição o heterodoxismo e, particularmente, as experiências desenvolvimentistas latino-americanas e caribenhas se encontram?

1.5. O desenvolvimentismo brasileiro

Os anos 2000 na América Latina e Caribe trazem consigo mudanças consideráveis nos projetos político-partidários na região, visto que o imperialismo neoliberal, liderado pelos EUA e os Consensos de Washington, aprofundaram as desigualdades e as situações de pobreza. O caso brasileiro, apresenta-se como protagonista, em decorrência da ascensão do Partido dos Trabalhadores e de um modelo de desenvolvimento que trazia consigo elementos desenvolvimentistas. É importante lembrar que, segundo Cepêda, entre os anos de 1930 a 80 ocorre a primeira experiência desenvolvimentista brasileira, denominada de nacional-desenvolvimentismo. Concordo com Bielschowsky (2004) e Fiori (2003) que este período é extremamente heterogêneo, especialmente pela presença de um autoritarismo que se renova de tempos em tempos. Retomando a Cepêda (2012 p.79), temos a seguinte definição sobre desenvolvimentismo: “(...) de maneira geral, pode-se definir desenvolvimentismo como um projeto de transformação social profunda, operada politicamente de maneira racional e orientada pelo Estado, vinculando economia e avanço social”.

Destacamos aqui o pioneirismo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) que ao imprimir sua leitura sobre desenvolvimento identificou uma relação desigual entre países que se encontram no centro⁹, exportadores de produtos manufaturados com alto valor agregado, e aqueles na periferia¹⁰, exportadores de matéria-prima de baixo valor. Nesse sentido, autores cepalinos como Prebisch e Furtado, inauguram ainda nos anos de 1950 uma importante crítica à perspectiva de um desenvolvimento não pautado apenas no econômico, mas que reconhece as desigualdades estruturais e as especificidades de uma região na periferia dos sistema-mundo capitalista/moderno.

Situado o berço do desenvolvimentismo, retomemos a um dos elementos do objeto desta pesquisa, os governos Lula e Dilma. A partir de Singer (2018) e Boschi e Gaitan (2013) denomino o modelo implementado nesse período de segunda experiência desenvolvimentista brasileira, um projeto político em si bastante heterogêneo, tendo inicialmente uma matriz econômica neoliberal, para posteriormente, implementar políticas sociais economicamente

⁹ Destaque para E.U.A., Alemanha, Inglaterra e França.

¹⁰ Destaque para a América Latina e Caribe.

orientadas (PSEOs) de cunho desenvolvimentista (KERSTENETZKY, 2014a). Segundo Singer (2009) se verifica, aqui, um modelo baseado num pacto “conservador” entre diferentes classes brasileiras que possibilita reformas graduais, mas sem romper com o lugar periférico e dependente brasileiro no sistema-mundo capitalista/moderno/colonial.

Para países como Brasil e demais regiões da América Latina e Caribe, apenas políticas focalizadas que não estejam associadas à políticas universais, tornam-se insuficientes ante o agravamento da desigualdade e marginalização social. Em referência a isso, nos anos 2000, governos vinculados a modelos de desenvolvimento heterodoxos implementaram políticas sociais distributivas de desenho focalizado destinado a um grupo massivo da população (SENA, 2014). Aqui, exemplificado pelos programas de transferência de renda¹¹, a política centra-se em uma parcela específica da população – pobres e extrema pobreza -, porém como o número de indivíduos é bastante alto, ganha contornos de uma política social massificada. No caso brasileiro, as massas beneficiadas por essas políticas encontram a possibilidade de materializar parte dos direitos sociais, devido ao fato de receberem de forma direta essa renda, em troca das condicionalidades do programa.

Outra importante política social distributiva, é a valorização real do salário mínimo, que influencia diretamente no aumento de rendimento, especialmente, daqueles que se encontram na faixa intermediária da pirâmide socioeconômica. Ambas políticas podem ser definidas também como políticas sociais economicamente orientadas (PSEOs) (KERSTENETZKY, 2014a), ou seja, políticas que tem uma influência direta na realidade social através de um mecanismo econômico, que é a renda. Nesse sentido, as políticas sociais é parte fundamental na construção de um modelo de desenvolvimento heterodoxo, proporcionando a geração de bens comuns à coletividade.

1.6. Classes sociais no Brasil

Estabelecido as bases do desenvolvimentismo brasileiro, especialmente esse formatado no contexto da segunda experiência desenvolvimentista brasileira e as PSEOs, identifica-se possíveis transformações singulares no Brasil governado pelo petismo. Tais mudanças, especificamente, referem-se a uma complexificação da estrutura de classe social (COSTA, 2018), apresentando diferentes formulações – precariado, classe C, intermediários,

¹¹ Tais programas tem origem na economia ortodoxo. Entretanto ao lidar com a alta desigualdade e situação de pobreza, esta política passa a atender uma grande parcela da população.

batalhadores, subproletariado – para a emergência de uma “nova” classe (SCALON; SALATA, 2012).

O capitalismo dependente e periférico latino-americano e caribenho traz consigo processos históricos de modernização conservadora, ou seja, agrega-se elementos de expansão e reconfiguração do sistema capitalista mundial, mas permanece o lugar periférico. Soma-se a isso, a manutenção de oligarquias concentradoras de renda, riqueza, poder e prestígio. Nesse sentido, “(...) a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes).” (FERNANDES, 2009, p. 52).

Nesse contexto é que florescem as classes sociais na América Latina e Caribe, em especial no Brasil. A função de integradora social dentro da sociedade é inconciliável ante a um tipo de capitalismo que não possui qualquer interesse em construir condições econômicas, sociais, política e morais que modifiquem uma realidade tão desigual. Segundo Fernandes (2009, p. 49), “as classes sociais falham, nas situações latino-americanas, porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e de excluir os demais.”.

Diante desses elementos, que demonstram uma estrutura de classes desigual e de integração frágil, autores como Neri (2011) tem defendido a tese de que a segunda experiência desenvolvimentista brasileira proporcionou mudanças significativas na estrutura de classes no Brasil recente formando uma “nova” classe média. Mas o que configura este “novo” estrato ter tal definição? Para esta resposta reflito a partir de outros autores - como Pochmann (2014), Braga (2012), Souza (2012), Singer (2018) e Salata (2016) que possuem discordâncias acerca dessa análise de Neri. A partir destes, e considerando as tensões entre colonialidade/decolonialidade, é possível apontar modificações na estrutura de classes no Brasil?

1.7. Detalhando a pesquisa doutoral

Situado o debate sobre desenvolvimento e quais os elementos que norteiam a reflexão acerca dele, é necessário detalhar a pesquisa concluída apresentando os elementos iniciais que impulsionam a discussão a ser gerada. **O objetivo central deste trabalho é analisar a relação entre possíveis transformações nas estruturas da classe social e a segunda experiência**

desenvolvimentista brasileira, durante os anos de 2006/14, a partir da tensão colonialidade/decolonialidade.

A segunda experiência desenvolvimentista emergiu como um modelo de desenvolvimento centrado no tripé: aprofundamento da democracia, crescimento econômico e redução da desigualdade social e da pobreza (OLIVA, 2010). As PSEOs, que se fortaleceram e se consolidaram a partir dos anos de 2006, promoveram mudanças consideráveis na forma de desenvolvimento. Aliou-se aqui o crescimento econômico com a inclusão social, ainda que esta seja balizada pelo consumo. Isso colocou em um intenso debate a pirâmide socioeconômica brasileira, visto a mobilidade social na sua linha intermediária. A partir disso, *como a tensão colonialidade/decolonialidade ajuda a trazer uma outra percepção sobre a relação entre a estrutura de classe social no Brasil recente e o modelo desenvolvimentista implementado?* **A hipótese a ser verificada é que o tensionamento colonialidade/decolonialidade associado à interseccionalidade¹² permite identificar outros elementos para além da desigualdade de classes, como o enredamento/entrecruzamento de múltiplas formas de classificação social, que complexificam a estrutura social brasileira tornando a experiência desenvolvimentista recente insuficiente para propor mudanças mais profundas.**

A pesquisa se justifica não somente pela importância em manter o debate do desenvolvimento dentro do campo sociológico, como também, dialogar com as perspectivas plurais de uma sociologia econômica francesa e da decolonialidade latino-americana e caribenha. Ambas assistem na ressignificação da ideia de desenvolvimento, possibilitando a análise de modelos – nesse caso, uma experiência desenvolvimentista – ao verificá-los a partir da concepção deste como fenômeno multifacetado da realidade social e do tensionamento colonialidade/decolonialidade.

Outro elemento a ser destacado é a possibilidade de refletir se houve de fato mudanças na estrutura de classe social no Brasil, reposicionada pelo modelo desenvolvimentista e pelas políticas sociais distributivas. O entendimento reduzido apenas ao economicismo é insuficiente para a compreensão destas possíveis transformações, visto o forte tensionamento entre colonialidade/decolonialidade que estabelece singularidades à região. Aqui, ao identificar um enredamento de múltiplas hierarquias sociais, trazemos a interseccionalidade para buscar outras

¹² A interseccionalidade é um pensamento teórico fundado no feminismo negro, especialmente aquele estadunidense. Apresentado e teorizado por autoras como Crenshaw (1989) e Collins (2019) é reconhecido posteriormente contribuições de autoras anteriores que tratavam do entrecruzamento de múltiplas formas de classificação social, destaque para Davis (2016), Books (2019), Gonzalez (2011). O encontro entre o pensamento decolonial e a interseccionalidade se dá de forma recente, nos anos 2000 quando os debates sobre gênero vêm a se tornar cada vez mais presente. Iremos aprofundar esse debate no capítulo 6.

compreensões apresentadas pela manutenção de uma matriz de poder colonial que ultrapassa um debate somente restrito às condições de classe.

1.8. Estruturação da tese

As noções gerais que acabara de serem apresentadas nos introduzem ao caminho a ser trilhado para o debate acerca da ideia de desenvolvimento. A proposta de estudo é alinhar modelo de desenvolvimento econômico, políticas sociais economicamente orientadas e uma possível (re)definição da ideia de classe média no Brasil, dentro da tensão entre colonialidade/decolonialidade. Nesse sentido tratamos de estruturar a tese em seis capítulos a serem brevemente apresentados.

O primeiro passo é compreender a gênese do capitalismo recente, ou seja, entender o processo de financeirização que conforma o sistema capitalista e torna o desenvolvimento um fenômeno econômico distanciado de outros campos de saberes. Para isso é importante apresentar, de forma breve, os aspectos que constituem uma globalização hegemônica e neoliberal. Para uma desconstrução crítica acerca desse desenvolvimento de caráter reduzido por se limitar a um modelo apenas de crescimento econômico, trago o revigoramento de uma sociologia econômica, particularmente aquela de origem francesa, que pauta o estudo de fenômenos econômicos a partir de ferramentas sociológicas. Este saber auxilia no entendimento da dominação financeira e dos elementos que a conformam – *mercado, sujeito glocal e o saber econômico*. A partir desse arcabouço teórico é possível iniciarmos a ressignificação do desenvolvimento, agora, como um fenômeno multifacetado da realidade social.

O segundo momento diz respeito a América Latina e Caribe e a sua relação com o debate sobre desenvolvimento. A partir dos anos de 1950, o ideal de modernização/desenvolvimento é amplamente difundido na região promovendo estudos para compreender as limitações e as estratégias necessárias para desenvolver os diferentes países latino-americanos e caribenhos. Isso possibilita o fortalecimento do pensamento crítico local, que anteriormente esteve vinculado com o processo de independência da região. De Cepalinos a dependentistas, o debate sobre desenvolvimento é permanente e fundamental para o entendimento das singularidades latino-americanas. Além disso, é a partir desta discussão que se origina o grupo modernidade/colonialidade, responsável por fundamentar as bases do pensamento decolonial na região. Os termos colonialidade do poder, do saber e do ser permitem outras possibilidades

de leitura dos processos de desenvolvimento e financeirização da América Latina. Isso vem a constituir o tensionamento colonialidade/decolonialidade, presente na vida social.

Na terceira parte do estudo tratamos de aprofundar o debate sobre a tensão colonialidade/decolonialidade. A perspectiva aqui é central para o trabalho, visto que as condições sociais, econômicas e políticas no Brasil se constituem sobre esse tensionamento. Isso possibilita a construção de uma metodologia decolonial que consiste na definição de marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento, caracterizados por sua ambivalência. Aqui, a sociologia econômica ao apresentar três partes fundantes da dominação financeira – *mercado, sujeito glocal e saber econômico* – são reposicionadas pelo tensionamento. Posteriormente, com base nessa perspectiva, definimos o universo da pesquisa a ser explorado, no caso, o modelo de desenvolvimento brasileiro, a segunda experiência desenvolvimentista brasileira e as PSEOs, entre os anos de 2006 a 2014. A partir disso, seleciono a amostra do estudo, concentrada em verificar se houve transformações referentes à estrutura das classes sociais no Brasil, proporcionadas pelo recente modelo de desenvolvimento brasileiro. Aqui apresento os fundamentos gerais que alicerçam o debate sobre classe no Brasil. Por último, trago como se dá a operacionalização da análise do universo e da amostra, através dos marcadores.

A análise da segunda experiência desenvolvimentista brasileira constrói-se a partir do quarto momento, resgatando as principais estratégias de desenvolvimento gestadas no segundo governo Lula e primeiro governo Dilma. Posteriormente, aprofundamos para pormenorizar as PSEOs que consistem no programa Bolsa Família (PBF); valorização real do salário mínimo (SM); e acesso ao crédito. A compreensão destes elementos oriundos da recente matriz de desenvolvimento brasileira é feita a partir do uso dos marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento. Como estes marcadores reposicionados pela tensão colonialidade/decolonialidade - *mercado, sujeito glocal e saber econômico* - localizam-se na segunda experiência desenvolvimentista e nas PSEOs?

Na quinta parte, tratamos de verificar as possíveis modificações promovidas na ideia de classe social no Brasil. Aqui promovo uma forte revisão bibliográfica de diferentes autores que apontam e/ou questionam a emergência de um novo estrato de classe, bastante heterogêneo e diverso. Tal transformação na estrutura hierárquica capitalista brasileira seria suficiente para modificar as condições do capitalismo dependente, periférico e colonial? Nesse sentido, procuro analisar esse embate contemporâneo de classe, situando-o no tensionamento colonialidade/decolonialidade. Aqui verifico se houve de fato transformações na estrutura de

classes que possibilitariam um desenvolvimento capaz de modificar os termos imperialistas do sistema capitalista global.

No sexto e último capítulo, refletimos sobre os elementos que contribuem para a permanência das formas de classificação social e das relações de dominação. Aqui, o entrecruzamento da estrutura de classes com as de raça e de gênero, de forma enraizada na sociedade brasileira, promove a manutenção de uma integração social fragilizada e pautada no par privilégio/opressão. O desenvolvimento se mantém associado ao capitalismo singular da região latino-americana e caribenha, contribuindo para a preservação das formas de exploração/opressão/violência. A interseccionalidade desponta como um arcabouço teórico de bastante potencial para poder identificar outros elementos que limitam transformações mais profundas pelo desenvolvimentismo. Para isso trazemos dados estatísticos da realidade da população feminina negra – as amefricanas, como diria Gonzalez (2011) – para posteriormente tratar, de forma sucinta, a realidade das empregadas domésticas e das beneficiárias do bolsa família.

Na conclusão tratamos de retomar e amarrar os debates e as reflexões apontadas ao longo desse texto. A associação do desenvolvimento com o capitalismo; o papel do modelo heterodoxo de desenvolvimento dentro do capitalismo; a permanência de estruturas de dominação; a manutenção do par privilégio/opressão; e a tensão colonialidade/decolonialidade na intersecção das formas de classificação social.

1. O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITALISMO

O capítulo inicial desta pesquisa trata de refletir e compreender como o imperialismo capitalista, na sua forma financeira/neoliberal, organiza-se enquanto sistema-mundo de uma ordem social global. A crítica da sociologia econômica francesa é trazida aqui com o intuito de desmitificar a visão de mundo hegemônica do capitalismo financeiro. Ao escancarar os elementos da dominação capitalista, os autores franceses nos auxiliam a identificar os alicerces da financeirização e nos possibilitam refletir o desenvolvimento como um fenômeno multifacetado da realidade social, ou seja, um elemento que se apresenta para alguns como apenas econômico, porém se caracteriza por múltiplas dimensões – a saber política, histórica, social – de forma processual e relacional.

Iniciamos o debate localizando a gênese do processo de financeirização, da crise do regime de acumulação fordista à globalização recente que, por sua vez, em sua face de hegemonia neoliberal, fundamenta-se em quatro elementos: as redes digitais, a economia global, o Estado-nação e o sujeito glocal. Isso nos habilita a caminhar em direção ao discurso e às práticas neoliberais que vão vigorar até o presente momento. A junção desse economicismo com o mercado e o sujeito glocal estabelece a tríade que conforma a dominação financeira. Construindo o processo de financeirização, trazemos a crítica da sociologia econômica francesa para desconstruir e apontar a possibilidade de outros horizontes. Identificar o desenvolvimento como um fenômeno multifacetado, e não este somente associado às amarras capitalistas, permite, então, refletir sobre a América Latina e Caribe e o seu próprio debate de desenvolvimento.

1.1. A crise fordista e o processo de globalização recente

O século XX, principalmente entre os anos de 1930 a 1960, é reconhecido pela implementação, nos EUA e na Europa, do modelo de desenvolvimento keynesiano ou o chamado Welfare State. Aqui, as ideias de Henry Ford¹³, como estabelecer um salário base e uma determinada jornada de horas trabalhadas (HARVEY, 2011a), serviram de influência para construir um projeto capaz de conter a crise capitalista – especialmente a de 1929.

¹³ As inovações organizacionais apresentadas por H. Ford, conhecidas como fordismo, tinham como pano de fundo transformar o(a) trabalhador(a), tanto para se adequar ao novo processo produtivo como torná-lo um consumidor, ou seja, impulsionar um consumo de massa que possibilitasse maiores lucros (HARVEY, 2011a).

O modelo de desenvolvimento consistia, principalmente, numa participação mais ativa do Estado, seja para suprir as inconstâncias do mercado, seja para garantir os direitos sociais de forma equânime a população (HARVEY, 2011a). A esfera estatal ganhava o papel de ser o equilibrador de um sistema capitalista promotor de desigualdades. A atuação não somente passava na regulação econômica, como visava também, o investimento em infraestrutura, uma política de pleno emprego e a formação de um sistema de proteção social (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Aqui, a perspectiva sobre desenvolvimento passa por uma transformação, seja pela crise socioeconômica causada pelo crash da bolsa de Nova York como pelas guerras mundiais promotoras de destruição. Desenvolver torna-se, não somente progresso econômico, mas uma preocupação em promover uma melhoria no bem-estar social e na garantia de direitos sociais através do processo de desmercadorização¹⁴ pelo Estado (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Entretanto, se nos anos 1950/60 o modelo passou por sua fase de ouro, na década de 1970 houve uma depreciação. As relações econômicas foram se expandindo para além das fronteiras, decorrente do processo de transnacionalização de muitas empresas que passaram a ocupar várias regiões do planeta. Isso impulsionou uma globalização da esfera do mercado que confrontava com as limitações impostas pela soberania nacional, exigindo *cada vez mais uma maior autonomia frente ao Estado-nação regulamentador*.

As mudanças retratadas acima, referentes ao campo econômico, são apenas uma das múltiplas dimensões – seja política, cultural, social, moral, jurídica – que constituem o processo recente de globalização. Como, então, podemos defini-lo? Tal resposta não se encontra pronta, mesmo passado quatro décadas, principalmente, pela complexidade dos elementos que constituem este fenômeno que trouxe mudanças paradigmáticas nas formas de organização social. Porém, ao mesmo tempo, é necessário construir um arcabouço argumentativo que auxilie no entendimento da globalização recente, especialmente a partir da ideia de que este se constitui em um “(...) vasto e intenso campo de conflitos” (SANTOS, 2002). Isso se faz necessário para podermos compreender os aspectos que mantêm o imperialismo na sua forma financeirizada, sendo eles: as tecnologias de comunicação e informação (TICs) e o ciberespaço, a economia global, o Estado-nação e o sujeito glocal. Para isso, **trato separadamente esses elementos constituintes do processo recente de globalização, vinculando-os entre si.**

¹⁴ O processo de desmercadorização consiste em tornar serviços sociais - como saúde, educação, saneamento, transporte - bens públicos e de acesso comum. O capitalismo tende a transformar estes em mercadorias a serem comercializadas, tornando-os bens privados e de acesso restrito.

1.1.1. As redes digitais: das TICs ao ciberespaço

As inovações tecnológicas estão no seio da mudança paradigmática dessa globalização, em especial as TICs responsáveis pela construção de uma sociedade em redes (CASTELLS, 2015). Se a base da modernidade está na transformação do trabalho manual para a produção pelas máquinas (industrialização) através de uma matriz energética, aqui o foco é a mente humana e a matriz cibernética (AGUIAR, 2007).

As redes digitais estão traduzidas pelo surgimento da internet, a partir da criação do microprocessador¹⁵, que tem como característica própria ser um sistema descentralizado (CASTELLS, 2015). O armazenamento, processamento e compartilhamento de dados torna-se de transmissão acelerada e interativa, levando a avanços tecnológicos ilimitados, como é o caso da nanotecnologia (AGUIAR, 2007).

Tais transformações trouxeram modificações nas formas de transmitir informações e comunicar-se. A era da cultura de massas, principalmente com a emergência da televisão, é acelerada com a chegada dessas novas mídias. Se o primeiro baseava num indivíduo como receptor passivo; com a internet, o sujeito passa não somente a consumir, como escolher, produzir, montar, sendo difusor de seus próprios produtos. Mina-se fatores de centralização, padronização e sincronização, caminhando a formação de sociedades reticulares integradas em tempo real (SANTAELLA, 2003).

A cultura digital, promove a informação digitalizada e a constante ampliação das redes, um espaço mundial abastecido de diferentes informações e acessados por todos - reconhecido como ciberespaço (CASTELLS, 2015; SANTAELLA, 2003). O universo virtual produzido por diferentes tecnologias, um local de encontros, conflitos e transfronteiriço. Seria a expressão máxima da liberdade individual e autonomia do indivíduo? E o capitalismo nesse espaço “anárquico”?

O sistema capitalista, na década de 1970, encontrava-se em forte crise, haja vista os problemas estruturais do Welfare State e a crise do Petróleo. As inovações tecnológicas surgem, então, em um momento de necessária revitalização econômica, alinhando flexibilização, customização e transnacionalização. As TICs estão no cerne de uma nova produção em massa, acelerada e diferenciada, que busca atender e produzir anseios em cada indivíduo. Em decorrência disso, boa parte do aparato tecnológico vai ser apropriado pelas grandes empresas capitalistas, visando dominar o mercado pertencente (HARVEY, 2011a).

¹⁵ Computador com um único chip.

Outra característica aqui, é a compressão tempo-espaço promovida pelas inovações tecnológicas. As barreiras espaciais e físicas, seja um território ou a sede de uma empresa, vão ser fragmentadas, possibilitando a presença de sujeitos e de conglomerados em cada parte do globo. A globalização, principalmente através das tecnologias da informação, conecta as diferentes regiões do mundo. Da mesma forma, o tempo é transformado, dentro da efemeridade e da escala dos segundos. A conexão e a interatividade do virtual possibilitam a presença em tempo real e o exercício de múltiplas tarefas. Aqui, permite-se a construção de uma rede global/local de influência, poder e de estratégias de acumulação do capitalismo (CASTELLS, 2015; HARVEY, 2011a).

A produção das TICs tornou-se sinônimo de desenvolvimento, visto que as relações se baseiam no uso sistemático de produtos tecnológicos e os aplicativos criados para estes. Isso é evidenciado, na exigência aos Estados e ao mercado de investirem fortemente em ciência e tecnologia (C&T); assim como a expansão do setor de serviços, responsável, muitas vezes, pelo suporte técnico e abastecimento tecnológico.

As inovações tecnológicas, por um lado, possibilitaram um fortalecimento na autonomização dos sujeitos, construindo novas formas de relacionamento e ampliando os espaços ocupados. Por outro, as tecnologias não passaram despercebidas pelo capitalismo, sendo apropriadas para a renovação e flexibilização de um sistema produtivo que era baseado em uma estrutura rígida. O desafio ainda presente está no controle e nas amarras que o capitalismo busca impor nas redes “anárquicas” do ciberespaço (SANTAELLA, 2003).

1.1.2. A economia global

O estabelecimento das TICs e do ciberespaço, promovendo uma verdadeira “invasão” à vida social cotidiana, foi/é fundamental no processo de expansão global das empresas nacionais, buscando a exploração de outros mercados produtores e consumidores. Emerge, nesse processo recente de globalização, diversas empresas multinacionais, transnacionais, conglomerados e holdings. A atuação destas é tanto local como global, e isso vai exigir a consolidação de um mercado externo que não esteja sob a regulamentação do Estado-nação – ideia central no modelo de desenvolvimento Keynesiano.

A desregulamentação das economias nacionais fortalece a formação de um espaço em rede digital (TICs e ciberespaço), pautado no ideário libertário econômico. Aqui, o investimento estrangeiro ocorre de forma direta gerando um mercado global de capitais.

Visualiza-se um novo regime de acumulação (HARVEY, 2011a; SASSEN, 2010), cujo centro é o sistema financeiro global¹⁶ responsável por um fluxo intenso de transações de capital fictício¹⁷ que interconectado constitui uma economia corporativa global (SASSEN, 2010).

Enfatizo a importância do espaço digital privado, que caracterizado pela descentralização, simultaneidade e interconectividade promove um aumento e uma aceleração constante em fluxos e transações de capitais. Isso leva a uma maior concentração de renda e riqueza, contribuindo ainda mais para o fosso da desigualdade social e pobreza (CATTANI, 2010).

A reconfiguração das vestes do capitalismo recente estabelece a noção de dominação financeira. A economia globaliza-se promovendo **ao mercado um papel autônomo na vida cotidiana e estimulando a financeirização do dia a dia**. As agências de governança global, por exemplo, são importantes ativos na redistribuição de poder no espaço internacional. Estas atuam pautando temáticas de caráter local, como meio ambiente, pobreza, desigualdade, educação, com interesses globais que não conflitam com o fortalecimento de uma economia e uma agenda de desenvolvimento mundial (IVO, 2016).

Estabelece-se uma agenda de governança global que busca se afastar dos limites de fronteira que o Estado-nação possui, ou seja, o alinhamento entre a financeirização e os direitos sociais básicos que estariam garantidos por agências multilaterais. Estas últimas, tem a incumbência de tornar essa combinação não conflituosa, importando a “solidariedade” de mercado ao bem-estar social.

Outro aspecto essencial dessa economia global está na formação de centros financeiros, relativamente autônomos dos Estados-nação. De acordo com Sassen (2010), constitui-se uma rede transnacional de cidades globais, espaços em que se relaciona o local com o global. No Brasil, temos como exemplo a cidade de São Paulo, responsável por conectar o mercado nacional com a economia global, sendo o principal centro financeiro brasileiro.

O caráter transfronteiriço da economia global, situado na formação de uma rede que se materializa entre o espaço digital e as cidades globais (SASSEN, 2010), não significa uma interconectividade horizontal. As relações entre os grupos e os Estados que a compõem caracterizam-se pela hierarquização e disputas de poder pela capacidade de influenciar o sistema financeiro. Isso pode ser visto na atuação destes em instituições supranacionais, como

¹⁶ Formado por bancos, órgãos de governança supranacionais – como OMC, FMI, Banco mundial - e bolsas de valores.

¹⁷ O capital é fictício ao não existir na sua forma materializada, o dinheiro. Atualmente lidamos com números, que aumentam e/ou diminuem, na forma de crédito.

FMI, OMC, Banco Mundial e FED que emergem como espaços institucionais que estabelecem diretrizes para o funcionamento da economia global.

1.1.3. O Estado-nação

A desregulamentação das economias nacionais e o fortalecimento de uma economia global aparenta colocar os Estados-nação em uma posição de submissão ou de redução ante a consolidação de processos transfronteiriço. Concordo com Sassen (2010), que os Estados nacionais passaram a ter um papel distinto, a partir da globalização, contudo sem colocá-los em uma posição menor frente ao mercado.

A liberalização econômica e a crise do Welfare State transformaram as funções do Estado-nação, mas não o excluiu do processo recente de globalização. O Estado nacional é essencial para o funcionamento de uma economia global, funcionando, algumas vezes, no papel de mediador entre a escala global e a local. Isso fica exemplificado pelas cidades globais, em que as dinâmicas globais estão a todo momento a interagir localmente (HARVEY, 2011a).

A natureza multiescalar do processo de globalização modifica o papel do Estado nacional, dando menos ênfase a questões da proteção social e da regulação do mercado, para atuar como um garantidor dos preceitos liberais, inclusive a livre circulação dos capitais globais. O aparato institucional dos Estados-nação é essencial para o pleno funcionamento dos sistemas financeiros, assim como das transações, fusões e a “justa” competição.

O Estado nacional passa a ter dentro de suas fronteiras uma proliferação de circuitos globais (SASSEN, 2010), seja nas relações comerciais, no estímulo ao turismo e na abertura de capitais. A soberania nacional permanece ativa, inclusive dentro da hierarquização global, sendo influente nas tomadas de decisão.

Outro papel a ser desempenhado pelos Estados-nação refere-se as inovações tecnológicas. O investimento em C&T é fundamental para o avanço em pesquisas e no surgimento de novas tecnologias. A regulação governamental sobre o ciberespaço, também, tem estado bastante presente, sendo um dos pilares que tenta estabelecer regramentos para o funcionamento de um espaço digital público (CASTELLS, 2015).

O Estado nacional, nesse sentido, passa por modificações no processo recente de globalização, deixando de ser aquele regulador e provedor do bem-estar social. Torna-se a esfera de mediação entre os interesses da economia global e os elementos locais, a partir de uma distribuição heterogênea de poder. A compressão espaço-temporal transforma as

fronteiras, aumentando o fluxo migratório e trazendo novos desafios: i) o inchamento das cidades globais, a conurbação e os processos de gentrificação; ii) o choque entre a nacionalidade e a ideia de pertencimento local; e iii) as questões ambientais e climáticas.

1.1.4. Os processos de formação do sujeito glocal

O sistema-mundo capitalista/moderno/colonial se impõe imerso nas redes digitais, sustentadas pelas TICs e pelo ciberespaço, com uma economia global influente também em questões locais que, por sua vez, tem o Estado-nação como um agente transfronteiriço que media o glocal. Associado a esse conjunto de arenas é que se constitui os processos de formação do sujeito e dos grupos sociais. O indivíduo da modernidade pertencente a uma comunidade política, a formas burocráticas e à representatividade política passa a se tornar um ser conectado (HALL, 2006; CASTELLS, 2015). A conexão tecnológica alarga as formações de redes (sociais) transformando o pertencimento em cosmopolitismo, ou seja, sujeitos migratórios (SANTOS, 2002; 2008).

A individualidade e a autonomização buscam tentar romper com a burocracia que encarcera os indivíduos. A aceleração da transmissão de dados pelas tecnologias, que globaliza a economia, possibilita uma comunicação direta e em menor tempo. O consumo crescente pela produção customizada – diferenciada – que é facilitada pelas rápidas ferramentas de buscas da internet (CASTELLS, 2015).

O sujeito glocal encontra espaços e se insere em constantes fluxos de interação e conhecimento. Aqui, a ideia de pertencimento é ressignificada, visto a formação de inúmeros grupos sociais e os processos subjetivos. A identidade nacional é fragmentada (HALL, 2006) passa-se para processos de identificação em que o indivíduo está buscando se reconhecer – seja nas práticas sociais, nas afetividades, na ordem-legal – e, assim, encontrar grupos que o representem.

A própria identidade de trabalhador, central no século XX e com o modelo do Welfare State, transforma-se com o processo de flexibilização da economia (HARVEY, 2011a). A fragmentação, aqui, explica-se tanto para a desarticulação de formas coletivas como para a subjetividade dos processos de trabalho. Os sindicatos e associações trabalhistas vão sendo, paulatinamente, fragilizadas e marginalizadas, em uma clara estratégia de retomada da ordem social local e global pelas elites (HARVEY, 2011b). O fortalecimento das teorias libertárias – em Hayek e Friedman - surgidas a partir da segunda metade do século XX, vão se consolidando

no imaginário social. O indivíduo é responsável apenas por si, dentro da lógica neoliberal, e pelo seu bem-estar, cabe a ele competir e merecer o sucesso do trabalho. Este deve se desvincular de um Estado provedor que apenas limita o pleno desenvolvimento humano (HAYEK, 2017).

O sujeito da glocalização incorpora a máxima “liberalização”, “despisse” das amarras de um Estado-nacional paternalista e abraça uma economia global que se confunde com a própria ideia de globalização. As inovações tecnológicas e a compressão tempo-espacial, tornam a realidade híbrida, fundindo o físico e o virtual em um “novo” mundo real, que fornece poder, autonomia e alienação. A ação individual tanto se individualiza como se coletiviza, o sujeito se insere em um mundo de possibilidades.

Mas que possibilidades? A máxima concentração de renda e riqueza ou as formas de vulnerabilidade social? Os interstícios de uma desigualdade abissal? O sujeito glocal situa-se em zonas transfronteiriças carregado pelas redes digitais para uma economia global que se impõe e é afirmada pelos Estados-nação. O economicismo se fortalece na confluência desses elementos, estabelecendo um tipo de dominação ainda mais profundo que reafirma a hegemonia capitalista.

Apresentado as fundações do processo recente de globalização, situados até os dias de hoje, é necessário compreendermos a base ideológica-discursiva que sustenta a construção dessas matrizes a pouco debatidas.

1.2. O discurso neoliberal e a hegemonia financeira na globalização

A pormenorização do processo recente de globalização permite observarmos o quão complexas e vastas têm sido as transformações e suas mudanças paradigmáticas. É importante situarmos que é na emergência de uma economia global, representada pela esfera do mercado, a formação de um novo *ethos* capitalista, baseado na financeirização (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

A crise do keynesianismo/welfare state, localizada na América do Norte e na Europa Ocidental em meados dos anos de 1970, abriu espaço no cenário internacional para que outras perspectivas e modelos emergissem e se fortalecessem. A matriz econômica heterodoxa, de base histórica institucionalista, vai perdendo espaço para o ortodoxismo econômico, centrado na calculabilidade e na racionalidade técnica instrumentalizada pelo uso de modelos matemáticos (POLANYI, 2000).

A ideologia neoliberal surge na metade do séc. XX, fazendo críticas profundas aos ideais keynesianos/sociais-democratas. Destaque para dois importantes centros de estudo, o *Mont Pelerin Society* e a Escola de Chicago, liderados por Hayek (2010) e Friedman (1985), o liberalismo de outrora ganha novos contornos, dando origem a novas estratégias geopolíticas, fazendo-o coadunar com o processo de globalização socioeconômica. A desregulamentação da economia nacional, a retração do Estado em setores antes tidos como prioritários – incluindo a redução dos sistemas públicos de proteção social –, a adoção de rígidos mecanismos de controle orçamentário, ampliação de privatizações e o enxugamento da máquina pública (HARVEY, 2011) fizeram parte¹⁸ de amplos processos que possibilitaram a consolidação de uma economia global (SASSEN, 2010). Esse conjunto de medidas, denominado de neoliberalismo, conheceu a sua primeira experiência prática na ditadura civil-militar chilena do General Augusto Pinochet (1973-1990), em uma experiência conduzida com forte participação de economistas formados em Chicago¹⁹.

O discurso neoliberal vai, a partir dos governos Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher (1979-1990), na Inglaterra, ganhar projeção mundial como um modelo de crescimento econômico esvaziado, estimulador do livre-mercado e do consumo de massa. As instituições financeiras internacionais – FMI, Banco Mundial e OMC – são essenciais para a concretização das medidas estabelecidas pelo neoliberalismo, principalmente na periferia do globo²⁰. O Consenso de Washington (BRESSER-PEREIRA, 2003) exemplifica tal cenário, em que países latino-americanos e caribenhos negociaram suas dívidas externas em troca do comprometimento de implementar as políticas neoliberais.

O neoliberalismo, portanto, através da ortodoxia econômica e de políticas não-intervencionistas, propicia o avanço da financeirização do capitalismo. Nesse sentido, podemos considerar a emergência de uma dominação financeira que trata de modificar as relações de poder dentro da esfera do mercado global (GRUN, 2004). O surgimento, nas décadas de 1960/70, de grandes conglomerados e de empresas transnacionais promoveu a desvinculação destas com o Estado planejador (HARVEY, 2011). Diante da expansão empresarial e da desregulamentação das economias nacionais, a esfera financeira, baseada em “escolhas racionais” e no “puro” conhecimento econômico, passou a ditar as regras do sistema capitalista (STEINER, 2006).

¹⁸ Tais medidas se circunscrevem no chamado receituário neoliberal, cuja implementação ainda ocorre na atualidade.

¹⁹ Estes economistas ficaram conhecidos como Chicago Boy (HARVEY, 2011).

²⁰ Países da Ásia, América Latina e África.

Concordamos com Boltanski e Chiapello (2009) ao identificarem nesse processo de financeirização o surgimento de um “novo espírito do capitalismo”. Se anteriormente a figura central eram os administradores e gestores, centrados na burocracia e na maior eficiência a médio e longo prazos, agora surgem os acionistas e rentistas²¹, alinhados somente com os lucros no menor tempo possível. A governança corporativa, então, surge como uma esfera de regulação social sobre o Estado e as empresas, no intuito de garantir ao sujeito os investimentos mais confiáveis, em termos de retorno econômico (GRUN, 2004).

Consolida-se a partir do processo de globalização recente um capitalismo baseado em três aspectos: a financeirização, a concentração de poder e riqueza e forte desigualdade socioeconômica. A dominação financeira, como caráter central dessa nova/velha roupagem capitalista, usufrui do discurso e das práticas neoliberais para imprimir a hegemonia de uma economia global que transforme o Estado, de provedor social à garantidor do livre-mercado. Porém, como se estabelece a financeirização? Para tal resposta trazemos a sociologia econômica francesa, especialmente a construída inicialmente por Bourdieu (2005; 2006) e aprofundada por Boltanski e Chiapello (2009), Steiner (2006) e Lebaron (2012). Os francófonos, ao identificarem uma crescente hegemonia do ortodoxismo econômico como forma de análise cotidiana e visão de mundo, passam a questionar o excessivo abstracionismo assim como o isolamento da dimensão econômica da ordem social. Os fenômenos econômicos podem e devem ser estudados pela sociologia, a partir de suas ferramentas teórico-metodológicas, contribuindo para um diálogo horizontal e plural.

O imaginário hegemônico do desenvolvimento, apoiado pela financeirização e pelo neoliberalismo, se alicerça em três aspectos – *mercado, sujeito global e saber econômico*. A financeirização do capitalismo possibilita ao **mercado** operar tanto na forma de instituição central como **campo autônomo** da vida socioeconômica (BOURDIEU, 2005; STEINER, 2006). O Estado torna-se, aqui, uma ferramenta que legitima os preceitos configuradores do livre-mercado. Por isso, a ênfase na minimização das funções estatais, visto que não caberia a este intervir na economia, apenas garantir que as demandas mercadológicas sejam praticadas na sociedade. O bem-estar social, por exemplo, principalmente aqueles vinculados aos serviços essenciais como educação, saúde, transporte, seguridade social, devem provir prioritariamente

²¹ Segundo Cattani (2007), teríamos aqui um grupo de indivíduos transnacionais, bastante heterogêneos, que se destacam pela posse de grandes fortunas; ausência de amarras nacionais, desvinculação de dimensões físicas do capital; pelo faustoso padrão de vida. Denominados de High-Net-Worth Individuals (HNWI).

da esfera privada, pois a concorrência geraria a melhoria na qualificação, apesar de não poderem ser acessados por todos (HARVEY, 2011).

Outro elemento importante dessa dominação financeira é a estetização de um indivíduo racional e atomizado imerso em redes financeiras - o **sujeito glocal**. O sujeito modelado aqui, baseia-se na busca por satisfazer seus autointeresses e na sua capacidade de fazer escolhas puramente **racionais** (BOURDIEU, 2006). Esse indivíduo encontra-se imerso em uma financeirização do cotidiano, retratada no uso indiscriminado do capital fictício, o cartão de crédito, ou nas diversas formas de financiamento, contraindo dívidas. Dentro dessa perspectiva, os sujeitos estariam em uma constante busca por um conhecimento econômico que lhes permitissem tomar as melhores decisões, baseadas na razão e nas suas preferências.

Por fim, é preciso considerar, também, o discurso que mantém e legitima a dominação financeira; o **saber econômico** expresso no **economicismo** que influencia a prática econômica (STEINER, 2006). Aqui formam-se especialistas, sujeitos com conhecimentos econômicos “exclusivos” capazes de compreender a vida econômica (LEBARON, 2012). Ideais propagados pelos grandes veículos de comunicação, centrados na economia como motrizes para o desenvolvimento; ou na educação financeira e as distintas formas de poupar e lucrar capital. Aqui o comportamento dos indivíduos depende das grandezas monetárias. O economicismo apresenta-se como um conhecimento extremamente técnico e objetivo, além de distante do contexto social que o cerca.

Diante dos elementos tanto do neoliberalismo como da financeirização, o desenvolvimento trata de se situar em bases ortodoxas que imprime um caráter reducionista produzindo modelos de crescimento econômico que ampliam as desigualdades e vulnerabilidades sociais. Os três aspectos que o alicerçam – *mercado como campo autônomo da vida social; sujeito glocal racionalizado; e economicismo* – reforçam ainda mais esse contexto hegemônico. Nesse sentido, como a sociologia econômica pode promover a ressignificação do imaginário dominante do desenvolvimento?

1.3. A (nova) sociologia econômica

O processo recente de financeirização do capitalismo traz a vida econômica para o centro do cotidiano, promovendo uma dominação da racionalidade econômica dentro da sociedade (STEINER, 2006). Mas será que os fenômenos econômicos estão restritos apenas às ciências econômicas? O campo de reflexão sociológico acredita que não. Ao buscarmos as

raízes da teoria sociológica, ou seja, os autores clássicos – Durkheim, Marx, Weber, Simmel – é possível verificar em seus estudos a presença de reflexões sobre elementos econômicos (SWEDBERG, 2004). Portanto, há uma sociologia econômica já presente, desde o surgimento do capitalismo na modernidade ocidental.

O processo de globalização recente com a hegemonia do neoliberalismo e do capitalismo financeiro, retomou uma forte cisão entre a economia e as ciências sociais. A vida econômica é tratada pela ortodoxia como elementos apartados do social e estudados de forma isolada e abstrata (BOURDIEU, 2005). Assim, retoma-se uma sociologia econômica centrada nos estudos dos fenômenos econômicos a partir de conceitos, ideias e métodos sociológicos. Swedberg (2004) destaca duas correntes de pensamento: i) uma de origem francesa, com destaque para Bourdieu, Boltanski, Steiner e Lebaron; e ii) outra, de origem estadunidense, iniciada por Granovetter, Swedberg, Flingstein, Zelizer.

Denominada de nova sociologia econômica, a vertente estadunidense tem seu marco numa conferência de Granovetter (2007) em 1985, ao apresentar o termo imersão (embeddedness), influenciado por Polanyi (2000). Aqui, os fenômenos econômicos estão imersos na sociedade, não podendo ser tratados apenas como dados em estado puro. As relações sociais, as instituições e as tecnologias pertencentes ao mercado estão em constante interação social, tanto internamente como externamente.

Enquanto a sociologia econômica francesa fundamenta-se nos trabalhos de Bourdieu (1979), principalmente a partir da reflexão sobre a Argélia, em que o autor francês vai buscar resgatar a ideia dos fenômenos econômicos como produtos de uma construção social, histórica e política. As três dimensões possibilitam tratar o mercado, por exemplo, como um campo de disputas fomentado por disposições, preferências e escolhas que não se pautam apenas no interesse econômico, mas, também, nas relações diversas que os agentes vivenciam.

A escolha teórica-metodológica deste trabalho vai tratar de refletir o processo recente de financeirização do capitalismo à luz da sociologia econômica francesa, seja por sua crítica mais contundente (SWEDBERG, 2004), mas principalmente pela perspectiva do desenvolvimento como um fenômeno multifacetado da realidade social. Esse conceito último possibilita enxergar os fenômenos econômicos alicerçados pelas três dimensões esquecidas pelo economicismo²² e avançar na observação dos seus impactos na sociedade e vice-versa.

²² A sociologia econômica francesa aponta para a necessidade de compreender os fenômenos econômicos como produtos de três dimensões - histórica, social e política – esquecidas pelo ortodoxismo (STEINER, 2006).

Nesse sentido, a dominação financeira não pode estar resumida a ser um fenômeno econômico no estado puro, mas é um fato social total que abarca elementos: i) históricos - como o próprio processo de financeirização; ii) políticos – as relações de dominação e poder; e iii) sociais – a influência no cotidiano e na vida social. Assim, é necessário de analisar os três alicerces que fomentam a financeirização – a saber, o mercado, o sujeito glocal e o saber econômico - a partir da reflexão sociológica francesa.

1.3.1. A importância do pensamento bourdieusiano na sociologia econômica Francesa

A sociologia econômica Francesa é anterior a Bourdieu, sendo possível já verificar em autores como Durkheim, Simiand, Pareto e Halbwachs elementos de uma análise dos fenômenos econômicos a partir do conhecimento sociológico (STEINER, 2006). Entretanto, os escritos bourdieusianos inauguram uma nova etapa, precisamente por confrontar a veste mais recente do capitalismo: a financeirização. Soma-se a isso, o processo recente de globalização que promoveu a universalização do mercado e da ação econômica racionalizada.

Bourdieu, segundo Raud (2007) e Garcia-Parpet (2006), desenvolve suas principais reflexões acerca da sociologia econômica em três trabalhos: i) a longa pesquisa etnográfica sobre as transformações sociais e econômicas na Argélia; ii) o campo econômico (2005); e iii) as estruturas sociais da economia (2006) – esses dois últimos partiram de uma pesquisa sobre o mercado de casas na França. É importante destacar a distância temporal entre o primeiro e os demais escritos, podendo aparentar uma descontinuidade, o que não se realiza, pois, nesses mais recentes, o diálogo com uma sociologia econômica já havia emergido.

Os trabalhos referentes a Argélia datam dos anos 1960/70, e Bourdieu (1979) depara-se com o seguinte cenário: uma sociedade baseada numa economia pré-capitalista, cujas trocas econômicas eram mediadas por costumes e valores coletivos estranhos ao capitalismo financeiro, que se fortalecia na época e adentrava localmente. A colonização na Argélia promove um confronto entre esse tradicionalismo, por um lado, e a modernização capitalista, por outro, centrada numa ação econômica racional (GARCIA-PARPET, 2006).

Os outros dois escritos, a partir da análise do mercado de casas na França, com uma teoria social mais consolidada, permite ao autor aprofundar reflexões acerca dos fenômenos econômicos. Isso possibilita Bourdieu identificar uma teoria econômica incapaz de dar conta da realidade social, cujos estudos se reduzem a abstrações e a dados puros, como é caso de uma lei geral de oferta e demanda (RAUD, 2007).

A partir dessas reflexões, vamos construir o arcabouço teórico bourdieusiano, que é a base dessa sociologia econômica francesa, dos últimos decênios. O primeiro elemento a ser teorizado é o *campo*, um espaço relativamente autônomo em que diferentes agentes, em distintas posições sociais, se aproximam e se distanciam em disputas pelo poder, a partir da apropriação e/ou readequação do capital (BOURDIEU, 1996; RAUD, 2007). O pensador francês vai identificar ao longo de seus variados trabalhos uma diversidade de campos, entre esses o campo econômico que seria definido como um “campo de lutas”²³ (BOURDIEU, 2005).

O campo de lutas/disputas tanto é evidenciado na relação tensa entre a comunidade argelina e a conduta impositiva do imperialismo econômico, transformando o campo econômico local para se aproximar daquele globalizado. Assim como, no mercado imobiliário francês, cujas estruturas de oferta e demanda do capitalismo confrontam com as preferências dos indivíduos. Segundo Raud (2007), é preciso considerar alguns elementos que permitam uma análise mais complexificada do campo econômico.

Em ambos os escritos, Bourdieu vai tratar de promover uma gênese da esfera econômica, ou seja, através dos elementos históricos o autor vai reconstruir como o campo econômico emerge. Na Argélia, por exemplo, verificou-se como os agentes transformaram práticas tradicionais, como o acordo verbal, para condutas racionais, no caso o estabelecimento de um contrato com sanções e regras, possibilitando a emergência de um campo econômico local com estruturas do capitalismo global (GARCIA-PARPET, 2006).

Outra característica é que as relações entre os diferentes agentes dentro do campo econômico são baseadas no poder e, conseqüentemente, na divisão entre dominantes e dominados (RAUD, 2007). Isso está diretamente vinculado ao apropriamento de certos capitais, principalmente financeiro e cultural. A definição das posições que cada agente ocupa dentro de um determinado campo se define através do capital apreendido ao longo das trajetórias de cada indivíduo (BOURDIEU, 1996). No mercado de casas, por exemplo, os determinantes de oferta e demanda estão relacionados aos grupos sociais que os agentes participam, aqueles com maior capital financeiro e cultural vão possuir um sistema de preferências distinto que domina o campo econômico, segregando a estes os melhores locais de moradia (BOURDIEU, 2005; 2006).

A terceira característica é o interesse vinculado ao campo econômico, de acordo com a teoria econômica esse interesse seria apenas a maximização do lucro. Bourdieu vai amplificar

²³ “(...) campo de ação socialmente construído onde se afrontam agentes dotados de recursos diferentes” (BOURDIEU, 2005, p. 33).

isso, ao referir que há outros tantos interesses dentro desse campo de lutas. Na experiência argelina, por mais que houvesse a imposição de tornar ação econômica exclusiva ao lucro, os agentes locais também viram a oportunidade de melhoria do bem-estar social e/ou acesso a novas tecnologias. Da mesma forma que no mercado imobiliário, as preferências como estética, segurança, comodidade, bem-estar, são interesses buscados dentro do campo econômico.

O último elemento é que as trocas nunca são exclusivamente econômicas, assim como há outros interesses. Na experiência argelina, por mais que houvesse aderido aos contratos formalizados, a questão da confiança permanecia, a idoneidade do outro estava em jogo. A troca pode ser moral, como no exemplo, e pode ser também política, como é a relação com o Estado. O campo econômico é dependente da racionalidade do direito, leis que regem as relações. A máquina estatal constrói condições para a oferta e a demanda, como a disponibilização de recursos e a fiscalização, por exemplo, para promover um outro tipo de troca: o desenvolvimento.

O campo econômico, então, é um campo de lutas construído historicamente, socialmente, culturalmente/preferencialmente, politicamente e moralmente. O alicerce está na sua capacidade de diferenciação e de autonomização relativa que o leva a ser um mediador das disputas que ali ocorrem. As lutas entre os distintos agentes em diferentes posições se dão em um jogo social, com regras definidas dentro do campo e incorporadas pelos sujeitos, em questão (BOURDIEU, 1996; RAUD, 2007; GARCIA-PARPET, 2006).

A definição de campo estabelece, então, uma cristalização sólida das estruturas sociais que compõem o espaço econômico e influencia o comportamento dos indivíduos. Contudo, Bourdieu é um autor reconhecido pela busca em superar uma leitura da realidade excessivamente estruturalista²⁴, mas também uma outra visão essencialmente interacionista²⁵. A perspectiva relacional que o pensador francês vai buscar está na construção de outro conceito, o *habitus*. Este pode ser definido como um conjunto de disposições sociais que é adquirido/incorporado ao longo das suas experiências e trajetória pessoal de cada indivíduo. As disposições estão condicionadas às condições de existência de cada agente, ou seja, está diretamente vinculada as estruturas sociais do campo (BOURDIEU, 1996).

Todavia, tais dispositivos sociais são geradores de práticas (ou práxis) que intervêm constantemente na realidade social, ou melhor, no campo. O *habitus* possui a função de ser “uma estrutura estruturante estruturada” que possibilita o indivíduo experimentar e intervir

²⁴ Em que o campo determina o indivíduo.

²⁵ Em que o indivíduo interage sem sofrer pressões estruturais.

socialmente. É importante ressaltar, que aqui encontra-se uma forte crítica ao pensamento bourdieusiano ao tratar o agente sob uma certa rigidez, que lhe confere pouca capacidade criativa de quebrar com as estruturas do campo e promover mudanças sociais (LAHIRE, 2012).

Analisemos o caso dos/as argelinos/as, em que o campo econômico tradicional está sendo transformado pelo imperialismo econômico. Aqui, o autor francês verifica como uma outra conduta econômica, baseada na racionalidade, calculabilidade e previsibilidade vai sendo imposta aos agentes locais. Entretanto, a imposição não é recebida de forma passiva, as “novas” práticas do capitalismo global vão sendo adaptadas à realidade socioeconômica da Argélia. As relações formalizadas por contratos e leis são mescladas por questões morais, culturais que se mantêm, em uma forte tensão e disputa no campo. O mesmo acontece no mercado de casas, a oferta e a demanda não se colocam de cima para baixo, as preferências/gostos vão se modificando e influenciando as demandas locais.

O *habitus* dentro de um campo econômico, promove a formação de um conjunto de valores que orienta esse indivíduo (RAUD, 2007)²⁶, porém não o impede de intervir e modificar esse espaço. A possibilidade de transformar, contudo, depende do poder, da posição social e do capital que este(s) agente(s) possuem, pois o campo é um local de lutas/disputas com grupos dominantes e dominados.

Soma-se aos conceitos de campo e *habitus*, o termo **fato social total**, advindo da perspectiva maussiana. Aqui, Bourdieu resgata essa concepção para contrapor a definição abstrata e racionalista da teoria pura econômica, vinculada ao ortodoxismo, que reduz a realidade ao economicismo. Para isso, o pensador francês trata de identificar, principalmente nos escritos mais recentes, como o imperialismo econômico trata de ofuscar três dimensões presentes na constituição dos fenômenos econômicos, como: a história, a política e o social.

A referência ao campo econômico e a análise bourdieusiana, complexificando-o, trata de demonstrar a existência e a importância de uma gênese da história do campo, as relações políticas tanto internas como externas – principalmente em relação com o Estado – e os efeitos sociais assim como a formação de sistemas de preferências/gostos. A ideia de um fato social total, é buscar essa totalidade de dimensões/aspectos que estão presentes na construção de diferentes fenômenos, dispostos de forma processual e relacional, sendo essenciais para a compreensão dos elementos que o constituem.

²⁶ Os valores econômicos do capitalismo como: uma hierarquia racional de necessidades e das despesas; a utilização racionalizada do dinheiro; o crédito definido por um contrato e um sistema de sanções; e a riqueza como fim da atividade econômica.

O caso específico dos fatos econômicos, é que estes tendo sido analisados por um saber que o isola do contexto social, buscando imprimir uma racionalidade econômica e uma pureza capaz, supostamente, de indicar a previsibilidade dos acontecimentos. Como exemplo, a lei da oferta e demanda no mercado imobiliário da França, deixa de considerar o desejo de ascensão social das classes médias que seria representado na escolha de casas mais caras. Ou na análise da Argélia, em que alguns argelinos/as não aceitam passivamente o trabalho subalterno imposto pelo capitalismo.

O fato social total permite, então, verificar os elementos geradores do campo assim como as disposições incorporadas pelos indivíduos – o *habitus* –, além da práxis que cada sujeito/grupo vai imprimir no espaço relacional de poder. Bourdieu ao fundamentar esses conceitos possibilita ao estudo dos fenômenos econômicos ferramentas sociológicas capazes de reconhecer estes como multifacetados. Aqui reside o elemento central para ressignificar o desenvolvimento, o entendimento deste só é possível se articularmos economia com outras dimensões seja histórica, social e política.

Antes de avançarmos para outros autores pós-bourdieuianos, é preciso registrar algumas ponderações/limitações apresentadas na construção do seu arcabouço. A primeira crítica concerne na condenação feita por Bourdieu à teoria econômica, não se restringindo a apenas ao ortodoxismo. O pensador francês trazia nas suas reflexões que a sociologia econômica deveria substituir o pensamento econômico, mesmo havendo saberes que se distanciavam do mainstream (RAUD, 2007). Aqui, aproximo-me à nova sociologia econômica estadunidense, ao definir como papel dessa disciplina trazer uma outra perspectiva que possibilita ampliar o entendimento de fenômenos econômicos (SWEDBERG, 2004), contribuindo com a teoria econômica, principalmente, dialogando com perspectivas de cunho heterodoxo.

Outro debate importante está no campo e na capacidade de mudança social que estaria atrelada ao poder e ao capital. As possibilidades de resistência e transformação social que irrompem com aqueles que se encontram na posição de dominação coloca-se restrita e imprime uma rigidez ao campo. Discordo que o indivíduo bourdieusiano esteja cerceado da criatividade com o *habitus*, porém as possibilidades de quebra das estruturas, principalmente por fatores internos ao campo, ficam limitadas a relação desigual e hierárquica.

O terceiro e último debate, refere-se ao pensamento bourdieusiano sobre o interesse como algo sempre presente no sujeito. Concordo com Raud (2007), quando chama atenção para o fato de que Bourdieu, ao evidenciar o indivíduo como um ser sempre em busca de seus

interesses, se aproxima da crítica que ele próprio faz à ação econômica racionalizada. Para isso é importante resgatar um conceito trazido pelo próprio autor francês, a ideia de ação razoável pelo sujeito (BOURDIEU, 2006). Em outras palavras, a ação do indivíduo não é tomada por uma racionalidade ortodoxa, mas sim por razões e motivos presentes em sua subjetividade e seus estoques de experiências, ou seja, suas vivências adquiridas da trajetória de vida de cada um. De forma razoável é que o sujeito faz as escolhas das suas preferências, e não de forma racionalizada e calculabilizada.

1.3.2. Mercado, Sujeito glocal e Saber econômico no pensamento pós-bourdieuiano na sociologia econômica francesa

A fundamentação teórica de Bourdieu, especialmente com a publicação do livro “A distinção”, alçou-o a uma posição de prestígio dentro da sociologia, tanto nacional como internacional. A partir dos anos 1980, teremos uma diversidade de cientistas sociais que vão se formar e/ou trabalhar com esse pensador francês. O “pós”, aqui, decorre exatamente desta temporalidade, da influência epistemológica que o pensamento bourdieusiano vai trazer, promovendo estudos críticos que complexificam ainda mais a teoria social construída acerca do campo e do *habitus*.

Nesse sentido, retomo os três pilares da dominação financeira a partir da crítica feita por três sociólogos franceses que aprofundaram os seus estudos a partir do debate e/ou das premissas teorizadas por Bourdieu. O primeiro é Luc Boltanski, que juntamente com Eve Chiapello, vão produzir o “Novo espírito do capitalismo” (2009). Essa longa obra propõe-se a debater as mudanças do capitalismo recente, identificando um novo conjunto de valores que remetem a uma atualização da crença econômica capitalista. Isso promove nos sujeitos transformações nas suas ações econômicas assim como na visão de mundo particular. Outro pensador, é Frédéric Lebaron (2012; 2018), cujo debate acerca dessa crença econômica renovada passa pela presença de muitos economistas em posições estratégicas dentro da sociedade, principalmente nas zonas de tomadas de poder. O discurso de austeridade fiscal, por exemplo, inclui uma matriz de independência total dos mercados ante aos Estados e somente os economistas teriam o conhecimento para implementar. O terceiro é Philippe Steiner (2006), com a obra “A sociologia econômica”, a qual a partir desse novo conjunto de valores busca demonstrar como a abstração e teoria pura não dão conta de explicar o funcionamento dos mercados.

Em referência ao mercado, recorro a Steiner, para pensar sobre como o processo recente de globalização e financeirização definiu o mercado de forma abstrata através das curvas de demanda e oferta, classificando-o como um mecanismo de determinação de preços. Aqui, o mercado é colocado como um **campo autônomo da vida social** com formas de funcionamento próprio. O espaço voltado para a troca de bens e serviços é esvaziado de conteúdo de modo que permita imprimir uma racionalização econômica, sendo calculável, previsível e autônoma (GARCIA-PARPET, 2006). Nesse sentido, será que o mercado se transformou numa esfera estritamente econômica? Creio que não. Segundo Bourdieu e Steiner, o mercado permanece como um campo de disputas, ou seja, “um sistema de relações competitivas entre produtores que se conhecem e se observam” (VALCARCE, 2012).

Concordo com Raud (2007) para quem a concepção de campo bourdieusiana, atrelada à ideia de esfera autônoma, tem o risco de incorrer na separação proposta pela racionalidade econômica. Entretanto, é preciso destacar outros aspectos da perspectiva de campo: uma esfera em que os sujeitos se aproximam e se distanciam, com relativa autonomia, mas dependente das relações internas e externas. Assim, **mercado deve ser refletido como um campo de práticas e relações voltado para as trocas de bens e serviços** (STEINER, 2006). Contudo, é necessário acrescentar a influência das diferentes dimensões - sociais, econômicas, políticas, culturais e morais – definindo-o como um fenômeno multifacetado da realidade social.

A associação de mercado como um campo de relações e práticas, possibilita desconstruir outro elemento economicista – a ideia de universalização. Concordo com Sassen (2010) de que houve a consolidação de uma economia global que busca ser universal na medida em que se propõe a influenciar a vida social e política em diferentes regiões do planeta. Todavia, a proposta de universalidade, encontrada em Santos (2002), centra-se no ideal de monopólio e unicidade. Nesse caso, o mercado não pode ser visto como um sistema único que detêm o monopólio do globo. Como campo de disputas, multiplica-se tanto com elementos globais como locais. Um bom exemplo, são os diferentes centros financeiros – Londres, Tóquio, Nova York, São Paulo – que representam e reproduzem o contexto social pertencente.

Os mercados, dentro dessa diversidade e complexidade, são espaços precedidos por demandas encontradas nas práticas e nas relações cotidianas. A história do mercado de tecnologias comunicativas, por exemplo, retrata como a necessidade de comunicações em curtos espaços de tempo e a superação de fronteiras, propiciou a emergência de um complexo mercado de redes sociais. Aqui, temos o mercado como um campo construído através de valores, normas e comportamentos. Concordo com Pardo-Guerra (2017), ao definir as relações

de mercado como vínculos densos, comunitários e até íntimos que norteiam as práticas e as dimensões multifacetadas do desenvolvimento.

A definição como um campo de disputas traz para o cerne do debate que estas relações e práticas não se colocam de forma horizontal, mas dentro de uma hierarquia de posições ocupadas por diferentes sujeitos (PARDO-GUERRA, 2017). Aqueles indivíduos ou grupos que ocupam a posição de dominação/hegemônica buscam manter o status quo, principalmente através do poder de influência nas forças internas e externas. Nessa correlação, é importante ressaltar o papel ativo do Estado, inclusive como parte fundamental para a expansão do mercado.

Anterior à questão de maior ou menor importância do papel estatal, este atua diretamente na formação e fomentação do mercado. O Estado é o responsável pela legislação que regulamenta esse campo de disputas, ou seja, as relações e práticas estão estruturadas a partir de normas jurídicas estabelecidas pela burocracia estatal. Assim como a elaboração de políticas públicas voltadas para o estímulo e a criação de mercados (PARDO-GUERRA, 2017; RAUD, 2007; STEINER, 2006).

Outro elemento importante do nosso debate é o sujeito glocal inserido nesse mercado. Segundo Boltanski e Chiapello (2009), a reestruturação do capitalismo, nos anos 1980, promove uma transformação profunda no discurso empresarial, fazendo emergir novas representações sociais, como uma elite transnacional e a figura do empreendedor. A ação econômica racionalizada, aqui, centra-se na exigência da acumulação ilimitada do capital, através do (re)investir em busca da maximização do lucro em um curto período.

Nesse sentido, fortalece-se a ideia de um sujeito glocal, um **indivíduo** capaz de tomar decisões racionais a partir de um sistema de preferências também **racionalizado**. O abstracionismo dessa última definição circunscreve-se em uma nova relação moral entre o sujeito, o mercado e o trabalho. i) O progresso material é uma conquista particular, mas também promotor de crescimento e de geração de empregos servindo a um bem comum. ii) As instituições privadas são propagadas como exemplos de eficiência e transparência, em oposição ao Estado marcado pela corrupção e excessiva burocratização; iii) A garantia das liberdades individuais é geradora de uma livre concorrência, marcada pelo mérito de cada em progredir ou não; iv) a privatização e a mercantilização dos serviços sociais, estimula a excelência e a racionalização dos recursos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Em relação às duas representações sociais deste novo espírito capitalista, a elite transnacional está estabelecida num grupo heterogêneo e globalizado, mas que influencia

diretamente nas tomadas de decisão locais. Representado, especialmente pela figura do investidor, estes indivíduos caracterizam-se por romper com as amarras nacionais, uma vida luxuosa e de alto consumo (CATTANI, 2007; 2019). A prática se dá na compra e venda de ações, de diferentes empresas, cujo objetivo geral é maximizar o lucro, não objetivando construir qualquer vínculo com o empreendimento investido.

A outra representação está no/a empreendedor/a, cujo grupo também é heterogêneo, mas de atuação local, sendo influenciado por redes digitais globais. Caracteriza-se, principalmente, pelas pequenas e micro empresas cuja atuação se dá localmente, geralmente prestando serviços. Porém, o empreendedor pode se colocar como uma virtude pertencente a funcionários que investem em si mesmo, capacitando-se e aumentando suas habilidades. O empreendedorismo se constrói como uma crença capitalista vista como um conjunto de estratégias que visa inovar, mudar e transformar a situação econômica de cada sujeito (LEITE; MELO, 2008).

As expressões do sujeito glocal, estabelecidas pela figura do indivíduo pertencente a uma elite transnacional e do empreendedor/a, evidencia como um *ethos* racional se naturaliza e condiciona este a buscar agir dentro da previsibilidade. Todavia as práticas sociais desses sujeitos não estão precedidas por uma ação racionalizada, mas sim por **ações razoáveis**, ou seja, razões e motivos pertencentes à dinâmica relacional existente dentro campo econômico – o mercado – que lida com a tensão entre as justificações capitalistas, como mérito, competência, bem-estar, liberdade individual, e a capacidade criativa, subjetiva e questionadora.

O terceiro elemento está no saber econômico na forma de **economicismo** que, segundo Bolstanki e Chiapello (2009), constitui uma esfera autônoma que obedece a leis positivas. Concordo com Lebaron (2012) de que as crenças econômicas assumiram o papel valorativo da religião, estabelecendo um conjunto de normas e comportamentos para a ação social do indivíduo. O surgimento no último decênio da necessidade de aprendizagem de educação financeira, inclusive no ensino básico, demonstra a inserção de uma vida econômica na centralidade do cotidiano.

O imperialismo econômico estabelece, ainda, o protagonismo dos economistas nas diferentes esferas de tomadas de decisão. Áreas como saúde, educação e cultura vem sendo ocupadas por especialistas em redução de custos, eficiência organizacional e estratégias de produtividade. O economicismo apresenta-se com base em gráficos e estatísticas de previsibilidade que garantiriam um futuro abstrato e irrealizável.

É importante ressaltar, que o saber econômico não se coloca de forma homogênea, sendo extremamente diverso. A crítica refere-se ao ortodoxismo, hegemônico desde a década de

1970/80, que, juntamente com a financeirização, impetrou a imagem de um mercado universalizado e homogeneizador. Os estudos heterodoxos da economia revelam a importância e a necessidade desse saber, principalmente ao considerar outras dimensões além do econômico – como a história, o social, a política, aproximando-se do **diálogo com diferentes formas de conhecimento**, como é o caso da sociologia econômica.

Desconstruídos os três elementos que alicerçam a dominação financeira e como estes possuem outras concepções para além da hegemonia capitalista, apresento de forma esquematizada no **quadro 1** abaixo.

QUADRO 1 – A resignificação dos alicerces da dominação financeira pela crítica da sociologia econômica francesa

PILARES DA DOMINAÇÃO FINANCEIRA/ CAPITALISMO	CONCEPÇÃO ORTODOXA	SOCIOLOGIA ECONÔMICA FRANCESA
Mercado	Campo autônomo da vida social (descrito de forma abstrata)	<i>Campo de práticas e relações sociais voltado para a troca de bens e serviços</i>
Sujeito Glocal	Indivíduo racional	<i>Sujeito razoável</i>
Saber Econômico	Economicismo	<i>Formada pelo diálogo com outros conhecimentos (histórico, político, social, ecológico, cultural)</i>

Fonte: Elaboração própria

Estabeleço nesse **quadro 1** como a sociologia econômica francesa desmitifica os elementos da hegemonia financeira para possibilitar a reflexão de um desenvolvimento resignificado. A partir da crítica francófona é possível pensar em alternativas de modelos de desenvolvimento que confronte as amarras capitalistas?

1.4. Desenvolvimento como um fenômeno multifacetado da realidade social: uma reflexão a partir crítica da sociologia econômica francesa

O longo percurso traçado até o momento tratou de refletir os elementos que configuram o capitalismo financeiro, dando ênfase à emergência de uma economia global pautada na retórica e nas políticas neoliberais. A crítica promovida pela sociologia econômica francesa, desde Bourdieu até autores mais contemporâneos, possibilitou desconstruir os alicerces dessa financeirização, ressignificando: as ideias de mercado, este como um campo de relações e práticas sociais voltado para a troca de bens e serviços; o sujeito glocal, cujas ações são precedidas por razões e motivos; e o saber econômico, construído a partir do diálogo com outros saberes.

Todavia, faz-se necessário localizar aqui o tema central desta pesquisa e como este se encaixa no debate promovido. Como desenvolvimento vincula-se ao capitalismo financeiro e a crítica sociológica francesa? A reorganização do sistema capitalista, após as intensas crises nos anos 1970, possibilitou a expansão de uma perspectiva econômica ortodoxa, centrada na financeirização global e do cotidiano (CATTANI, 2010). A concepção de desenvolvimento se constituiu no imaginário social a partir de um imperialismo econômico pautado no abstracionismo e na racionalidade das ações que, por sua vez, busca tal razão no cálculo, na capacidade de previsão e no consumo pelo sistema de preferências (BORDIEU, 2005; RAUD, 2007; STEINER, 2006).

No intuito de confrontar essa perspectiva reducionista tratamos de ressignificar o desenvolvimento a partir deste como um fenômeno multifacetado da realidade social que, por sua vez, define-se numa dinâmica tanto relacional como processual entre as diferentes dimensões – política, social, econômica, histórica - e o fato social. Busca-se, então, a totalidade dessas dimensões/aspectos que estão presentes na construção dos diferentes fenômenos, nesse caso do desenvolvimento. A compreensão do próprio ortodoxismo foi feita até o momento considerando a totalidade das dimensões, ao refletirmos desenvolvimento na América Latina e Caribe, no próximo capítulo, também estará pautada nessa totalidade.

Retomando aos elementos alicerçadores da financeirização, vamos refletir como estes se apresentam problemáticos ao coadunarem com o ortodoxismo. O economicismo estabelece que para haver desenvolvimento é necessário o crescimento econômico, este pautado no ciclo virtuoso do capitalismo produção-distribuição-consumo. O aumento da produtividade leva a uma necessidade de maiores investimentos nas vias de distribuição, gerando mais empregos

que, por sua vez, elevaria a renda e o poder de consumo. A receita se apresenta promissora, porém o que se apresenta dentro do sistema capitalista é a crescente desigualdade socioeconômica e vulnerabilidade social como parte fundante do capitalismo. Isso decorre do fato de ver o “livre-mercado” como um campo autônomo da vida social, fato irreal visto que os demais campos – como o político, o social, o moral – tem influência sobre este e vice-versa. Crescer economicamente, desconsiderando o mercado como um fenômeno imerso na realidade social, torna a geração de riqueza para poucos, com esses ocupando o topo do livre-mercado e a dominação financeira (CATTANI, 2019).

A riqueza, outro elemento visto como parte do desenvolvimento, está seria um misto de mérito próprio e bem comum. O indivíduo racional que enriquece, por “seu esforço e capacidade técnica”, é um promotor do desenvolvimento, pois ele está, também, promovendo a criação de empregos e novas oportunidades de crescimento econômico. Todavia este sujeito racionalizado que toma como base as justificações do capitalismo, ao tentar naturalizar a calculabilidade e a previsibilidade deixa de considerar as razões que realmente move suas decisões, os motivos e as preferências que advém das suas experiências e vivências. As justificações capitalistas são contraditórias, pois a retribuição pelo esforço é desigual gerando riqueza/privilégios para alguns levando à concentração de poder e renda, enquanto às massas a recompensa não chega mantendo a desigualdade e ciclos de pobreza.

Por último, desenvolvimento associado e esvaziado pelo crescimento econômico apenas é possível pela legitimação de um saber econômico, ou seja, a necessidade de um conhecimento financeiro que seja capaz de fornecer ferramentas para crescer economicamente e gerar riquezas, para si e para o coletivo. Entretanto, a formação/especialização econômica não traz consigo propriedades que rompam com a realidade desigual que propicia graves problemas sociais – pobreza, exclusão, doenças. **O economicismo ao se fundar em um mercado como campo autônomo da vida social e no indivíduo racionalizado desconsidera o diálogo com outros saberes e se distancia da perspectiva do desenvolvimento como um fenômeno multifacetado da realidade social.** A totalidade é substituída por um reducionismo que promove um discurso neoliberal onde as práticas sociais deste são baseadas na geração do maior lucro possível, gerando riquezas e patrimônios para apenas poucas pessoas.

Desenvolvimento, ao ser pautado no fortalecimento do mercado, na racionalidade do sujeito global e no conhecimento monopolista da ortodoxia econômica, está fadado a ampliar a tríade capitalista, liderada pela dominação financeira que se soma à concentração de renda e à desigualdade/pobreza socioeconômica.

A compreensão da realidade social tem de estar baseada em diversas dimensões, não somente no econômico. A reflexão sobre desenvolvimento necessita estar atrelada a outros aspectos – como político, social, histórico, cultural, moral, ecológico. O desenvolver, seja individual e coletivo, só é possível ressignificando o campo, o sujeito e o saber, colocados aqui pela dominação financeira como livre-mercado, elites transnacionais e economicismo. O desenvolvimento necessita ser compreendido como um fenômeno multifacetado, para romper com o monologismo do capitalismo e possibilitar a emancipação social.

2. A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E AMÉRICA LATINA E CARIBE: do desenvolvimentismo à tensão colonialidade/decolonialidade

O capítulo anterior dedicou-se a refletir criticamente o processo (recente) de financeirização do capitalismo, utilizando a sociologia econômica francesa para ressignificar a ideia de desenvolvimento atual, dialogando assim com a perspectiva do heterodoxismo econômico. A matriz econômica ortodoxa juntamente com o discurso hegemônico neoliberal tornou a retórica do crescimento econômico ilimitado como o significante de desenvolvimento. Contudo o tema em debate não se limita à economia, estando presente no pensamento social, visto sua vinculação à ideia de modernidade e progresso (CEPÊDA, 2012).

Os estudos sobre desenvolvimento se iniciaram a partir da economia política clássica com a relação entre trabalho e capital (FIORI, 1999). Especificamente, no confronto do debate utilitarista de autores como Adam Smith, David Ricardo e Tomas Malthus pelo materialismo dialético de Marx e Engels. Enquanto os primeiros buscavam análises atomizadas de um *homo economicus* e a conquista da igualdade e felicidade pelo livre-mercado; os últimos sustentavam que o modo de produção capitalista reificava socialmente, gerando alienação e exploração da massa trabalhadora em prol da mais-valia (VANDENBERGHE, 2012).

Aqueles representantes do utilitarismo econômico são pertencentes ao liberalismo clássico, uma corrente de pensamento altamente diversa, centrada no indivíduo e nas ferramentas que o possibilitem a alcançar o seu autodesenvolvimento (MERQUIOR, 2016). Capitalismo e individualismo encontram-se unidos desde seus primórdios, assim como as críticas a essa união promotora de um crescimento econômico distorcido e desigual. Como alguns dos representantes desta crítica, no início do século XX, estavam J. M. Keynes, uma voz discordante no seio do liberalismo clássico econômico, e K. Polanyi (2000), com a ineficácia social da oferta e demanda de preço.

Ambos os autores²⁷ serão representativos e fundamentais na modificação do pensamento sobre a relação entre capitalismo e desenvolvimento, buscando na atuação do Estado uma esfera que corrigisse as distorções²⁸ promovidas pelo livre-mercado sobre a sociedade. De acordo com Fiori (2018, p. 20-21): “Foi uma espécie de movimento autocrítico

²⁷ Keynes propõe um modelo de regulação econômica a partir do Estado, enquanto Polanyi compreende esta atuação estatal como uma resposta natural às desigualdades promovidas pelo livre-mercado. (FIORI, 2018).

²⁸ Pobreza, desigualdade, Vulnerabilidade.

e pragmático do próprio liberalismo que esteve na origem do desenvolvimentismo, nada tendo a ver, portanto, com o marxismo ou esquerdismo, como alguns parecem acreditar hoje em dia.”.

O desenvolvimentismo e a heterodoxia econômica emergem em um momento de crise capitalista, mas, também de questionamentos feitos à eficácia social e moral do liberalismo clássico. Segundo Cepêda (2012) o desenvolvimentismo é um modelo heterodoxo pautado na ideia de um desenvolvimento orientado e operado racionalmente pelo Estado, associando crescimento econômico e avanços social. O desenvolvimento aqui é construído de forma antagônica e crítica a como este tem sido definido a partir da consolidação da retórica neoliberal.

Nesse sentido, como desenvolvimento, desenvolvimentismo e América Latina e Caribe se relacionam? Durante o período do pós-Segunda Guerra, fortalece-se a teoria da modernização ocidental, inspirada na modernidade estadunidense-europeia que “autodenominou” seus países²⁹ como os únicos desenvolvidos e, conseqüentemente, como modelos que deveriam ser almeçados. Assim, definia-se que para o pleno desenvolvimento era preciso passar por certas etapas evolutivas (ROSTOW, 1971).

Contraopondo-se a esse ideário hegemônico moderno e contemporâneo, o pensamento social crítico latino-americano e caribenho (MARTINS, 2012) tem um papel importante para a formulação e valorização de novos/velhos imaginários. Nesse sentido, é importante ressaltar uma primeira geração de intelectuais, como Martí, Rodó, de La Torre e Mariategui, que construíram a ideia de América Latina, através de reflexões acerca das desigualdades da região, apontando soluções diversas³⁰. Estes sujeitos trazem, ao definir a região pelo latino-americanismo e caribenho, como um local único de signos e linguagens próprias.

O reconhecimento da região da América Latina e Caribe, por aquela linha heterogênea de pensadores, insere a região no mapa geopolítico do debate acerca da modernização e do desenvolvimento por etapas. A reação a essa colocação se dá com o surgimento de uma segunda geração de intelectuais, a partir da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) que tem como núcleo teórico o desenvolvimentismo e a heterodoxia de Keynes e Polanyi (FIORI, 2018). Nas décadas de 1950 a 80, a CEPAL vai criticar fortemente o projeto de modernização estadunidense-europeu e a dicotomia do “desenvolvido/atrasado” (TÁPIA,

²⁹ EUA; Inglaterra; França; Alemanha.

³⁰ Nessa primeira geração de intelectuais, podemos verificar um embate entre aqueles que entendiam a revolução socialista como saída e outros que viam como solução as reformas sociais e políticas.

2011). Nesse dualismo, os países da América Latina compartilhavam o status do “atraso” e, visto isso, estimularam-se debates e estudos para problematizar a questão do desenvolvimento.

2.1. Cepalinos: a construção do desenvolvimentismo

As formulações da CEPAL, durante as décadas de 1950/80, através da liderança de Raul Prebisch (1949) com atuação destacada de Celso Furtado (2007), possibilitaram as bases de um pensamento crítico próprio referente ao desenvolvimento na América Latina e Caribe³¹, denominado de estruturalismo-histórico latino-americano e caribenho (BIELSCHOWSKY, 2018). Tal pensamento social circunscreve-se na influência que estruturas históricas vão exercer na conformação da sociedade, como é o caso dos termos de troca desiguais³². Os pensadores cepalinos identificaram a manutenção de uma relação desigual na divisão internacional do trabalho, oriunda ainda do colonialismo, cujos países que se identificavam como centro eram as antigas metrópoles e aqueles, relegados a periferia do capitalismo, foram as colônias.

Nesse sentido, o debate sobre centro e periferia (RODRIGUEZ, 2009) foi fundamental ao caracterizar o primeiro por seu avanço industrial e tecnológico, sendo formado pelos países que se autodenominaram desenvolvidos, e o segundo de economia primária e em atraso tecnológico, classificados como países subdesenvolvidos. Tal cenário possibilitou o reconhecimento por Prebisch da deterioração dos termos de troca internacional, que identificou o baixo valor agregado na exportação dos produtos primários e o alto valor agregado na importação dos produtos manufaturados, como um fenômeno político-econômico que mantém e reproduz as bases coloniais (FALETTO, 2009).

O diagnóstico cepalino possibilitou confrontar a premissa das etapas necessárias para o desenvolvimento capitalista, cujo subdesenvolvimento seria apenas mais uma fase. A desmitificação e a ressignificação de subdesenvolvido, como um caráter da singularidade periférica (BIELSCHOWSKY, 2004), permitiu reconhecer a influência das heranças coloniais e do contexto histórico específico da América Latina e Caribe. O subdesenvolvimento é visto como um processo histórico autônomo dentro do capitalismo (FURTADO, 2008).

³¹ Atualmente, a Cepal possui um papel menos teórico e mais analítico, restringindo-se a avaliação de políticas e dados econométricos (BIELSCHOWSKY, 2018; IVO, 2012).

³² “Os termos das trocas desiguais” ficou conhecido como o Manifesto origem da CEPAL, produzido por R. Prebisch (1949).

Nesse sentido, era necessário apresentar políticas que permitissem o rompimento da situação centro e periferia. De acordo com Cepêda (2012, p.80),

Das causas apontadas pela teoria do subdesenvolvimento emergirão tanto o desenvolvimentismo (proposta de superação do subdesenvolvimento) quanto o nacional-desenvolvimentismo (pacto social que sustenta a proposta de intervenção e meio de construção da nação, clássico no Brasil e América Latina).

As soluções apresentadas pela CEPAL para o desenvolvimento eram de imprimir um processo de “desenvolvimento para dentro” através de políticas de promoção à industrialização (RODRIGUEZ, 2009). Aqui, ao invés de continuar a importar os produtos manufaturados e as tecnologias do centro, os países latino-americanos e caribenhos deveriam estimular a presença de indústrias no território nacional e, concomitantemente, fortalecer o mercado interno consumidor. Esse processo, denominado de “substituição das importações”, era centrado, principalmente, na capacitação estatal em relação ao planejamento e à intervenção econômica (FALETTO, 2009). O Estado torna-se um agente ativo do desenvolvimento, implementando políticas que visam almejar uma maior independência econômica. No Brasil, por exemplo, as indústrias de base nos governos de Getúlio Vargas e as automobilísticas com Juscelino Kubitschek, ilustram bem esse período (SKIDMORE, 2010).

Porém as tentativas de implementação do novo modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos e caribenhos, fundado no Estado como sujeito central, não foi suficiente para corrigir e anular os termos da dependência internacional (MARTINS, 2013). Os cepalinos se ativeram para o rearranjo centro e periferia, mas não enfatizaram, também, as limitações internas verificadas na região. Nesse sentido, é preciso destacar três singularidades, que são presentes até hoje. A primeira é que apesar dos cepalinos verem o setor agropecuário como o “atrasado” e antagônico ao industrial, aquele ainda se mantém como importante elemento nas relações de dominação, fazendo parte dos grupos hegemônicos que influenciam diretamente nas tomadas de decisão (OLIVEIRA, 2013).

A segunda refere-se à migração das populações rurais para as zonas urbanas, visto estes espaços como o local de desenvolvimento pela industrialização. Todavia, o inchamento das zonas urbanas contribuiu, majoritariamente, para o aumento das condições de desigualdade, estimulando o crescimento de um “exército de reservas de desempregados” (OLIVEIRA, 2013). A conciliação de classes prometida pelo capitalismo e pela modernização através da industrialização não se concretizava. Isso decorre da manutenção do *status quo* dos grupos

hegemônicos, de forma a não possibilitar a quebra da estrutura patriarcal e colonialista que fora criada no período de colônias. As classes sociais se apresentam como opostas, em que aquelas pertencentes ao topo da pirâmide socioeconômica exercem relações de violência – simbólicas e físicas – para a permanência de uma falta de mobilidade social (FERNANDES, 2009).

O terceiro aspecto trata-se de como o processo de substituição de importações não funcionou apenas como uma estratégia de desenvolvimento, mas também de manutenção de uma “novo” pacto estrutural, aliando o ‘moderno’ e o ‘atrasado’. Por um lado, era preciso fomentar um ‘novo’ mercado interno de baixo consumo em decorrência do inchamento das zonas urbanas. Havia a necessidade de atender uma nova demanda de uma população com baixo poder aquisitivo. Do outro lado, existia as oligarquias nacionais³³, caracterizadas pela alta concentração da renda, que exigiam um alto padrão de consumo (OLIVEIRA, 2013; FERNANDES, 2009). Nesse sentido, o capitalismo periférico e subdesenvolvido, mesmo naqueles países em que houve de fato um processo crescente de industrialização, manteve a famosa expressão de Trostky – um capitalismo desigual, mas combinado.

O subdesenvolvimento constrói-se como uma produção da expansão do capitalismo necessário para a manutenção da estrutura de dominação sistêmica. Os cepalinos foram exímios ao identificar não como uma etapa, mas como parte da formação capitalista. Todavia a estratégia de substituição das importações foi insuficiente, agravando os problemas de desigualdade e pobreza (OLIVEIRA, 2013). Além disso, é recorrente a “fuga para dentro” (FIORI, 2003), ou seja, quando havia a possibilidade de perda do controle nacional buscava-se no autoritarismo a manutenção do poder. Esse último aspecto, permite-nos afirmar que o nacional-desenvolvimentismo nasceu como projeto autoritário e nos momentos de crise as mudanças se davam de forma controlada e conservadora. (FERNANDES, 2005; SANTIAGO, 2017).

As políticas de desenvolvimento formuladas pela CEPAL e adotadas por alguns países foram insuficientes para mudar a relação desigual centro-periferia. Segundo Santiago (2017) e Cepêda (2012), havia um descompasso entre a teorização desenvolvimentista e a prática desta pelo Estado. A modernização, assim, limitou-se em ser conservadora e excludente, pois manteve as estruturas de dominação e as contradições de classe (OLIVEIRA, 2013; FERNANDES, 2009). Os pensadores cepalinos, inclusive, defenderam, posteriormente, a necessidade de reformas estruturais, como a agrária, para uma distribuição de renda mais

³³ No Brasil, representado pelos Coronéis e Bacharéis (FIORI, 2003).

equitativa (BIELSCHOWSKY, 2018). Contudo as desigualdades externas e internas mantiveram-se impedindo o projeto de desenvolvimento. Portanto, a divisão do trabalho internacional do período colonial continuou a prevalecer no século XX, com a capacidade de fixar os valores agregados pertencentes aos países centrais industrializados (FALETTO, 2009).

Apesar dos avanços, a formação de um pensamento crítico latino-americano sobre o desenvolvimento limitou-se a uma ruptura epistemológica e política com o ideal de modernização por etapas (MARTINS, 2012). Os cepalinos não conseguiram imprimir em seu “desenvolvimento para dentro” mecanismos que alterassem as estruturas de concentração de poder e renda. Isso torna-se mais evidente ao verificar-se a inexistência do debate sobre classes dentro do pensamento cepalino. Outro elemento, retrata-se a forma homogênea de analisar a América Latina e Caribe, sem reconhecer os distintos processos e elementos que singularizam os diferentes locais da região.

Alia-se a manutenção de uma relação desigual internacional, o entendimento da condição de sociedade periférica como um problema político-econômico, a ser enfrentado pela ideologia do crescimento econômico, continuou a imprimir o ritmo da modernização nacional, ontem e hoje.

2.2. Dependentistas: a crítica ao desenvolvimentismo

O “desenvolvimento para dentro” e o processo de substituição das importações não gerou os efeitos esperados, seja pela heterogeneidade entre os países latino-americanos, seja pela alta concentração de renda e poder. Isso criou uma perspectiva pessimista entre os teóricos da CEPAL. Destaco Celso Furtado (1966) e o livro “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina”, em que o autor chama a atenção para a estagnação e à dependência dos países latino-americanos e caribenho frente à economia mundial. Dependência que ficou mantida pela lógica “centro-periferia” e pelo insuficiente processo de industrialização, visto a não consideração da singularidade dos contextos políticos de cada país, da forte presença do latifúndio e das desigualdades regionais. Tal entendimento provocou novos posicionamentos no pensamento crítico latino-americano inaugurando um novo pensamento plural e heterogêneo, conhecido como dependentismo.

Os dependentistas tinham como principal crítica o desenvolvimentismo e as políticas implementadas pelo Estado nesse período. Concordo com Santiago (2017) ao afirmar que os sucessivos golpes civis-militares na América Latina entre as décadas de 1960/70 representaram,

em certa medida, uma derrota do projeto desenvolvimentista, seja pelo seu vínculo com o autoritarismo, seja por manter as relações de dominação e a desigualdade de classes. Os teóricos da dependência, em linhas gerais, vão buscar refletir a relação de manutenção de uma dependência econômica, oriunda do capitalismo e da divisão centro-periferia, e os limites/possibilidades de desenvolvimento.

Concordo com Seabra (2019), ao destacar a dificuldade em classificar e distinguir os dependentistas, gerando definições distorcidas e superficiais. Para isso recorro a Santiago (2017), quando verifica que entre os dependentistas a crítica dos diferentes grupos parte das teses marxistas com posicionamentos distintos. A teoria social marxiana e os elementos que a compõe – especialmente, classe, mais-valia, imperialismo – são essenciais para compreender a dependência. O entendimento deste autor sobre o capitalismo, e as bases que este se assenta, possibilita compreender a dependência como parte integral da relação centro-periferia. A existência e a manutenção da condição periférica se dão pela relação de dominação com o centro, sendo a periferia o *locus* de atendimento das necessidades dos países centrais, como é o caso dos termos de troca desiguais, aqueles fornecem a matéria-prima e estes a manufatura.

Apesar das divergências entre as correntes, aparentemente, em dois pontos há alguma concordância: as teorias da dependência derivam diretamente, implícita ou explicitamente, do campo marxista. **As teorias da dependência constituem uma especificação da teoria do imperialismo para a periferia** (SANTIAGO, 2017, p. 148).

Estabelecido os dois elementos gerais, a crítica ao desenvolvimentismo e a influência do marxismo, podemos afirmar que os dependentistas tem como ponto de partida para as suas análises a verificação do porquê o processo de desenvolvimento industrial autônomo não gerou os efeitos esperados, mas sim a manutenção das estruturas de dominação e a forte desigualdade. A hipótese encontrada pelos mesmos é a dependência como aspecto singular da relação centro-periferia, a qual impossibilita qualquer desenvolvimento autônomo que possibilite superar essa vinculação.

Os sujeitos centrais desta terceira geração de intelectuais latino-americanos tem raízes na CEPAL e/ou estabelecimentos posteriores de vínculos a estas, em especial aqueles que partiram para o exílio no Chile. No caso brasileiro é importante destacar a contribuição de dois importantes centros de ensino: a UNB, formada por Teotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, e Andre Gunder Frank; e a USP, cujo expoente maior é Fernando Henrique

Cardoso oriundo do seminário de Marx. Tanto Santiago (2017) como Seabra (2019) trazem as principais classificações que são estabelecidas por diferentes autores: i) Bresser-Pereira (2010b) ao definir três grupos a partir de conceitos centrais: superexploração; dependência-associada; nacional-dependente; Palma (1978) ao destacar os centros de estudos em que cada grupo se posicionava: CESO; CEPAL; e ILPES; Muñoz (1978) ao estabelecer uma ordem cronológica entre velha dependência e nova dependência; iv) e Kay (1989) ao dividir entre reformistas e marxistas.

Para este trabalho, contudo, vou adaptar a divisão formulada por Kay (2018), no intuito de sanar a problemática em aparentar a exclusão do marxismo entre os reformistas, e acrescer sugerindo duas subdivisões em cada. A divisão, portanto, baseia-se nas soluções apresentada por cada uma das correntes: teóricos reformistas e da revolução.

2.2.1. Os teóricos reformistas da dependência

Assim, de um lado teríamos os reformistas, que partem de uma crítica do marxismo, mas adotam uma perspectiva weberiana – baseada na construção de tipos ideais e no processo de racionalização - para apontar alternativas a dependência: i) entre os reformistas, podemos destacar aqueles que dão continuidade ao estruturalismo-histórico latino-americano, como Osvaldo Sunkel (2007) e Celso Furtado (2008). Em comum, estes autores cepalinos vão se propor a avançar em políticas/modelos de desenvolvimento que confrontem as especificidades do subdesenvolvimento. Aqui, o problema não se concentra apenas na relação centro-periferia, mas também nas desigualdades internas³⁴ que reforçam o caráter periférico e subdesenvolvido (BIELSCHOWSKY, 2018); ii) um segundo grupo dos reformistas estaria representado pela obra de Cardoso e Faletto (2004), sendo denominado de desenvolvimento dependente associado. Os autores, de forma precisa, vão identificar que os países Latino-americanos e Caribenhos são bastante diversos, com diferentes singularidades, necessitando de políticas/modelos de desenvolvimentos específicos e condizentes com a realidade socioeconômica de cada. Outro aspecto, que os diferencia dos cepalinos reformistas, é a relação dependência e desenvolvimento vista como algo associável. Para Furtado e Sunkel, era preciso de políticas que confrontassem a condição de dependência e subdesenvolvimento, tanto internamente como externamente.

³⁴ A formação de oligarquias e a associação destas com o capital internacional; desigualdades estruturais que mantêm uma distribuição socioeconômica concentradora (SEABRA, 2019).

Enquanto Cardoso e Faletto possuíam uma visão mais positiva do dependentismo, a possibilidade de desenvolvimento através da dependência, ao compreender o domínio da variável econômica sobre a política (MARTINS, 2011). O econômico se revelando no fortalecimento do mercado externo, enquanto a política se limitando ao aparato estatal-burocrático nacional. Os autores sugeriram, assim, uma dependência associada em que os países periféricos iriam desenvolver o seu mercado interno através do aumento da dependência tecnológica e financeira dos países centrais e, posteriormente, ao passar dos anos, essa dependência diminuiria com o aumento dos investimentos internos em tecnologia (MARTINS, 2011). A formulação deste “tipo ideal”, de cunho weberiano, não se preocupou em problematizar as contrapartidas da dependência e desconsiderou certos aspectos sociais e culturais.

Enquanto Furtado e Sunkel chamavam a atenção para como o processo de industrialização na periferia se centrava sob o controle das transnacionais. Isso representava como o subdesenvolvimento era a forma de desenvolvimento dependente da periferia. Visto que a tecnologia era produzida pelo centro, a produção de manufaturados nas regiões periféricas era feita sob a “autoridade” das grandes corporações. Em vista disso, os autores viam a necessidade de articular o aprofundamento do processo de industrialização com uma melhor distribuição de renda e da propriedade rural (SANTIAGO, 2017).

2.2.2. *Os teóricos da revolução do dependentismo*

Diferente dos reformistas, os teóricos da revolução no dependentismo identificavam o subdesenvolvimento não como uma condição que poderia ser modificada com políticas/modelos de desenvolvimento. A relação centro-periferia e a manutenção dos termos de troca, desde o período colonial, refletem que a única via de transformação social seria o rompimento com o capitalismo. Dentre os diferentes autores, podemos destacar duas vertentes: i) A primeira seria aquela representada por Andre Gunder Frank (1980), a partir de seus trabalhos com Paul Baran. Influenciados por Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein, a visão de sistema-mundo denota ao capitalismo o aspecto de totalizante que se polariza entre centro e periferia. Essa conjuntura é parte de uma construção histórica, cujo capitalismo se firma de forma hegemônica. A dependência é um produto de longa duração, sendo o resultado a conformação das relações de poder no sistema-mundo (KAY, 2018).

ii) Em outra reflexão, está o trabalho de Theotônio dos Santos (2000) e de Ruy Mauro Marini (2008) e Vânia Bambirra (2015) que são influenciados pela teoria do sistema-mundo, mas de forma distinta, identificam o *locus* da dependência na estrutura interna do capitalismo periférico desses países. As questões internas são os principais fatores para a manutenção da dependência, pois a possibilidade de acumulação do capital, da ambição do lucro e da exploração do trabalhador estimulou as classes dominantes a desejarem apenas o superlucro (MARINI, 2008). A dependência tecnológica acentua-se, promovendo produção e consumo tecnológico desigual, isso reflete tanto no aumento da jornada de trabalho como da força produtiva, que por sua vez, encontra dificuldades de qualificar-se em virtude das desigualdades estruturais (MARTINS, 2018). Para estes autores, o desenvolvimento, tanto econômico como político, restringiu-se a ínfima parcela da população periférica. E tal dependência submeteu o nacional às estruturas de dominação internacional, ou seja, às imposições da economia-mundo capitalista (SANTOS, 2000).

Gunder Frank se destaca por identificar o subdesenvolvimento como um produto do capitalismo e como resultado dessa relação centro-periferia. Influenciado por Caio Prado Jr. (2008), o autor vai discordar do marxismo ortodoxo ao afirmar que a América Latina não teve um passado feudal, desconstruindo a premissa generalista dos modos de produção. Isso acentua ainda mais o caráter particular do subdesenvolvimento, pois o feudalismo seria uma etapa da teoria da modernização. Outro elemento é a manutenção do subdesenvolvimento no plano interno, aqui as oligarquias nacionais vão manter as relações de poder baseadas no patriarcalismo, ou seja, a modernização conservadora (FERNANDES, 2005)

O outro grupo – Santos, Marini, Bambirra – diferente de Frank, alinham teorização com prática política, participando ativamente em grupos políticos de esquerda. Segundo Santiago (2017), a Revolução Cubana na década de 1960, influencia de tal maneira, especialmente por ali não ter se baseado nas premissas de um marxismo ortodoxo, em que haveria a necessidade de uma revolução burguesa, anterior, a revolução socialista. O socialismo chegou em Cuba de forma direta, estimulando uma forte crítica ao modelo engessado que não previa as condições singulares latino-americanas e caribenhas, especialmente o subdesenvolvimento e a dependência. Diante disso, os intelectuais dessa vertente fazem crítica a uma revolução democrática burguesa e, principalmente, a uma conciliação de classes. O desenvolvimentismo e o processo de industrialização agravaram a situação de desigualdade e pobreza por atuarem dentro dos limites do capitalismo. A única alternativa era romper com o sistema para quebrar a condição de periférico e dependente.

O pensamento revolucionário dependentista, distintamente daqueles reformistas, tinham análises mais pessimistas, ou seja, não acreditavam que reformas estruturais e/ou a associação com o centro e as classes burguesas modificariam a situação de dependência, o único caminho era a via do socialismo. Dentro dessa corrente plural marxista, emerge um terceiro grupo de autores representado nos escritos dos sociólogos Pablo Casanova (2009) e Aníbal Quijano (2000) que propiciaram a interpretação do desenvolvimento em uma conceituação mais ampla, com a valorização de elementos socioculturais a aspectos econômicos e políticos. Para esta corrente a ruptura epistemológica com o discurso de modernização estadunidense-europeia apenas é possível se incluir a descolonização de elementos sociais e culturais. Ambos autores enfatizam o papel da racialidade e do patriarcado na construção do imaginário social, cuja figura dominante – o homem/branco/europeu/militar/cristão/heterossexual – reuniria os caracteres de superioridade. Assim, os demais indivíduos que não possuíssem tais elementos se denotariam inferiores, periféricos e dependentes. A dependência não é somente econômica e política, mas é, também, construída a partir de estratégias simbólicas de preservação do domínio capitalista (GROSFOGUEL, 2010).

Concordando com Grosfoguel (2013), os autores dependentistas³⁵ contribuíram de forma efetiva para a ampliação do pensamento crítico aprofundando o debate político-econômico e vislumbrando as limitações sociais que a dependência agravava num contexto de colonialidade. Entretanto, a manutenção de heranças coloniais exigia ir além dos questionamentos políticos e econômicos, identificando uma complexa rede de hierarquizações promotoras das diferenciações sociais. Estas últimas, apenas enfatizadas por Quijano e Casanova, que posteriormente, a partir dos anos 90, formalizaram um novo grupo, denominado de modernidade/colonialidade.

2.3. O pensamento decolonial: a tensão entre colonialidade/decolonialidade

A ascensão do discurso neoliberal e os avanços da financeirização do capitalismo, somados à queda do muro de Berlim e o enfraquecimento da utopia comunista, fortaleceram o cenário hegemônico capitalista. Como refletido no capítulo anterior, a ideia de desenvolvimento vincula-se à hegemonia da financeirização e do livre-mercado, pois estes dois possibilitariam o exercício da liberdade individual, da competitividade e da meritocracia (FRIEDMAN, 1985).

³⁵ O caso particular de Faletto e Cardoso.

Os debates sobre o desenvolvimentismo perdem espaço no cenário latino-americano e caribenho³⁶, principalmente pela ascensão de governos autoritários e das políticas neoliberais. Isso exige uma reorganização no pensamento latino-americano e caribenho em busca de colocar-se como forma de resistência aos avanços de uma globalização neoliberal hegemônica. Dentro dessa perspectiva o coletivo Modernidade/Colonialidade (M/C) coloca-se como um importante contribuidor para a emergência, valorização e construção de formas de (r)existir³⁷ à manutenção da colonialidade/imperialismo (GROSFOGUEL; MIGNOLO, 2008).

O grupo M/C é formado por diferentes autores/as, cujas formações de pensamento são bastante diversas, passando pela dependentismo marxista, teologia da libertação, pós-estruturalismo, os estudos subalternos e culturais, feminismo e relações étnico-raciais (BALLESTRIN, 2013). Isso reflete a principal característica dessa rede de pensadores/as, a pluralidade epistêmica, fato que se coaduna com a realidade da região latino-americana e caribenha, extremamente plural e diversa em seus processos de subjetivação. A partir destes/as intelectuais, tratarei de refletir algumas concepções investigadas pelo M/C: modernidade como um sistema-mundo moderno/capitalista e eurocêntrico; colonialismo/colonialidade e a matriz de poder colonial; nacionalismo/colonialismo interno e geopolítica do conhecimento; decolonialidade/giro decolonial; pensamento fronteiriço. O intuito é que após esse trajeto epistêmico tenhamos as edificações que constroem o **tensionamento colonialidade/decolonialidade** – a meu ver, principal contribuição teórica-metodológica da rede M/C.

A **modernidade** é vista pela linearidade histórica como um período significativo da formação das sociedades estabelecido naquilo que Weber (2004) denominou de processo de racionalização. A razão, a ciência e a técnica passam a serem as ferramentas explicativas sobre a realidade social que estabelece uma nova visão de mundo, advinda dos ideais iluministas. O projeto de modernidade do iluminismo está fundando tanto nesse saber científico como na industrialização e no Estado moderno, elementos que promoveriam o progresso. Todavia, há dois elementos invisibilizados pela ideia do desenvolvimento: a modernidade como uma experiência local com pretensões universalistas; e a burguesia/elite que é caracterizada como a figura esclarecida, de merecido sucesso e messiânica, visto que era a classe social promotora

³⁶ É importante destacar que os debates sobre desenvolvimentismo não desaparecem do pensamento latino-americano e caribenho, porém com a hegemonia neoliberal na região, especialmente entre as décadas de 1980/90, o desenvolvimentismo não encontra forças para emergir. Isso se modifica com a ascensão de governos “neodesenvolvimentistas” nos anos 2000, principalmente o Brasil – isso será tratado com maior detalhes no subtópico 3.2 do capítulo 3.

³⁷ A associação entre formas de resistência e existência.

das revoluções contra o *ancien régime*, mas torna-se o estrato dominante e conservador do período moderno.

O projeto de modernidade deixa de ser aquele dos ideais de libertação, igualdade e fraternidade para ser um outro, preocupado em conservar o *locus* de dominação e de acumulação/concentração de riqueza dos estratos burgueses. Wallerstein (2007) define este como a formação do **sistema-mundo moderno/capitalista**, de pretensões universalistas como modelo ideal de civilização. Esse sistema social histórico pauta-se na acumulação de capital, este como um fim em si mesmo, em que as frações burguesas exploram a mais-valia dos/as trabalhadores/as para a geração de lucro. Segundo Marx (1996), o modo de produção capitalista possui como característica singular a quebra da lógica da produção social que origina a reificação social³⁸. O indivíduo que antes era o sujeito da produção, torna-se o objeto desta se transformando em uma das tantas engrenagens que gera o capital. Retornando a Wallerstein, o pensador argentino ainda vai mais além ao afirmar que o capitalismo se torna um “sistema de poder em rede”, a partir da transnacionalidade das cadeias mercantis no intuito de propagar o mito do desenvolvimento e do progresso, padronizando o imaginário social pelo consumo.

Porém o sistema-mundo moderno/capitalista para promover a expansão de visão de mundo racionalizada, técnica e científica necessita estar pautado em um modelo idealizado de desenvolvimento, progresso e civilidade. A modernidade “deixa” de ser local para ganhar contornos universais, revestido por uma visão **eurocêntrica**, cuja “Europa” torna-se o centro do mundo propondo a colonização de diferentes territórios à pretexto de promover desenvolvimento e levar o progresso – semelhante as Cruzadas empreendidas pela Igreja Católica para a salvação das regiões do oriente. O processo de ocidentalização do globo se concretiza com as grandes navegações e as “descobertas” de outros territórios que passariam a ser ocupados. Nisso, modernidade e capitalismo colocam-se de forma uníssona, porém nessa junção há um lado obscuro (MIGNOLO, 2017), um terceiro elemento que não foi observado por muitos pensadores: **a colonialidade**.

Antes de debater sobre a colonialidade é preciso localizar historicamente o processo de colonização. Segundo Dussel (2000) e Mignolo (2007), o surgimento da ideia de Europa data de 1492, quando os próprios colonizaram e “descobriram” o continente americano. Há duas razões para tal afirmação: i) passou a existir o reflexo invertido do europeu, moderno, cristão e

³⁸ A produção social é a base da sociedade, portanto, o indivíduo social está sempre produzindo o necessário para a sua sobrevivência. No modo de produção capitalista essa lógica é invertida, pois o indivíduo deixa de ser aquele que produz para ser uma parte da produção. A reificação social é tornar o indivíduo um objeto e não mais o sujeito da produção social – que passa a ser o capital (VANDENBERGHE, 2012).

civilizado: o índio, este atrasado e selvagem; ii) além disso, as riquezas naturais e primárias³⁹ que haviam se tornado escassas na Europa. A colonização, então, age para modernizar, civilizar e catequisar, “salvando” a América e, paralelamente, a Europa, pois naquele tem a fonte primária e “inesgotável” de recursos naturais necessários para fomentar a industrialização. O **colonialismo** é parte fundante de um sistema-mundo moderno/capitalista/colonial que é edificado através da exploração/opressão/violência, destruindo as memórias locais e impugnando novas formas sociais, de cima para baixo. Nesse sentido, o colonialismo é parte essencial da construção da modernidade e da expansão do capitalismo, inclusive determinando uma nova divisão de trabalho mundial - extraía-se das colônias as matérias-primas e das metrópoles produziam-se os manufaturados.

É preciso destacar que o colonialismo está circunscrito como um determinado período histórico, e se tratando de América Latina e Caribe, este finda-se com o processo de independência e formação dos Estados-nação na região, ainda no século XVIII. Todavia, tais mudanças foram insuficientes para alterar a situação colonial, descrita acima. Quijano (2000) identifica uma **matriz de poder colonial** que se mantém mesmo com o fim das colônias. Os países latino-americanos e caribenhos continuavam “dependentes”, seja economicamente como politicamente. Prebisch (1949), ao identificar que os países da América Latina e do Caribe exportavam produtos primários por valores menores que importavam os manufaturados, vindos da Europa, apresentava a manutenção de uma colonialidade. Marini (2008), Santos (2000), Furtado (2008) e Sunkel (2007) ao verificarem que as classes dominantes apenas se interessavam pelo superlucro e/ou pela associação com o capital externo, produzindo riquezas e privilégios aqui, mas mantendo a desigualdade social, pois objetivavam ser "superiores" como os europeus e estadunidenses, demonstrando a persistência das bases coloniais. Nesse sentido, apesar das colônias não mais existirem, as situações coloniais mantêm-se através da **colonialidade**, que se afirma não somente nas esferas econômicas e políticas como também nas dimensões sociais, culturais, morais e ecológicas.

Quijano (2010) traz então a concepção de **colonialidade do poder** que emerge identificando a incompletude do processo de descolonização. Isto significa que a independência das colônias para a formação dos Estados-nação não foi suficiente para alterar situações coloniais, visto à manutenção de um enredamento de múltiplas hierarquias coloniais – sejam de classe/raciais/gênero/religiosa – como estratégias simbólicas de preservação do domínio

³⁹ Minério e vastas áreas para plantio e pastoreio.

capitalista e dos privilégios dos grupos dominantes (GROSFOGUEL, 2010). Quijano ainda vai destacar que a colonialidade como a racialização e o patriarcalismo, centrados na dicotomia superioridade/inferioridade, mantêm formas de classificação social que vão além da questão de classe. O próprio discurso da modernidade está baseado nessa relação hierárquica, definindo a América Latina e o Caribe, por exemplo, como periféricos e subdesenvolvidos. A real independência – seja política, social, econômica, cultural, moral – dos países latino-americanos e caribenhos apenas é realizável com a descolonização completa que só pode ser almejada pela quebra da matriz de poder colonial e do estado de colonialidade.

É importante destacar que, especialmente a partir do início do século XX, outra “grande nação” toma para si o posto de salvador/conquistador do sistema-mundo moderno/capitalista/colonial, os EUA. A hegemonia estadunidense ou o *American way of life* passa a pautar esse ideal de modernização e exemplo de desenvolvimento/progresso. Aqui é onde se fundamenta as teias do capitalismo global recente, reafirmando e aprofundando seu desenho “libertário”, baseado no economicismo, individualismo e consumo - definindo gostos, estilos de vida e os hábitos cotidianos⁴⁰. O processo recente de globalização, juntamente com o receituário neoliberal do Consenso de Washington, foram cruciais para o avanço da financeirização e do mercado especulativo, transformando as formas de obtenção da mais-valia em prol de um lucro maior e mais exclusivo⁴¹. Nesse sentido, temos uma hegemonia estadunidense, cujas amarras capitalista se intensificam sobre os países latino-americanos e caribenhos, que contribui para a permanência de uma matriz de poder colonial a qual oprime/explora/violenta e possibilita a manutenção da colonialidade do poder e das formas de privilégios (QUIJANO, 2000).

Dentro desse cenário moderno/colonial/capitalista e de dominação estadunidense, os territórios latino-americano e caribenho concluíram seu processo de formação de Estados-nações, sem deixar de se tornarem dependentes da relação centro-periferia. Aqui, o universalismo e a generalização promovidas pelo **nacionalismo** inibem que as diferenças étnicas, raciais e de gênero sejam reconhecidas e as experiências singulares e particulares são alijadas, assim, da memória social. Nesse sentido é importante destacar o **colonialismo interno**, interpretado por Casanova (2009) para explicar a situação indígena no México. As relações de

⁴⁰ Podemos destacar a presença de elementos socioculturais massificados que impõe o imperialismo estadunidense: seja no idioma inglês como o mais utilizado no mundo; ou na indústria do cinema hollywoodiano; ou nas lanchonetes de fast food.

⁴¹ Aqui, a obtenção da mais-valia deixa de ser aquela somente do chão da fábrica para o crescimento da atividade de serviços, nas suas formas mais precarizadas, intensificando o ritmo de trabalho e aumentando a geração da mais-valia.

dominação e classificação social não se colocam apenas no âmbito internacional entre nações, mas são reproduzidas internamente de forma a manter as estruturas histórico-hierárquicas, contribuindo para a permanência de um capitalismo periférico, dependente e colonial. Através disso, constrói-se identidades nacionais que invisibilizam as pluralidades dos distintos grupos sociais que dão forma à sociedade nacional.

Nessa perspectiva corroboramos com Martins (2015), em que a permanência das situações coloniais e a reprodução destas dentro dos territórios nacionais contribuem para o fortalecimento do enredamento de múltiplas hierarquias de classe\étnico-racial\gênero\ e, assim, discrimina em sujeitos superiores e inferiores, fornecendo privilégios a uns em detrimento de outros. Aqui, o que era uma relação global, de superioridade/inferioridade entre nações, passa para o nível local, preservando e alargando os processos de marginalização e desigualdade social.

A pluralidade e as diferenças tão marcantes dos diversos povos da América Latina e Caribe foram subalternizados pela matriz de poder colonial gerando um enredamento de **nós histórico-estruturais heterogêneos** (GROSFOGUEL, 2010; MIGNOLO, 2007). Estas formas se baseiam numa relação de superioridade e inferioridade entre os indivíduos e os grupos sociais. O padrão superior está circunscrito na figura do homem/branco/europeu/cristão/heterossexual/militar que mantém situações coloniais, mais especificamente hierarquizações étnico-racial/gênero/classe, promovendo o enraizamento destas e a naturalização dessas formas. A colonialidade, aqui, possibilita que alguns sejam identificados como superiores a outros, legitimando o poder destes, através de relações de dominação. Portanto, não é apenas uma distinção de riqueza ou status, há elementos culturais, sociais e morais, também, que mantêm a colonialidade. O coletivo M/C identifica aqui um enredamento ou um entrecruzamento de múltiplas hierarquias e classificações sociais que coloniza todo o globo.

A matriz de poder colonial, então, gera relações de dominação de classe, de gênero e de raça. A subalternização desse indivíduo está dentro da perspectiva da ideia do “outro”, trazida por Fanon (2008), que o denota como um não-sujeito. Aquele que é situado como inferior/subalterno é negado a si próprio o reconhecimento como sujeito de direitos. O “outro” apenas tem sua imagem reconhecida pela existência do sujeito dominante/colonizador. Nesse sentido, podemos falar de um enredamento de múltiplas formas de hierarquizações como uma maneira de silenciar/invisibilizar esse outro. Aqui, a perspectiva da interseccionalidade encontra campo fértil para ampliar seu escopo de pensamento, a partir das realidades latino-

americanas e caribenhas, reconhecendo que as formas de desigualdade social são múltiplas e se inter cruzam.

A produção do conhecimento também é imprescindível de ser colocada, o pensamento moderno europeu, agregado posteriormente ao estadunidense, torna as outras formas de saber marginalizadas e desvalorizadas. **A geopolítica do conhecimento** (MIGNOLO, 2007), reproduz a dicotomização, colocando o conhecimento tradicional como inferiorizado e desprovido de cientificidade. Não somente isso, o monologismo do pensamento moderno ocidental associado a uma temporalidade histórica linear contribui para a deslegitimação de outros saberes. A não valorização de diferentes conhecimentos produz também uma incapacidade em dialogar, buscando impor conceitos e perspectivas hegemônicas em contrapartida às vivências diversas.

A inferiorização, assim, é naturalizada e reproduzida, gerando tanto uma **colonialidade do saber como do ser** (MALDONADO-TORRES, 2008). O sujeito não se reconhece em seus processos de subjetivação, nem nas suas identidades, apenas nos símbolos nacionais e na ciência produzida nos países desenvolvidos. A matriz de poder colonial avança para além do debate econômico e classista, distorcendo as formas de reconhecimento e de produção de saberes. Diante de tantos elementos, há a necessidade de descolonizar o poder, o saber e o ser

Ideias sobre o sentido dos conceitos e a qualidade da experiência vivida (ser, sobre o que constitui o conhecimento ou pontos de vistas válidos (conhecimento) e sobre o que representa a ordem econômica e política (poder) são áreas básicas que ajudam a definir como as coisas são concebidas e aceitas em uma dada visão de mundo. (...). A colonialidade do saber, do ser e do poder é informada, se não constituída, pela catástrofe da metafísica, pela naturalização da guerra e pelas várias modalidades da diferença humana que se tornaram parte da experiência moderna/colonial (...) (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 42).

A **decolonialidade**, portanto, circunscreve-se como formas de pensamento marginais, localizadas em zonas escuras, que são escondidas pelo discurso hegemônico da modernidade ocidental (MIGNOLO, 2007; 2017). Aqui, temos uma pluralidade de experiências, nascidas do colonialismo, porém mantidas sob a colonialidade e a matriz de poder colonial. O universalismo, o monologismo e a temporalidade linear moderna/capitalista/colonial são questionados a partir desse processo de desconstrução epistêmica. Não somente, como também as vivências e as práticas diversas que possibilitam a configuração de outras cosmologias e saberes. Nesse sentido, denominou-se de **Giro decolonial** (MALDONADO-TORRES, 2008)

tais movimentos de rompimento com a lógica moderna/capitalista/colonial que trazem consigo alternativas baseadas no contexto local, e em diálogo com o global, e no reconhecimento da pluralidade societal.

O processo recente de globalização não traz apenas a financeirização e o neoliberalismo. Há, também, **uma outra globalização**, centrada no rompimento da ideia de desenvolvimento como aquela vinculada ao crescimento econômico, ao mercado e ao consumo em massa. Por isso, o desenvolvimento não pode estar restrito aos aspectos econômicos e mercadológicos, há aspectos políticos, culturais e sociais que necessitam ser realimentados para sugerir alternativas ao discurso hegemônico do crescimento econômico ilimitado (MARTINS *et al*, 2014). Aqui, o global e o local são elementos dialógicos em busca de saberes e experiências de (r)existência para promover o rompimento com as formas da colonialidade e da matriz de poder colonial.

Mignolo identifica, então, um **pensamento fronteiro** cada vez mais presente, ou seja, respostas epistêmicas do subalterno às relações de dominação e classificação social impetradas pelo sistema-mundo moderno/capitalista/colonial. A voz silenciada do colonizado pelo colonizador trata de emergir como forma de (r)existência para romper o monologismo e a universalidade. Podemos destacar algumas dessas vivências, como: i) a interculturalidade (WALSH, 2007), saber presente nas comunidades indígenas equatorianas que constrói o conhecimento a partir da diferença colonial, buscando torna-la visível e, então, propor outras práticas políticas e outros paradigmas que questionam e modificam a colonialidade; ii) o pachamamismo (FARAH; GIL, 2012) oriundo dos povos originários bolivianos, que tratam de fundamentar um saber a partir da relação harmoniosa com a natureza e a valorização da vida; iii) a mística presente no Movimento dos Sem-Terra, a qual estimula uma reflexão crítica da realidade através da valorização da memória, da ação coletiva e de valores humanistas, influenciados principalmente pela educação popular de Paulo Freire.

Nesse universo de proposições contra-hegemônicas, a reconceptualização da relação centro-periferia é fundamental, pois esta representa um antagonismo que se coloca irreversível. As epistemologias do/sobre o Sul Global (SANTOS, 2010) propõe o rompimento com a monopolização do pensamento moderno ocidental e passam a propagar o reconhecimento de múltiplos saberes, desde o Sul ao Norte, e os avanços conquistados ao dialogar de forma horizontal e reconhecendo as diferenças. A decolonialidade se insere nesta cosmologia de alternativas (CASTRO-GOMEZ; GROSGOUEL, 2007) propondo a desconstrução da colonialidade do poder, do saber e do ser e, mais especificamente, da trinca capitalista em que está centrada a vida social. Pensar Sul e Norte global, significa que é preciso combater as

relações desiguais, mas sem cindir, e sim, buscando uma vivência horizontal, em que os sujeitos e saberes do Sul sejam reconhecidos e valorizados.

Os elementos descritos acima que constroem o arcabouço teórico do pensamento decolonial, possibilita estabelecermos uma constante tensão entre colonialidade/decolonialidade. O primeiro representativo do ortodoxismo, do discurso neoliberal, da financeirização do cotidiano; dos processos de (re)afirmação do capitalismo. O segundo se apresenta como horizontes utópicos (MARTINS *et al*, 2014) que buscam legitimar as diferenças e a produção do bem-comum.

A colonialidade passa a atuar em três níveis: i) **a colonialidade do poder**, demonstrada por Quijano, em que as relações sociais, sejam no âmbito econômico, político, institucional vigoram de forma hierárquica, excludente e opressora gerando **privilégios** a uns e formas de subalternidades a outros; ii) e **a colonialidade do ser**, exemplificado pela homogeneização do **pertencimento nacional**, sendo aquele que age no campo das subjetividades e dos afetos, discriminando a pluralidade existente nas sociedades e desconstruindo as coletividades; e iii) **a colonialidade do saber**, exercida pela **geopolítica do conhecimento** que legitima apenas o conhecimento moderno estadunidense-europeu, não reconhecendo outros saberes e práticas. Acrescenta-se aqui, **a matriz de poder colonial** que estrutura e sustenta o enredamento de diferentes formas de dominação e classificação social da colonialidade.

A decolonialidade, por outro lado, imprimida pelo giro decolonial, possibilita ressignificar o desenvolvimento, a partir da desconstrução das formas de colonialidade e do imperialismo ortodoxo. Contudo, como podemos esmiuçar a decolonialidade? É importante, da mesma forma que identificamos na colonialidade uma tríade, a verificação dos componentes alicerçadores do decolonial (MALDONADO-TORRES, 2019). Três conceitos são centrais, aqui:

i) a **desmercadorização**, tomada de Esping-Andersen (1991) e ressignificada pela decolonialidade, trata do grau de independência e autonomia do sujeito coletivo em relação ao livre-mercado do imperialismo ortodoxo. Enquanto a colonialidade do poder gera privilégios a uns em detrimento de tantos outros, desmercadorizar possibilita que estes outros, em sua coletividade, sejam reconhecidos enquanto **sujeitos de direitos**, capazes de questionar a matriz de poder colonial e aqueles grupos que a dominam. Aqui, concordo com Maldonado-Torres (2019) que identifica a possibilidade de um ativismo social cotidiano pautado na formação de coletividades ou atitudes coletivas.

ii) a **emancipação social** (SANTOS, 2007) se refere a possibilidade do indivíduo de preservar suas subjetividades e formas criativas, buscando suas realizações pessoais inseridas nas demandas coletivas. Se a colonialidade do ser busca promover uma homogeneização invisibilizando as diferenças, emancipar pode permitir que esse sujeito se reconheça a partir de suas particularidades e afetos. A interculturalidade (WALSH, 2007) aponta como caminho para a promoção desse **reconhecimento pela diferença**.

e iii) a **pluralidade dialógica** se refere a importância de reconhecer uma ecologia de saberes (SANTOS, 2008) e, paralelamente, estimular o diálogo horizontal entre o Sul e Norte (MARTINS, 2017a). De forma antagônica, a colonialidade do saber, exercida por uma geopolítica do conhecimento, mantém o monologismo, a linearidade do tempo e o universalismo. O plural busca, então, a diversidade do conhecimento, a multiplicidade temporal e a associação entre o global e o local, todos os processos possibilitam a construção de pensamentos críticos fronteiriços. O dialógico (FREIRE, 2000) é o caminho para quebrar a retórica economicista que coloniza o cotidiano.

As três formas da decolonialidade, antagônicas à colonialidade, apenas é possível através do **giro decolonial**, ou seja, movimentos de rompimento com a colonialidade e a matriz de poder colonial a partir de saberes, experiências e vivências múltiplas.

QUADRO 2 – A tensão colonialidade/decolonialidade

COLONIALIDADE	DECOLONIALIDADE
Colonialidade do poder (privilégios)	Desmercadorização (direitos)
Colonialidade do ser (homogeneidade)	Emancipação Social (diferença)
Colonialidade do saber (monologismo)	Pluralidade dialógica (dialógico)
<i>MATRIZ DE PODER COLONIAL</i>	<i>GIRO DECOLONIAL</i>

Fonte: Elaboração própria

A tensão entre colonialidade/decolonialidade pauta-se nos elementos esquematizados no **quadro 2**. A partir disso, tratamos de refletir o desenvolvimento, este como um fenômeno

multifacetado, cujos aspectos se ampliam para além do econômico. A colonialidade representativa desse discurso reducionista de que desenvolvimento é crescimento econômico e a decolonialidade, em oposição, no curso da produção do bem-comum. O pensamento decolonial, assim, contribui para dar continuidade a ressignificação da ideia de desenvolvimento, iniciada ainda nos Cepalinos e revigorada na pluralidade dependentista. Desenvolver não se trata apenas de modificar os termos de troca e romper com a situação de dependência política e econômica, mas também de reconhecer formas profundas de classificação social que subalterniza e invisibiliza grupos sociais.

O desenvolvimento pelo saber decolonial valoriza outras cosmologias e experiências que possam primar: pela desmercadorização da ordem social e ampliar os direitos coletivos; pela emancipação social do sujeito possibilitando que o criativo e as diferenças sejam reconhecidas; e pelo dialógico da ecologia de saberes apontando outros conhecimentos tão quanto importantes.

2.4. A relação entre periferia, dependência e colonialidade

O pensamento social latino-americano e caribenho deve ser visto como um processo cumulativo de conhecimento, de forma não linear e bastante heterogêneo. A emergência de um saber decolonial plural é parte do esforço gestado de saberes e experiências produzidas há décadas no intuito de legitimar os pensamentos oriundos da região. A construção de uma perspectiva sobre o desenvolvimento que alinhe este como um fenômeno multifacetado – seja de dimensões econômicas como sociais – é algo presente desde o desenvolvimentismo refletido pelos Cepalinos como na crítica do dependentismo. O pensamento decolonial amplia essa percepção ao reconhecer a colonialidade e a manutenção de um enredamento de múltiplas formas de classificação social. Portanto, tratar da tensão colonialidade/decolonialidade é reconhecer a forma como o capitalismo impera na região: **dependente, periférico e colonial**.

A dominação financeira e a apropriação das inovações tecnológicas pelo grande capital reafirmaram uma relação dependentista entre o centro com a periferia. Os países latino-americanos e caribenhos são dependentes em relação à produção de tecnologia, sendo exportadores da matéria prima. Essa situação colonial, reforçada pela permanência da colonialidade, mantém a região como “periférica” em decorrência do dependentismo com aqueles que se autodenominam desenvolvidos.

As próprias ideias de Estado-nação e democracia são transplantadas para essa realidade, sem qualquer “tradução” para sociedades tão diversas como estas, em um processo constante de cima para baixo. Os centros de tomada de decisão, especialmente aqueles baseados no ortodoxismo econômico, são influenciados constantemente pelo poder econômico emanado pelo livre-mercado e as elites transnacionais que a dominam. O próprio caráter de ser reconhecido como subdesenvolvido é problemático, pois o desenvolvimento a ser construído deve partir das condições particulares apresentadas pelo contexto latino-americano e caribenho.

A matriz de poder colonial amplia as relações de dominação imprimindo um enredamento de múltiplas hierarquias e formas de classificação social que nega a condição de sujeito ao “outro” que, por sua vez, é subalternizado, invisibilizado e silenciado. Os saberes, os afetos e as vivências desse indivíduo ainda colonizado são marginalizados e apropriados pela colonialidade da dominação financeira que distorce e mercantiliza – como exemplo podemos pensar como a região do pelourinho em Salvador torna-se um grande centro de consumo desvirtuando a importância sociocultural e histórica (COSTA, 2006).

Podemos ainda citar a relação de destruição da retórica ortodoxa para transformar a natureza. Desde o uso de agrotóxicos a queimadas, ou, a utilização de químicos para a mineração, o meio ambiente não é visto pela colonialidade como parte fundamental para o nosso direito à vida. A mercantilização dos recursos naturais e a reprimarização são realidades que reafirmam o esvaziamento da ideia de desenvolvimento, pois isola este como um fenômeno econômico separado da vida social.

Diante disso reafirmamos que o capitalismo da região deve ser caracterizado como dependente, periférico e colonial, ou seja, mantêm-se situações coloniais que propagam formas de dominação e diante destas é preciso construir (r)existências. Diante dessa realidade é que apoiamos a ideia de um constante tensionamento entre colonialidade/decolonialidade: o sistema-mundo capitalista/moderno/colonial/racial/patriarcal/elitista através da matriz de poder colonial mantém as condições de exploração/opressão/violência; e na outra ponta, movimentos de ruptura – giro decolonial - que tentam quebrar o aprisionamento para a emergência de outros caminhos e saberes. Enquanto as formas de colonialidade – do poder, do ser e do saber – propõem-se a gerar privilégios, universalidade/homogeneização e monologismo; os elementos da decolonialidade, (r)existem, insurgindo de direitos aos coletivos subalternos, reconhecendo pela diferença o sujeito e propondo o dialógico dentro da diversidade.

A tensão colonialidade/decolonialidade possibilita aqui pensar outras formas de desenvolvimentos e não somente este que se coaduna com o receituário neoliberal e a

dominação financeira. Antecipando o universo dessa pesquisa, **a segunda experiência desenvolvimentista seria uma outra forma de desenvolvimento? O que a tensão colonialidade/decolonialidade pode contribuir na análise de possíveis alterações na estrutura de classes no Brasil?**

A proposição de modelos de desenvolvimento que enfrentem a retórica reducionista do crescimento econômico é fundamental para confrontar o caráter dependente, periférico e colonial. Aqui, almeja-se o rompimento com a lógica perversa do capitalismo, tentando construir meios de confronto à concentração de renda/riqueza, das formas de desigualdade e das situações de pobreza, e da destruição do meio ambiente. A decolonialidade como uma utopia possibilita apontar outros caminhos que ressignifiquem o desenvolver – este a partir de giros decoloniais que possam caminhar em direção a pluralidade dialógica, desmercadorização e emancipação social.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os dois capítulos iniciais desta tese objetivaram construir um diálogo teórico horizontal entre Sul/Norte. O primeiro apresentou como a sociologia econômica francesa contribui para consolidar que fenômenos econômicos podem ser lidos pela análise sociológica e suas ferramentas teórico metodológicas. Visto o desenvolvimento como um fenômeno essencialmente econômico em decorrência do processo de financeirização do capitalismo, a partir dos anos de 1980, os francófonos ainda contribuem para localizar o desenvolvimento como um fenômeno multifacetado da realidade social contribuindo para sua ressignificação. Enquanto o segundo capítulo tratou de olhar para a América Latina e Caribe e, a partir do debate da implementação de um desenvolvimentismo na região, o termo desenvolvimento ganha contornos distintos alinhando o econômico e o social. Todavia, mesmo com a crítica dos dependentistas ao desenvolvimentismo, o capitalismo latino americano e caribenho ainda requeria da identificação de outro aspecto, a colonialidade. A tensão colonialidade/decolonialidade, representa a continuidade de um pensamento crítico próprio e plural regional, que permite caracterizar o capitalismo local como periférico, dependente e colonial, ou seja, permanece-se mesmo após a formação dos Estados-nação a permanência da colonização da nossa vida social cotidiana.

Agora, nesse terceiro capítulo, buscamos unir esses múltiplos saberes, a sociologia econômica francesa e o pensamento decolonial latino-americano e caribenho, em direção a uma metodologia fundamentada na tensão colonialidade/decolonialidade. Posteriormente, estabeleceremos o universo e a amostra dessa pesquisa, permitindo dar o recorte necessário ao objeto a ser estudado. Ao fim, apresentaremos de forma sucinta como se operacionaliza a análise proposta pelos marcadores.

3.1. A metodologia decolonial: a análise pelos marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade

Ao tratarmos do desenvolvimento na América Latina e Caribe, verificou-se a emergência de um pensamento crítico na região de cunho contra-hegemônico ao capitalismo financeiro, sendo plural e cosmopolita. Nomeada de decolonialidade, esta centra-se no reconhecimento das diferenças e na pluralidade de saberes e experiências (ESCOBAR, 2003). O pensamento decolonial é fruto da busca de uma emancipação social coletiva latino-americana

e caribenha que contribui para a (r)existência de “coletivos ou atitudes coletivas”. Haja vista, as fantasias - a modernização, o desenvolvimento, a democracia e o neoliberalismo - e os fantasmas - o atraso, o subdesenvolvimento, a dependência, o autoritarismo – sociais (SCRIBANO, 2016) que promovem a fragmentação identitária e a dissolução das coletividades locais. O compartilhamento de visões de mundo, praticando a arte de escutar, possibilita a construção de um viver comunitário (SCRIBANO, 2016).

Nesse sentido, procuramos na tese analisar **a relação entre o modelo de desenvolvimento brasileiro e suas políticas sociais economicamente orientadas (PSEOs) com as possíveis mudanças na estrutura de classes, durante os anos de 2006 a 2014**. Para tal é preciso identificar dentro da tensão colonialidade/decolonialidade a permanência de situações coloniais que são mantidas pela matriz de poder colonial, como os termos de trocas desiguais, a pobreza, a racialização e o patriarcalismo. O confronto à colonialidade – do poder, do saber e do ser -, pertencente ao sistema mundo moderno/capitalista/colonial gerando hierarquizações e classificações sociais, exige aprofundamentos.

Por outro lado, o giro decolonial e o pensamento transfronteiriço (GROSFOGUEL, 2010) atuam para desconstruir as três formas de colonialidade, promovendo a decolonialidade. Em outras palavras, a valorização e a legitimação de saberes e experiências marginalizadas, oriundas da região latino-americana e caribenha, em diálogo com outras formas de conhecimento. Estabelece-se, assim, uma tensão entre colonialidade/decolonialidade, definidas como forças antagônicas que se embatem entre a conservação das hierarquizações capitalistas e a emancipação social do sujeito coletivo (QUIJANO, 2010).

Ao refletir o nosso tema de pesquisa, o desenvolvimento, a tensão se faz presente ao verificarmos, ao longo dos dois capítulos iniciais, pensamentos que se contrapõem: um de articulação ortodoxa e conservadora que fundamenta o capitalismo financeiro recente e reafirma um modelo baseado na calculabilidade, previsibilidade e racionalidade; e outra que antagoniza ao trazer uma base heterodoxa e desenvolvimentista, centrada na atuação do Estado como um agente ativo na economia e promotor de um desenvolvimento. Enquanto o primeiro esvazia a ideia de desenvolvimento o transformando em apenas um modelo de crescimento econômico; o segundo trata de buscar alternativas para promover um outro tipo de desenvolvimento para além apenas do crescimento econômico, fazendo este situar-se em uma constante tensão de colonialidade/decolonialidade.

Isso permite, a percepção inicial de uma tensão colonialidade/decolonialidade presente no modelo de desenvolvimento heterodoxo brasileiro, a segunda experiência

desenvolvimentista, exigindo que recuperemos os marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade (MARTINS; BENZAQUEN, 2017). Mas o que são estes marcadores? São referências normativas que apontam para além das categorias usuais, como classe e status, e identifica **a existência de um enredamento de múltiplas formas de dominação como parte contribuinte de classificações sociais sobre as coletividades sociopolíticas.**

Os marcadores, então, podem ser caracterizados como mediadores devido a se encontrarem em uma zona fronteira, entre a colonialidade e a decolonialidade. Nesse sentido, o caráter de mediação deve-se à possibilidade de ressignificação que um marcador pode ter, a depender do ponto de vista – seja da colonialidade ou da decolonialidade. Esta ambivalência traz um impacto no momento da operacionalização; ou seja, é preciso considerar a duplicidade do marcador e os plurais significados que podem vir a ter. Isto, também o caracteriza, como interpretativo, pois as experiências particulares de cada localidade e do cotidiano são determinantes para compreendê-lo.

Retomando o tema do desenvolvimento, como definiríamos os seus marcadores? É aqui que **retomamos a sociologia econômica francesa e a associamos com a tensão colonialidade/decolonialidade**, ao trazermos os três elementos identificados por ela como fomentadores da dominação financeira - *mercado, sujeito glocal e saber econômico* – que o classificamos agora como **marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento.** Ao tratarmos do ortodoxismo e da retórica neoliberal verificamos que estes assumem a face da colonialidade. Entretanto, ao observarmos modelos/projetos heterodoxos, nesse caso a segunda experiência desenvolvimentista brasileira, identifica-se a imersão deste em uma tensão entre colonialidade/decolonialidade, visto que busca se colocar antagônico à ortodoxia e promover uma matriz de desenvolvimento. Nesse sentido, buscamos verificar, a partir de uma revisão bibliográfica crítica, se houve alterações significativas no estrato intermediário da estrutura de classes no Brasil em decorrência desse desenvolvimentismo recente. Porém, antes é preciso ressignificar os alicerces da dominação financeira, agora como marcadores sociais do tensionamento entre colonialidade/decolonialidade referente ao desenvolvimento, identificando nestes as ambivalências e interpretações.

O **mercado**, na financeirização e na colonialidade, é identificado como um **espaço autônomo da vida social**, sendo o local de maior “desenvolvimento” da liberdade individual, visto a relação meritocrática e competitiva. Diante disso, o mercado dentro da dominação

financeira tem atuado dentro da **colonialidade do poder**, explorando e oprimindo, em detrimento da manutenção de privilégios para alguns. Ao propor o giro decolonial, busca-se que o mercado seja reconhecido como um **campo de práticas e relações sociais voltado para a troca de bens e serviços** diversos que possibilite o acesso e o direito à vida sem negar o bem-comum. A **desmercadorização** busca promover aos sujeitos coletivos subalternizados o reconhecimento de direitos que são negados pela lógica mercantilista do capital. Aqui o mercado deve ser visto como um campo que está em constante troca com outras dimensões da ordem social como o político, social, cultural, ecológico. Assim, a segunda experiência desenvolvimentista brasileira tem possibilitado a desmercadorização no estrato intermediário da estrutura de classes?

O **sujeito glocal** na dominação financeira está representado na idealização do **indivíduo racional**, cujas decisões se baseiam no cálculo, na capacidade de previsão e no acúmulo de conhecimento/informação. O sistema de preferências estaria atrelado às leis da oferta e demanda. Aqui, impera uma **colonialidade do ser**, que busca naturalizar a calculabilidade e a previsibilidade, denotando aos sujeitos uma racionalidade econômica presente nas escolhas das preferências. O giro decolonial, aqui, centra-se na **emancipação social** desse indivíduo, estimulando o criativo e a inovação através das redes e dos espaços de fluxo. O **sujeito razoável** (BOURDIEU, 2006), então, baseia-se em razões e motivos advindos de suas vivências dentro dos processos intersubjetivos. Nesse sentido, a segunda experiência desenvolvimentista tem gerado emancipação social no estrato intermediário da estrutura de classes?

O **saber econômico** reduzido pelo discurso **economicista** refere-se a expertise econômica que se coloca como uma “verdade absoluta” dentro da dominação financeira, através da presença destes nos principais centros de tomadas de decisão e na elaboração das informações/conhecimentos. Os economistas ortodoxos colocam-se como únicos leitores da realidade, monopolizando os locais de tomadas de decisão e as próprias políticas públicas. Assim, o economicismo revela uma **colonialidade do saber**, pautada no monologismo da matemática e dos gráficos. Através do giro decolonial, propõe-se a **pluralidade dialógica** que possibilita a troca de experiências e de conhecimentos, situando o saber econômico em sua diversidade, dialogando com outros aspectos promotores de mudança. Refletir sobre o desenvolvimento não envolve apenas a economia, mas o **diálogo com outras dimensões** - a política, o social e a história. A segunda experiência desenvolvimentista propõe a pluralidade dialógica no estrato intermediário da estrutura de classes?

Diante disso, trato de esquematizar no **quadro 3** os marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade⁴², de caráter ambivalente e interpretativo, referentes ao desenvolvimento. No **quadro 4**, trato de apresentar como a interpretação da sociologia econômica francesa⁴³ se coaduna aos marcadores sociais da tensão entre colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento.

QUADRO 3 – Os marcadores sociais da tensão entre colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento

COLONIALIDADE	MARCADORES do desenvolvimento	DECOLONIALIDADE
Colonialidade do poder	Mercado	Desmercadorização
Colonialidade do ser	Sujeito Glocal	Emancipação Social
Colonialidade do saber	Saber Econômico	Pluralidade dialógica
<i>MATRIZ DE PODER COLONIAL</i>	Ambivalentes, mediadores e interpretativos	<i>GIRO DECOLONIAL</i>

Fonte: Elaboração própria

QUADRO 4 – A associação entre a ressignificação da sociologia econômica francesa e os marcadores sociais da tensão entre colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento

COLONIALIDADE	MARCADORES do desenvolvimento	DECOLONIALIDADE
Campo autônomo da vida social	Mercado	Campo de práticas e relações sociais voltado para a troca de bens e serviços

⁴² Os elementos do tensionamento colonialidade/decolonialidade encontram-se descritos anteriormente no **quadro 2**.

⁴³ Os alicerces do desenvolvimento reinterpretados pela sociologia econômica encontram-se descritos anteriormente no **quadro 1**.

Indivíduo racional	Sujeito Glocal	Sujeito razoável
Economicismo	Saber Econômico	Diálogo da economia com a política, o social, histórico
<i>MATRIZ DE PODER COLONIAL</i>	Ambivalentes, mediadores e interpretativos	<i>GIRO DECOLONIAL</i>

Fonte: Elaboração própria

A articulação permite refletir por quais caminhos se dá a tensão colonialidade/decolonialidade dentro da segunda experiência desenvolvimentista e a relação desta com possíveis mudanças na estrutura de classes no Brasil. Posto isto, precisamos agora apresentar os elementos que constituem o objeto dessa pesquisa.

3.3. O desenvolvimentismo brasileiro recente

O caminho percorrido até o momento tem se dedicado a refletir sobre a ideia de desenvolvimento, seja numa concepção globalizada até a regionalizada na América Latina e Caribe. A materialização desse debate está circunscrita nas estratégias e implementação de modelos, como pode ser vista quando abordamos a primeira experiência desenvolvimentista e a construção do modelo nacional-desenvolvimentista. A partir dos estudos da CEPAL, identificou-se que o subdesenvolvimento era uma particularidade da região em decorrência da hierarquização centro-periferia e das singularidades históricas locais. Portanto, era necessário um modelo de desenvolvimento em que o Estado atuasse no planejamento econômico, estimulando a industrialização e o “desenvolvimento para dentro” (RODRIGUEZ, 2009).

A região latino-americana e caribenha, a partir do seu pensamento crítico diverso, mostrou-se disseminadora de ideias que são influentes na formulação de modelos de desenvolvimento. A segunda experiência desenvolvimentista brasileira, também, está formulada em um corpus teórico de intelectuais que vão disseminar novos elementos na renovação de um ativismo de Estado promotor de desenvolvimento.

Nesse sentido, o universo de estudo desta pesquisa vai tratar de analisar o modelo de desenvolvimento heterodoxo dos governos petistas. A ênfase inicial da pesquisa, estabelecendo

a financeirização do capitalismo e o neoliberalismo, como marcos de ascensão de modelos ortodoxos baseados na retórica neoliberal, exige buscar períodos marcados por um modelo que antagonizasse com as políticas neoliberais implementadas na década de 1990, tanto no Brasil como em outras regiões vizinhas. A mudança político-partidária⁴⁴ nos anos de 2002, com a eleição de Lula e um projeto baseado em estratégias desenvolvimentistas, que avançava também em outros países da região, possibilita verificar como este se coloca na tensão colonialidade/decolonialidade.

Dentro desse projeto político petista, o estudo vai privilegiar a análise do segundo governo Lula até o primeiro governo Dilma, identificando as estratégias desenvolvimentistas implementadas assim como as políticas sociais distributivas - marcas singulares dessa matriz de desenvolvimento. Estas últimas denominadas de PSEOs – a saber programa bolsa família (PBF); valorização do salário mínimo (SM); e acesso ao crédito – apresentam-se como políticas centradas na renda, mas com alto impacto na mudança da vida social cotidiana e na estrutura de classes.

Em relação à segunda experiência desenvolvimentista, esta denominação é oriunda de um conjunto de estudos, inaugurado pela obra de Nakano e Bresser Pereira (2002), cuja matriz é repensar o desenvolvimentismo tendo o Estado como sujeito ativo na economia e na proteção social. Decorrente da heterogeneidade, esse “renovado” desenvolvimentismo se apresenta a partir de diferentes centros de pesquisa com arcabouços teóricos distintos em alguns pontos: i) A escola de economia da Fundação Getúlio Vargas, com destaque para a liderança de Bresser Pereira⁴⁵; ii) O Instituto de economia da UFRJ, com destaque para Sicsú, Oreiro; iii) O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com a publicação de cadernos de desenvolvimento; iv) e “a segunda geração” da Escola de economia de Campinas, que vai nomear aqui de social-desenvolvimentismo⁴⁶ (BOSCHI; GAITAN, 2013).

Identificado os principais centros intelectuais que influenciaram as “novas” estratégias desenvolvimentistas, cabe aqui apontar alguns elementos gerais constituidores desse outro

⁴⁴ Refiro-me às eleições presidenciais que levaram ao poder um projeto político e um partido de modelo heterodoxo que no discurso inicial se contrapunha ao modelo neoliberal implementado anteriormente.

⁴⁵ Destaco que recentemente, dos anos 2014 até recentemente, Bresser Pereira tem afirmado que apesar da estratégia desenvolvimentista adota pelo segundo governo Lula e primeiro governo Dilma, não teríamos um novo-desenvolvimentismo, mas sim um social-desenvolvimentismo. Isso decorre de críticas que o próprio autor tem feito ao distanciamento das políticas implementadas pelo governo e aquelas teorizadas por si. (BRESSER-PEREIRA, 2016).

⁴⁶ A escola de campinas ao trazer o termo social-desenvolvimentismo, propõe dar protagonismo ao eixo social, colocando-o como o centro na definição das políticas a serem implementadas. Ir além dos aspectos econômicos e assim promover crescimento econômico com redução das desigualdades sociais.

desenvolvimentismo: i) O Estado deve se associar ao mercado, visto que este tem um papel central na vida social e aquele através da sua capacidade estratégica deve formular políticas socioeconômicas – salário mínimo, transferência de renda, políticas de pleno emprego, estímulos a industrialização; ii) a articulação entre crescimento econômico com distribuição de renda, promovendo o equilíbrio entre as esferas privadas e públicas assim como os ambientes internos e externos; iii) forte investimento público na infraestrutura do país e a promoção de um crescimento sustentável – proteção ao meio-ambiente; iv) fortalecimento do mercado interno e ampliação do consumo dos setores excluídos; e v) o reconhecimento dos conflitos, negociações e da conciliação de interesses na construção do modelo de desenvolvimento.

O neodesenvolvimentismo pode ser definido como a formulação de um projeto nacional que postula a formação de um espaço entre as esferas pública e privada, com o intuito de aumentar a renda nacional e os parâmetros de bem-estar social. Como um processo econômico, político e social, ele está ligado a tensões derivadas das políticas implementadas. O desenvolvimento é um processo nacional no marco de economias inseridas no contexto mundial. (BOSCHI; GAITAN, 2013, p. 328).

Abaixo temos o **quadro 5** que trata de distinguir a segunda experiência desenvolvimentista brasileira daquela primeira, reconhecida como nacional-desenvolvimentismo:

QUADRO 5 - Velho e Novo Desenvolvimentismo

VELHO DESENVOLVIMENTISMO	NOVO-DESENVOLVIMENTISMO
1. Industrialização orientada pelo Estado e baseada na substituição de importações.	1. Industrialização orientada para as exportações, combinada com consumo de massas no mercado interno.
2. Papel central do Estado em obter poupança forçada e realizar investimentos.	2. Cabe ao Estado criar oportunidades de investimento e reduzir a desigualdade econômica.
3. A política industrial é central.	3. Política industrial é subsidiária, mas estratégica.
4. Ambiguidade em relação aos déficits públicos e em conta corrente.	4. Rejeição aos dois déficits. Se o país tiver doença holandesa, deverá apresentar superávit fiscal e na conta corrente.
5. Relativa complacência em relação à inflação.	5. Nenhuma complacência em relação à inflação.

Fonte: BRESSER-PEREIRA e GALA, 2010a, p. 679.

Se acima conseguimos definir, de forma inicial, a segunda experiência desenvolvimentista a partir dos elementos teóricos, faz-se necessário localizarmos como esta surge como projeto político e como se dá sua implementação como modelo de desenvolvimento. Após violentas ditaduras civis-militares entre os anos de 1960 e 80 em vários países latino-americanos e caribenhos, inicia-se o processo de redemocratização, porém baseado no neoliberalismo que, por sua vez, já era experimentado no Chile e na sua respectiva Constituição de 1980. A partir disso, as crescentes demandas populares, bem como o diagnóstico desta região como uma das mais desiguais e pobres do planeta, impulsionaram a reorganização de diferentes sujeitos da sociedade civil discordantes das tomadas de decisão a favor do receituário neoliberal.

Aqui, teríamos à direita do espectro político/econômico/social grupos conservadores, alinhados com as diretrizes de um capitalismo hegemônico global e a manutenção do *status quo*; enquanto à esquerda, grupos, que em um primeiro momento, principalmente durante os regimes autoritários, alinharam-se à utopia socialista e a formas de resistência. Todavia, estes últimos, encontraram outras bandeiras para além do debate de classes sociais – como os direitos humanos, questões étnico-raciais e de gênero, os direitos às minorias, e a preservação do meio-ambiente – que os reposicionaram (MOREIRA, 2017; NEGRI, 2014). A “renovada” esquerda, na América Latina e Caribe, está relacionada diretamente com a reemergência de coletivos feministas, étnicos-raciais, de direitos humanos e ecológicos que discordaram desse capitalismo hegemônico reivindicando transformações através das instituições democráticas, contribuindo para o fortalecimento e plenitude destas (GARRETON, 2012).

Desde meados de 2002, com a vitória eleitoral de Lula, o projeto nacional petista surgiu como um discurso “alternativo”. A evolução dos governos petistas⁴⁷ e as medidas implementadas demonstraram a utilização do velho desenvolvimentismo⁴⁸ somado a novas estratégias, especialmente a partir do segundo governo (2007-2010) e na “continuação” com o primeiro governo Dilma (2011-2014) (CEPÊDA, 2012). Isso é verificável nas estratégias e nas políticas adotadas para o êxito dos três eixos centrais do programa de governo do PT: consolidação da democracia; crescimento econômico; e redução da desigualdade social (OLIVA, 2010). Tem-se uma associação de políticas de crescimento econômico com políticas de distribuição e inclusão social.

⁴⁷ Lula (2003-2006; 2007-2010) e Dilma (2011-2014; 2015-2016).

⁴⁸ Aqui refiro-me ao nacional-desenvolvimentismo, tido como a primeira experiência desenvolvimentista. (CÊPEDA, 2012).

Como primeira estratégia, Lula e o PT procuraram formar um “novo” pacto de poder entre diferentes classes (COSTA, 2018), em que, de um lado, mantinham os aliados tradicionais vinculados ao partido, como sindicatos urbanos, parte da burocracia pública, movimentos e associações sociais. Por outro lado, cediam às pressões de setores da elite brasileira e mundial, como banqueiros, agroexportadores e empresários, adotando uma agenda de políticas conservadoras dando primazia ao crescimento econômico e ao livre-mercado. O discurso mais à esquerda, vinculado à melhoria da educação e saúde pública e outras demandas sociais, seria adequado à lógica dos grupos regentes do grande capital, ou seja, baseado no crescimento econômico e na cultura do consumo (SINGER, 2009).

É importante destacar que esse pacto entre classes, que possibilitou ao PT permanecer no poder ao longo de mais 14 anos, levou à emergência de um fator não previsto, o lulismo. O ex-presidente Lula notabilizou-se por alcançar uma popularidade de grandes proporções, seja pela sua capacidade carismática, seja pela sua habilidade política de unir em torno de si diferentes grupos de poder. Segundo Singer (2009), o lulismo torna-se um fenômeno político-eleitoral que se descola e supera o petismo. Todavia essa popularidade promoveu significativas modificações na estrutura socioeconômica de classes?

A segunda estratégia está representada no pacto entre classes possibilitou uma segunda estratégia voltada para a prática economicista que consistiu, primeiramente, na manutenção de políticas macroeconômicas neoliberais e, posteriormente, em medidas mais caracteristicamente desenvolvimentistas. Aqui alinha-se à premissa do velho desenvolvimentismo, tendo o Estado como um agente ativo na economia, atuando no estímulo ao crescimento econômico e na expansão da burguesia nacional, principalmente o agronegócio. O debate centra-se não apenas no fortalecimento da produção, mas principalmente na distribuição e em melhorias da infraestrutura brasileira (CEPÊDA, 2012).

A terceira estratégia envolveu a expansão dos gastos sociais e o fortalecimento de políticas distributivas fundadas em um tripé: a valorização do salário mínimo acima da inflação; expansão ao crédito; e o programa Bolsa Família (PBF). Estes possibilitaram o acesso ao consumo tardio, principalmente no quesito de bens duráveis, e a inclusão de famílias em um novo patamar de rendas fortalecendo o mercado interno do consumo de massas.

A via de desenvolvimento por consumo de massa, transferência de renda direta (como Bolsa Família), políticas de crédito popular e economia social são características importantes de uma acepção de economia estimulada pelo “lado da demanda” – pela

tese do mercado interno e pela inovação via multiplicação de empreendedorismo popular (CEPÊDA, 2012, p. 86).

Dentro do universo escolhido verificamos que o principal elemento que o distingue dos modelos ortodoxos da região refere-se às políticas sociais economicamente orientadas, especialmente, aquelas voltadas a modificar a distribuição de renda no Brasil e, conseqüentemente, combater os altos índices de desigualdade socioeconômica e extrema pobreza. Segundo Cepêda (2012, p. 86):

Em seu conjunto, as políticas diretas e indiretas de renda possuem funcionalidade múltipla: *econômica* – pois aquecem mercado, servindo como meio de dinamismo e estímulo à produção industrial, comércio, serviços (a via do consumo de massa é, em boa medida, parente do modelo mercado interno do velho desenvolvimentismo); e *política* – pois ao incluir como consumidor ou proprietário, a lógica dessa inserção, inicialmente econômica, assenta-se no princípio do direito e da cidadania, como parcela do contrato social que possibilita requerer a promoção do bem-estar como uma das tarefas do Estado.

A segunda experiência desenvolvimentista brasileira se revela um projeto político extremamente complexo com elementos bastante diversos. As estratégias adotadas – de crescimento econômico, enfretamento da desigualdade e fortalecimento da democracia – apenas revelam parte de um pacto de modernização situado na tensão da colonialidade/decolonialidade. **Portanto, como compreender a relação entre as estratégias desenvolvimentistas e as PSEOs, dentro da tensão colonialidade/decolonialidade?**

3.3. O estudo sobre classes sociais no Brasil

A identificação do universo a ser analisado, a segunda experiência desenvolvimentista brasileira, com destaque para as PSEOs, ocorrido durante os anos de 2006 a 2014, exige que detalhemos a amostragem dessa pesquisa. Em outras palavras, que aspecto particular dessa agenda desenvolvimentista recente nos possibilita verificar se este modelo de desenvolvimento heterodoxo brasileiro promoveu transformações sociais? A resposta usual seria apresentar os diferentes indicadores – IDH; PIB; Índice de Gini – e verificar a progressão positiva ou negativa destes. Contudo tais números revelam uma lógica linear que passa acima de certos aspectos que só podem ser observados com um olhar mais aprofundado.

Nesse sentido, optamos por verificar o debate acerca de mudanças sociais significativas que possam ter alterado a estrutura de classes estabelecida no Brasil. A inclusão social promovida pelo crescimento econômico gerou quais mudanças na estrutura de classes no Brasil? É a partir dessa pergunta que tratamos de imergir no intenso debate sobre as alterações na pirâmide socioeconômica brasileira, gestada no modelo desenvolvimentista recente.

O debate sobre classes e estratificação social dentro da teoria sociológica está bem fundamentado e é bastante diverso. Concordo com Bertonecello (2016), que três perspectivas teóricas são utilizadas como base para os estudos sobre as estruturas de classe e estratificação no Brasil: i) as de cunho marxiano/marxista – Braga (2012); Singer (2018); ii) aquelas neoweberianas e neomarxistas – Santos (2005); Ribeiro (2014); Salata (2015; 2016); e iii) as bourdieusianas – Souza (2012); Bertonecello (2016). Diante disso, entendemos a importância de apresentar elementos introdutórios de cada pensamento. O intuito não é extenuar os conceitos-chaves, mas sim apresentá-los, visto que estes são fundamentais para a reflexão dos intelectuais brasileiros que interpretam a “nova” estruturação de classes no Brasil recente.

Para **Marx** (1996), a partir da produção social – os indivíduos necessitam produzir e criar os bens necessários para sua sobrevivência – se constrói as relações de produção, denominadas estas de classes sociais. A definição marxiana “abstrata” de classe contrapõe dois grupos em conflito ao longo da história dos modos de produção, sendo assim derivados dos meios de produção: aqueles que possuem e controlam os meios de produção são as classes dominantes; e aqueles que não possuem os meios, necessitando vender sua força de trabalho, são as classes dominadas. No modo de produção capitalista, o pensador alemão identifica que a classe dominante é a burguesia – oriunda da luta de classes com a aristocracia – e a dominada é o proletariado.

Enquanto na concepção “real”, ou seja, em escritos em que Marx (2006) analisa a conjuntura política, o autor identifica uma pluralidade de classes, denominando como frações de classe – aristocracia, pequena burguesia, subproletariado, camponeses – que ao longo do tempo tenderiam a ser absorvidas pelas duas classes antagônicas. A partir dessas reflexões, o autor alemão verifica que a luta de classes – o conflito entre interesses opostos – é o gerador de transformações sociais. Não somente isso, como o conflito econômico se revela também um conflito político, visto a necessidade da manutenção da ordem social e da posição de dominação.

No esteio das críticas aos escritos de Marx, **Weber** (1974) vai pautar pela formulação da ideia de estratificação social, reconhecida por ele como o produto da distribuição

hierarquizada do poder entre os grupos sociais. A teorização empreendida por este autor se dá a partir de uma análise analítica e conceitual através dos tipos-ideais – formulações teóricas no nível abstrato que exageram a realidade, ou seja, conceitos e definições em sentido puros que são utilizados para auxiliar na compreensão do real, esse mais complexo e diversificado.

As classes seriam uma estratificação referente ao poder econômico, associado à situação de mercado, possuir ou não bens e rendimentos. Os recursos econômicos influenciariam os sujeitos na dimensão das oportunidades de vida – acesso ao bem-estar social. A outra estratificação seria a de status vinculada ao poder social, ou seja, ao prestígio e/ou a honra de cada indivíduo no seio da sociedade. Essa dimensão seria identificável pelos diferentes estilos de vida – as escolhas e as preferências estariam articuladas com a esfera do consumo que, por sua vez, materializariam o prestígio social (SALATA, 2016).

As duas formas de estratificação se encontrariam de forma associadas na realidade, especialmente, pela capacidade de formação de grupos sociais. Os sujeitos de mesma situação de mercado e de mesmo status, manteriam convivências em entre si, gerando relações de amizade e, por vezes, de matrimônios. Nesse sentido se daria as hierarquizações entre estratos, cujos grupos sociais com maior poder econômico e social teriam a capacidade de influenciar outrem. Enquanto classe está na esfera da produção, gerando rendimentos e lucro, o status encontra-se na esfera do consumo, promovendo a distinção social entre as classes.

As perspectivas marxistas e weberianas vão servir de base para outras formulações condizentes com as transformações do sistema capitalista posteriormente. Análises posteriores, vão se referir ao capitalismo na fase de acumulação fordista, cujo consumo de massa vem a ser estimulado através da melhoria de condições materiais das classes trabalhadoras. Giddens (1973) identifica que a partir da decomposição do capitalismo e do trabalho, ou seja, a crescente diferenciação social que leva a diversas especializações, complexificam a estrutura de classes. Um bom exemplo, é a ocupação do acionista e do gerente, ambos têm autoridade sobre a produção, todavia possuem funções distintas. Enquanto o primeiro tem os direitos de posse; o segundo executa e gere o controle dos meios de produção.

Dentro da perspectiva **neomarxista**, o destaque é para Erik O. Wright (2015) que identificava a classe a partir da distribuição desigual de direitos e poderes sobre os recursos produtivos. Os ativos econômicos ou as propriedades de capital possibilitam estruturas de oportunidades – educação, saúde, transporte, moradia - que geram, como recompensa, a melhoria das condições materiais de vida. Nesse sentido, as desigualdades de oportunidades/recompensas são diretamente vinculadas as desigualdades sobre os recursos

econômicos (SANTOS, 2005). O esquema analítico deste autor se baseia em três elementos: as propriedades de ativos do capital – ter ou não posse; a relação com o exercício de autoridade – está relacionado a capacidade organizacional, como exemplo o acionista e o gerente citados anteriormente; e a qualificação. As classe médias, por exemplo, a partir do esquema proposto por Wright seria definida como aquela que tem o exercício da autoridade e qualificação – em variados graus -, mas não dispõe da propriedade de ativos.

Outra vertente é a perspectiva **neoweberiana** que tem como principal expoente o autor inglês J. Goldthorpe (2000), cuja definição de classe deriva das relações e condições do mercado de trabalho – mais precisamente das ocupações. Portanto, temos aqui uma análise sócio-ocupacional que vai identificar como cada sujeito, a partir da sua ocupação empregatícia, está vinculado ao acesso de bens, status, direitos e serviços. A análise desse pensador vai se basear em três elementos iniciais: i) a classe alta – baseado numa relação de serviços; ii) classe trabalhadora - centrado no contrato de trabalho; e iii) service class ou classe média – de forma mista, tanto o serviço como o contrato.

A service class se distinguiria da classe trabalhadora por possuir uma regulação de emprego construída sobre outras bases. Devido à especificidade de seus ativos humanos e também devido às enormes dificuldades de se monitorar e controlar o seu tipo de trabalho, seu emprego e remuneração seriam mais estáveis e menos diretamente relacionados à produção. Além disso, contariam com benefícios adicionais – melhores salários, oportunidades de carreira, etc. – que não estariam presentes no caso do labour contract. (SCALON; SALATA, 2012, p. 390).

Outra conceituação importante sobre classe está em Bourdieu (2013), um autor que vai construir este arcabouço teórico a partir das contribuições de Marx, Weber e Durkheim. A concepção de classe se circunscreve numa perspectiva relacional, ou seja, é através das relações sociais e dos processos intersubjetivos que os sujeitos agem na realidade social. O pensador francês identifica a sociedade como um espaço multidimensional (BERTONCELLO, 2016) – ou campo – em que os sujeitos disputam, aproximam e competem entre si a partir de distintas posições sociais. A posição ocupada se define em relação a como se distribui e como estes apreendem as diferentes formas de capital – especialmente, o econômico e o simbólico.

A inserção no campo social gera o *habitus*, sistema de disposições duráveis e transponíveis – de maneira generativa – que são incorporados e produzidos pelos agentes. Trata-se de uma estrutura de mediação entre as posições objetivas e as práticas sociais, revelando o

sujeito como um ser ativo e transformador. É a partir desse *habitus* coletivo que se constitui as preferências e os gostos, tornando as distinções objetivas presentes no espaço social em signos distintivos – roupas, comidas, moradias, músicas. As práticas sociais passam a ser representações simbólicas.

(...) a representação que os agentes se fazem de sua posição no espaço social (assim como a representação — no sentido teatral, como em Goffman — que realizam) é o produto de um sistema de esquemas de percepção e de apreciação (*habitus*) que é ele mesmo o produto incorporado de uma condição definida por uma posição determinada quanto à distribuição de propriedades materiais (objetividade 1) e do capital simbólico (objetividade 2) e que leva em conta não somente as representações (que obedecem às mesmas leis) que os outros têm dessa mesma posição e cuja agregação define o capital simbólico (comumente designado como prestígio, autoridade, etc.), mas também a posição nas distribuições retraduzidas simbolicamente no estilo de vida. (BOURDIEU, 2013, p. 111).

A dimensão simbólica torna-se o meio pelo qual os agentes se diferenciam, promovendo classificações sociais e formas de dominação. Os símbolos de distinção são signos de reconhecimento que constroem representações pautadas numa distribuição desigual de bens e de acesso de serviços, os agentes então produzem de forma ativa a realidade social em que vivem. Classe, portanto, é central para a compreensão das desigualdades e das identidades

Toda distribuição desigual de bens ou de serviços tende assim a ser percebida como sistema simbólico, ou seja, como sistema de marcas distintivas: distribuições como a dos automóveis, os lugares de residência, os esportes, os jogos de salão são, para a percepção comum, sistemas simbólicos em cujo interior cada prática (ou não prática) recebe um valor, e a soma dessas distribuições socialmente pertinentes desenha o sistema dos estilos de vida, sistema de separações diferenciais engendradas pelo gosto e por ele apreendidas como signos de bom ou mau gosto e ao mesmo tempo como títulos de nobreza capazes de gerar um lucro de distinção tão maior quanto maior for sua raridade distintiva, ou ainda como marca de infâmia. (BOURDIEU, 2013, p. 112-113).

Seja uma teoria das classes sociais baseada na produção, seja uma teoria da estratificação social baseada no econômico e simbólico, identifica-se a presença do conflito de interesses e das formas de dominação da ordem social como elementos norteadores. Para a

verificação de mudanças na estrutura de classe é necessário, portanto, compreender o conflito que se estabelece e os elementos simbólicos que possibilita a dominação dentro da ordem social.

No caso dessa pesquisa, ao lidarmos com um capitalismo periférico, dependente e colonial as formas de análise das classes sociais tendem a buscar explicações distintas. A presença da tensão colonialidade/decolonialidade marca processos de modernização de face conservadora, ou seja, implementa-se com certo atraso a modernização capitalista, mas mantém-se os privilégios sociais e o abismo classista (FERNANDES, 2005; 2009). A sua gênese é analisada por diferentes pensadores/as que se propõem a compreender como a estrutura social recente se constrói. A nossa contribuição é sistematizar esses diversos entendimentos a partir de uma leitura embasada pelo tensionamento entre colonialidade/decolonialidade.

O objeto de estudo dessa pesquisa é verificar a relação entre as possíveis mudanças nas estruturas de classes sociais no Brasil e a segunda experiência desenvolvimentista, entre os anos de 2006-2014. Nesse arcabouço, a principal alteração está na conformação de uma “nova classe média”, a já denominada classe C (NERI, 2011). Tal definição centra-se no fator renda para determinar a estrutura de classes no Brasil recente. Aqui, o autor trata de confirmar a hipótese de que o Brasil se tornou um país de classe média, comparando-o com outras realidades e buscando nos indicadores socioeconômicos demonstrar a nova configuração social.

Em contraposição a essa definição, outros autores vão tratar de aprofundar o debate, verificando que a definição de um país de classe média apresenta limitações. Pochmann (2014) identifica a já existência de um processo de medianização, ou seja, a formação de uma classe média ocorrida ainda na primeira experiência desenvolvimentista entre os anos 60 a 70. A “nova” classe, portanto, apresenta elementos tardios de uma medianização promovida pela inclusão social através do consumo de serviços e bens de baixos custos.

Em Braga (2012) o conceito de precariado é introduzido para definir uma fração da classe trabalhadora da sociedade que vive sob condições materiais precarizadas, especialmente após o regime de acumulação flexível promovido pelas políticas neoliberais. No caso brasileiro, o precariado tem raízes mais profundas, visto o abismo classista e a permanência de um padrão de dominação colonial. O outro autor é Souza (2012) em “Os Batalhadores” que identifica o surgimento de uma “nova” classe trabalhadora que se origina das desigualdades sociais estruturais e dos processos de distinção simbólicos e não-econômicos.

Nesse amplo debate, de matrizes teóricas distintas, os intelectuais brasileiros nos auxiliam a compreender como se dá essa mobilidade social característica da segunda

experiência desenvolvimentista brasileira. O intuito é observar os elementos constituidores dos grupos sociais que foram atingidos diretamente pelas políticas sociais distributivas – PSEOs. Para isso a tensão colonialidade/decolonialidade possibilita a reflexão de outros elementos marginalizados pelo debate de classes, como a racialização e o patriarcado. Aqui, baseados na interseccionalidade, busca-se observar como a intersecção entre diferentes formas de desigualdade complexificam o entendimento de mudança social e a promoção de um desenvolvimento de matriz multifacetada.

3.4. Operacionalização da análise

Estabelecidos os dois elementos que conformam o objeto desse estudo, a segunda experiência desenvolvimentista brasileira, com destaque para as suas PSEOs, e a relação desta com possíveis mudanças recentes na estrutura das classes sociais no Brasil, apresentamos de forma sucinta como será feita a análise. A pesquisa se empreende por uma metodologia decolonial através das referências normativas dos marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento, ressignificados a partir da sociologia econômica francesa e o pensamento latino-americano e caribenho.

Este trabalho, então, é composto de três momentos, todos centrados no tensionamento colonialidade/decolonialidade: i) em um primeiro momento, tratamos de refletir sobre as estratégias desenvolvimentistas adotadas e as PSEOs durante os anos de 2006/2014, identificando os elementos que caracterizam esse modelo de desenvolvimento; ii) posteriormente, é feito um resgate teórico dos principais debates acerca de possíveis alterações na estrutura de classes sociais, gestados durante a segunda experiência desenvolvimentista, buscando compreender, através da tensão colonialidade/decolonialidade, as mudanças sociais geradas nesse período; iii) e, ao fim, a partir da análise oriunda dos marcadores sociais se verifica que outros elementos complexificam a estrutura social brasileira, em especial resgatando a discussão teórica da manutenção da racialização e do patriarcalismo no Brasil. Aqui, identifica-se a permanência de um enredamento de múltiplas formas de classificação social entre classe, raça e gênero retratados em alguns dados estatísticos acerca da realidade da população feminina negra, particularmente na vulnerabilidade social das empregadas domésticas e das beneficiárias do PBF.

O uso dos marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento tem o objetivo de atar as análises, identificando como dentro do modelo estes

marcos se comportam. Isso possibilita verificar tanto a segunda experiência desenvolvimentista brasileira como possíveis transformações sociais na estrutura de classes sociais no Brasil, relacionando-as. **O desenvolvimento, aqui, trata de ser ressignificado por essa experiência que tenta aliar crescimento econômico com inclusão social?**

4. O RETORNO DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

O caminho perseguido até o presente momento tratou de buscar ressignificar a perspectiva hegemônica de desenvolvimento que, pautado num economicismo, reduziu-o a um modelo de crescimento econômico. O capítulo 3 resultou da construção de um diálogo entre a crítica da sociologia econômica francesa à hegemonia da dominação financeira com a tensão colonialidade/decolonialidade que, por sua vez, emerge da crítica do pensamento decolonial latino-americano e caribenho. Isso possibilitou construir as estratégias metodológicas, a saber os marcadores sociais do tensionamento, que são utilizados a partir de agora para apoiar a nossa análise sobre o modelo desenvolvimentista brasileiro e suas políticas sociais economicamente orientadas (PSEOs).

O capítulo a ser tratado tem como pano de fundo a busca em compreender a segunda experiência desenvolvimentista brasileira que foi construída durante os governos petistas (2003-2016) a partir do olhar da tensão colonialidade/decolonialidade. Para tal desafio, proponho nesse primeiro tópico refletir qual a principal estratégia desenvolvimentista adotada, especialmente, pelo segundo governo Lula (2007-10) e primeiro governo Dilma (2011-14). Posteriormente, esmiuçar as PSEOs e como estas contribuíram para possíveis alterações na pirâmide socioeconômica brasileira. Num terceiro momento, relacionar os marcadores sociais referentes ao desenvolvimento com o modelo desenvolvimentista alicerçado no período recente, verificando como cada marcador se construiu na tensão colonialidade/decolonialidade.

4.1. De Lula a Dilma: as ambivalências dentro da segunda experiência desenvolvimentista brasileira

A matriz desenvolvimentista na América Latina e Caribe ficou reconhecida como nacional-desenvolvimentismo – um pacto social para a superação do subdesenvolvimento – tendo impacto no Brasil e no processo de industrialização entre os anos 1930 a 60. Se os cepalinos a partir da teoria do subdesenvolvimento foram os pensadores dessas teses, os dependentistas, posteriormente, identificaram a exaustão desse modelo, especialmente, por ampliar a desigualdade social e a pobreza, além de resultar na formação, posterior, de regimes autoritários na região (MARINI, 2008). A dependência é parte estrutural do sistema capitalista, estabelecendo a relação desigual entre centro e periferia. A rememoração de tais elementos, nos questiona o porquê da volta de uma matriz desenvolvimentista? Para essa resposta é necessário retomarmos aspectos gerais do neoliberalismo, em especial no Brasil.

A ideologia neoliberal ascende durante os anos 1980 e alcança a hegemonia na década de 1990, especialmente através do Consenso de Washington, que “obrigou” diferentes países a adotarem políticas neoliberais⁴⁹ como contrapartida para a concessão de novos empréstimos e/ou renegociação de dívidas, com destaque para os países latino-americanos e caribenhos. O Brasil, incluído aqui, teve o seu neoliberalismo à brasileira (SOARES, 2001) com a implementação dessa agenda e, apesar de relativa estabilidade econômica⁵⁰, aprofundou as formas de desigualdade e as situações de pobreza. A dependência mantinha-se e as formas de colonialidade se apresentavam presentes estabelecendo relações de superioridade e inferioridade em todos os âmbitos da vida social. Como destaque, podemos chamar a atenção para como a desigualdade racial e de classe no Brasil se encontram enredadas, retratando abaixo a realidade da década de 1990.

No início da década a pobreza encontra-se no patamar de 40% e, após 1995, observa-se uma queda para o patamar de 34% que permanece até o final da série histórica analisada. Paralelamente, o gráfico⁵¹ também mostra como, de forma estável ao longo de toda a década, a participação dos negros na pobreza é sempre maior do que a dos brancos. Portanto, independente dos patamares de pobreza observados na década, os negros correspondem a cerca de 63% da população pobre em todo o período (HENRIQUES, 2001, p. 10).

O cenário neoliberal no Brasil dos anos 2000 era o de um país que não crescia economicamente, com alto índice de informalização do emprego e forte concentração de riqueza e renda (MORAIS; SAAD-FILHO, 2002). A situação de abandono fez abrir espaço para a emergência e o fortalecimento de projetos que buscavam alternativas ante ao ortodoxismo praticado. O modelo heterodoxo de desenvolvimento, então, apresenta-se como programa de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), propondo o alinhamento de crescimento econômico e inclusão social.

O PT não pode ser visto como o mesmo partido advindo da sua origem de luta contra a ditadura civil-militar brasileira. Segundo Secco (2010), com sua formação heterogênea⁵², de

⁴⁹ Conhecidas como as dez medidas: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); Direito à propriedade intelectual.

⁵⁰ Isso decorre da implementação do Plano Real, responsável por trazer a estabilidade monetária.

⁵¹ O gráfico encontra-se nos anexos.

⁵² Composta pelo novo sindicalismo, destaque para os metalúrgicos e os bancários, o baixo clero da igreja católica, intelectuais e movimentos sociais.

oposição social, como elemento importante da redemocratização, à oposição parlamentar, com atuação destacada na resistência a implementação do neoliberalismo, o partido foi se transformando. Destaque para a racionalização burocrática, criando secretarias e um núcleo dirigente que se afastavam das bases sociais, imprimindo a burocratização necessária de um partido (MICHELS, 1982). Durante as eleições presidenciais de 2002, o PT tratou de apresentar essas mudanças, especialmente com a aliança e a vice-presidência para José de Alencar⁵³ assim como a “Carta ao Povo Brasileiro”.

Na ‘Carta ao Povo Brasileiro’, lançada em julho de 2002, abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento. O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o regime de metas inflacionárias, o câmbio flutuante, o superávit primário e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo. Acredito que a opção por uma transição progressiva foi acertada e fundamental para assegurar a governabilidade democrática, administrar politicamente a condição de minoria no parlamento, especialmente no Senado Federal, e acumular forças para que pudéssemos avançar em direção ao novo padrão de desenvolvimento. (OLIVA, 2010, p. 3-4).

O primeiro governo Lula (2003-2006) tinha um “caráter transitório”, cujo objetivo inicial era tornar setores da elite econômica aliados e implementar um “novo pacto de classes” desde empresários a sindicalistas (BRESSER-PEREIRA, 2013). A retomada da credibilidade econômica internacional e a manutenção do tripé macroeconômico, demonstravam um governo distante do projeto inicial. A manutenção de políticas ortodoxas, em especial na área econômica, também era justificada pela falta de uma base de apoio no Congresso, exigindo novos rearranjos políticos.

O desempenho macroeconômico insatisfatório (e, presume-se, a bateria de críticas de antigos aliados) gerou um debate no interior do governo Lula, ao final de 2005, entre a “visão neoliberal” e a “visão desenvolvimentista”. Esse debate teria levado à inflexão da política econômica quando a equipe econômica inicial foi substituída por defensores de uma política de maior ativismo do Estado. (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 517).

⁵³ Foi um Importante empresário mineiro, conservador e evangélico.

Depois dos dois primeiros anos de governo, Lula promove mudanças na equipe econômica colocando a presença de um desenvolvimentista⁵⁴ - na pasta da Fazenda - e mantendo um neoliberal⁵⁵ no comando do Banco Central. A permanência de algumas políticas econômicas neoliberais juntamente com um maior ativismo estatal, acrescidos do aumento das exportações⁵⁶, em especial dos produtos primários⁵⁷, propicia-se um crescimento econômico relativamente duradouro até o fim da década. Nesse cenário, começa a se construir a segunda experiência desenvolvimentista brasileira, principalmente, com a implementação da agenda de programas sociais vinculado ao crescimento econômico, com destaque a criação do programa Fome Zero e a forte e significativa valorização do salário mínimo a partir de 2005.

A continuidade no segundo governo Lula (2007-2010) manteve a receita de uma política econômica mais híbrida, contudo, as políticas sociais desenvolvimentistas foram aprofundadas.

Entre 2004 e 2010, o Brasil conseguiu obter, junto com as taxas mais altas de crescimento, uma redução das desigualdades sociais e regionais, o aumento sustentado dos salários, a elevação do nível de emprego formal, a melhoria das contas públicas e externas, tudo isso mantendo a taxa de inflação sob controle (CARVALHO, 2018, p. 10).

Nesse sentido, o promotor do crescimento econômico nesse segundo governo Lula, deixa de ser apenas as exportações para uma participação mais efetiva do mercado interno. A estratégia desenvolvimentista se caracteriza pela expansão e fortalecimento do mercado interno, dinamizando-o e incluindo os grupos sociais mais pobres.

O Estado havia sido decisivo na expansão do mercado interno entre 2006 e 2010, através de políticas de transferência de renda e aumento do salário mínimo, junto com a ampliação dos investimentos em infraestrutura física e social (CARVALHO, 2018, p. 11).

O programa Fome Zero vai originar, ainda no primeiro mandato, o Programa Bolsa Família (PBF) que seria uma renda complementar⁵⁸ para pessoas em situação de pobreza e de

⁵⁴ O ministro Guido Mantega, de formação da Faculdade Getúlio Vargas.

⁵⁵ Henrique Meirelles, referência no mercado financeiro.

⁵⁶ Boom das commodities.

⁵⁷ Aqui temos o processo de reprimarização (GUDYNAS, 2010).

⁵⁸ O PBF atende famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 89 por mês) e de pobreza (renda per capita de até R\$ 178 mensais). Valores de maio de 2020.

extrema pobreza⁵⁹. A valorização do salário mínimo acima da inflação contribui tanto para um aumento do salário médio do trabalhador/a mais pobre, além de ser utilizado como piso para os benefícios de previdência e Benefício de Prestação Continuada (BPC). O crescimento dos rendimentos dos grupos médios e populares veio acompanhado por uma política de inclusão financeira – a chamada bancarização – e um maior acesso ao crédito. Destaque para o chamado crédito consignado⁶⁰ e o programa “Minha casa, Minha vida”⁶¹.

As três políticas sociais mencionadas acima dinamizaram o mercado interno, possibilitando uma inclusão das classes baixas ao consumo de produtos e serviços que antes não acessavam (POCHMANN, 2014). Isso contribuiu para uma expansão do emprego formal, especialmente no setor de serviços e de construção civil⁶². Segundo Carvalho (2018, p. 23) “tais mudanças levaram, por exemplo, à queda na participação de alimentos e artigos de vestuário no consumo total e ao aumento na participação relativa de habitação, transporte, saúde, higiene, serviços e cuidados pessoais.”. A segunda experiência desenvolvimentista traz consigo políticas de distribuição de renda que fortaleceram o mercado interno, possibilitando a inclusão das populações de baixa renda pelo consumo.

Outra importante política na dinamização do mercado interno é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que é o investimento público na infraestrutura física e social, sendo indutor de investimentos privados, renda e emprego – provocando um efeito multiplicador. Assim, a renovada matriz desenvolvimentista se caracterizou, em especial no segundo governo Lula, em um modelo de crescimento econômico com distribuição de renda.

A partir da tensão entre colonialidade/decolonialidade, o projeto heterodoxo até aqui adotado demonstra como o tensionamento criou ambiguidades dentro de um modelo que alinha crescimento econômico e inclusão social. Se o primeiro esvazia a ideia de desenvolvimento, o segundo possibilita a emancipação social. No caso brasileiro, a junção de ambos levou a uma emancipação social condicionada pelo consumo, sem promover de fato uma desmercadorização, especialmente no que tange aos serviços mais básicos. Todavia não podemos deixar de sublinhar a inclusão, através do mercado, demonstrando como este último é um marcador do desenvolvimento.

É importante ressaltar que a reprimarização, juntamente com o fortalecimento do mercado interno, especialmente pelo setor de serviços, promoveu uma desaceleração na

⁵⁹ Ao final de 2010, o PBF já atendia cerca de 12,8 milhões de famílias.

⁶⁰ Empréstimos de juros baixos e de longo prazo.

⁶¹ Programa para compra de casas com juros baixos.

⁶² Setores de baixa produtividade.

estrutura produtiva industrial. Isso se revela problemática pois não havia uma política de tecnologia no Brasil, aumentando em muito as importações e mantendo a dependência e a relação centro-periferia atualizada. Outro elemento a ser destacado é que não houve redistribuição de renda do topo da pirâmide socioeconômica para o meio ou a base. Apesar da significativa redução da desigualdade de renda, os salários médios das populações mais ricas continuavam a se expandir.

O fato é que a segunda experiência desenvolvimentista apresentava significativos resultados que contribuíram para que o PT desse continuidade ao projeto, agora sob a liderança presidencial de Dilma Rousseff⁶³. O primeiro governo (2011-2014) inicia-se com uma estratégia desenvolvimentista distinta do segundo governo Lula. Isso deve-se ao fato de, externamente, a economia global estar vivenciando uma forte crise financeira, emergida em 2008 nos EUA, que promoveu uma desaceleração econômica, além da diminuição dos investimentos. Assim, a presidente adota uma agenda voltada para reverter o processo de desindustrialização e incentivar o retorno de investidores (SINGER, 2018).

Assim, implementa-se uma postura mais intervencionista no mercado, especialmente o externo, e estabelece as seguintes medidas:

Essa agenda envolveu a redução de juros, a desvalorização do real, a contenção de gastos e investimentos públicos e uma política de desonerações tributárias cada vez mais ampla, além da expansão do crédito do BNDES e o represamento das tarifas de energia (CARVALHO, 2018, p. 59).

A “nova” agenda acabou por fazer um enfrentamento aos setores rentistas e banqueiros, principalmente na redução de juros. Os investimentos públicos, como fator multiplicador que dinamiza o mercado, também foram diminuídos por uma política de estímulo à produtividade. Isso fica evidenciado na larga atuação do BNDES através da concessão de créditos e das parcerias público-privadas (PPPs) com o intuito de melhorar a logística distributiva, promovendo concessões de estradas e linhas férreas. Assim, o que vemos é um forte intervencionismo na economia na tentativa de fortalecer a esfera produtiva, esta como geradora de renda e emprego (SINGER, 2018).

Em um primeiro momento, os industrialistas – ou como Singer chama, os produtivistas - apoiaram a agenda intervencionista do governo Dilma. Todavia, nos dois primeiros anos de

⁶³ A atuação de D. Rousseff, especialmente como ministra chefe da casa-civil, já era de algum destaque no segundo governos Lula, sendo a responsável pela implementação do PAC.

governo, a presidente tratou de “ir para o confronto” com o mercado financeiro, especialmente rentistas e bancos, no objetivo de reduzir as altas taxas de juros. Ao final dos anos de 2012, a estratégia desenvolvimentista se mostrava acertada com a redução dos juros e o subsídio nas tarifas de energia. No entanto, ao longo de 2013 os mesmos produtivistas começaram a se distanciar do governo Dilma. Para Singer, o confrontamento não estava apenas nos rentistas, fazia parte da personalidade da presidente, sendo observável os seguintes eventos:

Ao core rentista (interno e externo), insatisfeito desde a batalha do spread, foram se juntar, sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados; as empreiteiras, infelizes com a “modicidade tarifária”; as empresas do setor elétrico, insatisfeitas com a MP 579; os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário; os produtores de álcool, deprimidos pela baixa competitividade do etanol em virtude da opção governamental de segurar o preço da gasolina; o agronegócio, desconfiado que tenderia a ser mais tributado; setores da indústria automotiva descontentes com as dificuldades de importação de peças e veículos; empresas aéreas insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos; empresas de celular, punidas por falta de investimentos (SINGER, 2018, p. 73).

O ativismo estatal desse governo é muito mais aprofundado que o do segundo governo Lula que buscou alinhar pitadas de práticas neoliberais para não desagradar o mercado financeiro com políticas sociais e econômicas desenvolvimentistas. Porém o alinhamento entre rentistas e produtivistas e o forte caráter intervencionista não é suficiente para explicar o porquê de a nova experiência desenvolvimentista ir chegando ao seu término. Concordando com Singer (2018), há mais dois fatores que se juntam a esses anteriores, estando todos interrelacionados. O cenário internacional pós-crise de 2008 significou um novo realinhamento ideológico, reenergizando o ortodoxismo e o livre-mercado. Acrescento, a busca estadunidense em fortalecer o seu imperialismo na região que era ameaçado com a expansão comercial chinesa. Por último, a mobilidade social desse período desenvolvimentista, fortaleceu uma luta de classes, seja pelas camadas de cima que se viram perdendo privilégios, seja pelas camadas populares que se viram perdendo o seu poder de consumo, especialmente a partir dos anos de 2013 - e isso em um cenário de desaceleração econômica que, por sua vez, aprofundava o endividamento familiar (CARVALHO, 2018).

Entretanto, o primeiro governo Dilma, não pode ser visto como algo que deu errado, é preciso considerar alguns elementos que fizeram da agenda desenvolvimentista trazer progressos, como:

A ampliação do Bolsa Família, o pleno emprego, a valorização do salário mínimo, a continuidade do aumento da renda de trabalho, além de ações focadas como a ampliação das equipes de Saúde da Família, a criação dos Mais Médicos e a construção dos Centros de referência de Assistência Social (CRAS) (SINGER, 2018, p. 77).

E isso se revela na reeleição da própria presidente para um segundo mandato (2015-2016), mesmo com a formação de uma frente anti-intervencionista burguesa que se formara a partir das jornadas de junho de 2013 (SINGER, 2018). As eleições de 2014, possibilitaram a presidente um segundo governo, mas diante da falta de apoio das classes de maior poder econômico e das narrativas geradas pela grande mídia, Rousseff encontrava-se na defensiva e inaugurava, a partir da nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, um governo neoliberal que atuasse em conjunto com a ideologia ortodoxa em voga no mundo. As estratégias desenvolvimentistas foram solapadas, em decorrência de uma frente burguesa, pressão externa estadunidense, o anti-intervencionismo e possíveis alterações nas estruturas de classes sociais no Brasil.

A reflexão desse primeiro governo Dilma e a continuidade de uma base desenvolvimentista, a partir do olhar da tensão entre colonialidade/decolonialidade, demonstra que a correlação de forças permanece. Se no segundo governo Lula foi preciso construir a estratégia de promover uma emancipação social condicionada pelo consumo, aqui a pluralidade dialógica de construir uma estratégia desenvolvimentista distinta da colonialidade do poder, que se reafirmava no fortalecimento do ortodoxismo, foi duramente reprimida. A emancipação social condicionada mantinha-se, mas a intervenção estatal que permitiria assegurá-la por um tempo mais longo viu-se atada a esse tensionamento.

O novo desenvolvimentismo adotado, tanto por Lula quanto por Dilma, promoveu consideráveis modificações, mesmo dentro de um espectro condicionado pela tensão colonialidade/decolonialidade. O projeto/modelo heterodoxo adotado aqui tentou se colocar como uma alternativa ao ortodoxismo, mas não ao capitalismo – mesmo que em algum momento tenha tentado fazer frente à dominação financeira. E dentro das estratégias desenvolvimentistas foi possível promover a mobilidade social: “O cume da trajetória lulista, alcançado em 2014, foi ter retirado por volta de 32 milhões de brasileiros da miséria e elevado

outros 30 milhões acima da pobreza.” (SINGER, 2018, p. 78). É importante ressaltar que se proporcionou uma mobilidade social na faixa intermediária da pirâmide socioeconômica brasileira, assim como a concentração de riqueza e renda manteve-se inalterada e em expansão durante o período desenvolvimentista – todavia, tal realidade é um aspecto que se repete em todo o globo (KERSTENETZKY, 2017).

A contradição entre a ascensão social e diminuição da pobreza com a manutenção da concentração de renda e riqueza é um aspecto que se estabelece no tensionamento colonialidade/decolonialidade. A emancipação social é negociada com capitalismo, sem a quebra da lógica do lucro através da exploração da mais-valia. Entretanto, não se pode deixar de valorizar a transformação social promovida: “a redução de 0,6 ponto de Gini por ano durante doze anos consecutivos superou o ritmo de redistribuição em países desenvolvidos no pós-guerra (apenas a Espanha teria excedido esse ritmo)” (KERSTENETZKY, 2017, p. 18).

Estabelecido a segundo experiência desenvolvimentista assim como as suas estratégias centrais, intensificação e dinamização do mercado interno, em Lula, e fortalecimento da produção e da distribuição, em Dilma, torna-se importante compreender se essa mobilidade social se revela como expressão de desenvolvimento. Visto este como um fenômeno multifacetado, ou seja, a ressignificação da ideia de desenvolvimento passa por olhar este a partir de múltiplas dimensões não somente à econômica. Para essa visão de totalidade é necessário mergulharmos nas políticas sociais desenvolvimentistas que possibilitaram possíveis transformações na ordem social brasileira.

4.2. Políticas sociais economicamente orientadas

No tópico anterior observou-se que apesar de diferentes estratégias desenvolvimentistas entre o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma, ambos se sustentaram na ideia de crescimento econômico com inclusão social. Para isso foram-se consolidando políticas públicas distributivas que intencionavam transformações na estrutura socioeconômica brasileira. Aqui retomo a definição de Kerstenetzky (2014a) de políticas sociais economicamente orientadas (PSEOs), ou seja, políticas que têm uma influência direta na realidade social através de um mecanismo econômico, que é a renda. Mas antes, é preciso definir o que são políticas sociais e quando estas surgem. Para isso vou me apoiar em **Marques e Mendes** (2007, p. 16): “a definição aqui adotada compreende tanto a proteção garantida por direito como o conjunto de

ações governamentais voltados para diminuir a pobreza absoluta, a desigualdade de renda e para propiciar a inclusão.”

Segundo Esping-Andersen (1991), as políticas sociais passaram por uma mudança qualitativa no pós-Segunda Guerra Mundial. Esta transformação já é iniciada com o surgimento do Keynesianismo, nos anos 1930, e a intervenção estatal na economia. Aqui políticas sociais como o pleno emprego e o investimento público na infraestrutura física e social, auxiliaram a corrigir as imperfeições do mercado e gerar renda e riqueza para a sociedade. Porém, é com o estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social, a partir do Plano Beveridge⁶⁴, que houve a construção de um sistema de proteção social de forma a garantir condições mínimas de vida, permitindo aos diferentes grupos sociais o mesmo acesso a saúde, educação, transporte e emprego.

Alguns fatores contribuíram para a ascensão e consolidação das políticas sociais como ferramentas centrais para o desenvolvimento. O primeiro, é a solidariedade nacional que se instala tanto no período pós-crise 1929 como no pós-segunda guerra, uma aliança entre os diferentes estratos da sociedade em prol da melhoria da qualidade de vida. O segundo é o fortalecimento e a expansão da democracia de massas, que se caracteriza por dar aos sujeitos o voto e a participação política. E terceiro, é a mobilização da classe trabalhadora, a mais afetada em períodos de crise e guerra, ao se organizar e exigir a garantia de direitos sociais, isso propiciou o crescimento e a consolidação dos sindicatos que fortaleciam a defesa das políticas sociais (ESPING-ANDERSEN, 1991). Todavia, tal sistema de políticas sociais não alcançou outras tantas realidades, especialmente nas periferias, muitas dessas devido à manutenção da colonialidade. **No Brasil, por exemplo, devido ao caráter do capitalismo periférico, dependente e colonial**, o sistema de seguridade social formado pela Previdência Social e o Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecidos pela Constituição de 1988 e o mais próximo de um sistema social devido ao seu caráter universal, foi completamente alijado em sua implementação visto que a década de 1990 no Brasil tinha como modelo econômico o neoliberalismo e a lógica privatista (FIORI, 2019). Ou seja, as exigências do sistema-mundo capitalista/moderno se sobrepunha as necessidades dos grupos mais vulneráveis com o apoio das classes dominantes.

⁶⁴ Para todos eles, o Plano Beveridge ao legitimar o National Health Service Act, que em 1946 criou um sistema nacional, universal e gratuito de assistência médica, financiado pelo orçamento fiscal e assim desvinculado da relação contratual que havia caracterizado até então a essência das políticas sociais governamentais (FIORI, 2019, p. 3).

Nesse sentido, é importante pontuar que as políticas sociais se apresentam ora como focalizadas, aquelas voltadas para um grupo específico de alta vulnerabilidade da população; ora como universalistas, que são políticas de caráter universal sendo acessível a todos/as. Refletindo as estratégias desenvolvimentistas utilizadas pelos governos petistas podemos definir que as PSEOs como o PBF é uma política social focalizada – massificada (SENA, 2014) e o SM teria um caráter universalista. Isso permite apontar que essas políticas elas não são excludentes, porém complementares ao partirem de uma perspectiva de justiça social e distributiva (KERSTENETZKY, 2017).

Mas como as PSEOs dos governos petistas vem a surgir no Brasil? Durante o período mais recente de redemocratização o Estado brasileiro está dividido em dois momentos com modelos distintos de projetos de governo que, por consequência, tiveram perspectivas diferentes sobre o enfrentamento dos problemas socioeconômicos. Nos anos de 1990, centrado no receituário neoliberal, o corte nos gastos sociais e a política de privatizações, foram responsáveis pelo aprofundamento da pobreza e da desigualdade social. A ideia de bem-estar social encontrava-se, aqui, no âmbito privado, relegando as massas serviços públicos sucateados (SOARES, 2001).

Nos anos 2000, a partir da segunda metade do primeiro governo Lula o combate à pobreza e as disparidades de renda foram colocados como um dos eixos centrais, subordinado ao crescimento econômico, e com isso trouxe políticas sociais centradas na renda que buscavam enfrentar os altos níveis de desigualdade socioeconômica no Brasil (SINGER, 2009; BARBOSA, 2010). Entre elas, podemos destacar três: Programa Bolsa Família (PBF), a valorização real do salário mínimo (SM) e acesso ao crédito.

O PBF é um programa de transferência de renda mínima, cujo debate remonta à década de 1990⁶⁵. No Brasil as primeiras experiências foram nas cidades de Campinas, de Ribeirão Preto e de Santos (todas em SP), além de Brasília (DF). Contudo, é ao final do segundo mandato de FHC, em 2001, que foram registradas iniciativas, de âmbito federal, no mesmo gênero, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda e Vale Gás. Mais tarde, já na gestão do PT e de Lula, estes programas foram unificados e originaram o PBF.

A criação do PBF em 2003 está atrelada ao Programa Fome Zero, em que o principal objetivo se referiu ao combate da fome assim como a redução da pobreza e da extrema pobreza.

⁶⁵ Os programas de transferência de renda mínima estão diretamente vinculados aos ideários libertários de Friedman (1985). Todavia, no Brasil essa política ganha um caráter massivo tendo em vista a grande massa de pobres.

No entanto, o projeto Fome Zero esbarrou em algumas dificuldades, principalmente na complexa operacionalização e na articulação com a mobilização social pelo país. Para solucionar tais dificuldades foram adotadas iniciativas paralelas como a criação, no início de 2004, do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). O MDS absorveu o projeto e articulou o PBF nos dois níveis, estadual e municipal, sendo este último responsável pelo cadastramento (CadÚnico), seleção e acompanhamento das famílias receptoras desse benefício (OLIVA, 2010; SILVA, 2010).

Oliva e Silva destacam as orientações em que o PBF se baseia: uma é a transferência de renda voltada para famílias pobres com filhos em idade escolar e na extrema pobreza, com o intuito de proporcionar melhorias imediatas nas condições de vida; a outra é a retirada de crianças e adolescentes da rua e do trabalho, colocando-as na escola e impedindo a reprodução da pobreza. Há, também, de relacionar a articulação com políticas e programas estruturantes (educação, saúde, trabalho) do governo e da sociedade civil; e o compromisso e a responsabilidade com as condicionalidades, isto é, contrapartidas sociais que garantem o acesso à educação, saúde e assistência social.

O Programa Bolsa Família (PBF) responde hoje, no Brasil, pelo atendimento de aproximadamente 13,8 milhões de famílias, correspondentes aos 25% mais pobres da população (dados de julho de 2016).¹ Entre seus objetivos básicos estão: i) o combate à fome e à pobreza; ii) o reforço do acesso à rede de serviços públicos, principalmente de educação, saúde e assistência social; iii) a promoção da intersectorialidade e da sinergia das políticas públicas; e iv) o estímulo à emancipação sustentada das famílias (Decreto no 5.209/2004, art. 4o). Esses objetivos são organizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), órgão gestor no nível federal, em três dimensões de atuação: i) transferência direta de renda; ii) condicionalidades nas áreas de saúde e educação; e iii) articulação com outras políticas públicas que ampliem as possibilidades de melhoria socioeconômica das famílias beneficiárias (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017, p. 7).

As condicionalidades promovem um debate antagônico: por um lado, seriam formas de estímulo ao acesso a direitos sociais básicos da saúde, educação e assistência social; por outro, o seu caráter punitivo, a dificuldade de acompanhamento e a infraestrutura inadequada para a realização da assistência (BICHIR, 2010). A esses aspectos negativos, destaco que o PBF tem por característica ser um programa centralizado na transferência da renda e descentralizado no acompanhamento da política. A descentralização depende consideravelmente da estrutura

municipal – cujos municípios, em sua maioria, atendidos pelo PBF, não possuem infraestrutura adequada e nem pessoas especializadas para o suporte. Portanto a qualidade dos serviços públicos, especialmente saúde e educação, torna difícil o cumprimento das condições.

O impacto na diminuição da pobreza e, principalmente, da extrema pobreza foi crucial para a melhora nos índices de desigualdade, ficando atrás dos rendimentos médios do mercado de trabalho – aqui está diretamente ligado ao SM. Entretanto os valores do benefício continuam baixos, especialmente, ao compararmos com o valor da cesta básica e com a necessidade de outros bens e serviços (ZIMMERMAN, 2015). Além disso, há uma preocupação centrada nas famílias incluídas aqui e se estas se adequariam ao perfil focalizado do programa – especialmente aquelas que possuem rendimentos informais e não declaram. Todavia, o questionamento deveria girar em torno das famílias de alta vulnerabilidade e não as que são assistidas pela política social de transferência de renda (KERSTENETZKY, 2009).

Por fim, é importante ressaltar que se o programa apresenta dificuldades em relação às portas de saída, ou seja, a emancipação social de fato destas famílias vulneráveis, estas passam pela pobreza ter um caráter multidimensional. O acesso à renda do benefício é apenas um dos fatores que podem contribuir para a quebra do ciclo da pobreza. Os serviços sociais, a formalização do trabalho e a entrada destes no sistema de proteção social são fundamentais para o rompimento da situação de pobreza. Diante disso, concordo com Zimmerman, Bichir, Kerstenetzky, que se, por um lado, o PBF é uma política social comprovadamente efetiva, dentro do seu caráter focalizado e massivo, por outro, ainda é insuficiente para reverter o quadro de desigualdades no Brasil.

Em relação à **política de valorização do salário mínimo (SM)**, concebido como política social ainda nos anos 40, permaneceu por décadas como uma política anti-inflacional sem reajustes significativos. Somente com o plano real passou-se a iniciar, timidamente, a valorização do SM. Todavia, é a partir de 2005 que há de fato uma aceleração no valor do SM, sendo que “(...) desde 2007 se converte em uma política de governo, com critério de indexação pré-definido: a inflação mais o crescimento do PIB nos dois últimos anos.” (KERSTENETZKY, 2014a). Mas de fato qual o real impacto do SM no combate à desigualdade socioeconômica? As mais diversas pesquisas têm buscado demonstrar os possíveis efeitos positivos desta curva ascendente do SM com o decréscimo promovido na desigualdade de renda no Brasil (KERSTENETZKY *et al*, 2015).

Entretanto, pouco se tem debatido sobre como esta política se constrói e quais aspectos cotidiano ela tem atingido. É importante destacar:

Há três canais de propagação da política de aumentos no SM. O primeiro é de natureza compulsória, uma vez que no mercado formal o empregador é obrigado a seguir parâmetros determinados legalmente. O segundo é o caráter de indexador da variável. O SM funciona como piso para outras fontes de rendimentos, que não aquelas recebidas no mercado de trabalho. Esse é o caso do seguro-desemprego e do piso previdenciário e assistencial. O terceiro canal refere-se ao "efeito farol", termo criado por Souza & Baltar (1982), *apud* Neri *et al.* (2001). Este efeito consiste no poder de balizamento que o SM legalmente determinado tem sobre o mercado informal, que a priori estaria fora de sua abrangência” (AFONSO *et al.*, 2011, p. 563).

A valorização do SM acima do real é uma das políticas sociais que estimularam o crescimento do emprego formal, associada a políticas de ampliação dos postos de trabalhos, ajustes institucionais e legislativos (KERSTENETZKY, 2017). Podemos destacar aqui, o programa de Microempreendedor Individual (MEI) que estimulou a formalização do trabalhador/a individual, dando acesso ao crédito, formalizando negócios e possibilitando a entrada no mercado de trabalho formal. Esse conjunto de ações mais a valorização do SM ocasiona o recuo da informalidade e a integração social do trabalhador/a ao sistema de proteção social e a CLT, levando há uma formalização das relações de trabalho⁶⁶. Um bom exemplo, foi a regulamentação do/a empregado/a doméstico/a – fato que não atinge somente uma mobilização de classe, mas também atua para modificar formas de desigualdade de gênero e raça, visto que a maioria são mulheres negras (MARQUES, 2013).

O SM é garantido como piso para aposentadorias e BPC, isso tem um grande impacto visto que:

(...) isso se explica pelo fato de 60% das aposentadorias do sistema público terem o valor exato do salário mínimo. Se se considerar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) como uma espécie de aposentadoria não contributiva, resulta que a previdência como um todo, contributiva e não contributiva, foi responsável por pouco menos de metade da redução da desigualdade (46%–47%) (KERSTENETZKY, 2017).

⁶⁶ Conforme dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, a taxa de participação do emprego assalariado sem carteira apresentou Informalidade e segmentação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: uma decomposição... uma redução de 14%, passando de 30% para 25,84% do total da ocupação. Essa queda está associada ao crescimento do emprego formal que respondeu por 82% do aumento da taxa de ocupação no período. (MACIEL; OLIVEIRA, 2018).

Nesse sentido, o SM passa a ganhar uma importância em todo o sistema brasileiro de proteção social básica contributiva e não contributiva (KERSTENETZKY, 2014a). Aqui, os/as autores/as revelam como o SM se vincula a outros aspectos pertencentes ao cotidiano socioeconômico, contribuindo não somente para um aumento de renda, mas uma possibilidade de melhoria de vida. Concorro com Kerstenetzky (2017, p. 23), que por tantos elementos o salário mínimo deve ser considerado uma política social de corte universalista.

(...) a valorização do salário mínimo (e seus efeitos sobre a desigualdade de rendimentos como um todo) e a regulação e monitoramento do mercado de trabalho (com destaque para a formalização publicamente incentivada). No mercado de trabalho, o significado maior da intervenção pública foi apoiar a mercantilização regulada da força de trabalho, isto é, inserção da força de trabalho em um mercado de trabalho mais bem regulado, mediada pois pela garantia de direitos.

Todavia, o atrelamento da valorização do salário mínimo através do PIB, ou seja, ao crescimento econômico, traz riscos. Visto que o crescimento econômico é uma variável instável e irregular, pode haver momentos em que não haja valorização do salário mínimo. Isso tem se apresentado no Brasil dos anos 2015 para os dias atuais. O baixo crescimento, apenas tem corrigido o SM, mas não valorizado.

Tanto o PBF como o SM se colocaram como PSOEs que tiveram um importante papel numa emancipação social alicerçada no consumo, no intuito de fortalecimento do mercado interno brasileiro, promovendo a inclusão social através da formalização do mercado de trabalho. Além dessas duas políticas sociais, é necessário incluirmos uma terceira – a expansão do acesso ao crédito. Segundo Carvalho (2018, p. 25), “o saldo acumulado de operações de crédito, que representava 25,5% do PIB em janeiro de 2002, alcançou 49,2% do PIB em dezembro de 2012.”.

A última dessas políticas é o **acesso ao crédito**, alterada a partir dos governos Lula, dando ênfase às microfinanças⁶⁷. Segundo Barone e Sader (2008), isso se dá por dois caminhos: i) a bancarização das camadas mais baixas; e ii) microcrédito destinado aos microempreendedores. O primeiro refere-se ao aumento do número de pessoas que passaram a poder abrir uma ou mais contas bancárias em diferentes bancos e, assim, acessar crédito para consumo e/ou produção. O segundo, é o acesso ao crédito direcionado, principalmente através

⁶⁷ Oferta de serviços financeiros (crédito produtivo, crédito para consumo, poupança, seguro etc.) para a população de baixa renda (BARONE; SADER, 2008).

de cooperativas de crédito e dos bancos públicos, para investir em pequenos empreendimentos que geram renda e emprego.

Entre as medidas tomadas, destaca-se a edição, em junho de 2003, do “pacote do microcrédito”, um conjunto de medidas que objetivavam ampliar a oferta de serviços financeiros às populações de baixa renda. Três foram os seus pilares: a massificação de contas simplificadas (bancarização); o estímulo à oferta de crédito por meio da destinação de parte dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista e a formação de cooperativas de crédito de livre associação (BARONE; SADER, 2008, p. 1251).

O crédito popular, assim, amplia-se possibilitando que os grupos de baixa renda passem a ter acesso ao consumo de tecnologia, especialmente, mídias eletrônicas e eletrodomésticos – principalmente os da linha branca. De acordo com Pochmann (2014), teríamos aqui um acesso ao consumo tardio, que já é identificado em outros países nos anos 1990, mas apenas ocorre de fato no Brasil a partir dos anos 2000. É importante destacar a expansão do crédito direcionado, numa relação entre bancos públicos e financiamento habitacional e rural. Aqui, a concessão de crédito é por taxas de juros mais baixas e prazos maiores, assemelha-se assim a uma política social (CARVALHO, 2018).

Retomando aos financiamentos pessoais, destaque para o crédito consignado – introduzido pela Lei nº 10.820 de 2003. Neste as taxas de juros são baixas com prazos bastante extensos, segundo Carvalho (2018, p. 27), “(...) fixa a parcela da renda que pode ser destinada ao pagamento de juros e amortizações. É uma das formas mais seguras de tomada de empréstimos.”.

A expansão de acesso ao crédito torna-se uma importante PSEOs, especialmente, por se associar a valorização do SM e a formalização do mercado de trabalho. O endividamento das famílias ajuda a sustentar artificialmente o consumo necessário para a emancipação dos sujeitos. Isso possibilita a expansão de uma dinamização contínua no mercado interno, fazendo a economia girar.

O endividamento só passou a ser motivo de preocupação a partir da desaceleração da própria economia. A renda menor, a perda de empregos e as altas taxas de juros acabaram levando ao aumento do comprometimento da renda das famílias com pagamento de juros e amortizações da dívida, agravando a crise econômica na década seguinte (CARVALHO, 2018, p. 27).

A caracterização das PSOEs demonstra como estas se localizam na tensão colonialidade/decolonialidade, principalmente pelo caráter distributivo condicionado. O condicionamento está no estabelecimento dessas políticas sob um crescimento econômico constante – uma utopia. Diante disso, reafirmamos, o modelo desenvolvimentista heterodoxo brasileiro não busca o rompimento com o capitalismo, mas uma forma de crescer economicamente, dentro de um papel periférico e dependente, associado à redução das desigualdades e das situações de pobreza e vulnerabilidade social.

4.3. O desenvolvimentismo e as PSEOs no tensionamento colonialidade/decolonialidade

A ideia, aqui, é explorar os três marcadores sociais do tensionamento entre colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento – *mercado, sujeito glocal e saber econômico* apresentados nos **quadros 3 e 4** –, a partir das impressões iniciais que as estratégias desenvolvimentistas e as PSEOs produziram durante os anos de 2006 a 2014. Não se objetiva, nesse primeiro momento, fechar conclusões, mas apontar perspectivas que posteriormente deverão ser observadas no questionamento sobre se houve mudanças nas estruturas de classe nesse período recente. Assim, vamos refletir nos apoiando nas reflexões desenvolvidas no capítulo 3 em que pormenorizamos os marcadores do desenvolvimento.

O primeiro marcador é o **mercado** que dentro da tensão colonialidade/decolonialidade localiza-se de uma lado por aquele pautado na ideia de **um campo autônomo da vida social**, o livre-mercado, cuja mão invisível seria, para os ortodoxos, capaz de harmonizar as relações sociais e não admitindo a intervenção do Estado, a não ser na garantia de direitos individuais; por outro, através do giro decolonial, mercado passa a ser visto como **um campo de práticas e relações sociais voltadas para a troca de bens e serviços a partir da desmercadorização** que, por sua vez, seria o caminho de garantir aos diferentes sujeitos coletivos o acesso a direitos sociais básicos sem mercantilizar estes. O direito à vida, à saúde, à educação e outros tantos, não pode ser inserido na lógica capitalista da geração de lucro, desmercadorizar é buscar o rompimento com a visão do mercado isolado das demais dimensões – política, social, moral – e entendê-lo de forma relacional e processual com estas.

As estratégias desenvolvimentistas dos governos petistas buscaram inserir o ativismo estatal sobre o mercado, de forma a produzir crescimento econômico com inclusão social. Sendo o mercado um campo de disputas, o Estado agiu como um intermediário nas relações

capitalistas locais e globais, objetivando a inserção das camadas médias e pobres no mercado interno brasileiro. Tanto na perspectiva do/a trabalhador/a, formalizando as relações de trabalho, incluindo no sistema de proteção social (previdência, SUS), valorizando o salário mínimo e o PBF – este para grupos em situação de pobreza e extrema pobreza. Como pelo mercado de consumo, expandindo o setor de serviços e a distribuição de produtos de baixo custo para as grupos populares. O setor de construção civil, especialmente o habitacional, fortalece tanto o mercado de trabalho como o consumo. Todavia, a permanência de uma relação de dependência, especialmente na área de inovação tecnológica, demonstra como a colonialidade do poder e as formas capitalistas hegemônicas incidem nas relações globais e locais. O mercado interno brasileiro foi abastecido com uma forte importação, principalmente, de produtos dos países asiáticos na busca de popularização tecnológica. O investimento em uma política produtivista nacional no primeiro governo Dilma, buscava diminuir essa dependência e autonomizar ainda mais o mercado interno.

As estratégias desenvolvimentistas e as PSEOs foram importantes para promover um acesso a bens e serviços para diferentes grupos sociais, em especial aqueles mais subalternizados visto a marginalização destes. Contudo esta desmercadorização não se realiza, seja tanto pelas políticas sociais distributivas estarem muito centradas no par renda-consumo como por uma não melhora significativa dos serviços públicos.

Destacar que **as relações de mercado são como vínculos densos, comunitários e até íntimos que norteiam as práticas e as dimensões do desenvolvimento**. O mercado de trabalho coloca-se como elemento importante promovendo integração social e acesso ao sistema de proteção social; O PBF vinculado a outros programas⁶⁸ contribui para a mudança da dinâmica das economias locais e promove uma transformação nas relações sociais, dando às famílias maior autonomia e possibilidade de conhecimento das informações. Porém a manutenção das hierarquias e o abismo social entre as classes sociais gera uma integração social temporária, mantida apenas durante o período de crescimento econômico.

Em relação ao segundo marcador social do desenvolvimento, o sujeito glocal é o indivíduo imerso em redes digitais que se articula em um espaço de fluxos, bombardeado por informações advindas a cada milésimo. Na colonialidade do ser, esse sujeito busca-se naturalizar enquanto **um indivíduo capaz de tomar decisões racionais a partir de um sistema de preferências também racionalizado. A emancipação social é o caminho**

⁶⁸ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa Universidade para todos (Prouni)

alternativo para a saída da bolha financeirizada, o **sujeito razoável** tem suas decisões e preferências baseadas em razões e motivos advindos das experiências e vivências dos processos intersubjetivos inseridos. O sujeito, por exemplo, não compra/aluga um apartamento com base no esquema oferta e demanda, mas considera elementos como localização, conforto, segurança, serviços (BOURDIEU, 2006).

O fortalecimento do mercado interno tanto para o consumo como para as ocupações formais possibilitou a geração de emprego e renda, promovendo o acesso a direitos sociais, mesmo privados, antes restritos as classes dominantes. O investimento em infraestruturas, tanto físicas como sociais, como a interiorização dos Institutos tecnológicos e das Universidades Federais e o CRAS (SINGER, 2018), estabeleceram para estes sujeitos a possibilidade informacional, de agregação de conhecimento e expansão intelectual. O PBF, através das condicionalidades, estimulou a permanência do jovem nas escolas, juntamente com outros programas que estimularam a profissionalização desse.

Diante disso, podemos vislumbrar aqui uma emancipação social, no sentido de propiciar a uma parcela, que é maioria da população, a inclusão socioeconômica. Entretanto, ao longo da reflexão desse desenvolvimentismo e suas PSEOs verificou-se que essa emancipação social está condicionada ao crescimento econômico, mais precisamente, às amarras do capitalismo. Isso se justifica com o incentivo ao consumo e a expansão de crédito que possibilita uma renda artificial para a dinamização da economia.

Os serviços sociais, especialmente educação e saúde, são acessíveis às camadas médias pela mercantilização e privatização desses – sinônimos de eficiência e excelência. A tentativa de baixar as taxas de juros – e os *spreads* –, de intervir na economia para a manutenção de condições de consumo, significou o descontentamento das classes burguesas. O desenvolvimentismo necessita de uma conciliação de interesses de classes que imprima o novo e mantenha o velho.

Podemos destacar dois grupos que se fortalecem dentro do desenvolvimentismo. O primeiro são as frações burguesas, de caráter heterogêneo e transnacional - sujeitos locais que atuam de forma global influenciando diretamente nas realidades locais. Reconhecidos aqui como elites transnacionais⁶⁹, estes indivíduos possuem uma variedade de fontes de rendas, estando menos expostos às crises e às flutuações do mercado (CATTANI, 2010). A riqueza não está concentrada apenas no alto rendimento, mas na posse de bens e patrimônios que tem a

⁶⁹ Rentistas, banqueiros, empresários.

funcionalidade de estoque, mantendo o elevado padrão de vida. Estes sujeitos também denotam uma combinação de poder, tanto econômico como político, sendo atuantes na manutenção da dominação financeira e na permanência da colonialidade.

O segundo grupo são os/as empreendedores/as que estão nas camadas intermediárias e populares do Brasil e se expandem paralelamente com o setor de serviços, atuando de forma local, mas sendo influenciados pelas relações globais de mercado. Estes sujeitos locais não se encontram no estrato privilegiado da população e, até a década de 90, o acesso aos direitos sociais era algo longínquo. A inclusão social pelo crescimento econômico proporcionou a expansão destes grupos, bastante heterogêneos, e uma emancipação social condicionada que mantém o distanciamento com as frações burguesas. A inclusão apenas é permitida com a permanência de um conflito distributivo persistente que fomenta uma desigualdade na distribuição dos rendimentos de trabalhos. Os/As empreendedores/as, nesse sentido, apesar do potencial de rompimento com o capitalismo, esses são cooptados/as pelo discurso racional, eficiente e calculista da dominação financeira e, portanto, sua emancipação social é condicionada ao crescimento econômico e a manutenção daqueles que estão no topo da pirâmide socioeconômica.

O terceiro marcador é o **saber econômico** cujo conhecimento possibilita a construção de diagnósticos da realidade auxiliando na elaboração de políticas sociais que possam promover desenvolvimento. Na colonialidade do saber, assume a forma do **economicismo** que esvazia o discurso do desenvolvimento pelo crescimento econômico, cujas políticas não se colocam em uma perspectiva de fenômeno multifacetado da realidade social – sendo quase exclusivas a uma agenda econômica. Em contrapartida, na **pluralidade dialógica**, o saber econômico busca no dialógico outras formas de conhecimento para uma compreensão crítica e diversa da realidade, contribuindo para um desenvolvimento em sua totalidade.

O desenvolvimentismo e as PSEOs demonstraram a busca pela pluralidade dialógica ao tentar aliar crescimento econômico com inclusão social. Esta última pauta-se no diálogo de outros saberes, não reduzindo desenvolvimento a apenas crescimento, como políticas de confronto às condições de pobreza, vulnerabilidade social e de desigualdade. É importante destacar que a pluralidade dialógica dentro do desenvolvimento não se restringe apenas a uma questão de outros saberes, mas o que pode ser feito/implementado a partir destes do diálogo com outros conhecimentos que não apenas o econômico. As políticas sociais de fato promoveram uma transformação na questão da pobreza e na elevação dos rendimentos contribuindo para uma perspectiva que não se centra apenas no economicismo.

Todavia, tal pluralidade não tratou de promover um rompimento com o *modus operandi* capitalista – a manutenção da relação de dependência e de colonialidade. O economicismo permaneceu à sombra dessa segunda experiência desenvolvimentista, especialmente, ao manter o crescimento econômico como força motriz do desenvolvimento almejado. Tal busca possibilitou, simultaneamente, o acesso das classes populares a um bem-estar social mínimo assim como o enriquecimento das elites transnacionais e a manutenção de privilégios e status.

Diante dessa primeira análise promovida pelos marcadores sociais da tensão entre colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento, é possível confirmar a definição de Singer (2009) de os governos petistas pautaram-se em um reformismo fraco? Para essa resposta precisamos compreender de maneira mais aprofundada se houve mudanças sociais mais efetivas – no caso desse trabalho elegemos uma revisão crítica acerca do debate sobre a estrutura de classes sociais dentro desse tensionamento. Até o momento, **o que podemos afirmar é um caráter ambivalente do desenvolvimentismo**: se por um lado as estratégias desenvolvimentistas promoveram em um certo sentido inclusão social, por outro, mantiveram a ideia central de crescimento econômico e renda como elementos norteadores de uma agenda desenvolvimentista. O desenvolvimento aqui continua centrado, em menor grau, no saber econômico, mesmo sendo fortalecido o diálogo com outros saberes.

Nesse sentido, destaco duas propostas de mudança social apresentadas KERSTENETZKY (2017), as quais concordo considerando estas caminhos interessantes para a promoção da desmercadorização assim como uma maior emancipação social. A insuficiência dos serviços sociais públicos, especialmente saúde, educação e mobilidade urbana. Se, por um lado, estes necessitam de um médio-longo prazo para demonstrar resultados, por outro, não foram feitos investimentos profundos que promovessem a desmercadorização de fato, cujo crescimento da iniciativa privada nessas áreas também cresceram no mesmo período. Outro elemento é uma reforma tributária progressiva, especialmente sobre altas rendas, propriedades e riquezas, gerando dois efeitos: desoneração do consumo e dos rendimentos mais baixos – recursos adicionais que poderiam ser investidos na qualificação dos serviços sociais públicos.

Finalizamos identificando que a segunda experiência desenvolvimentista brasileira e as PSEOs imprimiram uma mudança significativa no norteamento de uma agenda voltada ao desenvolvimento, associa crescimento econômico com inclusão social. Porém é necessário olharmos mais profundamente se este desenvolvimentismo gerou alterações na estrutura de classes sociais no Brasil – algo a ser observado no próximo capítulo.

5. A ESTRUTURA DE CLASSES SOCIAIS NO BRASIL RECENTE

A segunda experiência desenvolvimentista brasileira apoiada por políticas sociais distributivas, dentro de um constante tensionamento entre colonialidade/decolonialidade, apresentou-se até aqui como geradora de um desenvolvimento em constante tensão, ou seja, mantém o cerne ortodoxo do crescimento econômico e da renda, mas o contrapõe ao imprimir políticas mais robustas de inclusão social. Estabelecido a análise do modelo desenvolvimentista dos governos petistas tratamos agora de averiguar se este gerou possíveis alterações nas estruturas de classe sociais no Brasil. Diversos autores/as têm concordado que houve uma considerável melhora na distribuição de renda que, por sua vez, promoveu uma diminuição da desigualdade de renda. Podemos compreender tal efeito como o resultado de um tipo de desenvolvimento heterodoxo adotado aqui com singularidades importantes, como foi visto no capítulo anterior.

Nesta parte o objetivo é compreender possíveis alterações na estrutura de classes, a partir da tensão entre colonialidade/decolonialidade, ressaltando as particularidades da formação social brasileira. Em um primeiro momento, discutimos de forma crítica a tese do economista Marcelo Neri (2011) de que o Brasil se tornou um país de classe média, a partir das mudanças geradas pelo desenvolvimentismo na composição de classes local. Destaque para sua definição de classe centrada no aspecto renda e, portanto, de visão mais economicista. Posteriormente, tratamos de expandir o debate sobre a perspectiva de classe, a partir de diferentes autores, questionando o termo “nova classe média” apresentado por Neri. Enfatizamos aqui o alargamento conceitual promovido por elementos como o tipo de ocupações, de consumo e a gênese sociocultural desse estrato intermediário.

Estabelecidos outros termos para identificar a estrutura recente de classes no Brasil, trazemos os marcadores da tensão colonialidade/decolonialidade para aprofundar a reflexão verificando a relação desta estrutura com o modelo de desenvolvimento implementado. Finalizamos este capítulo fazendo um balanço sobre o lulismo, denominação dada aos elementos que apoiaram o desenvolvimentismo recente.

5.1. Brasil: um país de classe média?

A pormenorização das estratégias desenvolvimentistas associadas às PSEOs aponta para possíveis transformações na estrutura das classes sociais brasileiras? Para essa resposta é

preciso considerar dois elementos: o modelo de desenvolvimento adotado permitiu um processo de inclusão social das camadas populares através do consumo e da formalização das ocupações associadas às políticas sociais distributivas (SINGER, 2018; POCHMANN, 2014; BRAGA, 2012). Além disso, é importante enfatizar, também, a diminuição da pobreza, trazendo melhorias significativas para uma grande parte da população brasileira (SCALON; SALATA, 2012).

Diante desses fatos, trazemos Neri (2011), o autor em questão é o expoente da ideia de que o desenvolvimentismo recente foi gerador de uma “nova classe média” – ou classe C. A tese se baseia na identificação de que mais de 50% da população brasileira, especialmente entre os anos de 2008/10, encontra-se na faixa de grupos de renda intermediária. Ou seja, o Brasil havia se tornado uma sociedade de classe média. Mas qual a definição de classe envolvida aqui? A definição deste autor centra-se numa “visão subjetiva de utilidade” e “na mensuração do bem-estar social subjetivo”. Em outras palavras, Neri vai realizar uma busca do que representa a boa vida para os estratos médios da sociedade brasileira:

Ser nova classe média também é consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, aí incluindo colégio privado, plano de saúde e o produto prêmio, que é a previdência complementar. Todos podem ser vistos como ativos meio públicos, meio privados, que conferem maior, ou menor, sustentabilidade ao sonho brasileiro de subir na vida (NERI, 2011, n.p).

Mas como alcançar a boa vida? Para Neri é através da renda. A “nova classe média”, portanto, vai ser definida através da classificação de faixas de rendimentos e as aspirações presentes a partir da melhora da renda – “com base na classificação das pessoas em grupos de renda, são incorporadas expectativas e atitudes e a renda permanente é aquela na qual os estoques de ativos são convertidos em fluxos” (NERI, 2011, n.p).

Os limites propostos pelo autor para a definição dessa classe C, seriam as classes D e E abaixo, como representante das camadas pobres que possuem rendimentos inferiores a R\$1.200,00 reais. Acima estariam as classes A e B com rendas acima de R\$5.000,00 reais, representativas das camadas com recursos suficientes para as melhores condições de vida. Na tabela 1 apresentamos a pirâmide socioeconômica de Neri.

TABELA 1 - Pirâmide Socioeconômica

	Inferior	Superior
Classe AB	R\$ 5.174,00	
Classe C	R\$ 1.200,00	R\$ 5.174,00
Classe D	R\$ 751,00	R\$ 1.200,00
Classe E	0	R\$ 750,00

Fonte: NERI, 2011, n.p.

Entre 2003 a 2013, a participação da “Classe C” – que vem sendo chamada de nova classe média –, no recorte estudado, passou de 37,6% para 60,2%. A “Classe A & B” correspondia a 7,6% do recorte, em 2003, passando para 14,8%, em 2013. A Classe D e E, que, em 2003, respondia por 54,8% do recorte, em 2013 cai para 25% (SINGER, 2018, p. 89 *apud* FGV, 2014). Isso demonstra o aumento das classes C e AB assim como a queda das classes D e E, confirmando a melhoria significativa na distribuição de renda consonante com a fórmula crescimento econômico e inclusão social.

Em relação às classes mais pobres, o PBF tem uma importância fundamental na redução da extrema pobreza. Através da concessão do benefício, famílias conseguiram comprar alimentos, vestuário, higiene pessoal, elementos esses que possibilitam movimentar as economias de municípios muito pobres. O papel ativo de mulheres também é destacável, visto que o PBF fortalece o papel de chefe de família e de gestores da renda⁷⁰. Esses elementos, em conjunto com outros, nos permitem constatar que ocorreram modificações na estrutura de classes na parte inferior da pirâmide socioeconômica.

No que se refere a transferência de renda, (Dilma) aumentou o valor do Bolsa Família em 46% para as casas que tivessem crianças e adolescentes até quinze anos, estabeleceu um benefício para as mulheres gestantes e as que tinham bebês em fase de amamentação, criou um novo pagamento às famílias com crianças até seis anos (depois estendido também até os quinze anos) e, por meio de um programa de busca ativa, logrou incorporar mais de 1 milhão de famílias ao BF, chegando ao total de 14 milhões em 2014 (SINGER, 2018, p. 83).

Sobre as classes que se encontram na parte de cima, podemos afirmar, a partir de autores como Braga (2012) e Souza (2012), que se mantém o privilégio social das classes médias

⁷⁰ Lares chefiados por mulheres sempre foi uma característica forte das camadas pobres da população brasileira.

(tradicionais) e altas. Souza chama atenção para a manutenção não apenas do capital econômico como também do capital cultural e tecnológico. O acesso às tecnologias de informação, aos centros de ensino mais qualificados, à oportunidade de intercâmbios, ainda se restringia a essa parte da população que domina as estruturas de classe.

Aqui, podemos constatar, de forma inicial, o tensionamento colonialidade/decolonialidade do modelo desenvolvimentista recente, enquanto na parte de baixo vê-se uma mobilidade social, na parte de cima mantém-se as formas de privilégio. Mas é necessário entender ainda que concepção de renda é essa apresentada por Neri. As descrições dos quatro estratos estabelecidos por este autor se dão a partir da renda *per capita*, ou seja, a renda familiar visto a potencialidade da solidariedade interna que se reflete: i) no potencial de consumo que define os padrões de consumo das famílias; ii) na capacidade de geração de renda, diferenciando entre o consumo hedonista e aquele realmente necessário, em resumo, aqui destaca-se a importância em verificar a permanência de um padrão de vida ao longo do tempo; e iii) em relação às expectativas futuras que se referem a análise das atitudes e das possibilidades de ascensão social.

A partir deste último referencial, em que Neri ao fazer a mensuração da “boa vida” para cada família ocupante das faixas estabelecidas pelo seu estudo, o autor chega à conclusão de que o Brasil se tornou um país de classe média. Todavia a definição de classe social por este pensador está centrada em como o elemento renda pode proporcionar a qualificação da vida social, e isso apresenta limitações, como atestada por Souza (2012, p. 45): “Classes sociais não são determinadas pela renda (...) nem pelo simples lugar na produção (...), mas sim por uma visão de mundo prática que se mostra em todos os comportamentos e atitudes (...)”.

A escolha da renda como unidade de análise para a definição de classe limita uma análise aprofundada de aspectos – como educação, saúde, ocupação, moradia, acesso tecnológico – tidos pelo autor como marginais e dependentes dos níveis de rendimento. Tal escolha metodológica obscurece os elementos promotores de uma forte distinção social e mantenedores de privilégios, especialmente, em sociedade de formação capitalista periférica, dependente e de colonialidade.

Destaco que logo no início de outro trabalho, Pochmann (2014, p. 20) traz uma definição importante sobre classe:

É nesse sentido que classes podem ser vistas como processos vivos e em movimentos conflituosos, ou melhor, como produtos de um conjunto de

estruturas relacionadas com as esferas econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Tal reflexão amplia o significado apresentado por Souza, estabelecendo a ideia de classe também como um fenômeno multifacetado. O reconhecimento dos grupos sociais e suas heterogeneidades é primordial para refletirmos sobre a estrutura de classes. A localização da tensão entre colonialidade/decolonialidade aqui se pauta entre uma visão economicista centrada na renda, representada por Neri, e outra baseada na totalidade de dimensões, sejam elas políticas, culturais, morais, econômicas, sociais, que é apresentada por tanto por Souza (2012) como Pochmann (2014), Braga (2012) e Singer (2018) – considerando as diferenças entre eles.

O aumento dos rendimentos demonstrado por Neri ainda não parece ser suficiente para sustentar a tese de um país de classe média. Podemos apontar a ambivalência entre manutenção de privilégios/melhoria de renda dos estratos mais pobres, mas o que de fato isso representa? E o que é então essa classe média denominada por Neri? Como a tensão colonialidade/decolonialidade pode contribuir para essa análise?

5.2. A nova classe trabalhadora: batalhadora, precariada e de consumo tardio

A definição de “nova classe média”, esmiuçada no tópico anterior, tornou-se hegemônica dentro do desenvolvimentismo recente, visto a referência a uma grande transformação social gerada pela associação de crescimento econômico e inclusão social. Entretanto, ao rememorar, na análise do capítulo 4, sobre as estratégias da segunda experiência desenvolvimentista e as PSEOs, observou-se uma tensão constante delineada pela colonialidade/decolonialidade. Nesse sentido, se o modelo de desenvolvimento implementado promoveu alguma mobilidade na estrutura socioeconômica, então o tensionamento identificado também tem reflexos na estruturação das classes sociais?

A verificação desta tensão colonialidade/decolonialidade exige que aprofundemos nosso debate sobre a estrutura de classes no Brasil. Para isso é importante situarmos aqui as singularidades do capitalismo periférico, dependente e colonial em contrapartida às nuances nos países do Norte global. A acumulação capitalista de base fordista-keynesiana, para as chamadas nações de centro⁷¹, trouxe um novo ciclo virtuoso: para gerar maiores lucros de uma produção em massa era preciso haver um consumo de massas que, por sua vez, apenas seria

⁷¹ Refiro-me a relação centro-periferia.

possível dando condições materiais ao trabalhador/a. Aqui tem-se a formação da chamada classe média assalariada que, especialmente nos países que desenvolveram um Estado de bem-estar social, garantiram a esse estrato socioeconômico direitos sociais básicos para uma vida estabilizada e planejada⁷².

O caminho da medianização da sociedade seria observado como intrínseco a geração ampliada de ocupações de classe média e ao movimento de homogeneização do assalariamento regulado e, também, como estruturador do conjunto do funcionamento do mercado de trabalho (POCHMANN, 2014, p. 24)

O segundo espírito capitalista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) tratou de inserir o/a trabalhador/a no mercado de trabalho, promovendo uma política de pleno emprego. Isso fortaleceu sindicatos, associações e formas cooperativas em defesa do sistema de proteção social, promovendo um modelo de desenvolvimento reformista ao capitalismo⁷³. Contudo, isso foi a realidade dos países localizados no centro do sistema-mundo; a periferia mantinha-se em um “subdesenvolvimento”, identificado não como uma etapa da formação capitalista, mas uma condição geopolítica da relação desigual entre centro/periferia. O nacional-desenvolvimentismo buscou implementar um modelo de base fordista-keynesiana, com a promoção da industrialização e o fortalecimento do mercado interno de consumo.

Retornemos ao Brasil, a industrialização da primeira experiência desenvolvimentista gerou as indústrias de base e de bens duráveis e não duráveis. Associado ao rápido crescimento urbano, tais fatores promoveram modificações na estrutura de classes brasileira. O crescimento do número de trabalhadores assalariados assim como o aumento do setor de serviços e da burocracia do Estado impulsionou o surgimento de uma classe média próxima às classes altas, almejando o estilo de vida e os gostos dessa última.

Entre 1930 e 1980, o Brasil sofreu intenso processo de urbanização, expansão econômica e industrialização. Durante esse período, a classe média brasileira se expandiu vigorosamente em virtude da diversificação da estrutura social, com a criação de ocupações intermediárias e crescimento da burocracia e dos serviços

⁷² É importante ressaltar que os Estados de bem-estar social diferiram de país para país, mas no geral promoveram uma maior conscientização da classe trabalhadora ao possibilitar o acesso aos direitos sociais.

⁷³ É importante ressaltar que esta política pública de estímulo e manutenção do emprego está diretamente relacionada ao ciclo virtuoso da acumulação fordista. Para o consumo de uma produção em massa é preciso que os/as trabalhadores/as possam ter rendimentos e condições materiais para consumir. A estabilidade empregatícia, que envolve a possibilidade de um planejamento familiar a médio-longo prazo, torna possível um consumo gradual de bens e serviços que, por sua vez, gera os lucros necessários do capitalismo.

oferecidos pelo Estado. Concomitantemente, o perfil da classe média brasileira também foi mudando, ao longo desse período, diminuindo a participação de pequenos proprietários e aumentando o percentual de assalariados (SCALON; SALATA, 2012, p. 393).

Todavia, o alto padrão de consumo era acessível a uma pequena parcela da população. Segundo Pochmann, a medianização no Brasil, especialmente nos anos 1970/80, se dá de maneira deformada. Oliveira (2003) e Fernandes (2009) observaram que o processo de urbanização brasileiro, ocorrido de forma mais intensa nos anos 1960, promoveu a formação de um exército de desempregados e serviçais às classes dominantes. Isso construiu uma sociedade deformada, dividida entre extremamente ricos, classe média assalariada e classes populares (POCHMANN, 2014).

No caso brasileiro, a situação se mostrou singular em função da legião de serviçais destinada a ricos e a classe média assalariada, superior as classes medias assalariadas nas economias desenvolvidas.

(...) um verdadeiro exército de serviçais esteve voltado à realização de qualquer atividade de sobrevivência, sobretudo em serviço à nova classe média assalariada em ascensão, como nos casos os motoristas particulares, domésticos em profusão, seguranças, adestradores de animais, entre outros (POCHMANN, 2014, p. 42).

De acordo com Braga (2012, n.p), “o processo de migração para as cidades, favoreceu o desenvolvimento de relações trabalhistas precárias”, de baixos salários. O acesso à serviços e bens, assim, se restringia às classes médias assalariadas e à elite. Tal cenário aprofundou a desigualdade socioeconômica e fomentou a situação de pobreza, especialmente nas grandes cidades. A estratégia desenvolvimentista dos anos 1930/80, apesar de visar um desenvolvimento com justiça social, apenas promoveu uma alta concentração de renda, que mesmo em períodos com alta taxa de crescimento econômico, crescia a pauperização e o abismo classista.

O processo recente de globalização, juntamente com as inovações tecnológicas assim como a dominação financeira (tratados, aqui, no capítulo 1), impõem um (novo) modelo de acumulação capitalista, baseado em relações trabalhistas flexíveis – como terceirização, *part time*, contratos temporários -, privatização e diminuição do ativismo estatal e a expansão do

setor de serviços⁷⁴ – a parte improdutiva do capitalismo. A flexibilização e o neoliberalismo, então, fortalecem o aumento da concentração da renda e das formas de desigualdade. Nos países centrais forma-se agora uma nova classe trabalhadora precarizada, abaixo da classe média assalariada. Essa precarização já existia nos períodos fordistas como uma forma provisória de trabalho, especialmente para jovens que iniciavam suas vidas profissionais (BRAGA, 2012). Contudo, com a flexibilização essa condição precária vem a se expandir promovendo a informalidade e a dificuldade de acessar direitos sociais – estes, por sua vez, também deficientes em virtude do desmonte do Estado de bem-estar social.

Em certo sentido, percebe-se a decomposição da classe média fordista, com a desconstrução dessa identidade diante da crescente desvalorização dos diplomas em meio à massificação dos ensinos técnicos e superiores e à precarização generalizada dos postos de trabalho (POCHMANN, 2012 p. 31).

Se a precariedade parece estar se transformando em um “registro ‘regular’ da organização do trabalho” (Castel), ameaçando décadas de institucionalização de direitos sociais nos países capitalistas avançados, a verdade é que ela nunca deixou de ser a regra na periferia do sistema (BRAGA, 2012, n.p).

No caso do capitalismo periférico, dependente, e de colonialidade, em especial o Brasil, o neoliberalismo à brasileira acentua o abismo classista entre a elite mais classe média com os estratos populares. A desigualdade socioeconômica e a extrema pobreza crescem continuamente nos anos 90, seja por um desemprego estrutural ou por uma informalidade que atinge mais da metade da população.

A partir da década de 1980 até o ano 2000, no entanto, com o arrefecimento da economia e as mudanças estruturais no mercado de trabalho, podemos identificar alterações na classe média. Parte dos tradicionais empregados intermediários no interior das grandes empresas foi sendo substituída por serviços terceirizados e a crescente concorrência externa levou ao enxugamento do quadro de funcionários ou a perdas salariais. Além disso, também se buscou diminuir o peso do Estado através de privatizações e redução do aparelho burocrático (SCALON; SALATA, 2012, p. 393).

⁷⁴ “Uma nova classe média dos serviços estaria sendo influenciada pela transição para a sociedade pós-industrial” (POCHMANN, 2014, p. 25).

A segunda experiência desenvolvimentista emerge a partir desse cenário de manutenção de privilégios no topo da estrutura de classes e de descaso com a massa que ocupa a base da pirâmide. A estratégia de desenvolvimento dos governos petistas possibilitou uma mudança no tratamento dado às classes populares. Concordando com Braga (2012), observamos a emergência de um precariado, ou seja, uma fração de classe pertencente ao proletariado que se baseia em ocupações do setor de serviços e na indústria de baixa produção, mediados pela flexibilização das relações trabalhistas e pela justificação da dominação financeira – o mérito individual, a partir da criatividade, autonomia e esforço próprio.

(...) consiste em proclamar a superação do trabalho degradado típico do regime de acumulação despótico pela “criatividade” e “autonomia” inerentes às tarefas de concepção e planejamento de processos e produtos. Na verdade, a hegemonia desse modelo de desenvolvimento pós-fordista, que Castells chamou de “informacionalismo”, revivificou a promessa de que uma inserção ocupacional emancipada no e pelo trabalho complexo estaria potencialmente acessível a todos (BRAGA, 2012, n.p).

Esse precariado encontra-se entre a fração média assalariada, formada durante a primeira experiência desenvolvimentista, e a fração baixa – pobres, miseráveis, ralé (SOUZA, 2017). A estratégia de desenvolvimento dos governos Lula possibilitou a formação de uma nova medianização na estrutura de classes no Brasil? Se há uma nova medianização, é possível afirmar que esse (novo) estrato socioeconômico seria uma ‘nova classe média’? Para essa resposta é preciso compreender os elementos que conformam essa fração do precariado.

Braga (2012) constrói um perfil socioeconômico para esse grupo: trabalhadores/as não qualificados ou semiquilificados; relações trabalhistas precarizadas; sub-remunerados, entre um a dois salários mínimos; e com poucas condições de organização coletiva. Souza, chama atenção para as longos turnos de trabalho e/ou vários empregos; e uma dupla jornada, entre escola/faculdade e trabalho.

É importante destacar as políticas distributivas desenvolvimentistas, especialmente as PSEOs, que foram fundamentais para a inclusão social no mercado de trabalho dessa parcela de trabalhadores/as de baixa renda, naquilo que Pochmann (2014) chama de padrão tardio de consumo fordista. Isso gerou, de acordo com o autor, mobilidade social restrita e mudanças na estrutura de classes, baseadas na produção de custo baixo (*low cost*) e o consumo tardio de bens duráveis e serviços, ou seja, na massificação do acesso à bens e serviços, que antes era restrito

às classes médias e altas da sociedade brasileira. Os produtos a serem consumidos ganharam novos contornos:

Em geral, trata-se de uma cesta de consumo composta por bens não duráveis, como calçados esportivos, alimentação fast-food e roupas de grife, e bens duráveis diversos, como veículos e eletrônicos e, ainda, serviços de viagem e turismo. (...) O avanço das tecnologias da comunicação e de informação redundou em redes de escala global de um consumismo desenfreado e alienante (POCHMANN, 2014, p. 77).

De acordo com Pochmann o consumo médio da família brasileira passou a corresponder por mais de dois terços da dinâmica de crescimento do PIB. Nesse sentido, é importante compreender algumas modificações, entre elas a redução do tamanho médio da família brasileira; o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, inclusive assumindo o papel de chefe de família:

Essa ampliação do nível do rendimento dos trabalhadores de menor rendimento permitiu ampliar o consumo, uma vez que esse segmento social dificilmente teria condições de poupar, dada a demanda reprimida historicamente. Com isso, a elevação no rendimento permitiu incluir, pelo consumo parcela importante da sociedade, derivada dos movimentos positivos das ocupações e dos rendimentos dos trabalhadores de salário de base (POCHMANN, 2014, p. 139).

Outro elemento a ser enfatizado é a formalização destas ocupações, seja pela carteira de trabalho assinada, seja por programas de fomento à expansão de pequenas e microempresas – destaque para o programa de micro empreendedor individual (MEI). Concordando com Kerstenetzky (2010), a inclusão de uma massa de indivíduos no mercado de trabalho é uma das formas mais eficientes para romper com o ciclo histórico de reprodução de pobreza e desigualdade, principalmente pela possibilidade de expandir direitos e serviços sociais. No caso brasileiro, a formalização, mesmo sendo de ocupações precarizadas, passa a dar acesso, em algum nível, mesmo que ainda restrito, à previdência social e aos programas de assistência social.

Substituindo o trabalho regular, o emprego precário sob a forma de cooperativas de trabalho, contratos de prestação de serviços via pessoa jurídica (PJs) e terceirizações tornou-se parte indispensável do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado (BRAGA, 2012, n.p).

Diante desses elementos aportados por Braga e Pochmann é possível afirmar que essa massa de trabalhadores/as passou a ocupar o espaço intermediário na pirâmide socioeconômica, especialmente a partir de 2008/10. Como apresentado por Neri (2011) esta parcela corresponde à metade da população brasileira, de fato possibilitando uma outra medianização, só que agora precarizada e de forte consumo. **A estratégia de desenvolvimento dos governos Lula, então, possibilitou a formação de uma nova medianização da estrutura de classes no Brasil.** Contudo, até o momento trouxemos apenas os aspectos históricos e político-econômicos relacionados ao social sobre essa “nova” fração da classe trabalhadora. Trago, então, Souza (2012) que chama a atenção para a necessidade de compreender a gênese sociocultural da nova classe, visto que apontar os rendimentos, as ocupações e o consumo destas não nos apresenta elementos suficientes para compreender a distinção desta em relação à classe média.

Destaque para a riqueza imaterial transmitida entre gerações, aqui temos o capital cultural que modula os estilos de vida, os gostos e as condutas no mundo prático. Nesse sentido, podemos apontar um outro trabalho, em que Ribeiro (2014) identifica que as mudanças na estrutura de classes não geraram ou pouco produziram alterações nas barreiras de mobilidade intergeracional - que verifica a passagem da classe de origem (pai/mãe) para a classe destino (filhos/as). O estudo se baseia no esquema analítico de Goldthorpe e divide a estrutura de classes em sete estratos:

(...) chego à definição de sete classes sociais: I+II, profissionais e administradores; IIIa+b, Trabalhadores não-manuais de rotina; IVa+b, pequenos proprietários com e sem empregados; V+VI, técnicos, supervisores e trabalhadores manuais qualificados; VIIa, trabalhadores manuais não-qualificados; IVc, pequenos proprietários rurais; e VIIb, trabalhadores rurais (para a análise dos dados das mulheres agrego estas duas últimas classes) (RIBEIRO, 2014, p. 186).

O autor conclui, então, que **a mobilidade social** nas classes mais altas⁷⁵ **permanece sendo escassa**. O alto nível educacional e o status ocupacional são fatores determinantes para uma distribuição de classe bastante distinta entre aqueles que ocupam o topo da pirâmide e as classes no estrato intermediário para baixo.

⁷⁵ É importante destacar que sobre as classes altas, Ribeiro está a considerar tanto os mais ricos como as classe média.

A forma mais eficiente de transpor as barreiras de classe é adquirir mais escolaridade, embora filhos de profissionais e administradores (I+II) permaneçam tendo vantagens, ou seja, as barreiras à mobilidade intergeracional continuam presentes mesmo quando se leva em conta a escolaridade dos indivíduos.

Em termos das chances de mobilidade e da distribuição de ativos educacionais e financeiros, não faz muito sentido juntar profissionais e administradores (I+II) com as classes no meio da distribuição para definir as classes médias. Ou melhor, há muita diferenciação dentro das classes médias quando juntamos a classe I+II com as imediatamente abaixo (RIBEIRO, 2014, p. 212-213).

O abismo classista apontado por Ribeiro, demonstra como o capital cultural associado ao econômico são elementos concomitantes na construção de uma dominação simbólica. A classe trabalhadora ou precariado, denominada por Souza (2012) de os Batalhadores, teve o seu acesso ao conhecimento técnico ou escolar de forma reduzida, não fornecendo condições materiais e nem subjetivas para a competição no mercado de trabalho. Os valores morais desta nova classe são oriundos/pertencentes às camadas populares, cuja justificação capitalista inserida no esforço, no mérito e na capacidade criativa, afirma que a recompensa está por vir. Em outras palavras, não se reconhece as formas de exploração/opressão/violência as quais mantêm as distinções de classe, repousando as forças de uma baixa mobilidade social em decorrência da capacidade individual de cada sujeito.

Nesse sentido, os Batalhadores, ao ascenderem na estrutura de classes, alçados a essa posição intermediária, vão buscar se afastar dos estratos mais pobres e almejar as situações de classe encontradas acima deles, especialmente a **real classe média**:

(...) a noção de “classe média” foi introduzida por aqui tardiamente, de fora para dentro. Importada do chamado “mundo desenvolvido” – Estados Unidos e, principalmente, Europa – nas primeiras décadas do século XX, e incorporada pelas camadas médio-superiores urbanas, que buscavam uma identidade social em meio às grandes transformações pelas quais o país passava, a concepção de “classe média” presente no Brasil se traduziria em uma imagem idealizada da classe média do “mundo desenvolvido”, à qual somente as camadas mais abastadas da população brasileira poderiam corresponder (SALATA, 2015, p. 116).

A real ou tradicional classe média no Brasil está estabelecida bem anteriormente, ainda no primeiro processo de medianização, chamada por Pochmann de deformada. Caracterizada por uma vida social mais estabilizada a médio e longo prazo (SINGER, 2018), visto que o

acesso às condições materiais, assim como o status ocupacional, estão inseridos na parte de cima da estratificação social brasileira. Mais uma vez, a justificação e a “gênese” capitalista a partir do esforço e do mérito individual trata de representá-los como vitoriosos cuja recompensa foi alcançada. Todavia, o que de fato ocorre é a promoção do esquecimento de que o privilégio emerge da distinção social e da violência simbólica promovida por ele, enfatizando apenas os aspectos da ascensão social. Isso junta-se ao que Souza (2012, p. 50) vem a denominar de “capital familiar”, ou seja, com baixos capitais econômicos e culturais, o que resta à massa de batalhadores é a transmissão dos valores morais da justificação capitalista que são transmitidos pelas famílias populares como o esforço, a inventividade, a alegria mesmo em condições bastante adversas.

Outro elemento em Souza é uma ‘ética do trabalho’, implícita nesse capital familiar, mas que os diferencia de uma ‘ética do estudo’ das classes médias tradicionais – aqui, o esforço necessário é a dedicação aos estudos, e não ao trabalho. Os batalhadores/preariado são reconhecidos, então, como membros úteis da sociedade, especialmente pelo esforço, sendo identificados, ultimamente, como empreendedores/as. A justificação capitalista veste essa classe intermediária e precarizada de que a recompensa desse esforço é dada pelo acesso a um consumo massificado de bens duráveis e não duráveis assim como as formas de crédito e o consequente endividamento familiar, especialmente através das linhas de crédito.

Em outro trabalho, realizado por Salata (2015), o autor trata de tentar identificar uma identidade de classe a partir da reivindicação de pertencimento e reconhecimento do próprio indivíduo. A pesquisa se dividiu em dois momentos: i) um primeiro sobre como os sujeitos se identificavam em termos de pertencimento de classe e as suas características sociodemográficas; ii) e um segundo em que estes mesmos indivíduos eram questionados sobre os aspectos que caracterizavam a classe média.

No “*survey* sobre a classe média brasileira”, pediu-se aos entrevistados que declarassem em que medida (“essencial”, “muito importante”, “mais ou menos importante”, ou “nada importante”) eles acreditavam que, para fazer parte da classe média, seria importante possuir os seguintes atributos: ter nível superior de escolaridade; ter uma ocupação de prestígio; possuir rendimentos altos; ter casa própria; ser dono do próprio negócio; ter acesso a lazer e diversão; possuir um padrão de vida estável; e ter acesso a escolas/universidades privadas (SALATA, 2015, p. 129-130).

Podemos verificar que todas as características mencionadas são altamente valorizadas. Aquela que apresentou a menor porcentagem de respostas positivas foi

“possuir seu próprio negócio”, com aproximadamente 70% dos entrevistados afirmando ser este um fator “essencial” ou “muito importante” para ser da classe média. Por outro lado, “possuir um padrão de vida estável” foi a característica mais valorizada, com quase 95% de respostas positivas. Ela é, então, seguida por “casa própria”, “acesso a lazer e diversão”, “renda alta”, “acesso a educação particular” e, finalmente, “negócio próprio” (SALATA, 2015, p. 130).

Os resultados da pesquisa empreendida acima possibilitam confirmar os perfis distintos da classe média, baseada em uma vida social estabilizada e de forte prestígio social, para a classe intermediária, que busca pelo esforço da ocupação precária condições melhores de bem-estar social. Além disso, observa-se que essa massa de batalhadores reconhece seu local de classe e identifica como modelo ideal de comportamento a recompensa do esforço, enquanto elemento característico da real classe média.

Porém, a formação dessa nova classe trabalhadora começava a apresentar limites, principalmente no período que compreende entre a crise de 2008 e o primeiro governo de Dilma Rousseff. A estratégia desenvolvimentista que vinha sendo construída não conseguiu avançar mais significativamente no período Dilma. O estrato intermediário que se torna base do lulismo⁷⁶, passa a sentir o impacto do não crescimento econômico, da baixa valorização do salário mínimo, assim como das altas dos juros, incidindo tanto sobre o crédito, quanto sobre o consumo.

Concordamos com Braga (2012), Singer (2018) e Souza (2012), de que ao desvincular essa massa de trabalhadores das classes populares, identificando-os como classe média, promoveu-se, em certa medida, uma despolitização desse grupo. Ao olhar para o andar de cima, a ascensão social necessitaria continuar em crescimento, mas o abismo era/é bastante profundo, gerações são necessárias para a mudança da estrutura de classes. **Podemos afirmar então que não houve alterações profundas na estrutura de classes no Brasil, o que se verifica é um processo de medianização precarizada**, baseado em ocupações precárias e acesso a serviços e bens pelo consumo, que apenas se sustenta com um crescimento econômico forte e sustentado. Destaco também uma **mobilidade social restrita** que com a estagnação da economia, a gradual volta do desemprego e uma forte perda no poder de consumo, foram elementos que promoveram um descontentamento desse estrato social. Outro elemento a ser destacado é o fato

⁷⁶ Lulismo consiste na consolidação de uma base de apoio popular a Lula que extrapola e se descola do apoio ao projeto político do PT.

da justificação capitalista, do mérito e do esforço próprio, serem uma narrativa mais consolidada e fortalecida do que a presença de um Estado ativo na proteção social.

Em junho de 2013, ficou claro o conflito entre escolaridade e uma inserção profissional precária(...). O alto preço da educação e saúde privadas, assim como as deficiências do serviço público, estimularam protestos contra a tarifa de ônibus, mas também contra a corrupção e os gastos para a Copa do Mundo. O aumento da escolarização via Prouni e expansão do Fies podem ter tido um efeito bumerangue sobre o lulismo, pois ao mesmo tempo que causaram satisfação, foram veículos de frustração por não propiciar colocação compatível com o nível educacional (SINGER, 2018, p. 101).

O apoio dessa classe intermediária e precarizada foi fundamental para a reeleição de Dilma a um segundo mandato em 2014. Contudo, ao iniciar promovendo um ajuste fiscal e se aproximando de uma agenda neoliberal, a massa de trabalhadores fragmenta-se e implode parte da base de apoio lulista (SINGER, 2018).

Nesse sentido, não podemos afirmar que há uma “nova classe média”, apesar de reconhecer um segundo processo de medianização da sociedade. Porém, essa massa de batalhadores/as ganha contornos de um estrato intermediário sem os aspectos que caracterizam a classe média historicamente constituída, dada a precariedade das condições materiais que são alcançadas. A classe média assalariada brasileira, consolidada a partir do nacional-desenvolvimentismo, é uma pequena parcela que ainda mantém certos privilégios. Abaixo dela encontra-se uma fração de classe precariada, de batalhadores, “de novos” trabalhadores, que sempre esteve presente em nossa sociedade, porém inseridos na imensa maioria de uma massa popular e empobrecida.

5.3. As classes sociais no tensionamento colonialidade/decolonialidade

A segunda experiência desenvolvimentista no Brasil teve como elemento central do projeto político o crescimento econômico articulado com inclusão social. Como expressão máxima desse horizonte temos as transformações na estrutura de classes no Brasil. Se por um lado, não podemos afirmar o surgimento de uma nova classe média, por outro, é necessário dizer que se promoveu uma **medianização precarizada na pirâmide socioeconômica brasileira**.

A verificação da tensão colonialidade/decolonialidade se dá pelos marcadores sociais referentes ao desenvolvimento – esquematizados nos **quadros 3 e 4** -, dando continuidade à análise feita no subtópico 4.3 em que se verificou a relação entre as estratégias desenvolvimentistas e esses marcadores. Agora, tratamos de aprofundar o debate iniciado ali atrás, trazendo essa outra medianização, precarizada, da estrutura de classes sociais do Brasil recente. O intuito é relacionar o modelo desenvolvimentista recente brasileiro e a manutenção de uma estrutura de classes medianizada, agora de forma precária, ambos inseridos num tensionamento colonialidade/decolonialidade.

A afirmação de possíveis mudanças na estrutura de classes sociais no Brasil recente, apoiada pela tese de Neri (2011) de que seríamos um país de classe média, torna-se uma análise apressada e reduzida, visto que não considera uma definição ampliada de classe para além da renda. Por isso a necessidade de refletir juntamente com os marcadores da tensão colonialidade/decolonialidade, demonstrando as tensionamentos de um modelo de desenvolvimento que não pretende romper com as amarras do capitalismo/da dominação financeira, mas não concorda com a abissal situação de desigualdade e pobreza.

O **mercado** é definido **pela colonialidade do poder como um campo autônomo da vida social**. Verificamos aqui que esse espaço, expresso através das ocupações e do poder de consumo dos sujeitos, foi a via de inserção social que possibilitou muitos/as brasileiros/as a sair da situação de miséria e pobreza, modificando, em certo grau, o quadro de oportunidades de forma a buscar a melhoria do bem-estar social dentro da dominação financeira. O aumento dos rendimentos acima da inflação, a formalização no mercado de trabalho, o fortalecimento de redes de contatos para o trabalho informal (BRAGA, 2012) – como complementar à formalização -, o acesso a bens e serviços, especialmente às tecnologias, oportunizaram que grupos marginalizados que se encontravam em uma zona de pobreza conseguissem alcançar melhores condições materiais de vida. Diante desses elementos podemos afirmar que a medianização precarizada apenas foi possível com a visão de um **mercado como um campo de relações e práticas sociais voltado para a troca de bens e serviços**, estando associado à vida social e aos demais campos – seja política, cultural, moral.

É necessário ressaltar ainda aqueles que saíram da extrema pobreza, especialmente com o PBF, que através do mercado dinamizou municípios de economias paupérrimas, possibilitou às chefes de família a aproximação à condição de cidadania, trouxeram a alimentação para as mesas de muitas famílias. Assim, temos uma redução tanto da miséria como da pobreza, mas ainda insuficiente para modificar a estrutura de classes que o Brasil está assentado.

Em outras palavras, o lulismo por vezes considera que foi muito mais longe na redução da pobreza do que realmente o fez. Isso não significa que a redução da pobreza tenha sido pequena. Foi expressiva, mas não a ponto de tornar o contingente de pobres residual ou próximo disso, uma vez que os antigos miseráveis ocuparam esse lugar (SINGER, 2018, p. 84-85).

Tal afirmação é necessária pelo fato de a pobreza ainda ser mensurada a partir de rendimentos – como é o caso de Neri – e não a partir de uma perspectiva multidimensional, ou seja, considerar fatores como saúde, educação, acesso, infraestrutura, habitação, meio ambiente e outros. E isso se afirma ao focar-se em políticas sociais distributivas centradas nas rendas, não investindo de forma mais contundente em outras políticas, especialmente na melhoria da qualidade dos serviços públicos que possam ampliar a desmercadorização, principalmente dos grupos subalternizados.

A medianização da segunda experiência desenvolvimentista brasileira, contudo, **não promove uma desmercadorização da vida social**, visto que o acesso a bens e serviços se faz através de um forte consumo e extenso endividamento - e não uma qualificação dos serviços públicos. Simultaneamente, ao ponto que possibilita uma certa mobilidade social, esta mesma se encontra limitada em decorrência das condições materiais e simbólicas oportunizadas. Dentro de um cenário de crescimento econômico positivo e, principalmente, de um papel ativo do Estado como promotor de desenvolvimento foi possível se verificar uma melhoria nas condições de bem-estar social. Todavia esta desmercadorização, que oportunizou aos diferentes grupos sociais o acesso a bens e serviços restritos à uma pequena parcela da população, baseia-se na precariedade pois, como vimos, está sujeito às variações do capitalismo e as correlações de classe.

Em relação à figura do **sujeito glocal**, o indivíduo imerso nas redes digitais para além das fronteiras nacionais, na **colonialidade do ser este é imputado à racionalidade pura** e suas ações devem ser precedidas pela calculabilidade e previsibilidade. De forma antagônica, **a emancipação social possibilita a este indivíduo se reconhecer enquanto sujeito razoável** que tem suas ações baseadas em motivos e razões advindos das vivências de processos intersubjetivos.

Em relação aos estratos populares e intermediários brasileiros, destaco a formalização de ocupações relacionadas ao setor de serviços – um bom exemplo são as empregadas domésticas e os prestadores de serviço através do MEI. Isso possibilitou o acesso à uma rede

contatos que possibilitava a complementação da renda com outros pequenos trabalhos. Aqui se oportunizava para muitos o início de micro e pequenos empreendimentos que melhoravam a renda e a condição de vida⁷⁷. O empreendedorismo vai se firmar como um discurso de esforço, criatividade e autonomia fundamental para um capitalismo que se fortalece numa sociedade de serviços.

Outro importante fator está no acesso às tecnologias, especialmente com a entrada de produtos asiáticos, especialmente chineses, massificando o acesso a esses bens. Insere o/a brasileiro/a nas redes sociais e virtuais possibilitando o acesso à informação e ao conhecimento. Representou a possibilidade de se expressar, criar relações, novos empreendimentos e adquirir um capital cultural mais democrático.

Todavia, essa **emancipação social se dá de forma condicionada**, especialmente, pelo vínculo maior à renda. A perspectiva de melhoria das condições materiais está atrelada ao consumo e a possibilidade de aumento dos rendimentos. Em relação às ocupações, estas são subalternizadas, pois estão aprisionadas ao não avanço, seja em carreiras ou nos próprios empreendimentos. Constitui-se aqui um exército de trabalhadores/as manuais, não-qualificados, pequenos administradores, que permanecem atados a uma posição inferiorizada, de baixa ou média remuneração. A dominação financeira limita o crescimento profissional, visto que o campo de lutas é extremamente hierarquizado e aqueles que possuem mais capital econômico e cultural tendem a definir as regras, mantendo as altas posições sociais.

O **saber econômico** tenta escapar da retórica do **economicismo** através da **emergência de outros saberes**, fundamental para romper com o monologismo e a linearidade, e isso apenas é possível através de práticas dialógicas que possibilitem a construção de pensamentos críticos próprios. O modelo desenvolvimentista brasileiro ao propor desenvolvimento associando crescimento econômico com inclusão social dá um importante passo nesse sentido. Todavia, ao não confrontar a pobreza em suas múltiplas dimensões, dando maior centralidade à renda, acaba fragilizando mudanças que em médio prazo podem ser desfeitas.

Aqui podemos pontuar que os estratos intermediários e populares por conta de não haver uma desmercadorização da vida social o acesso a outras experiências e vivências que rompam com o reducionismo econômico se colocam limitado. O “sujeito razoável” encontra-se atado a

⁷⁷ Empregadas domésticas que passaram a fazer encomendas ou até mesmo abrir um pequeno self-service; porteiros que complementavam a renda fazendo pequenos consertos domésticos nos apartamentos (BRAGA, 2012).

mercantilização da vida social. A **pluralidade dialógica** encontra-se limitada a um imaginário ainda fortemente colonizado pelo econômico.

A medianização precarizada da sociedade brasileira teve a renda como principal ferramenta para a mobilidade social, mas é preciso observar outros fatores: a expansão das universidades públicas e a interiorização destas; o fortalecimento da descentralização do SUS através das Unidades básicas de Saúde; o subsídio nas contas de energia; as ações afirmativas, como as cotas raciais; e a expansão de serviços pela rede privada. O crescimento do nível dos rendimentos se dá concomitantemente com o acesso à educação, saúde, transporte, moradia, lazer e cultura – mesmo esses se apresentando, em muitos momentos, a partir do consumo na esfera privada. A limitação se dá no sentido de oferecer serviços de baixos custos e de menor qualidade, assim como os bens – especialmente os tecnológicos. A massificação tardia de um consumo que possibilitou uma melhoria na qualidade de vida, mas de forma precária, condicionada e limitada. Os serviços públicos de qualidade mantêm-se precarizados e as altas taxas de juros incididas sobre o consumo, especialmente no crédito, mantêm uma dominação financeira e a lógica privatista.

O pensamento decolonial possibilita compreender, portanto, a permanência do par privilégio/opressão que não modifica os elementos da estrutura social brasileira. O desenvolvimentismo se baseia em uma forma de desenvolvimento ambivalente. Ao ponto que este modelo heterodoxo procura alinhar inclusão social com crescimento econômico, de forma simultânea, não se propõe a modificar os termos desiguais de um abismo social. Isso decorre especialmente da manutenção de um pacto classista conservador, atando anseios do capital financeiro a demandas das massas trabalhadoras.

Diante dessa análise podemos concluir, como exposto abaixo no **quadro 6**, onde se localiza o modelo heterodoxo brasileiro, ou seja, tensionado entre a colonialidade/decolonialidade. Se o ortodoxismo está fidelizado às formas de colonialidade, **o modelo heterodoxo desenvolvimentista brasileiro não promove uma decolonialidade completa, pois se encontra atado a uma matriz de poder colonial que mantém um enredamento entre as múltiplas relações de dominação e classificação social.** Isso não possibilita promover mudanças profundas na estrutura de classes sociais no Brasil, e muito menos tornar o país uma sociedade de classe média, limitando-se à medianização precarizada de uma massa de trabalhadores e pobres.

QUADRO 6 – O desenvolvimentismo na tensão colonialidade/decolonialidade

COLONIALIDADE	ORTODOXISMO / neoliberalismo	MARCA DORES	HETERODOXISMO BRASILEIRO / desenvolvimentismo	DECOLONIALIDADE
Colonialidade do poder	Livre-Mercado	<i>Mercado</i>	Desmercadorização ausente	Desmercadorização
Colonialidade do ser	Bem-estar individualizado	<i>Sujeito glocal</i>	Emancipação Social Condicionada	Emancipação Social
Colonialidade do saber	Economicismo	<i>Saber econômico</i>	Pluralidade dialógica limitada	Pluralidade dialógica

Fonte: Elaboração própria

5.4. Formação e fratura do Lulismo

A segunda experiência desenvolvimentista brasileira, especialmente pelas PSEOs, não promoveu alterações profundas na estrutura de classes no país. Isso levou a um segundo processo de medianização da sociedade, sendo essa de forma precarizada. A formação de uma massa de trabalhadores, de ocupações precárias, passando a ter acesso tardio ao consumo de serviços e bens que, por sua vez, promovem uma qualificação mínima da vida social.

Singer (2009) vai identificar que a melhoria das condições materiais proporcionadas pela segunda experiência desenvolvimentista expõe a fratura da sociedade brasileira que possuía/possui uma abissal desigualdade entre as classes privilegiadas e aquelas populares. A base de trabalhadores precarizados juntamente com aqueles que saíram da extrema pobreza formariam o grupo de apoio e sustentação popular ao projeto petista. Nesse sentido, Singer identifica no lulismo, um fenômeno eleitoral-político, que descola a imagem dessas políticas do PT e credencia ao ex-presidente Lula, acrescido do carisma e da habilidade política dele. O desenvolvimentismo recente brasileiro apenas é possível ser compreendido em sua totalidade se refletirmos sobre este acontecimento.

A formação do lulismo apenas é possível ser compreendida retornando à primeira medianização no Brasil, ocorrida na primeira experiência desenvolvimentista. Juntamente com

a industrialização tardia, aqui se consolidou uma classe média assalariada detentora de um padrão de consumo relativamente alto e de privilégios sociais – empregada doméstica, carro, moradia própria. Formava-se também uma classe trabalhadora precarizada⁷⁸, de estilo fordista e do chão da fábrica, tutelada pelo Estado, este responsável por leis trabalhistas e a proteção social. A regulação de populista à autoritária – devido à ditadura civil-militar - absorveu temporariamente os conflitos classistas (BRAGA, 2012).

O novo sindicalismo, oriundo das greves dos anos 1980, transformou-se em um poderoso sujeito político que vai ser atuante no processo de redemocratização. Posteriormente, ao se organizar como partido político e formar um núcleo de dirigentes, teria uma importante atuação no congresso nacional no debate contra o neoliberalismo. A ascensão deste núcleo político, vindo da base da pirâmide, ao poder central permitiu a implementação e consolidação de um modelo de desenvolvimento heterodoxo que articulava crescimento econômico e inclusão social.

O lulismo se origina desse contexto entendendo que era preciso compreender as novas bases da estrutura social capitalista: a dominação financeira e a precarização do trabalho. Atendendo aos anseios do capitalismo financeiro em um primeiro momento e, posteriormente, com políticas sociais distributivas impulsionando a inclusão social através do mercado – tanto ocupacional como de consumo. Isso gerou uma mobilidade social condicionada, precária e limitada, mas que inseriu as classes populares numa sociedade de serviços e tecnológica, possibilitando condições materiais mínimas a uma massa que até então estava à margem.

Todavia, o lulismo vai ter sua base de apoio popular fraturada, em decorrência das dificuldades de implementar outras estratégias desenvolvimentistas, particularmente no primeiro governo Dilma. Junta-se a isso, a denominação da classe C como uma “nova classe média”, porém esta fração de classe ainda permanecia distante da realidade social da tradicional classe média brasileira, cujas condições materiais permitiam acessar bens e serviços de maior qualidade assim como manter-se numa vida social mais estabilizada (SINGER, 2018).

O estrato intermediário, precarizado e batalhador, diante da impossibilidade de ascender, de limitações do serviço público, e do baixo crescimento econômico – que influenciava diretamente na melhoria dos rendimentos e na capacidade de consumo de serviços – viu-se, a partir da ofensiva burguesa antidesenvolvimentista a Dilma, questionar a interrupção

⁷⁸ O precariado é uma fração de classe que sempre existiu dentro do capitalismo, visto que suas ocupações são as de baixo nível escolar. Todavia, na primeira experiência desenvolvimentista, o precariado não era representado por números populacionais tão altos, estes se encontravam em frações ainda mais baixas (BRAGA, 2012).

da ascensão social. As jornadas de junho de 2013, representaram tanto a classe média tradicional como parte dessa massa de trabalhadores, uma por perder parte dos privilégios sociais e outra por se estagnar e não alcançar de fato a classe média (SINGER, 2018).

A reeleição de Dilma é o último sinal da concordância dos estratos populares em torno do lulismo, tendo tanto a fração de classe intermediária precarizada como a massa de pobres levando a vitória eleitoral. A adoção de um modelo neoliberal no segundo mandato e a construção de uma narrativa de uma corrupção endêmica cometida pelo PT fraturam parte do lulismo, especialmente essa classe C que se vê sem a continuada melhoria das condições materiais, culpabilizando o desenvolvimentismo implementado (SINGER, 2018).

O lulismo pode ser visto como a base de um processo de desenvolvimento ambivalente que gerou transformações sociais sem de fato alterar profundamente a estrutura de classes sociais no Brasil. A medianização precarizada da sociedade brasileira gerou um estrato intermediário protagonizado por uma massa de trabalhadores/as, especialmente no setor de serviços e na indústria de baixo custo. Permitiu o acesso a um consumo de bens e serviços, no qual não estavam inseridos. Mas, dentro do tensionamento colonialidade/decolonialidade, essa mobilidade social estava restrita, condicionada e limitada em decorrência da manutenção dos privilégios sociais das classes abastadas e a preservação dos termos da dominação financeira, de cunho global. A ideia de um desenvolvimento multifacetado se concretiza em parte, por trazer modificações em diversos âmbitos da vida social, mas ainda não é suficiente para transformar as desigualdades entre as classes e a promoção de uma integração social que possibilite uma sociedade mais justa.

6. A MEDIANIZAÇÃO PRECARIZADA: OUTROS ELEMENTOS

A análise promovida desde a segunda experiência desenvolvimentista, passando pelas PSEOs, até o debate acerca das estruturas de classe no Brasil recente, que levaram a um processo de medianização precarizada sem de fato modificá-las, demonstra que os termos sobre desenvolvimento permanecem associados ao capitalismo – especialmente esse dependente, periférico e de colonialidade. **A tensão entre colonialidade/decolonialidade possibilita, todavia, refletir sobre a ambivalência deste tipo de desenvolvimento pautado no desenvolvimentismo.** A melhoria significativa das condições materiais e de bem-estar para uma população que se encontra na pobreza e a redução considerável da miséria são elementos a serem destacados. Todavia esta transformação social, ainda é limitada, visto um modelo de desenvolvimento centrado no eixo crescimento econômico/renda para promover inclusão social. O pensamento decolonial permite, então, identificar outros elementos que estão presentes e são contribuidores para a manutenção de uma estrutura de classes sociais desigual pautado no par privilégio/opressão.

Neste capítulo objetiva-se apontar outros fatores que são centrais para a permanência de uma **integração social fragilizada**, oriundos do tensionamento colonialidade/decolonialidade. Resgatamos, os termos racialização e patriarcado como estruturas, que associadas às classes, são dimensões formadoras da nossa ordem social e contribuintes de uma medianização precarizada. Para isso verificamos de compreender, inicialmente, as origens e os elementos que conformam a concepção de interseccionalidade. Depois, tratamos de apresentar, ainda que brevemente, a trajetória e alguns pontos do debate teórico acerca das relações raciais e de gênero no contexto brasileiro. Assim, construímos elementos importante para conectar a interseccionalidade ao pensamento decolonial, dentro da realidade latino-americana e caribenha, especialmente refletindo as intersecções das diferentes formas de dominação no Brasil. A esta última, apresentamos de forma a corroborar nosso argumento, uma análise quantitativa acerca da população feminina negra e como esta retrata a manutenção das matrizes de dominação e de poder colonial, especialmente entre os grupos sociais das empregadas domésticas e das beneficiárias do PBF.

6.1. A interseccionalidade: a complexificação da medianização precarizada

O estudo feito até aqui verificou que o tipo de desenvolvimento experimentado durante a gestão petista não promoveu mudanças profundas na estrutura de classes brasileira, mas gerou uma medianização precarizada reduzindo a pobreza e, principalmente a extrema pobreza. Porém a permanência de um capitalismo periférico, dependente e colonial mantém formas de desigualdade abissais. A integração social, aqui, se conforma de maneira muito frágil visto a manutenção dos privilégios sociais das classes dominantes, deixando as classes populares ocupando trabalhos em condições precarizadas e com acesso a serviços e bens de menor qualidade.

A primeira experiência desenvolvimentista brasileira entre os anos 1930/60, através da estratégia de desenvolvimento para dentro e um intenso processo de industrialização nacional, possibilitou que novas ocupações fossem geradas, juntamente com um acesso à serviços e bens de alto padrão. Pochmann (2014) chamou esse processo de uma medianização distorcida, visto que se consolidou uma classe média privilegiada e uma massa de trabalhadores assalariados que permaneciam nas camadas pobres. O distanciamento entre as classes altas e médias em relação aquelas populares, pautou-se num abismo forte de concentração de renda, riqueza e acesso ao consumo.

A segunda experiência desenvolvimentista brasileira, alicerçada pelo lulismo entre os anos de 2006-14, fomentou um outro processo que aqui chamamos de uma medianização precarizada. As classes privilegiadas mantêm-se, mas no estrato intermediário emerge uma classe de ocupações e consumo precarizados representativa de mais da metade da população entre 2008 a 2012. Fomentado pelo fortalecimento de uma sociedade de serviços e da indústria de baixa produção, uma massa de trabalhadores passa a ter um rendimento acima da inflação, que possibilita consumir bens e serviços, que antes eram restritos, e agora apresentam-se acessíveis, mesmo de forma precária. Outro elemento que se altera é em relação à extrema pobreza que ao receber o PBF dá acesso a condições materiais “mínima de mínimas”, no combate à fome, à evasão escolar e ao acesso à saúde – ou seja, aos direitos sociais básicos.

Em ambos os processos de medianização, a integração social classista se assenta em bases fragilizadas, por não se promover um rompimento mais profundo com a lógica capitalista dependente, periférica e colonial. Mas não somente isso. Por se pautar também na confrontação de uma única forma de desigualdade, definida a partir do economicismo: as diferenças de classe

combatidas pelo aumento da renda que, por sua vez, seria a ferramenta para através do consumo alcançar uma boa vida (NERI, 2011).

Aqui necessitamos refletir sobre classes sociais e, especialmente, desigualdades a partir da tensão colonialidade/decolonialidade. **O capitalismo periférico, em particular o latino-americano e caribenho, não está retratado somente na desigualdade de classe, mas em um enredamento de múltiplas formas de classificação social.** A primeira e sobre a qual se funda a divisão geopolítica em 1492, entre seres superiores e outros inferiores, é a racialização. Os povos originários na América Latina e Caribe foram dizimados e tiveram, em grande parte, suas culturas e memórias destruídas e/ou ressignificadas por processos de violência física e simbólica. Os povos africanos, escravizados pelo homem/branco/europeu/cristão, foram vendidos e exportados como mercadorias/ferramentas a serem consumidos e utilizados nas lavouras das coloniais, em especial no Brasil. A etnia e a raça, enquanto formas de categorização e hierarquização entre os povos e nações, são elementos constitutivos da formação histórica das sociedades latino-americanas e caribenhas, transformando-se em entraves estruturais a todas as tentativas de promoção da integração social.

Outra forma de desigualdade, tão antiga quanto à étnico-racial, é a de gênero, fundante do patriarcalismo, cujo homem é o centro do universo. O reconhecimento da diversidade de gênero permanece silenciada, sofrendo com a violência, tanto física quanto simbólica, e sendo vista a partir da objetivação do corpo como arena reprodutiva (CONNEL; PEARSE, 2015). Diante disso, há um reforço mútuo entre hierarquizações e capitalismo que estabelecem relações de poder e dominação, indo de encontro com a própria ideia da liberdade individual, princípio basilar do liberalismo.

O enredamento de múltiplas formas de classificação social – étnico-raciais e de gênero, nesse caso – estão presentes no debate latino-americano e caribenho mais recente, articulados pelo pensamento decolonial. Todavia, ao nos depararmos com a discussão das classes sociais no Brasil atual, e especificamente o processo da medianização precarizada, essas outras relações de dominação são apresentadas de forma separada. Mas será que é possível falar em transformação da estrutura de classe brasileira – inserida em um capitalismo dependente, periférico e de colonialidade – sem articular esses três eixos de poder: classe, raça e gênero? Buscamos, assim, verificar como a intersecção desses elementos complexifica os termos para uma não mudança na estrutura de classes no Brasil e contribui para uma medianização precarizada.

A promoção de desenvolvimento necessitaria, dentro da nossa condição geopolítica singular, tratar os diferentes eixos de poder a partir dos seus entrecruzamentos que, por sua vez, amplificam as formas de subalternização de grupos sociais marginalizados. Como exemplo, podemos citar o trabalho doméstico no Brasil (BERNARDINO-COSTA, 2015), que fora regulamentado em 2013, mas ainda é representativo das classes populares, visto que esse serviço é consumido majoritariamente pelas classes altas e médias. O perfil dessas sujeitas são, em geral, mulheres, negras, pobres e de baixa escolaridade – “O trabalho doméstico remunerado (e não remunerado também) é, pois, uma zona de interseção entre classe, gênero, raça e trabalho.” (BRITES; PICANÇO, 2014).

O entrecruzamento é pertencente a um pensamento, que encontra no decolonial um espaço profícuo para a intensificação do debate, que foi denominado de interseccionalidade, apresentado em 1989 por Crenshaw. A autora estadunidense baseia sua análise na intersecção entre gênero e raça para refletir sobre processos discriminatórios que se amplificam ao associar duas formas de dominação e poder. O termo vai ganhar força e se propagar dentro do movimento feminista negro, especialmente nos EUA, recuperando inclusive autoras que já trabalhavam com essa perspectiva, como é caso de Davis (2016) e Hooks (2019).

Segundo Collins (2019), a interseccionalidade trata de refletir a complexidade do entrecruzamento de processos discriminatórios que refletem tanto o caráter sobrepostos dos sistemas de opressão – raça, classe, gênero, sexualidade, idade – quanto organizações específicas de esferas de poder, levando à construção de matrizes de dominação. Nesse sentido, esse último conceito, matrizes de dominação, explora uma realidade pluralizada em que os processos de identificação são diversificados, promovendo a emergência de sujeitos inseridos em diferentes esferas de poder e relações sociais de dominação. Aqui, podemos aproximar a interseccionalidade ao pensamento decolonial, visto que os/as autores/as da rede M/C identificam uma matriz de poder colonial que promove um enredamento de múltiplas formas de dominação – raça, classe, gênero.

O pertencimento, em ambas reflexões, não estaria restrito a uma única matriz, como é o caso errôneo da nação, mas sim à pluralidade de grupos sociais em que imergimos ao longo da nossa biografia. Todavia, as interações que vivenciamos são enredadas por teias de poder, as quais são exercidas e/ou exercemos, de modo a influenciar/ser influenciado nas práticas sociais cotidianas.

O fato novo é que agora já não se coloca mais a opressão ou a exploração racial como objetos centrais de investigação, ou seja, não se trata apenas de associar a interrelação entre a dinâmica do crescimento econômico, a dominação política e a formação nacional. Trata-se de investigar as lógicas da dominação política tal como se exercem nos espaços públicos e privado, no estado e na vida cotidiana, relacionando-se sexualidade, racialização e modos de exploração (GUIMARÃES, 2013, p. 243-244).

A interseccionalidade também traz consigo a característica da diversidade e da pluralidade de identidades, quebrando certos monologismos na definição de termos relacionais como é o caso de classe, raça e gênero. O caráter multidimensional (COLLINS, 2019) permite observar a interrelação entre opressão e privilégios e como estes operam na formação das identidades de formas hierarquizadas dentro do capitalismo. A análise interseccional resiste, portanto, a uma essencialização de todas as categorias ao evidenciar a formação de sistemas de classificação social, caracterizados por categorias sociais e estruturas institucionais, porém que se entrecruzam constantemente ampliando os processos de desigualdade.

A interseccionalidade possibilita articular as múltiplas formas de exploração/opressão/violência exercidas pela colonialidade do poder/saber/ser. A intersecção como ferramenta analítica pode possibilitar, então, compreender elementos invisibilizados, como raça e gênero, que foram atuantes na manutenção de um *status quo* das classes dominantes, assim como na mobilidade social restrita dos estratos intermediários no Brasil. Para trazer elementos iniciais desse debate e apontar algumas inquietações acerca de outros fatores que contribuem para a manutenção de uma integração social fragilizada, recorro a uma breve lembrança sobre as relações raciais e de gênero no Brasil – sem, contudo, ser exaustivo. Isso decorre da necessidade de articular a interseccionalidade às condições bastante específicas que apenas emergem apresentando o contexto sociopolítico brasileiro.

6.2. As relações raciais no Brasil

O debate sobre as relações étnico-raciais no Brasil requer uma ressalva inicial, que aqui tivemos “dois processos de racialização”, iniciados no século XVI: i) o primeiro refere-se aos povos originários que foram vítimas de genocídios, tanto físico como cultural, restando aos mesmos hoje fragmentos da sua história étnica; ii) o segundo é a diáspora forçada das populações africanas, como não-sujeitos, escravizados, verdadeiras ferramentas de trabalho braçal em condições não-humanas. A esse segundo, os elementos étnicos foram

perdidos/eliminados/fragmentados ao tornar estes “peças homogêneas” do trabalho nos campos.

Segundo Guimarães (2016, p. 164), racialização refere-se a um processo de definição da raça por outros, ou seja, raça como característica atribuída:

O primeiro, a que reservarei o termo racialização, é o que transforma um conjunto de indivíduos em um grupo racial subalterno, ou simplesmente em raça, a partir de características físicas hereditárias, reguladas pela reprodução biológica, tomadas arbitrariamente, mas justificadas por uma ideologia relativamente consistente, às vezes em bases consideradas científicas.

O surgimento e desenvolvimento de um pensamento sociopolítico brasileiro se dá de forma concomitante ao debate da racialização, especialmente por este ser invisibilizado pela formação de uma identidade nacional⁷⁹. Portanto, enquanto se refletia acerca da nação, foi-se observando o processo de racialização, formas hierarquizadas produtoras relações de dominação e de classificação social dentro da sociedade brasileira. Apoiando-me em Campos, Lima & Gomes (2018), divido em cinco momentos a construção desse debate: o racismo científico; a democracia racial; o projeto UNESCO⁸⁰; as desigualdades raciais; e as políticas afirmativas.

O **racismo científico**, pautado ainda antes da formação da República, de 1870 a 1930, baseia-se em perspectivas pseudocientíficas que apontavam a miscigenação brasileira como o principal obstáculo à formação de um Estado-nação. O pensamento conservador e autoritário das classes dominantes se embasou em uma definição biológica da raça, identificando o atraso e os problemas sociais na mestiçagem. Tais fundamentos vão emergir a partir das Faculdades de direito – em Pernambuco e São Paulo – e as de medicina – na Bahia e no Rio de Janeiro.

Fazendo uso dos instrumentos que possuíam, esses homens de *sciencia* encontrarão uma convivência extravagante entre discurso liberal e racial. Se o primeiro constará do texto da lei, das falas oficiais, o segundo surgirá nos romances naturalistas, nas teses científicas. De um lado os homens de medicina, que viam na mistura das raças o nosso maior veneno e se responsabilizavam pelo antídoto; de outro, os homens da lei, que apenas teoricamente se afastavam desse debate, pois apesar da defesa formal de um Estado liberal, na prática, temerosos com os efeitos da Grande Guerra e da mestiçagem acelerada, ponderavam " ...sobre a justeza de se agir sobre o perfil de

⁷⁹ Os elementos de universalização e homogeneidade presentes na ideia de nacionalidade escondem as diferenças e gera processos de segregação, em muitos casos, invisibilizados e silenciados (SANTOS, 2008).

⁸⁰ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

nossa população, composta por raças tão desiguais, e talvez pouco preparadas para o exercício da cidadania" (Revista da Faculdade de Direito de Recife, 1919) (SCHWARTZ, 1994, p. 148).

Destaque para Silvio Romero, na faculdade de direito no Recife, defensor de teses deterministas e evolucionistas, apontando para o atraso da sociedade brasileira com raças tão desiguais. Aqui o projeto de nação, idealizado pelas faculdades de direito, passava pela necessidade de um processo de homogeneização das raças, tanto física como moral. A formação do Estado necessitava do sistema de leis, mas a ideia de cidadania e democracia passava a largo de seus debates (SCHWARTZ, 1994). As faculdades de medicina, situadas no mesmo discurso conservador, apontavam para a criminalística e as doenças tropicais.

Em Salvador, Nina Rodrigues foi quem introduziu os conhecimentos da antropologia criminal de Lombroso, apresentando a tese de que a miscigenação representava o retrocesso e a degeneração da população. Aqui, "(...) os exemplos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade passavam a ser utilizados como provas da correção dos modelos darwinistas sociais em sua condenação ao cruzamento, em seu alerta à imperfeição da hereditariedade mista" (SCHWARZ, 1994, p. 145). Enquanto no Rio de Janeiro, a preocupação era voltada para as teses higienistas e como erradicar as doenças tropicais através de uma ampla intervenção pública, o caso mais conhecido é a revolta da vacina (SEVCENKO, 2010).

A Bahia vinha com a antropologia criminal, o Rio de Janeiro com as pesquisas sobre medicina tropical. Enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater doenças, para os profissionais baianos era o doente, a população, que estava em questão (SCHWARZ, 1994, p. 146).

O período da **democracia racial** se constrói na transmutação do termo raça como aspecto biológico para o cultural. Isso é inaugurado no Brasil a partir da obra de Gilberto Freyre (2019), *Casa Grande e Senzala*, mas já estava sendo fomentada no romantismo do século passado e na semana modernista da década de 1920. A mistura das raças não era vista mais como um obstáculo à formação nacional, agora era exaltada como elemento singular da nossa identidade nacional. Seja a figura do indígena, construída pelo modernismo como herói da nação, seja na obra freyriana, em que as raças convivem harmoniosamente, na *Casa Grande*, construindo um *ethos* brasileiro (GUIMARÃES, 2003).

Em uma leitura culturalista, inspirada em Franz Boas (2004) principalmente, apresentava-se a formação de uma identidade nacional a partir da "vivência harmonizada" das

três raças que constituiriam o Brasil. Aqui, Freyre mostra, a partir de Casa Grande e Senzala, as relações antagônicas, mas sem enfatizar as formas de exploração/opressão/violência, aproximando-se de uma perspectiva idílica e invisibilizando situações coloniais.

Pois bem, Gilberto Freyre promove uma verdadeira revolução ideológica no Brasil moderno ao encontrar na velha, colonial e mestiça cultura luso-brasileira nordestina a alma nacional. Ethos esse que logo ganhará, em seus escritos políticos, a partir de 1937, o nome de “democracia social e étnica”, por oposição à democracia política da América do Norte e dos ingleses (GUIMARÃES, 2004, p. 12).

O entusiasmo com esta harmonização racial se completa com a vinda de Donald Pierson ao final dos anos 1930 para fazer um estudo etnográfico na Bahia, a partir das teorias da Escola de Chicago é fundamental, cuja análise revelaria que de fato não havia um conflito de raças no Brasil, mas sim um preconceito de classes em decorrência de sermos uma sociedade multirracial de classes. O autor estadunidense corrobora, então, com as crenças estabelecidas tanto por Freyre, quanto pelos modernistas, da existência de fato de uma democracia racial. O somatório disso incita a implementação do “**projeto UNESCO**” que se trata de um momento entre as décadas de 1940 a 70, em que a UNESCO propõe-se a investir em estudos no Brasil para corroborar a existência de uma democracia racial.

Entretanto, nesses estudos, especialmente no trabalho de Roger Bastide e Florestan Fernandes, Brancos e negros em São Paulo (2013), verifica-se que uma ordem racial permanecia no imaginário brasileiro e, conseqüentemente, marginalizando o/a negro/a na sociedade de classes no Brasil. Utilizando o termo “preconceito de cor”, Fernandes⁸¹ daria continuidade a essas reflexões demonstrando o mito da democracia racial. Os “sujeitos de cor”, na transição da ordem escravista para a ordem social competitiva, não teriam sido integrados e, portanto, mantinha-se a racialização mesmo em uma sociedade “livre”.

Em obra posterior, A integração do negro na sociedade de classes (2008), Fernandes vai aprofundar a sua análise e verificar aqui o dilema racial: o negro vivia numa duplicidade, entre a ilusória sensação de integração à sociedade de classes assumindo os valores, crenças e costumes ou assumir a existência de um preconceito racial. Nesse sentido o autor paulista vai então assumir a existência de um “mito da democracia racial” no Brasil

⁸¹ É importante destacar que nos trabalhos sobre os Tupinambás, anterior aos estudos da UNESCO, Fernandes já tem uma percepção próxima em relação aos povos originários, de que estes também não teriam sido integrados na ordem social competitiva.

Quando o Florestan Fernandes (1965) fala em mito da democracia racial, ele estava querendo dizer o seguinte: essa democracia racial seria apenas um discurso de dominação política, não expressava mais nem um ideal, nem algo que existisse efetivamente, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra; como um discurso de dominação, seria puramente simbólico, sua outra face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros (GUIMARÃES, 2003, p. 102).

Aqui o termo raça deixa de ser considerado pelos determinismos biológicos do racismo científico e culturalistas do pensamento freyriano para se consolidar como um elemento de construção sociocultural que ao ser essencializado promove segregação e classificação social. Isso torna-se ainda mais forte com o surgimento, em 1978, através de ato público nas escadarias do teatro municipal de São Paulo pelo Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que se chamaria posteriormente de Movimento Negro Unificado (MNU). Este passa agora a reivindicar uma maior visibilidade ao problema da discriminação racial, ressaltando principalmente suas ancestralidades. Inicialmente, o MNU enfrenta a dificuldade de mobilizar diferentes sujeitos para os atos de rua, especialmente pela permanência da ideia de democracia racial como ideologia difusa na sociedade e como uma política de Estado (RIOS, 2012). Diante disso o MNU fortalece suas pautas em torno das liberdades civis dos negros e o tratamento igualitário no mercado de trabalho.

O discurso nacionalista, agora, precisa introduzir o elemento racial na construção identitária – “Para o MNU, um negro, para ser cidadão, precisa, antes de tudo, reinventar sua raça (GUIMARÃES, 2003, p. 103)”. Articula-se aqui movimentos políticos de esquerda, o novo sindicalismo e as mobilizações estudantis em torno de ações coletivas antirracistas, especialmente através de protestos de ruas.

A assumpção do termo raça, inaugura a emergência do debate sobre **desigualdades raciais**, que vem se afirmar nos anos de 1970/80, em especial, com a publicação do trabalho de Hasenbalg (1979). Este e outros autores verificam que mesmo com a acelerada urbanização e industrialização brasileira, ainda persistia uma forte segregação entre brancos e negros, tendo os primeiros mais oportunidades do que os segundos. Em outros termos, a discriminação racial não era uma variável dependente da classe, mas sim um elemento que promovia desigualdade e se entrecruzava com as hierarquizações de classe, tornando uma dupla forma de opressão. Raça, como um constructo social, é assumida como um fator de segregação promotor de formas

de classificação social, que associada à classe complexifica ainda mais os sentidos da produção e reprodução de desigualdades no Brasil.

Retornando ao MNU, Rios (2012) destaca outras duas manifestações de rua que se colocaram importantes ao longo do seu fortalecimento, foram elas: i) marchas descentralizadas no centenário de abolição em 1988, com um contexto mais favorável visto as manifestações em torno das diretas já e aqui é importante enfatizar a associação com os sindicatos, dando destaque a relação entre raça e classe; ii) a marcha do tricentenário da morte de Zumbi em 1995, em Brasília, aqui segundo a autora nota-se um crescimento considerável na presença de pessoas e organizações e tem como principal resultado a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de promover políticas públicas de valorização a população negra.

Ao fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 se intensifica o debate sobre adoção das cotas raciais para o ingresso em universidades e concursos públicos, como uma **política de ação afirmativa**. De um lado, existiam as correntes teóricas que traziam a preocupação em relação à desvalorização da mestiçagem (RIBEIRO, 2014), característica basilar da identidade nacional do Brasil, e uma possível essencialização do termo raça, indo de encontro à exaltação de um país multicultural. Por outro, para aqueles que defendiam a implementação da ação afirmativa, o intuito era buscar uma equiparação social progressiva em decorrência de processos de racialização que se mantinham por séculos em nossa sociedade. A desigualdade racial brasileira se apresenta de forma tão intensa que é necessário o uso da política de cotas como forma de promover a inclusão social. Isso fica ainda mais agravado por esta forma de classificação social se entrecruzar com a desigualdade de classe (SILVA, 2006)

É importante ressaltar também, que tanto os estudos sobre as desigualdades raciais como o MNU foram essenciais para a construção e consolidação dessa política pública. Incluindo aqui uma forte crítica às formulações do censo demográfico brasileiro em que a definição de raça está atrelada à gradação de cor. Raça, portanto, ao ser adotada no pensamento social brasileiro, está imbuída como elemento de construção social que constrói preconceitos e discrimina pessoas por características físicas/simbólicas (GUIMARÃES, 2016).

Guimarães, então, nos traz outro conceito que se antagoniza com a racialização, e nas últimas décadas, tem expressado o processo de reconhecimento próprio como afro-brasileiros ou negros/as. Denomina-o de formação racial, cuja ideia é a raça assumida por si, ou seja, reivindicada politicamente:

Formação racial é um conceito que prefiro aplicar para o processo de construção de uma contraidentidade racial positiva, uma prática política contra-hegemônica de formação de coletivos raciais, não apenas de indivíduos. Um processo que rompe as paredes, transcende o corpo, transpõe o gueto, ultrapassa-o rumo à cidade. Como é basilar em nossa disciplina, fenômenos como esse não se constituem por simples agregação de vontades individuais (Durkheim, 1894), mas têm uma realidade própria que se cristaliza em representações e ações coletivas, contingenciadas por estruturas sociais e situações históricas particulares. Este é um processo que envolve agentes, tanto individuais quanto coletivos, e instituições. Ou seja, lideranças, movimentos sociais e aparelhos estatais ou não estatais, assim como os mercados, estão presentes na formação racial (GUIMARÃES, 2016, p. 164).

A partir desse último conceito, é que quero refletir o Brasil recente e o processo de identificação do sujeito negro/a na intersecção desse estrato intermediário e as demais camadas subalternizadas. A formação racial, a partir dos anos 2000⁸², tem possibilitado um aumento da autodeclaração e o reconhecimento de ser negro como identidade política. Isso está relacionado diretamente com as formas de combate ao racismo, inclusive transformando este em crime inafiançável; a valorização da matriz africana, ilustrada na obrigatoriedade do ensino da História da África nas escolas assim como o fortalecimento e valorização da presença de uma cultura afro-brasileira; e as políticas de ação afirmativa, especialmente as cotas raciais (CARNEIRO, 2015).

Essa realidade só foi possível porque o movimento negro brasileiro passou por um processo de institucionalização jamais visto em sua história que, em certa medida, possibilitou a profissionalização e a especialização dos ativistas, bem como a formalização e a burocratização dos coletivos e das entidades. Muitas destas tornaram-se, aos poucos, associações civis formalmente mais complexas, cujo modelo exemplar é o de organização não governamental (Rios, 2009). Ademais, o Governo Federal na administração FHC, e, sobretudo, Lula, absorveu parte significativa dos quadros políticos negros, especialmente na construção da Seppir e das leis e programas nacionais de promoção da igualdade racial (Lima, 2010), sem contar as comissões de controle público, que passaram a ser cada vez mais frequentados pelos ativistas. Tão importante quanto isso foi o ambiente político internacional, que ofereceu incentivos políticos e econômicos para a luta antirracista do país, seja na forma de conferências internacionais, promovidas pela Organização das Nações

⁸² Podemos destacar aqui a realização da Conferência de Durban contra o racismo em 2001 na África do Sul e a importante participação do Brasil como marco inicial de um processo de formação racial.

Unidas (Roland, 2000), seja pelo apoio financeiro de agências financiadoras internacionais, como a Fundação Ford (Telles, 2003) (RIOS, 2012, p. 76).

O resgate da memória do debate racial brasileiro apresenta, como vimos, singularidades que necessitam ser destacadas para assim refletirmos sobre o entrecruzamento/enredamento das formas de dominação e classificação social. Caminhemos para o debate sobre as relações de gênero no Brasil.

6.3. As relações de gênero no Brasil

Em outro quadro, as relações de gênero e sexualidade no Brasil têm a formação de um pensamento acadêmico mais recente, “que começa a se constituir nos anos de 1970, se institucionaliza especialmente a partir dos anos 1990 e presencia um crescimento notável desde o início dos anos de 2000.” (FRANÇA; FACCHINI, 2017, p. 284). Assim, a construção desses saberes no Brasil surge a partir de atuações dos movimentos feministas, ainda nos anos de 1930, e dos movimentos LGBTQi+⁸³, a partir dos anos de 1970. Em relação ao primeiro é possível destacar as três ondas do movimento feminista, porém o debate proposto por estas “ondas” vai muito além do feminismo: i) a **primeira onda feminista**, denominada de forma apressada de sufragistas, ocorre da metade do século XIX até os anos de 1960, envolvendo a busca da emancipação das mulheres de um estatuto civil dependente e subordinado. Esse período se destaca pela procura em romper com a noção biológica do termo sexo e de uma divisão sexual da vida, ou seja, comportamentos e atitudes que eram esperados por homens e por mulheres. O patriarcalismo é a estrutura a ser confrontada, a qual estabelece a figura masculina como chefe, provedora e pertencente à esfera pública; enquanto a mulher está delegada à esfera privada, a função do cuidado e do afeto. Por isso reivindicações como direito ao voto, ao trabalho, aos direitos sociais e o reconhecimento como sujeito jurídico e político. No Brasil, o destaque principal fica por Bertha Lutz (1894-1976), que após ter contato com os movimentos feministas nos EUA fundou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Ainda, em 1936, assumiu o mandato de deputada na Câmara Federal.

⁸³ Esta sigla faz referência aos movimentos sociais que lutam em defesa da igualdade de direitos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans, Queer, Intersexuais e demais.

ii) A **segunda onda feminista**, entre os anos de 1960/70, com destaque para S. Beauvoir (2019), está centrado no movimento pela liberdade feminina, especialmente, nas condições da vida doméstica e pública: a questão da sexualidade, a violência doméstica, as dimensões do cuidado, a inserção no mercado de trabalho de formal, o planejamento reprodutivo/familiar. A autora francesa empreende uma forte crítica a essencialidade da feminilidade que impõe a mulher um *locus* negativo em que está se define a partir/em relação ao homem – a humanidade é masculina, define a pensadora. Beauvoir, então, passa a questionar essa permanente submissão da mulher em relação ao homem em que o mundo vivido por ambos não é partilhado de forma igualitária. As mulheres precisam se verem como sujeitas das suas relações, tratar de se reconhecerem a partir de si mesma, das suas experiências e subjetividades.

Na América Latina e Caribe, com destaque para o Brasil, esse momento articula-se com os movimentos se posicionando contra o regime civil-militar e a favor da redemocratização. Podemos destacar duas obras de grande importância na época: *A mulher na sociedade de classes* de Heleieth Saffioti (1969); e *Ser política em Chile* de Julieta Kirkwood (1986). A primeira, uma autora brasileira, trata de debater a partir do marxismo-feminista o sexo como forma de estratificação social, relacionando com temas sobre trabalho, família e educação. Já a segunda pensadora trata de refletir o papel da mulher como sujeito histórico ativo proponente a mudanças sociais nas relações de opressão.

É importante destacar nesse período que os primeiros debates acadêmicos sobre os estudos de gênero surgem baseado na construção social dessa noção. O feminismo passa adotar diferentes perspectivas, liberal, cultural, marxista, pós-estruturalista, tornando a definição de mulher menos monolítica e essencialista. Aqui, há uma preocupação, fortalecido mais ainda pelos movimentos LGBTQi+, na necessidade de se afirmar uma identidade política – mulher; mulher negra; gay; lésbica - em busca da igualdade de direitos políticos. Se na primeira onda, as mulheres reclamavam maior participação na esfera pública, aqui o movimento feminista soma-se ao homossexual para questionar o local de fala subalternizado e invisibilizado.

O termo gênero surge como forma de questionar acerca da naturalização dos papéis/comportamentos que são esperados por um homem e por uma mulher. Em outras palavras, ao longo da trajetória de cada sujeito se espera dele certos padrões socioculturais que estão relacionados ao ser homem ou ao ser mulher. Aqui o que surge é a matriz sexual ou a dicotomização homem/mulher.

A maioria das discussões sobre gênero na sociedade enfatiza uma dicotomia. Ao começar a partir de uma divisão biológica entre homens e mulheres, define-se gênero como diferenças sociais ou psicológicas que correspondem a essa divisão, sendo construídas sobre ela ou causadas por ela (CONNELL; RAEWYN, 2015, p. 46).

Nesse sentido os primeiros debates tratam de desconstruir ideais imutáveis sobre a concepção de homem e mulher, especialmente às vinculadas a aspectos biológicos. A emergência do termo gênero trata de refletir como os papéis sociais de homem e mulher são construções socioculturais baseados na diferenciação e no reconhecimento das identidades de gênero. E isso apoiado na construção de uma agenda internacional pelas Nações Unidas juntamente com outras entidades da sociedade civil.

Assim, não podemos pensar o ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza. Mas também não podemos pensá-los apenas como uma imposição externa realizada por meio de normas sociais ou da pressão de autoridades. As pessoas constroem a si mesmas como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero – ou respondemos ao lugar que nos é dado -, na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana (CONNELL; RAEWYN, 2015, p. 39).

A **terceira onda feminista**, da década de 1990 até os dias atuais, amplifica o conceito de gênero ao trazer a ideia de transversalidade e pluralidade. Falarmos em diversidade de gênero e sexualidade é afirmar que cada indivíduo passa a se reconhecer em diferentes processos de identificação de gênero, de desejos e de práticas sexuais. O corpo ganha centralidade nesse debate, sendo este colocado como próprio de cada sujeito, cuja crítica se insere nos disciplinamentos engendrados pelas estruturas, discursos e práticas cotidianas.

É por isso que hoje tanto se fala e se exige, ao mesmo tempo, respeito à diversidade e à igualdade. A busca da igualdade não é a busca da identidade única, é a busca da igualdade política de direitos e do respeito à diversidade de estilos de vida, de estilos de sexualidade, de exercícios de opções, enfim, da diversidade de perfis emocionais, estilos e identidades sempre em processo de fluidez e instabilidade.

Hoje o campo acadêmico dos estudos de gênero e sexualidade tornou mais complexa a noção de gênero. Por quê? Porque sobre o gênero agora se tem uma grande certeza: não há consenso nenhum, nem essência nenhuma sobre o que é masculino e o que é feminino. O conceito de gênero complica, pois ele não mais admite dizer o que é o masculino, o que é o feminino, o que é o ser lésbica, o que é o ser gay. Não se define nenhum dos gêneros nem quantos são; os estudos de gênero afirmam que há uma

proliferação de formas de ser e de se construir. Se há um consenso hoje nos estudos de gênero é que não há uma constância da definição do que é masculino, do que é feminino, do que é heterossexual e do que é homossexual. São construções sociais e culturais mutáveis, não determinadas pela fundação biológica ou pelo determinismo cultural, pois vivenciadas por investimentos subjetivos distintos com agencialidades diversas em práticas relacionais inseridas em situações de poder cambiantes (MACHADO, 2014, p. 21-22).

A multiplicidade de saberes relacionadas aos distintos estudos de gênero e sexualidade emergem de maneira mais contundente na aproximação e no fortalecimento do diálogo entre os movimentos sociais e a academia articulados por diferentes redes proponentes das mais diversas estratégias formativas. Isso possibilita, especialmente a partir dos anos 2000 no Brasil, uma multiplicação de grupos de estudos, revistas e congressos contribuindo para um fluxo maior de informações e conhecimentos. Machado (2014, p. 27) nos aponta a diversidade de temáticas relacionadas ao gênero e a sexualidade:

Os estudos de gênero e sexualidade na antropologia das últimas décadas têm enfatizado a prática e os atos no processo relacional, a análise contextual do *self*, da ação pessoal, da agencialidade, da subjetivação³, da corporalidade e da sexualidade, das relações de gênero na divisão do trabalho, dos usos diferenciados do tempo nas relações domésticas segundo as relações de gênero, das relações de poder e dos investimentos subjetivos que se traduzem em sentimentos, emoções e afetos, e a análise das formas institucionais das narrativas de gênero e da sexualidade tal como aparecem nas tendências da mídia.

Nesse sentido, torna-se importante mapear, não de forma exaustiva, as múltiplas dimensões desses estudos. Baseio-me nos trabalhos tanto de França e Facchini (2017) como de Connell e Reace (2015) ao relacionar gênero e sexualidade com as seguintes temáticas: família/afeto; trabalho/produção; violência; e participação política/poder.

A relação entre estudos de gênero e família/afeto tem por base a desconstrução do ideal da família patriarcal – centrada na figura masculina como chefe familiar e provedor – e do núcleo familiar tradicional – baseado na definição de homem e mulher. Nesse sentido, busca-se uma desnaturalização da noção de família, compreendendo-a a partir da sua diversidade de relações. As dimensões do afeto, do cuidado e do trabalho reprodutivo trazem questionamentos e críticas à separação baseada no sexo da esfera privada e pública. Rompe-se, a partir das questões desses dois elementos, a ideia de desestruturação familiar, aproximando o termo

família à concepção de uma rede de relações afetivas (FRANÇA; FACCHINI, 2017). Aqui, a violência no contexto familiar também é observada, especialmente na quebra de entendimento que este problema deve ser resolvido de forma privada. A homoparentalidade ganha destaque, especialmente a partir da adoção de crianças por casais homoafetivos e a maternidade entre mulheres lésbicas (GROSSI, 2003).

Em relação a gênero e trabalho, coloca-se a difícil conciliação entre trabalho e família, visto que ainda permanece um imaginário doméstico, de cuidado do lar, esse vinculado ao gênero feminino. Denominado de economia do cuidado este envolve uma duplicidade: o trabalho remunerado associado ao cuidado e ao ambiente familiar assim como as obrigações domésticas do próprio lar.

(...) com formas não-mercantis, assentadas na obrigação dos papéis e das regras, de afeto e reciprocidade; regras que pesam sobre os ombros das mesmas mulheres. Mulheres que podem contratar provedoras profissionais de cuidado e ingressar no mundo mercantil em ocupações melhor remuneradas, mas que, ainda assim, no cotidiano familiar, seguem tendo sobre seus ombros uma carga desigual de trabalho suplementar de cuidado. Regras que também pesam sobre os ombros de outras mulheres, as que precisam vender no mercado dos serviços de cuidado a sua "natural" habilidade para assegurar o bem-estar do outro dependente (crianças, idosos), mas que também carecem de responder, no recôndito dos seus próprios lares, pelo cuidado dos filhos ou filhas, dos pais, dos irmãos ou irmãs, dos maridos ou companheiros (GUIMARÃES, 2016, p. 640).

Destaque, também, para as diferenças entre o trabalho urbano e o rural, este último ligado a atividades mais artesanais e construindo a formação de cooperativas e ligas. É importante enfatizar um crescente empreendedorismo entre o gênero feminino, como forma de superar a permanência de desigualdades relacionadas a remuneração, a ascensão e ao prestígio no trabalho. Denominados como teto de vidro, barreiras que impedem a progressão profissional em muitas empresas, sendo invisibilizado a questão de gênero e orientação sexual. Incluo também os “pisos pegajosos”, estereótipos, estigmas e formas de violência simbólica e física (GUIMARÃES, 2016). O aumento do trabalho informal e do empreendedorismo feminino demonstra a busca da realização profissional distante dos constrangimentos das desigualdades de gênero e sexual. Isso apresenta, também, a realidade de muitas profissões precárias, sendo em grande maioria preenchidas pelo gênero feminino, especialmente as empregas domésticas e as cuidadoras (NEVES, 2013).

A relação entre o gênero e a violência, especialmente no âmbito doméstico, ganhou um importante avanço em 2006 com a sanção da Lei Maria da Penha, das delegacias de defesa da mulher (DDM) e os Juizados especiais criminais (Jecrim).

(...) a Lei 11.340/2006 trouxe importantes inovações no ordenamento jurídico brasileiro na medida em que criou novas atribuições para as instituições da Polícia e da Justiça, além de comprometer na sua efetiva aplicabilidade outras instituições governamentais que, tradicionalmente, não participavam de ações de prevenção, atenção e enfrentamento da violência de gênero. Dispondo, para tanto, sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres e definindo a necessidade de articulação de uma rede de atendimento e de medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a LMP prescreve a necessidade de uma ação ampla e integrada na prevenção e no combate a essa violência por parte dos diversos níveis de Governo, do Poder Judiciário e de setores organizados da sociedade civil (SARDENBERG; GROSSI, 2015, p. 497).

É ainda importante destacar a entrada em vigor da lei sobre feminicídio em 2015, que se prevê o aumento da pena para quem cometeu homicídio em mulher por ser mulher. Assim como tornar a homofobia crime de racismo. Avanços importantes e significativos, mas que ainda são insuficientes, em vista da permanência de uma sociocultura pautada na classificação social de superioridade/inferioridade.

A última relação é entre gênero e participação política, a qual enfatizamos o fortalecimento dos movimentos sociais, marchas, paradas da diversidade e associações que são extremamente importantes tanto para fazerem emergir os debates até apontados como dialogar com os saberes construídos dentro dos campos acadêmicos. Todavia, a presença da diversidade de gênero na vida política institucional ainda é insuficiente, especialmente em decorrência do ideal de cidadania e da representação serem pautados dentro do liberalismo (BIROLI, 2018). A exclusão feminina se dá de forma dupla: seja por uma exclusão formal – dentro do patriarcado – seja por uma estendida – nas formas subjetivas e simbólicas a designando a um papel inferiorizado e/ou secundarizado (ARAÚJO, 2012).

A perspectiva liberal da política tem como percussor a separação da vida pública da privada, sendo reprodutora do patriarcalismo. As formas patriarcais se modificam e permanecem, especialmente em países de forte colonialidade, ao apresentar uma cidadania baseada em direitos e igualdades. Porém, assim como as relações raciais, o elemento central aqui é o reconhecimento da diferença e da diversidade, fato que vai de encontro a definição

universal e homogênea de ser cidadão e/ou cidadã. A cidadania, portanto, nos marcos clássicos, ainda invisibiliza a pluralidade social e mantém as subjetividades racialistas e patriarcais (MATOS; PARADIS, 2015).

A partir desses diferentes elementos, as esferas sociopolíticas passaram a ser ressignificadas, fortalecendo a busca pela igualdade de direitos e pelo reconhecimento da diversidade. A desvinculação do gênero ao espaço doméstico, mesmas oportunidades de trabalho e remuneração independente da identidade de gênero ou orientação sexual, formas mais efetivas de combate à violência – como é o caso do feminicídio e da homofobia -, maior representação e participação na vida política. Aqui um termo importante para ajudar a ampliar a reflexão acerca dessa ressignificação é arranjos de gêneros.

O gênero, como outras estruturas sociais, é multidimensional. Não diz respeito apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas tudo isso ao mesmo tempo. Padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes entre contextos culturais distintos, há certamente muita variedade entre maneiras de pensá-los, mas ainda é possível pensar (e agir) entre culturas em relação ao gênero. O poder das estruturas na formação da ação individual faz com que o gênero quase sempre pareça não se transformar. No entanto, arranjos de gênero estão sempre mudando, conforme as práticas humanas criam novas situações (...). (CONNELL; RAEWYN, 2015, p.49).

A articulação de arranjos de gênero – e a sua essência diversa – com formação racial – e a ideia do reconhecimento por si – permite-nos novas lentes para uma leitura sociopolítica a partir das possibilidades do giro decolonial. As especificidades latino-americanas e caribenhas, em especial a brasileira, exige que estejamos atentos para a tensão colonialidade/decolonialidade, pois a partir dela é possível observar, de forma simultânea, a inserção cotidiana da dominação financeira assim como experiências sociais emancipatórias.

6.4. O feminismo amefricano e ameríndio no Brasil

Mas como podemos pensar a associação entre arranjos de gênero, formação racial e classes sociais? Para isso é preciso, primeiro, resgatar reflexões de Lélia Gonzalez (2011) que na década de 1980 elabora uma forte reflexão sobre o feminismo latino-americano. A autora em questão vai apontar a existência de um racismo por omissão e/ou disfarçado, construído a partir de uma visão de mundo eurocêntrica e estadunidense. Identificando que o indivíduo

colonizado não é sujeito do seu próprio discurso e “atribuidor” de uma superioridade ao colonizador.

Por tudo isso, o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas (GONZALEZ, 2011, p. 14).

Gonzalez nos aponta as limitações de um olhar que não se destina a ser multidimensional e complexificado em decorrência de uma colonização/colonialidade que mantém estruturas hierárquicas muito bem consolidadas. Por isso a autora trata de recorrer ao resgate da memória latino-americana, algo que busquei fazer ao trazer os elementos tanto da construção social recente sobre classe no Brasil e, de forma mais breve, da formação racial e dos arranjos de gênero. Isso permite identificar especificidades que moldam a nossa vida social. Tecer reflexões sobre as relações de classe, sem considerar outras matrizes de dominação, no caso brasileiro, torna-se inofensivo e promove mudanças sociais limitadas e não duradouras.

Outro termo importante apresentado por Gonzalez é a construção de outros termos que apontem para a diversidade de sujeitos, enaltecendo e reconhecendo as diferenças, de forma inversa aos processos de exploração/opressão/violência das identidades.

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano (GONZALEZ, 2011, p. 17).

A ideia da autora ao construir os termos amefricanas e ameríndias é dar visibilidade às heranças sócio-históricas e culturais da africanidade e dos povos originários, ressaltando o

caráter triplo da nossa desigualdade (PIRES, 2019). O silenciamento que circunscreve processos como o da medianização precária, em que a classe é definida a partir da renda e dos rendimentos, ou das condições materiais necessárias para uma boa vida. A multidimensionalidade das desigualdades brasileiras exige uma leitura complexa da realidade que não prive as diversas relações de poder.

Gonzalez, então, aponta como a relação entre a colonialidade e estruturas de poder com o entrecruzamento/enredamento de múltiplas formas de classificação social – classe, gênero, raça, sexualidade – produz matrizes de dominação ou de poder colonial, dialogando a perspectiva interseccional com à decolonial – mesmo estando anterior a construção dessas duas concepções.

Nesse sentido, pautados por uma crítica contundente da autora que identifica tanto a crítica decolonial como a interseccional, além dos elementos da racialização e do patriarcalismo brasileiro discutidos nesse capítulo, é importante verificar dados que nos ajudam a observar o entrecruzamento/enredamento da colonização e da dominação da nossa vida social no Brasil. Os dados que vamos utilizar são oriundos do projeto Retrato das desigualdades de Gênero e Raça⁸⁴ referentes ao período de 1995 a 2015:

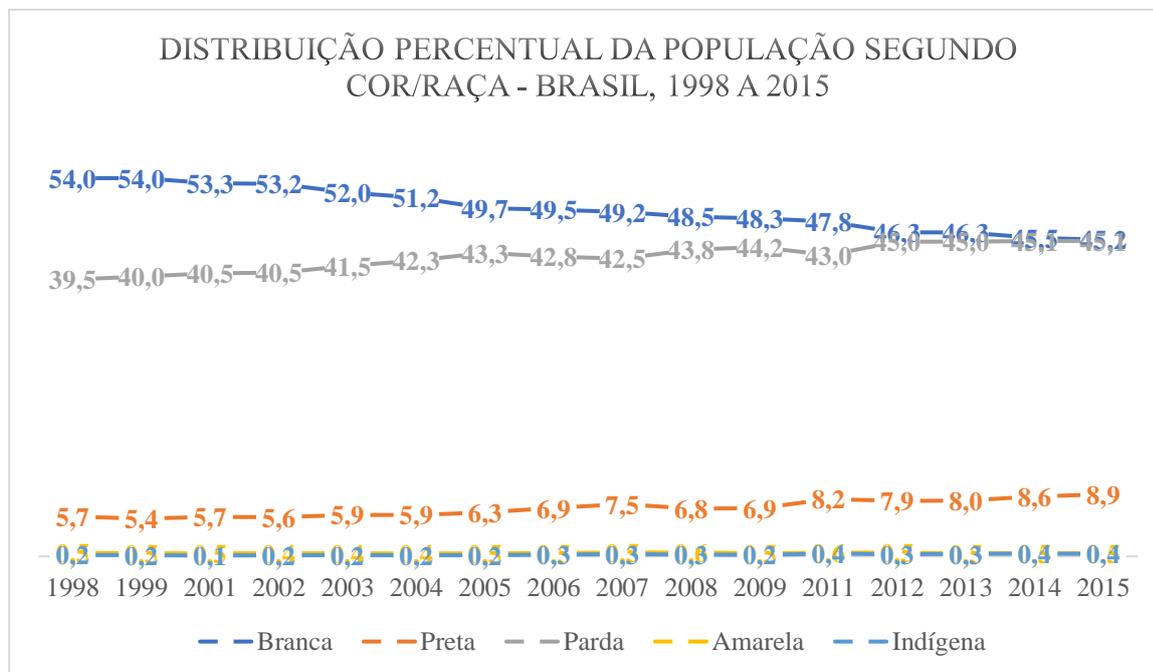
O Retrato das desigualdades de gênero e raça tem por objetivo disponibilizar informações sobre a situação de mulheres, homens, negros e brancos em nosso país. Para tanto, apresenta indicadores oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, sobre diferentes campos da vida social, de forma a disponibilizar para pesquisadores/as, estudantes, ativistas dos movimentos sociais e gestores/as públicos um panorama atual das desigualdades de gênero e de raça no Brasil, bem como de suas interseccionalidades. Os indicadores são apresentados tanto para mulheres e homens, negros e brancos, quanto para mulheres brancas, mulheres negras, homens brancos e homens negros (IPEA/DISOC).

O primeiro dado que destacamos é o crescimento do reconhecimento racial da população, mesmo que ainda majoritariamente se identifiquem-se como parda/o, isso é um reflexo das políticas de formação racial que apontamos ao final do tópico 6.2, como vemos abaixo no **gráfico 1**. Aqui podemos também enfatizar que essa população negra – considerando pardos e pretos – corresponde a mais de 50% do total populacional. Ao observarmos outros

⁸⁴ O projeto nasceu em 2004 e atualmente é resultado de uma parceria entre Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres) e SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania).

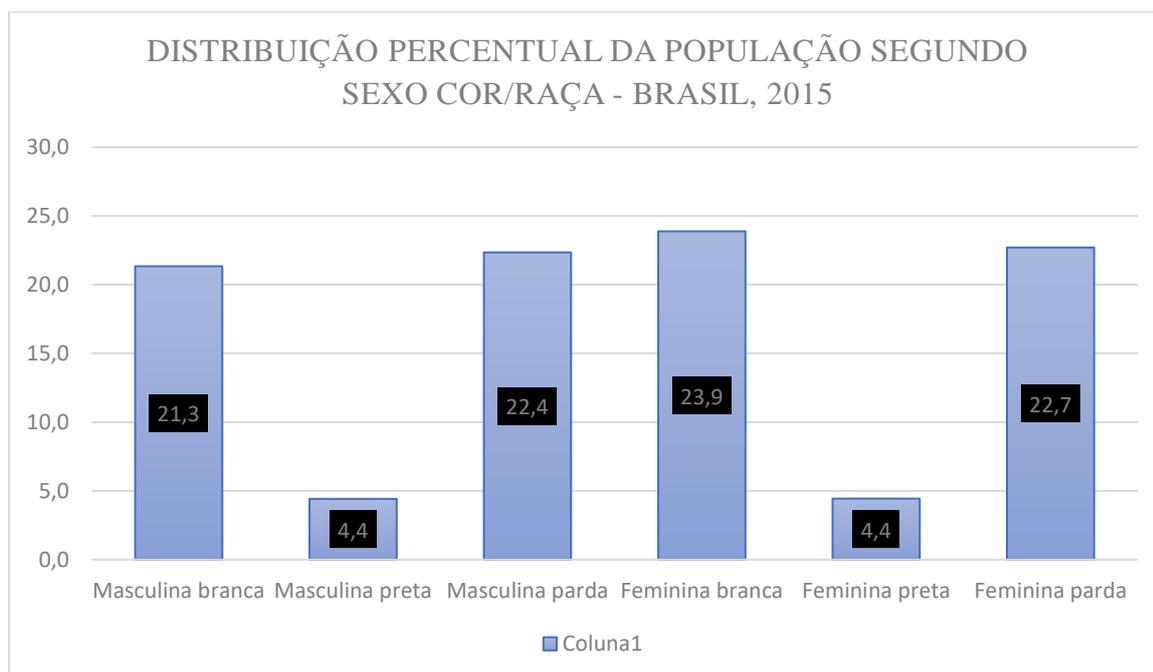
dados, referentes ao percentual segundo o sexo, ou seja, masculino e feminino, é identificado que em 2015 a população feminina correspondia a 51,48% do total, representando também mais da metade. Nesse sentido podemos concluir que a população brasileira em sua maioria é composta tanto de negros/as como do perfil feminino.

GRÁFICO 1



Fonte: IPEA/DISOC *apud* IBGE/PNAD
Elaboração própria

GRÁFICO 2

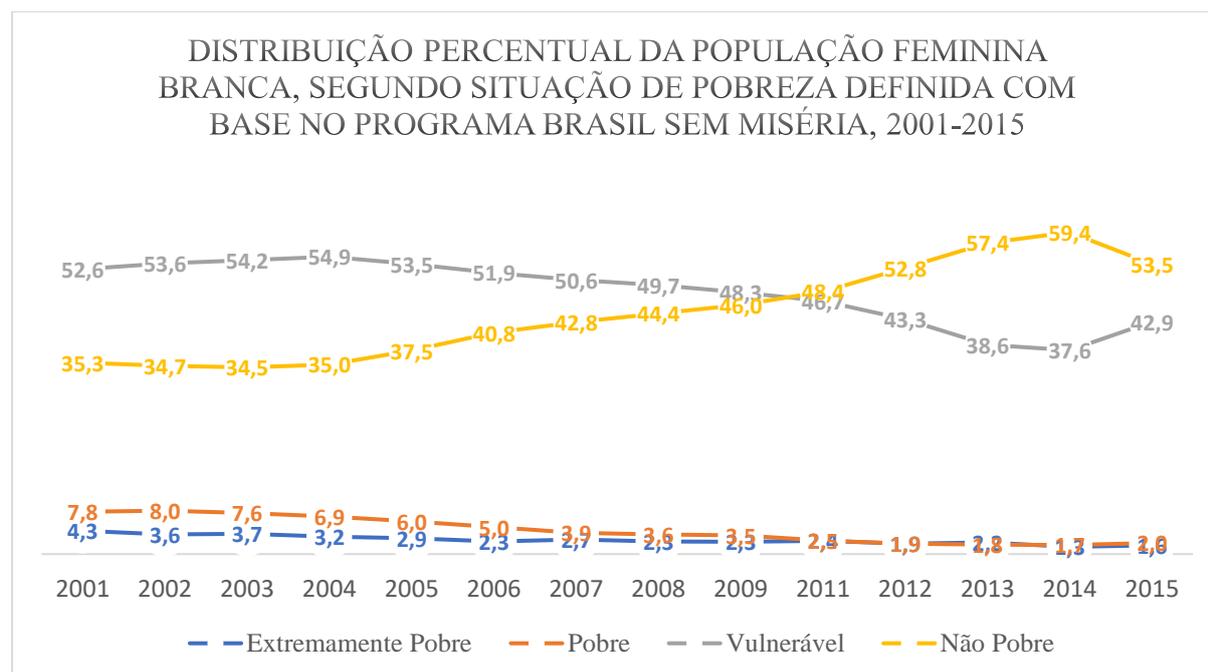


Fonte: IPEA/DISOC *apud* IBGE/PNAD
Elaboração própria

No **gráfico 2** acima, tratamos agora de observar o percentual da população segundo o sexo e cor/raça, simultaneamente, do ano de 2015 no Brasil. Ao somarmos as percentagens da população feminina preta e parda temos um total representativo de mais de um quarto da população brasileira.

O um/quarto da população, representativa do perfil feminino negro – soma do percentual feminino preto e pardo – é de quem vamos tratar de refletir a partir deste momento. Concordo com Silva (2013), ao afirmar que a distribuição de recursos na sociedade é profundamente marcada pela condição de raça e gênero. Para corroborar esta afirmação trato de apresentar o **gráfico 3** e **4** que traça o perfil populacional brasileiro, segundo sexo e cor/raça, baseado no programa Brasil sem Miséria⁸⁵.

GRÁFICO 3



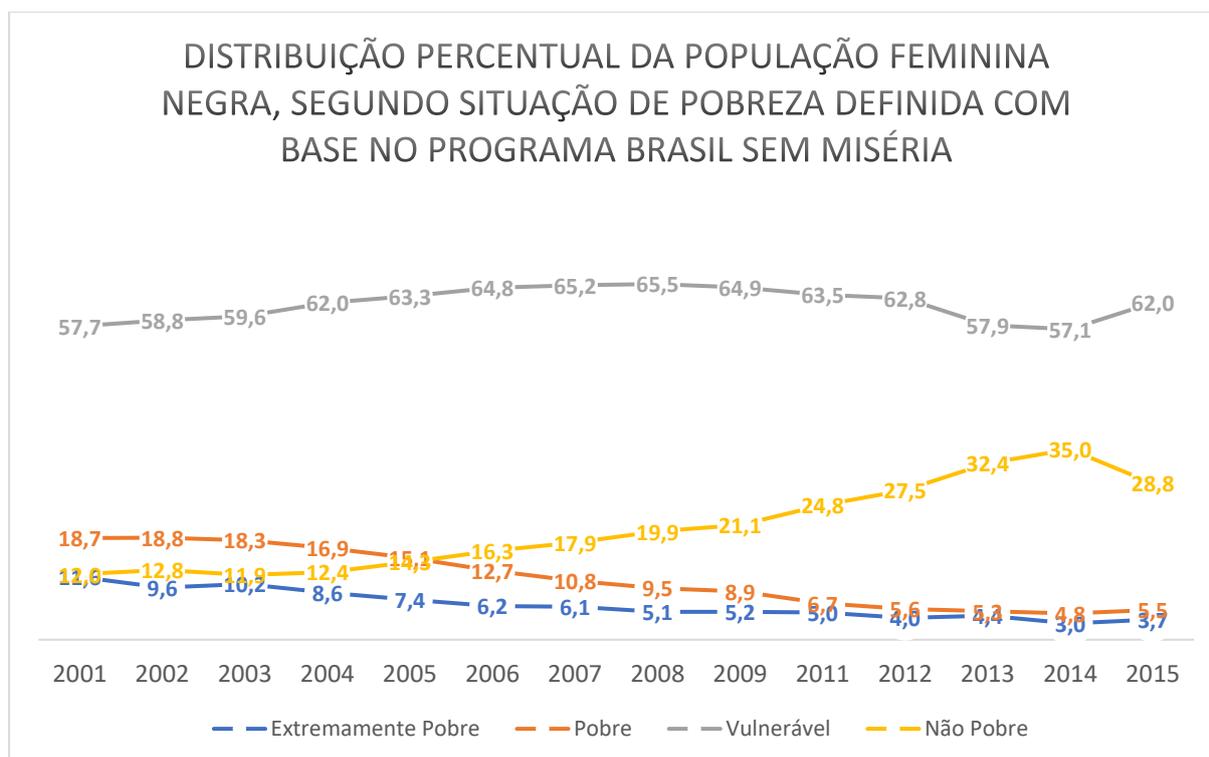
Fonte: IPEA/DISOC *apud* IBGE/PNAD
Elaboração própria

⁸⁵ **Brasil sem Miséria** é um programa social do governo federal brasileiro, criado na gestão da presidente Dilma Rousseff. Lançado em junho de 2011, o programa tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de 70 reais por mês. O Brasil sem Miséria consiste na ampliação do programa anterior de combate à pobreza do Governo Lula (conhecido por Bolsa Família). Para isso, utilizou-se o decreto de número 7.492. **Dividido em quatro faixas:** Extremamente pobres – renda domiciliar per capita de até R\$77; Pobres – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 77 e menor que R\$ 154; Vulneráveis – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 154 e menor que R\$788; Não pobres – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$788 (um salário mínimo de 2015).

No **gráfico 3** temos a distribuição percentual da população feminina branca com base no programa Brasil sem miséria. Podemos observar que essa população tem uma maioria assentada na faixa “não pobre”. Outro elemento é a proporção daquelas que vivem nas faixas “pobre” e “extremamente pobre” que diminuíram ao longo dos anos chegando a números bem ínfimos.

Enquanto no **gráfico 4**, que corresponde ao percentual da população feminina negra com base no Programa Brasil sem miséria, identifica-se que uma maioria bem considerável, girando na casa dos 60%, encontra-se na faixa “vulnerável”. E apesar da faixa “não pobre” apresentar um crescimento considerável entre os anos de 2004 a 2014 – período de implementação das políticas sociais economicamente orientadas (PSEOs) – ainda se encontra abaixo do percentual da população feminina branca dessa mesma faixa. A melhora na faixa “não pobre” é concomitante com a diminuição das faixas “pobre” e “extremamente pobre”, o que reforça a importância tanto do PBF como do SM em uma política social distributiva. Outro elemento a destacar é a sensível mudança, a partir dos anos de 2015, de decréscimo da faixa “não pobre” e aumento da “vulnerável”. Isso reflete a crise do modelo desenvolvimentista associada à mudança de política econômica do governo Dilma, visto a crescente retórica neoliberal se fortalecendo como solução para o retorno ao crescimento econômico.

GRÁFICO 4

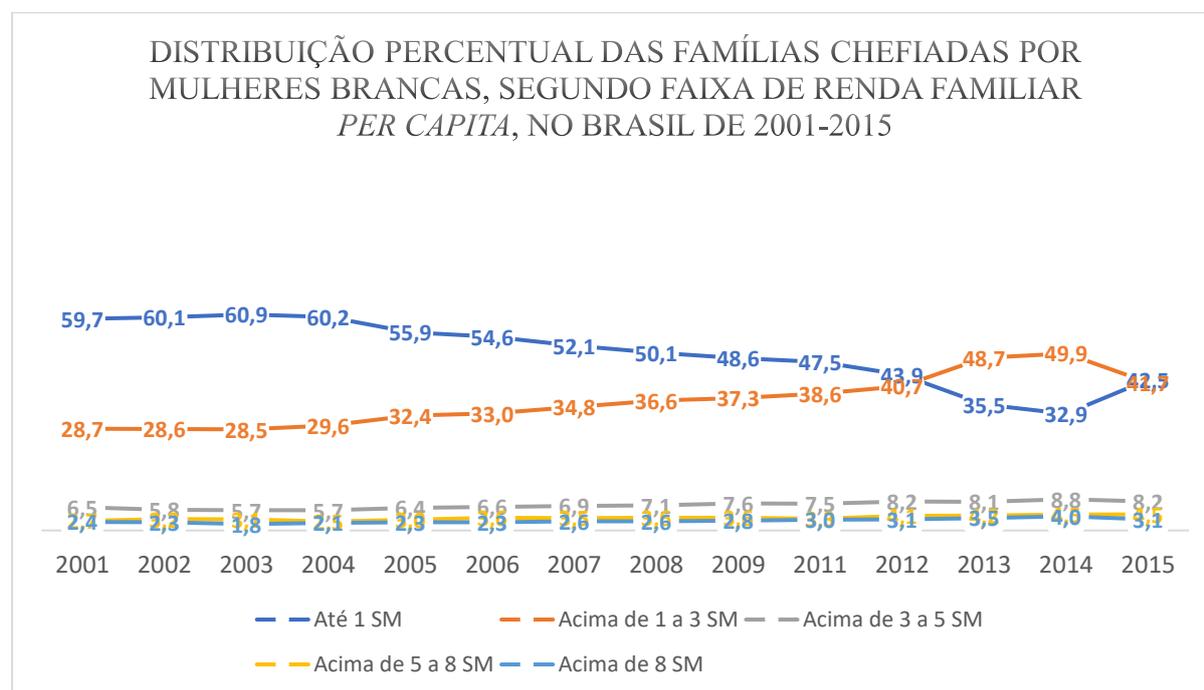


Fonte: IPEA/DISOC *apud* IBGE/PNAD
Elaboração própria

Portanto, podemos afirmar que a população feminina negra brasileira, constituinte de um/quarto da população total em 2015, tem uma maioria que se encontra na faixa de “vulnerabilidade” e apresenta-se em condições bem distintas em relação às faixas “não pobre”, “pobre” e “extremamente” pobre da população feminina branca. Isso demonstra como a condição de subalternização apenas é possível de ser observada verificando os entrecruzamentos/enredamentos das múltiplas formas de classificação social – nesse caso, alinha-se classe, raça e gênero.

Em outro percentual, apresentado nos **gráficos 5 e 6**, podemos verificar a condição das duas populações, a feminina branca como a negra respectivamente, como chefes de famílias segundo a faixa de renda familiar per capita. No **gráfico 5** observamos que a concentração está nas faixas de até “1 SM” e “acima de 1 a 3 SM”.

GRÁFICO 5

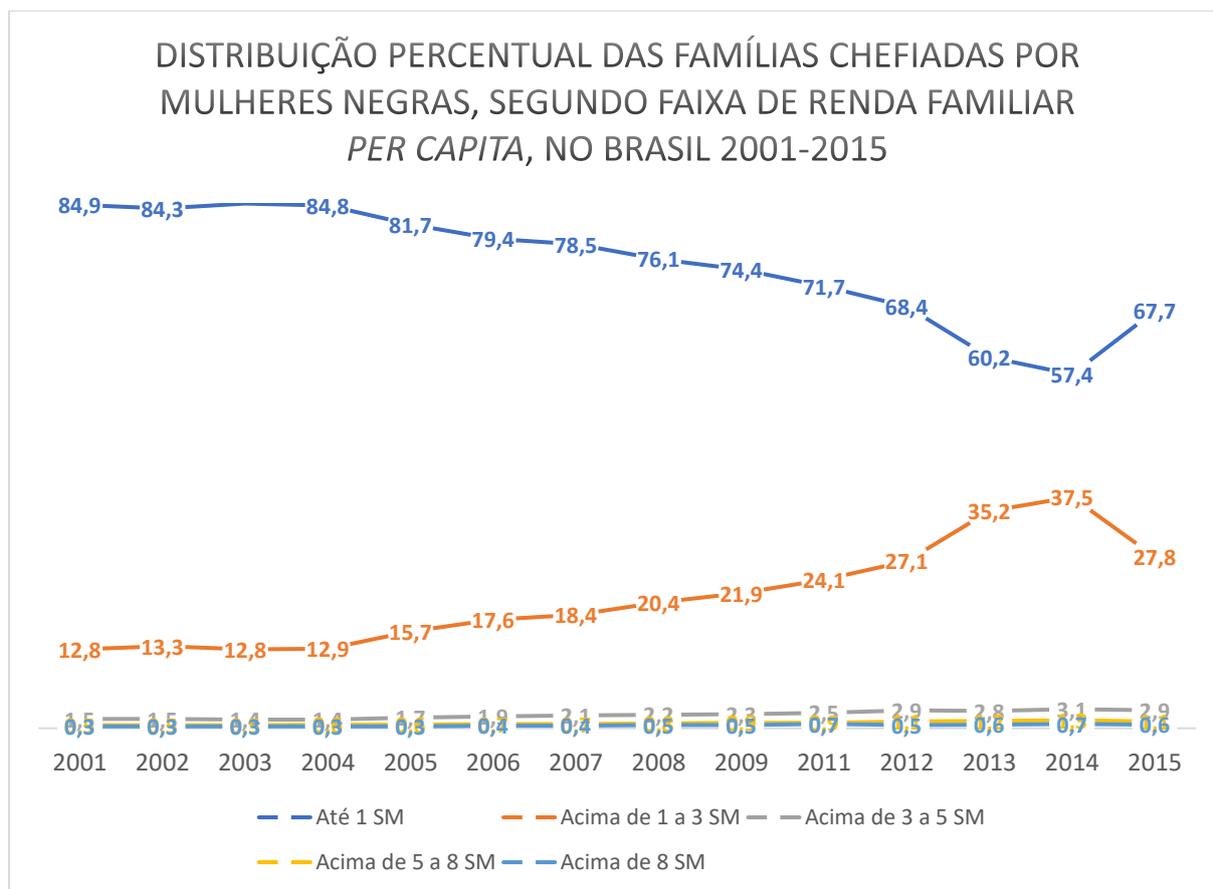


Fonte: IPEA/DISOC *apud* IBGE/PNAD
Elaboração própria

Enquanto no **gráfico 6** a população feminina negra ocupa majoritariamente a faixa de “até 1 SM”, apesar do decréscimo considerável entre os anos de 2004-14 – fato que corrobora com a efetividade das políticas sociais distributivas (PSEOs). Isso foi acompanhado de um

crescimento na faixa de “acima de 1 a 3 SM”, mas pouco se altera nas demais faixas, as quais as famílias chefiadas pela população feminina branca ocupam percentuais mais altos. É importante chamar a atenção para as mudanças nas faixas de “até 1 SM” e de “acima de 1 a 3 SM” no ano de 2015 demonstrando, mais uma vez, a crise do desenvolvimentismo lulista.

GRÁFICO 6



Fonte: IPEA/DISOC *apud* IBGE/PNAD
Elaboração própria

Retomando o **gráfico 4**, juntamente com o **6**, a realidade que nos é descrita corrobora também na afirmação principal dessa tese que **a segunda experiência desenvolvimentista brasileira e suas políticas sociais distributivas possibilitaram uma mobilidade restrita nos estratos intermediários da estrutura de classes, promovendo uma medianização precarizada**. E isso apenas é observável quando consideramos a tensão colonialidade/decolonialidade e verificamos que o entrecruzamento/enredamento das múltiplas formas de dominação complexifica os termos do conflito de classe.

Diante de tais dados coloca-se importante ilustrarmos essa realidade com dois grupos sociais – as trabalhadoras domésticas e as beneficiárias do PBF.

No que tange ao trabalho doméstico, é importante destacar este como uma ocupação desvalorizada socialmente (SALATA, 2016), caracterizada pela sobrecarga de horas trabalhadas assim como serviços excessivos. Além disso, é tratada de forma que não se exige qualificação, mas um “dom” natural do cuidado e do afeto. Aqui os valores tradicionais do patriarcalismo são determinantes para uma forte divisão sexual do trabalho. Nesse sentido a atividade doméstica remunerada alia:

(...) a intersecção de três características de nossa sociedade: i) as heranças escravocratas de um passado muito recente no qual cabia à população negra o lugar da servidão, e às mulheres negras também a servidão no espaço da casa, ainda que não somente; ii) nossa formação enquanto uma sociedade tradicionalmente patriarcal; e iii) a expressiva desigualdade de renda que permite que trabalhadores assalariados contratem e remunerem com seus salários outros trabalhadores (PINHEIRO *et al.*, 2019, p. 8).

Em números referentes ao ano de 2018, o trabalho doméstico representa 14,6% das mulheres ocupadas, sendo o segundo maior grupamento ocupacional desta população. Isso retrata um contingente de 5,7 milhões de mulheres, correspondente a 92% do total desses trabalhadores. Acrescentemos também que 63% destas são negras (PINHEIRO *et al.*, 2019).

O perfil das trabalhadoras domésticas remuneradas indicou que estas são, em sua maioria, negras, de baixa escolaridade, acima de 30 anos, muitas delas chefes de família. Ainda, a ocupação caracteriza-se, no Brasil e no mundo, pelos baixos salários, longas jornadas, graves acidentes de trabalho, alta frequência de assédio moral e sexual, pouca proteção social e frequente descumprimento dos direitos trabalhistas (MARQUES; COSTA, 2013, p. 39).

A partir desse perfil, algumas ponderações se fazem importantes visto a ambivalência e a constante tensão colonialidade/decolonialidade presente no modelo desenvolvimentista. Ao ponto que houve um aumento na média de anos de estudo das trabalhadoras domésticas negras, propiciando a saída de muitas jovens para outros tipos de serviços – como o telemarketing -, o envelhecimento destas é um problema presente. Outro elemento é a aprovação das PEC das

domésticas⁸⁶, cuja regulamentação estabeleceu o piso salarial de um SM e acesso ao sistema de proteção social. Se por um lado contribuiu para um crescimento na formalização, por outro, o número de mensalistas tendeu a um decréscimo e, de forma simultânea, o crescimento da presença de diaristas⁸⁷. Aqui a maior distinção está que as diaristas por não terem a carteira de trabalho assinada possuem um nível de proteção social menor, precisando recorrer a contribuição como autônoma ou MEI. Segundo Pinheiro *et al.* (2019, p. 25) a informalidade, mesmo com a obrigatoriedade da carteira de trabalho assinada e a prestação própria, ainda permanece alta, especialmente nos dados de 2018 sobre a taxa de cobertura previdenciária segundo as regiões.

A proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada foi crescendo paulatinamente com o passar dos anos até que, em 2013, ultrapassou pela primeira vez o patamar dos 30%. (...) Em 2018, voltamos novamente a patamares inferiores aos 30% e apenas 28,6% das trabalhadoras domésticas estavam protegidas socialmente desta forma.

A permanência de uma economia do cuidado, denotando ao gênero feminino o campo doméstico e do afeto, é outro fator que reforça o caráter da jornada dupla, ou seja, o cuidado doméstico tanto remunerado (jornada produtiva) como aquele não-remunerado (jornada reprodutiva).

Somando-se as jornadas de trabalho pago às de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, observamos que, no Brasil, as trabalhadoras domésticas apresentam jornadas totais de 52 horas semanais, ou seja, elas dedicam, a cada semana, 52 horas a um mesmo tipo de atividade já que, como mencionado anteriormente, para essas profissionais as tarefas envolvidas no trabalho remunerado que executam são as mesmas atividades que realizam, de forma não remunerada, em seus lares. Por serem tarefas exaustivas, muitas vezes repetitivas e que envolvem em muitos momentos grande esforço corporal, constituem rotinas que absorvem física e emocionalmente essas mulheres, gerando um desgaste que invade o terreno das emoções e da psique (PINHEIRO *et al.*, 2019, p. 33).

⁸⁶ @s empregad@s doméstic@s passaram a ter jornada de trabalho fixada em 44 horas semanais em regime de trabalho diurno, com direito ao pagamento de adicional noturno e de hora-extra, horário determinado para as refeições e direito a contrato de trabalho. (BRITES; PICANÇO, 2014 p. 132).

⁸⁷ A Lei Complementar (LC) no 150/2015 determina que, se a trabalhadora doméstica presta serviços em um mesmo domicílio por mais de dois dias na semana, fica configurado vínculo empregatício e os empregadores ficam obrigados a formalizar este vínculo por meio da assinatura da carteira de trabalho.

É preciso considerar também o rendimento médio das trabalhadoras domésticas que correspondia em média a 92% do salário mínimo em 2018. Isso somado as disparidades regionais e as distinções entre brancas e negras, a heterogeneidade e a desigualdade se aprofundam: “no Nordeste, em 2018, a média salarial paga era equivalente a 58% do salário mínimo e, no Norte, os valores médios pagos correspondiam a 70%” (PINHEIRO *et al.*, 2019, p. 36)

A escolha desta ocupação geralmente se dá por uma falta de opção, não sendo algo que era desejado, mas necessário dentro das poucas oportunidades. A alta informalidade e as condições precárias de trabalho – além de vivenciar práticas de discriminação e de assédio – são fatores que se acumulam para a formação de um grupo social altamente subalternizado (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Em relação ao PBF, a concessão desse benefício, centrado numa política de transferência mínima de renda, “desinvisibilizou” esse grupo social marcado por uma tripla classificação social. Se por um lado possibilitou uma emancipação condicionada, em que muitas mulheres tornaram-se chefes de família, além do acesso e conhecimento a direitos sociais – saúde, educação, qualificação profissional, assistência social. Por outro, aprofundou o caráter do cuidado, denotando a essas a permanência do seu papel social como responsável pelas condicionalidades e cursos profissionalizantes no campo do cuidado (SILVA, 2013).

As beneficiárias do PBF, majoritariamente mulheres e negras, enfrentam, portanto, uma realidade também ambivalente e tensionada. A divisão sexual do trabalho mantém-se através do papel feminino como a ponte de conexão entre o Estado e a família. Porém, segundo Bartholo, Passos, Fontoura (2017, p. 28-29):

Entendendo autonomia de forma ampla, como capacidade de fazer escolhas, os estudos qualitativos majoritariamente entendem que o PBF traz ganhos de autonomia para as mulheres, e são acessados por dois caminhos. Em primeiro lugar, e principalmente, por meio da renda regular, que faz com que as titulares possam ter outras preocupações que não a sobrevivência no dia de amanhã, diminuam o isolamento social, aumentem sua presença no mundo público e percebam ampliações em suas escolhas. Em segundo lugar, pelas condicionalidades, as quais, paradoxalmente, embora reforcem simbolicamente o papel maternal da mulher, parecem estar contribuindo para que se enxerguem como detentoras de direitos e deveres, como cidadãs que se relacionam com o Estado, independentemente da mediação masculina.

O programa responsável por “(...) em 2017, mais de 3,4 milhões de pessoas deixaram de viver em pobreza extrema por causa do PBF, e 3,2 milhões foram elevadas acima da linha de pobreza” (SOUZA *et al.*, 2019, p. 19); é também uma política geradora de uma emancipação social, mesmo de forma precária, para a população feminina negra, ainda esta não sendo um dos objetivos do seu desenho.

Nesse sentido, retomando aqui os marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade referentes aos desenvolvimento – *mercado, sujeito glocal e saber econômico* – podemos sublinhar alguns elementos. O **mercado**, aqui, não se apresenta em nenhum momento como um campo isolado da vida social, ao contrário, ele se coloca como um espaço gerador de inclusão e proteção social – visto o aumento da formalização, a ampliação da autonomia pelo PBF, o acesso a direitos sociais. Contudo, a **desmercadorização** ainda é ausente, visto a precariedade dessa inserção atrelada a bens e serviços privados, e não a políticas sociais universais – a previdência ainda é restrita assim como o SM em sua totalidade. Em relação às **sujeitas glocas**, estas passaram a ser “visibilizadas” pelas políticas distributivas, revelando a profundidade das desigualdades entrelaçadas no Brasil. Porém, a **emancipação social** destas ainda é condicionada visto a mobilidade restrita, a permanência de uma divisão sexual do trabalho, uma segregação racial forte e uma não proteção social mais robusta ante a momentos de crescimento econômico negativo. Por último o **saber econômico** procura se distanciar do economicismo, este voltado a um modelo essencialmente de crescimento. O dialógico está no sentido de identificar uma pobreza multidimensional que necessita de outros saberes para o seu enfrentamento e, também, do patriarcalismo e da racialização. Todavia a **pluralidade dialógica** é limitada, visto que ainda a renda e os rendimentos continuam sendo centrais nas possibilidades de saída das condições subalternas. Portanto, o modelo desenvolvimentista/heterodoxo brasileiro, forjado sob o lulismo, esteve em uma constante tensão entre colonialidade/decolonialidade, não conseguindo propor de fato um giro decolonial, ou seja, uma ruptura de fato com o sistema-mundo capitalista/moderno/colonial.

O perfil das sujeitas que se encontram na base da nossa pirâmide social revela, então, como a interseccionalidade e a tensão entre colonialidade/decolonialidade se complementam na busca da compreensão do enredamento/entrecruzamento de múltiplas formas de classificação social. As matrizes de dominação e de poder colonial permanecem invisibilizando e subalternizando grupos sociais em virtude da negação do sujeito, espelhando a imagem positiva dos dominantes ao “outro” que, por sua vez, vê-se silenciado e oprimido. Para romper

com as formas coloniais e hierárquicas – pobreza, racialização e patriarcado – é preciso não essencializar e reconhecer desde a diferença.

Isso nos permite articular as três dimensões – formação racial, arranjos de gênero e classes sociais – e apontar ideias iniciais de como o processo de medianização precarizada – específico de um capitalismo dependente, periférico e colonial – ao se fundamentar em uma integração social frágil de base classista não modificou os termos do padrão de poder colonial. A construção de um outro desenvolvimentismo brasileiro, “exitoso” no capitalismo contemporâneo, e cujo resultado seria a emergência de uma sociedade de classe média, invisibiliza e silencia os aprofundamentos da nossa desigualdade, que não está restrita à concentração de renda e riqueza. A medianização precarizada se constitui como uma solução para promover a inclusão de uma massa subalternizada sem alterar os privilégios sociais daqueles que dominam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre desenvolvimento, até o presente momento dessa tese, possibilitou avançarmos na desconstrução de uma perspectiva dominante pautada no economicismo e no discurso reduzido pelo crescimento econômico. Por outro lado, vimos que a ressignificação teórica sobre como desenvolver depara-se com a difícil transição desta lógica para a experiência real, em que a dominação financeira e a retórica neoliberal são hegemônicas. Na segunda experiência desenvolvimentista brasileira, pudemos observar que o desenvolvimento implementado está pautado tanto na busca em manter um ritmo acelerado de crescimento econômico, quanto na tentativa de promover uma inclusão social que elimine a pobreza e, especialmente, a extrema pobreza. Aqui temos a junção do imaginário dominante de desenvolvimento articulado a uma parte da ressignificação que é proposta.

Isso permite afirmar que desenvolvimento e capitalismo são elementos indissociáveis que se centram na ideia de progresso material, riqueza e no mercado como esfera central da vida social – “por esto el desarrollo privilegia el crecimiento económico, la explotación de recursos naturales, la lógica del mercado y la búsqueda de satisfacción material e individual por sobre cualquier otra meta” (ESCOBAR, 2011, p. 22). Segundo Martins (2017b), o desenvolvimento está fundamentado em três categorias ontológicas: i) o utilitarismo, filosofia que prega a matematização, a calculabilidade e a previsibilidade, elementos da financeirização do cotidiano, abordado aqui criticamente pela sociologia econômica francesa; ii) o tempo linear, esse que define a modernidade como um processo universal e necessário para se desenvolver; e iii) a colonialidade, que é a manutenção das formas coloniais, através de processos de exploração/opressão/violência, traduzidas em hierarquizações de superioridade/inferioridade, ambas as últimas são desconstruídas pela reflexão latino-americana e caribenha, em especial quando trazemos a perspectiva decolonial.

A ressignificação de desenvolvimento como um fenômeno multifacetado é, acima de tudo, a busca por um caminho mais dialógico, mais horizontal entre os diferentes campos da vida social – político, econômico, social, cultural, ecológico. Em certa medida os governos petistas trouxeram outras políticas, assim como oportunizaram as classes populares, propiciando outros saberes, mesmo o econômico ainda tendo papel central, seja nas políticas públicas ou no cotidiano da vida social. Isso fica ainda mais evidente quando comparamos à matriz econômica adotada a partir do breve segundo governo Dilma e aprofundado nos anos seguintes. Desenvolvimento retoma o discurso reducionista da necessidade de promover o

ajuste fiscal, a retomada da credibilidade do mercado internacional e a importância de promover estímulos ao investimento privado e externo, elementos corroboradores da busca ilusória de um crescimento econômico a curto prazo. O fato social total, nesse sentido, volta a se ausentar do imaginário de desenvolvimento, e não apenas em decorrência de uma crise econômica global, emergida em 2008, mas em virtude do capitalismo periférico, dependente e colonial que converge na manutenção de uma integração social fragilizada e desigual.

O pensamento pós-colonial crítico latino-americano e caribenho, da CEPAL até o grupo Modernidade/colonialidade (M/C), arregimentou outros conceitos e premissas que auxiliam a desconstruir uma relação permanente entre colonialidade, dependência e periferia. Isso pode ser verificado a partir da segunda experiência desenvolvimentista brasileira, juntamente com outros países periféricos de economia expressiva, que começaram a construir as bases para o aprofundamento da chamada relação Sul-Sul. Em outros termos, os denominados BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – desafiaram a geopolítica internacional centrada nos países do Norte global – EUA, Inglaterra, França e Alemanha. Propulsadas por taxas altas de crescimento econômico se estabeleceram como economias globais exercendo a liderança em suas regiões e modificando a ordem. No caso específico brasileiro, esse protagonismo perdeu força nos últimos anos com a mudança da orientação política e com a submissão imediata aos EUA.

Todavia, como reiterado aqui, a resignificação do desenvolvimento pelo desenvolvimentismo, em seu caráter precário, condicionado e limitado – ver **quadro 6** – apresentou-se de forma temporária. Podemos afirmar, então, que **os modelos de desenvolvimento heterodoxos, em especial esse de cunho desenvolvimentista, constroem-se a partir de pactos classistas** com o intuito de suavizar as formas de desigualdade e de vulnerabilidade social promovidas pela expansão capitalista e excessiva concentração de renda e riqueza. Ambas as experiências desenvolvimentistas brasileiras não se propuseram em nenhum momento romper com as amarras do capitalismo periférico, dependente e colonial. É perceptível o esforço, especialmente nos governos petistas, de gerar crescimento econômico e inclusão social às massas populares, mas sem deixar de manter os privilégios sociais, como a concentração da renda, acesso à serviços de maior qualidade, consumo de alto padrão, e o crescimento econômico desigual às classes abastadas.

A heterodoxia e o desenvolvimentismo se estabelecem nessa tensão colonialidade/decolonialidade, ao se colocar como alternativa viável ao ortodoxismo na sua forma pura. Porém as amarras ao sistema-mundo capitalista/moderno/colonial permanecem,

visto que a própria definição de desenvolvimento está atrelada ao capitalismo. A construção de um modelo heterodoxo de desenvolvimento que se pautar nos horizontes utópicos da decolonialidade – emancipação social, desmercadorização e pluralidade dialógica em suas formas totais – ainda se apresenta como um cenário distante, visto **as teias de poder que são enredadas** pelo sistema-mundo capitalista/moderno/colonial presentes na vida social cotidiana, sob as formas da financeirização.

O pensamento decolonial, erigido pelo M/C, propõe-se a uma crítica radicalizada ao desenvolvimento, enriquecida pelo saber e pelas experiências latino-americanas e caribenhas. Durante os anos da CEPAL e, isso é verificado pelos teóricos dependentistas da tese da revolução, buscou-se construir estratégias de desenvolvimento coadunadas com o sistema-mundo capitalista/moderno/colonial. Apesar da importância da sua crítica e dos elementos norteadores, os cepalinos construíram uma ideia de desenvolvimento dentro da ordem global vigente. Os dependentistas – a exceção de Fernando Henrique e Enzo Faletto - observaram tais limitações e fomentaram com suas análises de dependência um terreno fecundo e propício para uma crítica desconstrucionista decolonial.

O capitalismo dependente, periférico e colonial, em especial no Brasil, está estabelecido pela manutenção das estruturas e instituições de dominação oligárquica. Aqui permanece a ordem social baseada nas formas de colonialidade que se associam a processos de modernização, estes exigidos pelas transformações do sistema capitalista. As experiências desenvolvimentistas, seja o do nacional-desenvolvimentismo ou do lulismo, não se propuseram a romper com os privilégios e as dominações do capitalismo – “El análisis de la emergencia del desarrollimentismo en América Latina explica la adaptación de un modelo teórico eurocéntrico a realidades distintas que necesitan la presencia del Estado en la organización del mercado para asegurar la colonialidad” (MARTINS, 2017, p. 304).

Como pensar em mudança da ordem social e da estrutura de classes sem o combate efetivo à complexidade das desigualdades? Como sugerir desenvolvimento e sustentabilidade social sem alterar as relações de dominação? O processo de medianização precarizada no Brasil, de maneira reformista (SINGER, 2009), promoveu alguns avanços, como a implementação das cotas raciais, a lei maria da penha, a regulamentação do/a trabalhador/a doméstica, a criminalização da homofobia e outros. Avanços importantes, mas ainda insuficientes para modificar um desenvolvimentismo pautado na manutenção do *status quo* dos estratos dominantes e em formas de desigualdade ainda silenciadas.

As reflexões sobre o processo de racialização e a manutenção do patriarcado revelam como as formas de classificação social e os sistemas de opressão estão enraizados na nossa ordem social. O entrecruzamento entre pobreza, racialização e patriarcado é mantenedor de relações de exploração/opressão/violência, exemplificados pelos grupos vulneráveis das empregadas domésticas e das beneficiárias do bolsa família. Sobre estes grupos, como parte do caráter ambivalente e tensionado do desenvolvimentismo recente brasileiro, é preciso considerar avanços também, especialmente nas temáticas positivas da formação racial e nos arranjos de gênero: secretarias com estatutos de ministérios; políticas públicas em consonância com os movimentos sociais e a sociedade civil; ações afirmativas; programas de qualificação profissional e acesso à educação; formalização do trabalho; e acesso a direitos sociais. Todavia, tais medidas se fazem insuficientes ao não confrontar os privilégios, mantidos por uma classe dominante que construiu os movimentos para o impeachment do governo petista. A tensão colonialidade/decolonialidade emerge mais uma vez para apontar a insustentabilidade de um modelo de desenvolvimento que não se propõe a romper com as amarras do capitalismo dependente, periférico e de colonialidade. **Ao produzir uma medianização precarizada que mantém a coexistência do par privilégio/opressão.**

A interseccionalidade, como teoria que dialoga com o pensamento decolonial, revela o perfil subalternizado e invisibilizado das mulheres, negras e pobres, “as outras” que Fanon identifica como não-sujeitas. A medianização, com todas as limitações já apontadas, confrontou, em alguma medida, as formas de privilégio/opressão, ao possibilitar que essas agentes pudessem não somente ascender como, também, ter acesso à vida política, ao reconhecimento de sua formação racial e de seus arranjos de gênero, à quebra dos muros entre a esfera privada e a pública, a denúncia à violência doméstica. Em decorrência de tais avanços, os estratos populares, especialmente aqueles ainda pertencentes a uma realidade de pobreza e miséria, mantém-se como forte base do lulismo (SINGER, 2018).

A ambivalência se destaca, e na reprodução de elementos dentro da tensão colonialidade/decolonialidade, dentro do desenvolvimentismo recente, temos a precarização das ocupações e a centralidade do crescimento econômico para promover a inclusão social. O precariado, segundo Braga (2012), é uma massa produzida a partir das novas relações de trabalho centradas na terceirização, no *part time* e nos contratos temporários. No caso brasileiro, as classes populares experimentaram essa mobilidade limitada consolidando uma sociedade de serviços caracterizado pela vulnerabilidade dessas ocupações que estariam apenas garantidas caso o Brasil permanecesse em crescimento econômico positivo.

É possível pensar em um desenvolvimentismo que não esteja atrelado ao desenvolvimento? Desenvolvimento pode estar dissociado do capitalismo? A análise do caso brasileiro aqui demonstrou que ambas respostas são negativas, principalmente pela permanência da colonialidade através das matrizes de dominação/de poder colonial. Todavia, promover a leitura do desenvolvimentismo sob a constante tensão da colonialidade/decolonialidade permite identificarmos experiências, saberes e ações coletivas de (r)existência. A medianização precária pode não ter conseguido de fato alterar as estruturas das classes sociais no Brasil, porém apontou outras possibilidades, outros caminhos, outras realidades, que na nossa atualidade vem sendo desconstruído agressivamente.

A identificação do cotidiano de um tensionamento permanente entre colonialidade/decolonialidade possibilita que continuemos, criativamente, a (r)existir às matrizes de dominação/de poder colonial. As estruturas que continuam a colonizar – pobreza, racialização, patriarcado – serão confrontadas pelo reconhecimento e valorização desde a diferença. Seja pela desmercadorização, buscando garantir direitos igualitários a todos os sujeitos coletivos; pela emancipação social, promovendo a autonomia do criativo e dos afetos em sintonia com o bem-comum; e pela pluralidade dialógica, propondo o dialógico que possibilite a construção de pensamentos críticos e plurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Luís Eduardo et al. O salário mínimo como instrumento de combate à pobreza extrema: estariam esgotados seus efeitos? **Econ. Apl.** Ribeirão Preto, v. 15, n. 4, p. 559-593, dez. 2011. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502011000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso: em 15 junho 2020.

AGUIAR, Odílio Alves. A política na sociedade do conhecimento. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 30, n. 1, p. 11-24, 2007. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732007000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ARAUJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 9, p. 147-168, dez. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, agos. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Ed. Insular, 2015.

BARBOSA, Nelson e SOUZA, José Antônio Pereira de. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (orgs.). **Brasil: entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010, p. 1-42.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, dez. 2008.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000600012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BARTHOLLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. **Bolsa família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Texto para discussão (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. 1. Ed. Digital. São Paulo: Global Editora, 2013.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo** – vol. 1: fatos e mitos. 6 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Soc. estado.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 147-163, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100147&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun 2020.

BERTONCELO, Edison Ricardo. O espaço das classes sociais no Brasil. **Tempo social**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 73-104, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702016000200073&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun 2020.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 87, p. 115-129, jul 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Jun 2020.

BIELSCHOWSKY Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BIELSCHOWSKY Ricardo. A trajetória histórica do pensamento da CEPAL: 1948-1998. IN: BRANDÃO, C. A. (org). **Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Contraponto. Centro Celso Furtado, 2018, p. 47-92.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. 6 ed. São Paulo: Zahar, 2004.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo, Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política & Sociedade**, Florianópolis-SC, n. 6, p. 15-58, abr. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930/1697>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo das letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 105-115, jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BOSCHI, Renato; GAITAN, Flávio. Neodesenvolvimentismo. In: IVO, A. B. L. (org.) **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013, p. 325-329.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo: USP, PPGS, 2012, não paginado (n.p). (e-book)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, vol. 22, nº 3 (87), p. 146-180, jul./set. 2002. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/87-10.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Segundo Consenso de Washington e a Quase estagnação da Economia Brasileira. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, vol. 23, nº 3 (91), p. 3-34, jul./set. 2003 Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/91-1.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 663-686, dez. 2010a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010b. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_as_tres_interpretacoes_da_dependencia.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Por um Pensamento Econômico Heterodoxo Dominante: Um Manifesto Acadêmico. **Revista Econômica**, Niterói, v.14, n.1, p. 09-32, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2013/405.Heterodoxo-ManifestoAcad%C3%AAmico-Econ%C3%B4mica.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 21-29, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRESSER-PEREIRA, LUIZ CARLOS. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 237-265, jun. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572016000200237&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRITES, Jurema; PICANÇO, Felicia. O emprego doméstico no Brasil em número, tensões e contradições: alguns achados de pesquisa. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, Rio de Janeiro Ano 19, nº 31, p. 131-158, 2014. Disponível em:

<<http://www.dntemdebate.com.br/o-emprego-domestico-no-brasil-em-numeros-tensoes-e-contradicoes-alguns-achados-de-pesquisas/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Marcia; GOMES, Ingrid. Os estudos sobre relações raciais no Brasil: Uma análise da produção recente (1994-2013). IN: MICELI, S.; MARTINS, C. B. **Sociologia Brasileira Hoje II**. Cotia, SS: Ateliê Editorial, 2018, p. 199-234.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro edições, 2015.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASANOVA, Pablo González. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; e GROSFOGUEL, Ramon. "Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico", In: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSFOGUEL, R. (coords.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2005, p. 9-23.

CATTANI, Antonio David. A vida precária: bases para a nova submissão. In: CATTANI, A. D.; DÍAZ, Laura M. (orgs.). **Desigualdades na América latina**: novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 51-71.

CATTANI, Antonio David. Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 74-99, jul/dez 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a05.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CATTANI, Antonio David. **Riqueza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Zouk, 2010.

CATTANI, Antonio David (org.) **Caríssimos ricos**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2019.

CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Estud. Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 77-90, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. IN: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 139-170.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebeca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Sergio. Dois Atlânticos - Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

COSTA, Sérgio. Estrutura Social e Crise Política no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 499-533, dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000400499&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Available at: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000, p. 41-53.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 58-86, 2003.

ESCOBAR, Arturo Una minga para el posdesarrollo. **Signo y Pensamiento**. Bogota/CO, vol. XXX, núm. 58, p. 306-312, enero-junio 2011.

ESCOBAR, Arturo Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso **Revista de Antropología Social**. Madrid/ESP vol. 21, p. 23-62, 2012.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FALETTO, Enzo. Cap.1: La CEPAL y la sociología del desarrollo. In: FALETTO, E. **Dimensiones sociales, políticas y culturales del desarrollo**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso. 2009, p. 79-110.

FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008

FARAH, Ivonne; GIL, Mauricio. Modernidades alternativas: Una discusión desde Bolivia MARTINS, P. H.; RODRIGUES, C. (orgs). **Fronteiras abertas da America Latina: Diálogo na ALAS- Associação Latino-Americana de Sociologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol 1. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina**. 4.ed. -. São Paulo: Globo, 2009.

FIORI, José Luís. Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FIORI, José Luís. As trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina. BRANDÃO, C. A. (org). **Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Contraponto. Centro Celso Furtado, 2018, p. 17-46.

FIORI, José Luis. **Estado do Bem-estar social: padrões e crises**. Texto para discussão. São Paulo: IEA, 2019. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf>>. Acesso em: 03/05/2020.

FRANÇA, Isadora Lins; FACCHINI, Regina. Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois. IN: MICELI, S.; MARTINS, C. B. **Sociologia Brasileira Hoje**. Cotia, SS: Ateliê Editorial, 2017, p. 283-357.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25 ed. (1ª edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. (7ed). São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 1ª ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2019.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: (formação histórica e problema)**. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

GARCIA-PARPET, Marie-France. A gênese social do homo-economicus: a Argélia e a sociologia da economia em Pierre Bourdieu. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 333-357, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **Neoliberalismo corregido y progresismo limitado: Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010**. Santiago de Chile: ARCIS/CLACSO/PROSPAL, 2012.

GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedade avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.

GOLDTHORPE, John. **On sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory**. Nova York: Oxford University Press, 2000.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Caderno de formação política Círculo Palmarino**, n.1, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE electron.**, São Paulo, v. 6, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GROSFOGUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter Intervenciones decoloniales: una breve introducción. **Tabula Rasa**. Bogota/CO, núm. 9, p. 29-37, jul./dec 2008.

GROSGUÉL, Ramón. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. **REALIS**. Recife/PE, Vol.3, nº 02, jul-dez 2013.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 455-491.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 261-280, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GRUN, Roberto. A sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 151-176, nov. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GUDYNAS, Eduardo. La crisis global y el capitalismo benévolo de la nueva izquierda criolla. In: MASSUH, Gabriela. **Renunciar al bien común: extractivismo y (pos) desarrollo en América Latina**. Buenos Aires, Mardulce, 2012, p. 103/127.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo social**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 161-182, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702016000200161&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GUIMARAES, Nadya Araujo. A igualdade substantiva e os novos desafios nas relações de gênero no trabalho. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 639-643, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000200639&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. LVM editora, 2017.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2011a, p. 115-184.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2011b.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Texto para discussão (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Rio de Janeiro: IPEA, julho/2001.

HOOKS, Bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

IVO, Anete. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

IPEA/DISOC (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ Diretoria de Estudos e Políticas Sociais). **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça**. Disponível em: <<https://ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

IVO, Anete (org.). **A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica**. Salvador: EDUFBA, 2016.

KAY, Cristóbal. **Latin American theories of development and underdevelopment**. London: Routledge, 1989.

KAY, Cristóbal. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica de desenvolvimento. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 451-461, dez. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792018000300451&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 53-83, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. O Brasil, a Pobreza e o Século XXI. **Revista Sinais Sociais**, v. 13, p. 78-103, 2010.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Políticas Públicas Sociais**. Texto para discussão, n. 92, Rio de Janeiro: CEDE/UFF, fev/ 2014a.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Política Social Desenvolvimentista**. Texto para discussão, n. 95. Rio de Janeiro: CEDE/UFF, abr/ 2014b.

KERSTENETZKY, Celia Lessa *et al.* Afinal, Qual A Contribuição Da Política De Valorização do Salário Mínimo Para A Queda Da Desigualdade No Brasil? Uma Estimativa para o período 1995-2013. **CEDE**. Rio de Janeiro: UFF, 2015.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 15-34, out. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002017000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LAHIRE, Bernard. De la teoría del habitus a una sociología psicológica. **Revista de Investigación Educativa**, n. 14, p. 75-105, enero-junio, 2012.

LEBARON, Frederic. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/5176>>. Acesso em; 16 jun. 2020.

LEBARON, Frédéric. Sociologia e ciências sociais em tempos de austeridade. **Soc. estado.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 529-537, ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922018000200529&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LEITE, Elaine da Silveira; MELO, Natália Maximo e. Uma nova noção de empresário: a naturalização do "empreendedor". **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 35-47, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LIRA, Bruno Freire. **Uma análise do discurso hegemônico neoliberal à brasileira**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Pernambuco, 2013.

LIRA, Bruno Freire. **O (novo) desenvolvimentismo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal em Pernambuco UFPE, Pernambuco, 2015.

MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 13-46, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MACIEL, Franciele Tonet; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto C. Informalidade e segmentação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: uma decomposição quantílica de diferenciais de rendimentos. **Rev. Econ. Contemp.**, v. 22, n. 2, p. 1 -37, mai./ago. 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**. Bogota/CO, n. 9, p. 61-72, jul-dic 2008. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/es/revista/tabula-rasa/articulo/la-descolonizacion-y-el-giro-des-colonial>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. IN: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.;

GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 27-53.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MARQUES, Lilian Arruda; COSTA, Patricio Lino. Questões para pensar o trabalho doméstico no Brasil. In: SILVA, T. D.; GOES, F. L. (orgs). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Brasília**: Ipea, 2013, p. 31-43.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de marx e do capitalismo contemporâneo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 463-481, dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792018000300463&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MARTINS, Paulo Henrique. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidária**. 1ªed. Buenos Aires: Fundación CICCUS; Estudios Sociológicos Editora, 2012.

MARTINS, Paulo Henrique. América Latina como expresión del sistema-mundo en la organización de los modelos de desarrollo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 331-346, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MARTINS, Paulo Henrique; LIRA, Bruno Freire; LEÃO, Éder Lira de S.; e SANTOS, Leandro. Modelos Alternativos de desenvolvimento. IN: MARTINS, P. H.; SILVA, M. A.; LIRA, B. F.; LEÃO, E. L. S. (orgs.). **Guia Sobre Pós-Desenvolvimento e Novos Horizontes Utópicos**. Estudos Sociológicos Editora. Buenos Aires, Argentina, 2014, p. 177-188.

MARTINS, Paulo Henrique. **La actualidad de la tesis del colonialismo interno**. Apresentação de Trabalho/Comunicação. 2015.

MARTINS, Paulo Henrique. Norte e Sul como Referências para uma Ciência Social global: Transdisciplinar, Antiutilitarista e Pós-Colonial. **Revista Tomo**, Aracaju-SE, v. 31, p. 41-89, 2017a. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/7649/0>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MARTINS, Paulo Henrique. El posdesarrollo y la refundación de las utopías sociales. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.48, n. 2, p.282-307, jul./dez 2017b. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19501>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MARTINS, Paulo Henrique; BENZAQUEN, Julia Figueiredo. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, Vol. II, N. 11, p. 12-31, Ago/Dez 2017. Disponível em: <<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/1882>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MARX, Karl. **O capital** – a crítica da economia política (Livro Primeiro – O processo de produção). Vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 57-118, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200057&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.

MERQUIOR, Jose Guilherme. **Liberalismo, antigo e moderno**. São Paulo: É Realizações Editora. 2016.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Rev. bras. Ciências Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 94, 1-18, jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 507-527, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Neomonetarismo Tropical: A Experiência Brasileira nos Anos Noventa. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, vol. 22, nº 1 (87), p. 3-22, jan-março/2002. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/85-1.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2020.

MOREIRA, Constanza. El largo ciclo del progresismo latinoamericano y su freno Los cambios políticos en América Latina de la última década (2003-2015). **Rev. bras. Ciências Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 1-28, fev. 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000100301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MUÑOZ, Heraldo. Cambio y continuidad en el debate sobre la dependencia y el Imperialismo. **Estudios Internacionales**, v. 11, n. 44, p. 88-138, 1978.

NEGRI, C. Democracia, mudança de valores e transformação ideológica da esquerda na América Latina. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional**, v. 2, p. 197-216, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/issue/view/952/showToc>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média** – o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011, não paginado (n.p). (e-book)

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cad. Pesquisas**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 404-421, ago. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: análise do governo Lula (2003-2010). Tese (Doutorado de Economia) – Universidade de Campinas UNICAMP, Campinas-SP, 2010

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista** – o onitorrinco. 4ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2013.

PALMA, Gabriel. “Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?”. **World Development**, Oxford, n.6, p.881-924, July/Aug. 1978.

PARDO-GUERRA, Juan Pablo. Mercados como espelho. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 150-164, jan. 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000100150&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

PINHEIRO, *et al.* **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Texto para discussão (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

PIRES, Thula. Por um constitucionalismo ladino-amefricano. IN: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 285-303.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. 11ª edição. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 48.ed. - São Paulo: Brasiliense, 2008.

PREBISCH, Raul. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. CEPAL. 1949.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, vol 6, n. 2, p. 73-90, 2000. Disponível em: <<https://red.pucp.edu.pe/ridei/wp-content/uploads/biblioteca/100520.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

RAUD, Cécile. Bourdieu e a nova sociologia econômica. **Tempo social**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 203-232, nov. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 178-217, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222014000300178&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. 1ª ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2014.

RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 41-79, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não-comunista. 4.ed. -. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1971.

SALATA, André Ricardo. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 111-149, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100111&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SALATA, André Ricardo. UMA NOVA ABORDAGEM EMPÍRICA PARA A HIERARQUIA DE STATUS NO BRASIL. **Rev. bras. Ciências Soc.**, São Paulo, v. 31, n. 92, p. 1-22, out. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000300503&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTIAGO, Ricardo Luiz de Lyra. **Visões do capitalismo**: conflito e transformação no campo intelectual das teorias da dependência. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Recife-PE, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Rev. bras. Ciências Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SANTOS, Theotonio. **A teoria da dependência**: balanço e perspectiva. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SARDENBERG, Cecília M. B.; GROSSI, Miriam Pillar. Balanço sobre a Lei Maria da Penha. **Rev. Estud. Feminino**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 497-500, ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200497&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SCALON, Celi; SALATA, André. Uma nova classe média no Brasil da última década? o debate a partir da perspectiva sociológica. **Soc. estado.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 387-407, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SCRIBANO, Adrián. Conocimiento social e investigación social en Latinoamérica. **Investigación social basada en la Creatividad/Expresividad**. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estud. Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 137-152, abr. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SEABRA, Raphael Lana. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Soc. estado.**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 261-283, jan. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922019000100261&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4ª ed. Cotia-SP, Atêlie editorial, 2011.

SENA, Angelica. **Las políticas hechas cuerpo y lo social devenido emoción**: lecturas sociológicas de las políticas sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 131-165, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (coord.). **Avaliando o Bolsa Família** – unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, M. M. *et al.* **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013, p. 109-131.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo** – Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das letras, 2009.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.) **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Laura Tavares. Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil. In: SADER, E. **El ajuste estructural en América Latina**: costos sociales y alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 171-185.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora. 2ªed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de *et al.* **Os efeitos do programa bolsa família sobre a pobreza e a desigualdade**: um balanço dos primeiros quinze anos. Texto para discussão (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 7-34, Nov. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 jun. 2020.

SUNKEL, Oswaldo. **Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización**, Buenos Aires: CLACSO, 2007.

TÁPIA, Luis. O tempo histórico del desarrollo. In: WANDERLEY, F. (Org.) **El desarrollo en cuestión**: Reflexiones desde América Latina. La Paz: CIDES/OXFAM. 2011, p. 19-39.

TAVOLARO, Sergio B. F. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 81, p. 117-136, jul. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

VALCARCE, Frederico Lorenc. Sociología de los mercados: modelos conceptuales y objetos empíricos en el estudio de las relaciones de intercambio. **Revista Papeles de trabajo**, Buenos Aires, año 6, n. 9, p. 14-36, jun/2012. Disponível em: <

http://www.idaes.edu.ar/papelesdetrabajo/paginas/Documentos/N9/Papeles_09_02_Lorenc.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

VANDENBERGHE, Frederic. **Uma história filosófica da sociologia alemã** – Alienação e reificação. Vol. 1: Marx, Simmel, Weber e Lukács. São Paulo: Annablume, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial In: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSFOGUEL, R. (coords.). **El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 47-62.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: GERTH, Hans e MILLS, Wright (Org.). **Max Weber - Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WEBER, Mas. **A ética protestante e o espírito capitalista**. São Paulo: Cia das letras, 2004.

WRIGHT, Erik Olin. Análise de classes. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 17, p. 121-163, ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000300121&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Política de renda mínima no Brasil: o Bolsa Família na ótica dos direitos humanos. In: 13º Congresso Internacional da rede mundial de renda básica. **Anais**. São Paulo: Síntese Eventos, 2010. Disponível em:

<<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/artigo-bolsafamiliaBIEN.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; ESPINOLA, Gepherson Macêdo. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o programa bolsa família no interior do nordeste brasileiro. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 147-164, abr. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000100147&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.